

Revista NERA

n. 31



NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

**A FORMAÇÃO DO MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES – MPA:
POR SOBERANIA ALIMENTAR, CONTRA A MERCADORIZAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL**
Ricardo Menezes Santos

**A CONSTRUÇÃO DA EMANCIPAÇÃO HUMANA NOS TERRITÓRIOS DA REFORMA AGRÁRIA:
O CASO DO CONGLOMERADO COOPERATIVO DA PRODUÇÃO ECOLÓGICA DE ARROZ
NOS ASSENTAMENTOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE**
Adalberto Floriano Greco Martins

O PAPEL DO ESTADO NA EXPANSÃO DO SETOR SUCROALCOOLEIRO NA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO - SP
Victor Hugo Junqueira

**A PERCEPÇÃO DAS CONDIÇÕES DE VIDA PELAS POPULAÇÕES DOS TERRITÓRIOS RURAIS,
ALÉM DAS ANÁLISES SOBRE O DESEMPENHO DOS SISTEMAS PRODUTIVOS**
Mireya E. Valencia Perafán e Maria Inez Machado Telles Walter

**DEMANDA DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E CONDICIONANTES PARA A AQUISIÇÃO
DE PRODUTOS ORGÂNICOS E AGROECOLÓGICOS PELA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO
SUDOESTE DO ESTADO DO PARANÁ**
Rozane Maria Triches, Joseane Carla Schabarun e Giovana Paludo Giombelli

**AGRICULTURA FAMILIAR E OS MERCADOS INSTITUCIONAIS:
ANÁLISE DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (CPR-DOAÇÃO) EM BOA VISTA-RORAIMA**
João Henrique Rocha e Flávio Sacco dos Anjos

AGROECOLOGIA E O PROCESSO DE ATIVAÇÃO DE TERRITORIALIDADES CAMPONESAS
Márcio Freitas Eduardo

AGROECOLOGIA: CUIDANDO DA SAÚDE DO PLANETA – PALESTRA DE LEONARDO BOFF
Junior Miranda Scheuer

Mai./Ago.
2016



Revista NERA nº. 31

<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera>

EDITORES

**Estevan Leopoldo de Freitas Coca
Camila Ferracini Origuéla
Lorena Izá Pereira
Eduardo Paulon Girardi
Bernardo Mançano Fernandes
Wendy Welford
Hannah Wittman**

**NERA
Núcleo de Estudos,
Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
Mai/Ago de 2016**

Revista NERA (RNERA) nº. 31

EDITORES

Estevan Leopoldo de Freitas Coca
Camila Ferracini Origuéla
Lorena Izá Pereira
Eduardo Paulon Girardi
Bernardo Mançano Fernandes
Wendy Wolford
Hannah Wittman

CORPO EDITORIAL

Lucas Pauli
Leandro Ribeiro Nieves
José Sobreiro Filho
Luis Felipe Rincón
Hellen Charlot Cristancho Garrido
Hellen Mesquita

CONSELHO CIENTÍFICO

Adolfo da Costa Oliveira Neto – UFPA (Belém, PA, Brasil)
Adriano Rodrigues de Oliveira – UFG (Goiânia, GO, Brasil)
Ana Domínguez Sandoval – UDELAR (Montevidéu, Uruguai)
Anderson Antônio da Silva – FATEC (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Bernardo Mançano Fernandes – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Camila Ferracini Origuéla - UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Carlos Alberto Feliciano – UFPE (Recife, PE, Brasil)
Clifford Andrew Welch – UNIFESP (São Paulo, SP, Brasil)
Djoni Roos – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
Douglas Cristian Coelho – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
Eduardo Paulon Girardi – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Eliane Tomiasi Paulino – UEL (Londrina, PR, Brasil)
Emilia de Rodat Fernandes Moreira – UFPB (João Pessoa, PB, Brasil)
Eraldo da Silva Ramos Filho – UFS (Aracaju, SE, Brasil)
Estevan Leopoldo de Freitas Coca – UEL (Londrina, PR, Brasil)
Facundo Martín – UNCUIYO, (Mendoza, Argentina)
Fernando Mendonça Heck – IFSP (Tupã, SP, Brasil)
Flavio Bladimir Rodríguez Muñoz – Universidad Externado de Colômbia (Bogotá, Cundinamarca, Colômbia)
Francilane Eulália de Souza – UEG (Formosa, GO, Brasil);
Francisco Hidalgo Flor – Universidad Central del Ecuador (Quito, Pichincha, Equador)
Gláucio Marafon – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
Hannah Wittman – UBC (Vancouver, British Columbia, Canadá)
Hellen Charlot Cristancho Garrido – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Hervé Théry – USP (São Paulo, SP, Brasil) e CNRS (França)
Humberto Tommasino – UDELAR (Montevidéu, Uruguai)
Isaías Tobasura Acuña – Universidad de Caldas (Manizales, Caldas, Colômbia)
Jacob Binsztok – UFF (Niterói, RJ, Brasil)
Janaina Francisca de Souza Campos Vinha – UFTM (Uberaba, MG, Brasil)
João Cleps Júnior – UFU (Uberlândia, MG, Brasil)
João Edmilson Fabrini – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
João Márcio Mendes Pereira – UFRRJ (Seropédica, RJ, Brasil)
João Rua – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
José Antonio Segrelles Serrano – Universidad de Alicante (Alicante, Espanha)
José Sobreiro Filho – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Juliana Grasiéli Bueno Mota – UFGD (Dourados, MS, Brasil)
Julio Cesar Suzuki – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Juscelino Eudámidas Bezerra – UNB (Brasília, DF, Brasil)
Lorena Izá Pereira – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Luciano Concheiro Borquez – UAM-X (Cidade do México, Distrito Federal, México)
Luis Daniel Hocsman - Universidad Nacional de Córdoba (Córdoba, Argentina)
Luis Felipe Rincón Manrique – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Mara Edilara Batista de Oliveira – UFPR (Curitiba, PR, Brasil)
Márcio Freitas Eduardo – UFFS (Erechim, RS, Brasil)
Margarida de Cássia Campos – UEL (Londrina, PR, Brasil)
Marta Beatriz Chiappe Hernández – UDELAR (Montevidéu, Uruguai)
Matías Carámbula Pareja – UDELAR (Montevidéu, Uruguai)
Munir Jorge Felício – UNOESTE (Presidente Prudente, SP, Brasil)

Neli Aparecida de Mello – USP (São Paulo, SP, Brasil)
 Nelson Rodrigo Pedon – IFSP (Birigui, SP, Brasil)
 Noemia Ramos Vieira – UNESP (Marília, SP, Brasil)
 Omar Angel Arach – Universidad Nacional de Córdoba (Córdoba, Argentina)
 Onélia Carmem Rossetto – UFMT (Cuiabá, MT, Brasil)
 Oscar Bazoberry Chali – UMSA (La Paz, Bolívia)
 Raul Paz – UNSE (Santiago Del Estero, Argentina)
 Ricardo Pires de Paula – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
 Roberto Aparecido Mancuzo Silva Junior – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
 Rodrigo Simão Camacho – UFGD (Dourados, MS, Brasil)
 Rosa Maria Vieira Medeiros – UFRGS (Porto Alegre, RS, Brasil)
 Rosemeire Aparecida de Almeida – UFMS (Três Lagoas, MS, Brasil)
 Samuel Frederico – UNESP (Rio Claro, SP, Brasil)
 Tiago Egídio Avanço Cubas – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
 Valéria de Marcos – USP (São Paulo, SP, Brasil)
 Valmir José Valério – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
 Víctor Martín Martín – Universidad de La Laguna (Espanha)
 Virgínia Marina Rossi Rodriguez – UDELAR (Paysandú, Uruguai)
 Wendy Wolford – Cornell University (Ithaca, New York, Estados Unidos da América)
 Wilder Robles – University of Manitoba (Winnipeg, Canadá)

Revista NERA

Distribuída por



Indexada por



Ficha Catalográfica

Revista NERA. A.1, n. 1, 1998. Presidente Prudente: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/UNESP.

1998 – ano 1, nº. 1, nº. 2	2010 – ano 13, nº. 17
1999 – interrompida	2011 – ano 14, nº. 18
2000 – ano 3, nº. 3	2011 – ano 14, nº. 19
2001 – interrompida	2012 – ano 15, nº. 20
2002 – interrompida	2012 – ano 15, Edição Especial
2003 – interrompida	2012 – ano 15, nº. 21
2004 – ano 7, nº. 4	2013 – ano 16, nº. 22
2004 – ano 7, nº. 5	2013 – ano 16, nº. 23
2005 – ano 8, nº. 6	2014 – ano 17, nº. 24
2005 – ano 8, nº. 7	2014 – ano 17, nº. 25
2006 – ano 9, nº. 8	2015 – ano 18, nº. 26, Edição Especial
2006 – ano 9, nº. 9	2015 – ano 18, nº. 27
2007 – ano 10, nº. 10	2015 – ano 18, nº. 28, Edição Especial
2007 – ano 10, nº. 11	2015 – ano 18, nº. 29
2008 – ano 11, nº. 12	2016 – ano 19, nº. 30
2008 – ano 11, nº. 13	2016 – ano 19, nº. 31
2009 – ano 12, nº. 14	
2009 – ano 12, nº. 15	Quadrimestral
2010 – ano 13, nº. 16	ISSN 1806-6755

1. Geografia - Periódicos - Grupo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - FCT/Unesp

ENDEREÇO

Rua Roberto Simonsen, 305, Centro Educacional, 19.060-900, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil
 FCT/UNESP – Bloco Docente I – Sala 19
 Fone: (18) 3229-5388 – Ramal: 5552
 Site: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera> - e-mail: revistanera@fct.unesp.br

Sumário

APRESENTAÇÃO

07

PRESENTACIÓN

PRESENTATION

Estevan Leopoldo de Freitas Coca

A FORMAÇÃO DO MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES - MPA: POR SOBERANIA ALIMENTAR, CONTRA A MERCADORIZAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL

10

LA FORMACIÓN DEL MOVIMIENTO DE LOS PEQUEÑOS AGRICULTORES - MPA: POR LA SOBERANÍA ALIMENTARIA, CONTRA LA MERCANTILIZACIÓN DEL CAMPO EN BRASIL

THE FORMATION OF THE MOVEMENT OF THE SMALL FARMERS - SFM: FOR FOOD SOVEREIGNTY, AGAINST COMMODIFICATION THE FIELD IN BRAZIL

Ricardo Menezes Santos

A CONSTRUÇÃO DA EMANCIPAÇÃO HUMANA NOS TERRITÓRIOS DA REFORMA AGRÁRIA: O CASO DO CONGLOMERADO COOPERATIVO DA PRODUÇÃO ECOLÓGICA DE ARROZ NOS ASSENTAMENTOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE

32

LA CONSTRUCCIÓN DE LA EMANCIPACIÓN HUMANA EN LOS TERRITORIOS DE REFORMA AGRARIA: EL CASO DEL CONGLOMERADO COOPERATIVO DE PRODUCCIÓN ECOLÓGICA DE ARROZ EN LOS ASENTAMIENTOS DE LA REGIÓN METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE

BUILDING HUMAN EMANCIPATION IN AGRARIAN REFORM TERRITORIES: THE CASE OF COOPERATIVE CONGLOMERATE OF ECOLOGICAL RICE PRODUCTION IN SETTLEMENTS FROM THE METROPOLITAN AREA OF PORTO ALEGRE

Adalberto Floriano Greco Martins

O PAPEL DO ESTADO NA EXPANSÃO DO SETOR SUCROALCOOLEIRO NA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO - SP

51

EL PAPEL DEL ESTADO EN LA EXPANSION DE LA INDUSTRIA DEL AZUCAR Y EL ALCOHOL EN LA REGION DE RIBEIRÃO PRETO - SP

THE STATE'S ROLE IN THE EXPANSION THE SUGAR AND ALCOHOL SECTOR IN THE REGION OF RIBEIRÃO PRETO - SP

Victor Hugo Junqueira

A PERCEPÇÃO DAS CONDIÇÕES DE VIDA PELAS POPULAÇÕES DOS TERRITÓRIOS RURAIS, ALÉM DAS ANÁLISES SOBRE O DESEMPENHO DOS SISTEMAS PRODUTIVOS

72

THE PERCEPTION OF LIVING CONDITIONS FOR POPULATION OF RURAL AREAS, IN ADDITION TO ANALYZES THE PERFORMANCE OF PRODUCTION SYSTEMS

LA PERCEPCIÓN DE LAS CONDICIONES DE VIDA POR LAS POBLACIONES DE LOS

TERRITORIOS RURALES, MÁS ALLÁ DE LOS ANÁLISIS SOBRE EL DESEMPEÑO DE LOS SISTEMAS PRODUCTIVOS

Mireya E. Valencia Perafán e Maria Inez Machado Telles Walter

91

DEMANDA DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E CONDICIONANTES PARA A AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ORGÂNICOS E AGROECOLÓGICOS PELA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO SUDOESTE DO ESTADO DO PARANÁ

LA DEMANDA DE PRODUCTOS DE LA AGRICULTURA FAMILIAR Y LAS CONDICIONES PARA LA ADQUISICIÓN DE PRODUCTOS ORGÁNICOS Y AGROECOLÓGICOS PARA LA ALIMENTACIÓN ESCOLAR EN SUDOCCIDENTAL DE ESTADO DE PARANÁ

DEMAND FOR PRODUCTS FROM FAMILY FARMS AND CONDITIONS FOR THE ACQUISITION OF ORGANIC AND AGRO-ECOLOGICAL PRODUCTS FOR SCHOOL FEEDING IN THE SOUTHWESTERN STATE OF PARANÁ

Rozane Maria Triches, Joseane Carla Schabarun e Giovana Paludo Giombelli

111

AGRICULTURA FAMILIAR E OS MERCADOS INSTITUCIONAIS: ANÁLISE DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (CPR-DOAÇÃO) EM BOA VISTA-RORAIMA

AGRICULTURA FAMILIAR Y MERCADOS INSTITUCIONALES: ANÁLISIS DEL PROGRAMA DE ADQUISICIÓN DE ALIMENTOS (CPR-DONACIÓN) EN BOA VISTA, RORAIMA

FAMILY FARMING AND INSTITUTIONAL MARKETS: ANALYSIS OF FOOD ACQUISITION PROGRAM (CPR-DONATION) IN BOA VISTA, RORAIMA

João Henrique Rocha e Flávio Sacco dos Anjos

143

AGROECOLOGIA E O PROCESSO DE ATIVAÇÃO DE TERRITORIALIDADES CAMPONESAS

L'AGRO-ÉCOLOGIE ET L'ACTIVATION DE TERRITORIALITÉS PAYSANNES

AGROECOLOGY AND THE ACTIVATION OF PEASANT TERRITORIALITIES

Márcio Freitas Eduardo

166

AGROECOLOGIA: CUIDANDO DA SAÚDE DO PLANETA – PALESTRA DE LEONARDO BOFF

THE EDUCATION OF THE COUNTRYSIDE, A TERRITORY IN DISPUTE: PROGRESS AND ACHIEVEMENTS

EDUCACIÓN DEL/EN EL CAMPO, UN TERRITORIO EN DISPUTA: LOGROS Y AVANZOS

Junior Miranda Scheuer

180

COMPÊNDIO DE AUTORES

COMPENDIUM AUTHORS

COMPENDIO AUTORES

COMPÊNDIO DE EDIÇÕES

197

COMPENDIO EDITIONS

COMPENDIO EDICIONES

Apresentação

Recentes disputas políticas no Brasil redundaram no afastamento de Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), que no pleito eleitoral de 2014 recebeu mais de 54 milhões de votos. Devido a isso, emergiu o governo interino de Michel Temer, do Partido da Mobilização Democrática Brasileira (PMDB). Os poucos meses desse governo provisório foram suficientes para que ocorresse um grande retrocesso no tratamento dado pelo Estado às forças contra-hegemônicas do campo, dentre os quais camponeses e indígenas. Isso pode ser percebido no contingenciamento de recursos destinados às políticas públicas voltadas a esses sujeitos como também no aumento da repressão às lutas sociais. Nesse contexto, a academia pode desempenhar um importante papel na análise crítica de tais tensionamentos. Isso é percebido na presente edição da Revista NERA, que lança luz a importantes elementos que compõem a Questão Agrária brasileira. São sete artigos e uma transcrição de palestra que contribuem com a discussão sobre temas como a produção sustentável de alimentos, a estruturação de movimentos da luta pela terra e a atuação do Estado no campo.

No artigo “A Formação do Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA: por soberania alimentar, contra a mercadorização do campo no Brasil”, Ricardo Menezes Santos destaca como o MPA se constitui como um dos principais movimentos camponeses do Brasil, resistindo ao processo de expansão do capitalismo, que atualmente possui como principal expressão o agronegócio. O autor sustenta que a proposta de soberania alimentar defendida pelo MPA é uma alternativa à comoditização dos bens naturais que tem sido efetivada pelo capitalismo.

Florian Greco Martins demonstra no artigo “A construção da emancipação humana nos territórios da reforma agrária: o caso do conglomerado cooperativo da produção ecológica de arroz nos assentamentos da Região Metropolitana de Porto Alegre”, que camponeses assentados gaúchos têm produzido arroz com base nos pressupostos da Agroecologia, oferecendo para a população alimentos mais saudáveis do que os que são gerados pelo agronegócio. Para o autor, esse é um exemplo de que a agricultura camponesa possui uma dimensão ética, que é fundamental para se pensar num modo de produção mais sustentável.

Se por um lado, iniciativas camponesas têm representado uma possibilidade de mudança nas relações de produção, por outro, percebe-se que cada vez mais, o Estado atua no sentido de fortalecer a agricultura capitalista. O artigo “O papel do Estado na expansão do setor sucroalcooleiro na região de Ribeirão Preto - SP”, de autoria de Victor Hugo Junqueira, enfatiza tal assertiva.

Por seu turno, as autoras Mireya E. Valência Peráfan e Maria Inez Machado Telles Walter, no artigo “A percepção das condições de vida pelas populações dos territórios rurais, além das análises sobre o desempenho dos sistemas produtivos” trazem uma discussão sobre os mecanismos de avaliação da condição social das populações beneficiárias de políticas de desenvolvimento territorial no Brasil. As autoras sustentam que a análise dos Índices de Condição de Vida são um importante referencial para se perceber possíveis mudanças para além da dimensão econômica.

Dois textos destacam a relevância das políticas de compra institucional de alimentos como mecanismos de geração de renda para o campesinato e de melhoria da alimentação de pessoas em condição de vulnerabilidade social atendidas pela rede socioassistencial. Rozane Maria Triches, Joseane Carla Schabarun e Giovana Paludo Giombelli, no artigo “Demanda de produtos da agricultura familiar e condicionantes para a aquisição de produtos orgânicos e agroecológicos pela alimentação escolar no sudoeste do estado do Paraná”, destacam que o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) possui um dispositivo por meio do qual os produtos agroecológicos ou orgânicos são pagas por um preço superior aos convencionais. Com base em dados referentes a municípios do sudoeste do Paraná, as autoras frisam que a maioria dos municípios cumpre com o dispositivo legal que determina a aquisição de ao menos 30% dos produtos que compõem a alimentação escolar direto da agricultura de base familiar. Contudo, a inserção de produtos orgânicos ou agroecológicos, apesar de existir, ainda é incipiente. João Henrique Rocha e Flávio Sacco dos Anjos demonstram no artigo “Agricultura familiar e os mercados institucionais: análise do programa de aquisição de alimentos (CPR-Doação) em Boa Vista-Roraima”, a contribuição dessa política pública para a constituição de um importante capital social na área analisada.

Márcio Freitas Eduardo, no artigo “Agroecologia e o processo de ativação de territorialidades camponesas”, enfatiza que camponeses de Francisco Beltrão estabelecem novas relações com os seus territórios através do incentivo à produção agroecológica. Apoiado numa rica revisão bibliográfica e em resultados obtidos em campo, o autor destaca a importância dessa alternativa produtiva no campo para que se pense em possibilidades que vão além da que é apresentada pelos impérios alimentares.

Fechando essa edição consta o trabalho “Agroecologia: cuidando da saúde do planeta – palestra de Leonardo Boff”, transcrito por Junior Miranda Scheuer. Nessa ocasião, Boff proferiu a palestra de abertura do VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia, realizado entre os dias 25 a 28 de novembro de 2013 em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Dentre os temas abordados,

destaca-se a necessidade de se repensar a relação da humanidade com o planeta, reconhecendo que o modelo de produção hegemônico tem se demonstrado insustentável.

Através desses trabalhos, acreditamos que os leitores da Revista NERA terão acesso a qualificadas discussões que nos possibilitam pensar os desafios da agricultura camponesa no Brasil atual. Isso é fundamental para a continuidade da luta por um campo dotado de maior igualdade.

Estevan Leopoldo de Freitas Coca
Editor da Revista NERA

A formação do Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA: por soberania alimentar, contra a mercadorização do campo no Brasil¹

Ricardo Menezes Santos

Doutorando pelo Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe – PPGeo/UFS, Pesquisador do Grupo Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamentos Territoriais – GPECT/UFS/CNPq, Professor de Educação Básica na Rede Pública Estadual em Sergipe
e-mail: ricardo1menezes@yahoo.com.br

Resumo

O movimento do capital, na extração de mais valia, por meio de sua reprodução ampliada, tem produzido exclusão social e miséria. O processo de financeirização da economia via agronegócio, no campo, controlado pelas corporações financeiras, representa a territorialização do capital subordinando o camponês à sua lógica. Entretanto, a resistência camponesa emerge como negação a essa aviltante condição. Nesta direção, o Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA, desde a década de 1990, tem se especializado no Brasil e construído estratégias de reprodução do camponês, principalmente propondo uma produção de alimentos saudáveis que seja de acesso à população, inserida no projeto de Soberania Alimentar. Na consecução desta assertiva, o MPA apresenta estruturas envolvem formação de construção da concepção camponesa entre os pequenos agricultores, sistema de agricultura que atendam o autoconsumo, com estrutura direcionada para a venda a baixos preços para todos os trabalhadores. Deste modo, o MPA busca construir novas formas de enfrentamento ao modelo do capital no campo que resulta em crise alimentar, segregação e expropriação.

Palavras-Chave: Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA; reprodução camponesa; reforma agrária; agronegócio; Soberania Alimentar.

The formation of the Movement of the Small Farmers - SFM: for food sovereignty, against commodification the field in Brazil

Abstract

The movement of the capital, the extraction of the surplus value, through its expanded reproduction has produced social exclusion and poverty. The financial process of the economy through agribusiness, in the area, manipulated by financial corporations, is the territorial capital subordinating the peasant to his logic. However, peasant resistance emerges as denial of this demeaning condition. In this way, the Small Farmers Movement - SFM, since the 1990s, has skilled in Brazil and built reproductive strategies of the peasant, especially proposing a production of healthy food that is available to the population, inserted in the Food Sovereignty project. In pursuance of this assertion, the SFM presents structures involving formation of peasant construction design among small farmers, farming system that supports the self-consumption, with structure directed for sale at low prices to all workers. Thus, the SFM seeks to build new ways of confronting capital model in the field resulting in food crisis, segregation and dispossession.

¹ O artigo faz parte dos resultados de pesquisa de mestrado desenvolvida no Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe – PPGeo/UFS.

Keywords: Small Farmers Movement - SFM; peasant reproduction; land reform; agribusiness; Food Sovereignty.

La formación del Movimiento de Los Pequeños Agricultores – MPA: por la soberanía alimentaria, contra la mercantilización del campo en Brasil

Resumen

El movimiento del capital, en la extracción de más valía, a través de su reproducción ampliada, ha producido exclusión social y miseria. El proceso de financiarización de la economía a través de la agroindustria, en el campo, controlado por las instituciones financieras, representa la territorialización del capital subordinando a los campesinos a su lógica. Sin embargo, la resistencia campesina aparece como la negación de esta condición degradante. En este sentido, el Movimiento de los Pequeños Agricultores MPA desde los años 1990, ha especializado en Brasil y construido estrategias de reproducción campesina, proponiendo sobre todo una producción de comida saludable que sea de acceso a la población, insertada en el proyecto de la Soberanía Alimentar. En la consecución de esta asertiva, el MPA presenta estructuras envolviendo la formación de construcción de la concepción campesina entre los pequeños agricultores, sistema de agricultura que atiendan su propio consumo, con una estructura orientada a la venta a precios bajos a todos los trabajadores. Así, el MPA busca construir nuevas formas de enfrentamiento al modelo de capital en el campo que resulta en la crisis alimentaria, la segregación y el despojo.

Palabras clave: Movimiento de los Pequeños Agricultores – MPA; reproducción campesina; agroindustria; reforma agraria; Soberanía Alimentaria.

Introdução

A produção da desigualdade, da exclusão, da massificação da morte social tem sido a grande marca do capital nas últimas décadas. Os reflexos de sua expansão, de forma desigual e combinada, em todo o mundo têm relegado uma contundente marginalização da classe desprovida das condições materiais de existência. O crescimento da pobreza e da miséria acarretam em resultados palpáveis no que se refere ao processo de subordinação a que são submetidos no esteio do sistema de mercadorias.

A financeirização da economia na ótica da reprodução ampliada do capital conseguiu articular novas estratégias de acumulação, com isso, os grupos multinacionais foram beneficiados em uma multiplicidade de setores em que conseguem subtrair a riqueza e fomentar intensamente o lucro em detrimento da potencialização da pauperização e a expropriação de um enorme contingente populacional.

No campo, a estrutura foi montada para atender as necessidades do mercado, inserindo a lógica da produtividade e estabelecendo o agronegócio como estratégia de territorialização do capital. A sustentação dada ao agronegócio e a sua tecnificação, uma crise de alimentos tem se propagado, decorrente da submissão do campo ao modelo capitalista. Segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura –

FAO, no ano de 2009 o quantitativo de famintos ultrapassou o total de 1 bilhão de pessoas, reduzindo no ano seguinte para um total superior a novecentos milhões.

A realidade posta é a segregação, o campo foi invadido pelas corporações financeiras do setor agroalimentar e não somente essas, mas por todo um “arsenal”, cuja finalidade é a subsunção da terra, do valor de uso, enfim, da riqueza produzida por cada homem em cada país que ofereça condições para extração, principalmente entre os países da periferia do capitalismo. Entretanto, a contraposição e a resistência estão sendo construídas em várias frentes de lutas e nesse contexto, o Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA, diante das investidas do capital para a expropriação camponesa tem construído, desde a década de 1990 a sua espacialização pelo território brasileiro, como estratégia de luta contra a expansão capitalista no campo. Nesta direção, nos propomos neste texto discutir como o capital através do agronegócio tem promovido a sua expansão e como o campesinato, via a construção e espacialização do MPA emerge como proposta de negação do capital na busca pela Soberania Alimentar. Esta discussão é resultado de pesquisa de mestrado desenvolvida no Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe.

Agronegócio e fome versus produção camponesa e soberania alimentar no Brasil

A força do capital no território brasileiro, principalmente a partir da segunda metade do século XX, se constitui com a consolidação da opção nacional pela sua integralização ao capitalismo mundializado via o pacto da classe dominante interna com os grupos da classe dominante internacional. A preferência do Estado por este modelo de desenvolvimento econômico tinha como ideologia a modernização do país com o objetivo de superar o atraso, entretanto, essa estrutura faz parte de uma política comandada pela oligarquia agrária e pelos novos industriais do sudeste cujo discurso mascara a manutenção do atraso econômico e social e dessa forma, a permanência dos mesmos grupos no poder e suas estruturas arcaicas.

No campo brasileiro, o assalariamento foi a marca contundente do sistema de mercadorias que se utilizava desse mecanismo para reproduzir-se, ao mesmo tempo que mantinha relações não capitalistas de produção para assim, reproduzir o capital. A apropriação da terra pelas empresas internacionais consolidava a aliança entre agricultura e indústria, isto é, entre terra e capital e marcava o caráter concentrador da estrutura fundiária no Brasil. O desenvolvimento desigual posto no território a partir desta perspectiva sujeitou a produção camponesa e ampliou as possibilidades de extração da renda da terra. Com a

ampliação desse processo, a partir da década de 1990 por meio do neoliberalismo, o agronegócio ganhou força como sinônimo de produtividade e superação do atraso entre outras adjetivações no processo de mascaramento da realidade.

A materialização do agronegócio na estrutura econômica sob o domínio do capital financeiro ratifica a expansão da monopolização e da territorialização do capital no campo. Nesse contexto, a invasão das multinacionais com o consentimento do Estado permitiu o controle da produção agrícola e a sujeição da terra às intempéries do sistema de mercadorias.

O cumprimento dos fatores atribuídos à agricultura aconteceu à risca e a articulação de interesses agroalimentares se juntaram aos urbano-industriais, nas escalas nacional e internacional. As estruturas produtivas constituíram-se no que denominamos conglomerados agroquímico-alimentar-financeiros, que, desta feita, ultrapassam as raias comerciais dos mercados locais e dos produtos *in natura* e ganham as bolsas de valores (mercado de futuros), os esquemas especulativos. A *commoditização* passa a referenciar não somente as relações mercantis, como também os padrões de consumo alimentar das populações urbanas e a própria estrutura da produção agrícola do país, influenciando diretamente na segurança alimentar e, de forma mais contundente, na soberania alimentar. (THOMAZ JÚNIOR, 2009, p. 184).

Ao assumir este modelo, o Estado brasileiro, no cenário internacional, firmou o seu papel enquanto fornecedor de bens primários, para satisfazer os interesses internacionais e a “sede” de acumulação da classe dirigente da economia nacional.

Essa face da divisão técnica/territorial do trabalho expressa, por um lado, a perversidade da permanência dos países megadiversos, como o Brasil (com 23% da variabilidade global), como fornecedores de recursos biológicos com baixo valor agregado e consumidores de tecnologias dos países desenvolvidos, e, por outro, os conglomerados agroquímico-farmacêutico-alimentares, que, de forma consorciada ou operando em partes da cadeia produtiva, controlam a agroindustrialização/comercialização do produto e monopolizam as exportações. (THOMAZ JÚNIOR, 2009, p. 188).

Os grupos do agronegócio são beneficiados com a legislação e o aparato político, e em contrapartida a esse compadrio, os benefícios individuais vão sendo concedidos e a riqueza da população brasileira rapidamente exaurida. É nesse contexto que se faz importante à ampliação e a necessidade da terra. Com o agronegócio, a sua apropriação para o crescimento da monocultura é plausível, a obediência servil às regras de mercado transformou o país em um grande produtor de *comoditties* agrícolas para o comércio internacional pautado nessa conjuntura em dois pilares fundamentais: produtividade e especulação.

Segundo Gonçalves e Alentejano (2008, p.9), a feroz aquisição de terras agricultáveis pelo capital promove redução da produção de alimentos no Brasil; em

contrapartida, cresce a produção de agrocombustíveis como, por exemplo, a cana-de-açúcar, que tem ocupado grande parte da área de produção agrícola. O processo de crescimento da produção para exportação, não se dá somente com a cana, a soja também entra nesse circuito produtivo. O plantio de soja incorporou novas terras tornando-se um importante gerador de divisas, entretanto, trouxe consigo grandes problemas sociais e econômicos.

O aumento da área plantada com soja no Brasil resultou na incorporação de terras virgens à produção, bem como na substituição de outros cultivos por soja [...] A elevação do preço da soja no mercado internacional e a promessa de maior produtividade e mais baixo custo de produção oferecidos pela soja transgênica, foram os fatores responsáveis pelo aumento observado nesta monocultura. (MIRANDA *et al.*, 2007, p. 9).

O complexo do agronegócio brasileiro movimenta a lógica comercial destinada ao mercado no campo. A estrutura envolve aquisição de novas áreas pelo país, grandes somas de recursos, elevado padrão tecnológico, o que permite a intensificação produtiva devido às determinações do sistema para o plantio de agrocombustíveis e de ração para a alimentação do gado europeu. Diante dessa conjunção de fatores, vislumbra-se a certeza de que ao agronegócio e aos seus controladores tudo é permitido.

Apesar da força do agronegócio, representando a “joia” da atividade capitalista, há que se colocar a sua pequena participação no conjunto total no que se refere ao uso da terra no país. Mesmo apresentando uma grande força no PIB – Produto Interno Bruto brasileiro, o agronegócio, se comparado com a quantidade de terras não agricultáveis, responde a uma parcela pequena das terras no Brasil. De acordo com Ariovaldo Umbelino de Oliveira, mais de 310 milhões de hectares são de terras devolutas e estão sob a tutela das empresas privadas que não têm documentos de posses para comprovar o direito de propriedade². Esta situação que há entre os capitalistas revela a usura de querer auferir a renda da terra a todo custo e a expropriação da riqueza brasileira pertencente à sua população.

A escolha pelo modelo capitalista se assenta sobre a exclusão dos trabalhadores do campo e são incompatíveis as formas de produção camponesas e as que são orientadas para o mercado. Assim, a preferência pelo agronegócio, pela produção de *comodities*, pela especulação com a produção de alimentos tem alijado a pequena produção agrícola brasileira e promovido a alta dos preços. Entre outros aspectos relacionados a essa questão observa-se a importação de alimentos fundamentais para a cesta básica do trabalhador, mesmo tendo áreas para produzir internamente.

² Nota de trabalho de Campo realizado entre 12 e 16 de abril de 2010 – III Encontro Nacional do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA em Vitória da Conquista - BA.

Conforme Oliveira (2008), no Brasil, a problemática dos altos preços tem vínculos estruturais e conjunturais. Isso significa afirmar que, por exemplo, o aumento dos derivados de trigo tem relação com o bloqueio argentino no que se refere à exportação desse cereal para o país. O país é o maior importador mundial desse produto, entretanto, quando o mercado interno produz níveis satisfatórios desse grão exporta-se também. Isso evidencia a lógica neoliberal: vende-se para quem pode pagar mais.

O Brasil é o único país do mundo onde se prega essa tese maluca do neoliberalismo, de que a comida tem que ser oferecida no mercado a quem puder pagar mais, como propõe os economistas neoliberais. Claro que isso tira do país a possibilidade construir tanto segurança como soberania alimentar. A lógica do neoliberalismo é uma só: manda-se comida a quem paga mais, não a quem tem fome. Nem para o povo do próprio país esta oferta fica assegurada (OLIVEIRA, 2008, s/p.).

Essa lógica não se encerra somente com a produção de trigo que é alimento básico da população brasileira, outros cultivos de primeira necessidade como feijão e o arroz também são inseridos nesse processo, reflexo da negação da agricultura camponesa. A consequência direta é a insegurança alimentar no Brasil, apesar do país figurar entre os maiores produtores de grãos do planeta. Isso revela as fragilidades internas, como a posição subalterna do país no que diz respeito à impossibilidade de produzir o alimento de que a sua população necessita. Resultado de uma escolha que internamente favorece uma pequena parcela da sociedade e externamente as grandes corporações empresariais e sua dependência ao sistema capitalista.

[...] o controle sobre os espaços produtivos e esquemas de agroprocessamento e comercialização garante a esses poucos conglomerados capitalistas os preços dos produtos, inclusive os que compõem a cesta básica dos povos, como já ocorre no Brasil, com o arroz e o feijão, os quais seguem igualmente a marcha de ascensão dos preços. (THOMAZ JÚNIOR, 2009, p. 198).

A questão do acesso ao alimento perpassa diretamente pelo acesso à renda. O problema da fome no Brasil significa uma exclusão premeditada, montada, estruturada para não permitir o acesso ao alimento. Segundo Castro (2004, p. 266) ³, a fome em terras brasileiras tem relação direta com a proposta advinda da colonização, tudo o que não vislumbresse vantagem mercantil não era apreciado pelo metropolitano. Desde sempre, neste país, conforme sua análise, as prioridades tinham ligação com os interesses dos monopólios estrangeiros, [...] “foram os interesses alienígenas que predominaram, orientando a nossa economia para a exploração primária da terra e para a exportação das

³ O médico sanitário Josué de Castro publicou o livro “Geografia da Fome” em 1946.

matérias-primas assim obtidas”. (CASTRO, 2004, p. 267). Essa questão, na concepção de Josué de Castro, é a “força motriz” do atraso secular aqui instalado, inclusive as decisões internas relativas à questão do desenvolvimento privilegiaram alguns espaços em detrimento de outros, evidenciando o desnível regional. E, somente a partir da compreensão desse aspecto, é que se pode entender que a fome no Brasil é sinal de uma contradição econômica. “A alimentação do brasileiro é insuficiente desde sempre”. (CASTRO, 2004, p.2).

A fome no Brasil tem lastro histórico, não é um fenômeno atual. A sujeição do país que é observada nesta atual conjuntura, apesar de ter vínculos estruturais, intensifica o fenômeno sendo que a impossibilidade de garantir o consumo diário de comida pelo brasileiro ressalta que a “raiz” desse problema está na pobreza gerada pelo não acesso à renda.

O combate à fome deverá ser orientado, basicamente, para aumentar os direitos dos pobres, dando-lhes acesso a alimentos e às demais condições (habitação, saneamento, serviços de saúde, educação etc.) para uma vida saudável. Isso poderia ser obtido através de um processo de redistribuição da renda e/ou desenvolvimento econômico acelerado, que beneficiasse particularmente os pobres, dando-lhes a oportunidade de ter bons empregos. Pré-requisito, a longo prazo, é um sistema de educação básica que dê a todos a possibilidade de exercício de uma profissão[...] (HOFFMAN, 1995, p. 170).

Percebe-se que há toda uma preocupação em possibilitar a ampliação do capital em detrimento das reais necessidades brasileiras. Essa circunstância torna-se perceptível ao se observar a contraditória expansão das exportações agrícolas e das necessidades de demanda interna de alimentos que se apresenta como uma dura evidência da realidade brasileira originada de uma má distribuição de renda. Outra questão perceptível é o aumento de trabalhadores despossuídos e sem destino diante da desestruturação econômico social no país. O entrelaçamento destes fatos reforça a importância da discussão da Questão Agrária brasileira.

Nesse contexto, o camponês surge resistindo e se contrapondo, como expressão de sua discordância desse modelo perverso, inclusive porque é a produção camponesa a grande responsável pelo abastecimento da população no que se refere ao consumo de alimentos no Brasil e, por esse motivo, constitui-se um entrave para as ambiciosas pretensões capitalistas.

Conforme o censo agropecuário publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE em 2006, a pequena produção camponesa assume grande relevância para a alimentação no Brasil. Cerca de 70% dos alimentos produzidos e que chegam à mesa dos brasileiros são originados da pequena produção camponesa. As grandes

propriedades têm como finalidade a produção para exportação; apesar de terem as melhores terras, os subsídios e os recursos públicos, somente 30% do que produzem estão à disposição para o consumo interno. Em relação ao emprego de força de trabalho, a produção camponesa emprega em torno de 74% dos trabalhadores do campo; já as médias e grandes propriedades ocupam apenas 26%. Em média, na agricultura camponesa, em cada 100 hectares trabalham 15 pessoas, em contrapartida na mesma quantidade de hectares do agronegócio trabalham apenas 2 duas pessoas.

Quadro 1: Resumo do Censo 2006 – Informativo MPA

Camponeses	Agronegócio
14% do Crédito	86% do crédito
24% das terras	76% das terras
40% da produção global	60% da produção global
70% da produção de comida	30% da produção de comida.
74% da mão de obra ocupada.	26% da mão de obra ocupada.

Fonte: Movimento dos Pequenos Agricultores, 2009.

Organização: AUTOR

A efetividade da pequena produção camponesa no Brasil revela que, mesmo submetida às condições de opressão com pouca terra, ausência de incentivo, crédito reduzido, entre outros, consegue-se produzir em quantidade suficiente para alimentar a população, ao mesmo tempo denuncia-se a finalidade pautada no lucro da produção capitalista do agronegócio, que através de produtividade não resolverá a fome e a pobreza no campo.

Os dados do IBGE revelam que a alcunha de atrasado atribuída ao campesinato não tem validade e reflete a encarnação de uma força ideológica para a desmobilização do pensamento social sobre os pequenos agricultores. É inegável e têm sido amplamente difundidas as dificuldades enfrentadas por esses agricultores para permanecerem no circuito produtivo. Esta questão, aliada à realidade dos números, ressalta o importante papel do pequeno agricultor que pode produzir comida de qualidade evocando a tese da Soberania Alimentar que é uma perspectiva ainda incipiente no Brasil. A constante luta dos Movimentos Sociais do campo para garantir a Soberania Alimentar esbarra nas políticas de Segurança Alimentar utilizadas como forma de permitir a continuidade da subserviência brasileira aos ditames do capital. Muito se discute sobre Segurança Alimentar, principalmente através de políticas de Estado compensatórias e imediatistas, o que não dá certeza quanto à condição de garantia do alimento e nem de renda. Este fato impede o fortalecimento da proposta da Via Campesina de Soberania Alimentar que é concebida a partir da prática camponesa.

Segundo Rosset (2007), a Soberania alimentar somente será alcançada com a produção do pequeno agricultor, aonde quer que esteja; este é um princípio para negar as

regras de mercado que impedem o crescimento da economia camponesa. Nesse sentido, novas estratégias de desenvolvimento devem ser contempladas pensando no bem da coletividade e não nos interesses das empresas do setor agroalimentício.

Nesse sentido, ganha destaque a importância da terra enquanto garantia da reprodução da vida, enquanto substrato produtivo necessário. A terra se constitui como instrumento de garantia da permanência do homem no campo, além de justificar a necessidade da produção de alimentos para a população brasileira. É nesse contexto que a discussão sobre a Reforma Agrária ganha amplitude no campo.

A reforma agrária como premissa de garantia da soberania alimentar

No Brasil, a discussão da reforma agrária ganhou magnitude desde a segunda metade do século XX. Contudo, esse debate vai ser minimizado em nome dos interesses dos grandes proprietários de terras, isto é, todos os atos do Estado relativos ao campo não visavam promover o desmonte do latifúndio.

Durante todo o período da ditadura militar em que se acirraram os conflitos, apesar da promulgação do Estatuto da Terra em 1964, ficou nítida separação entre o político e o econômico nas discussões referentes à distribuição da terra clarificando as reais intenções dos governantes brasileiros que não se propunham a uma mudança estrutural no país. Os governos da ditadura foram autores de políticas pontuais no que se relaciona à questão da terra. Em nenhum momento houve a preocupação em beneficiar os camponeses transformando a estrutura agrária: “a reforma agrária vai manter a atual estrutura fundiária, pois a política do governo é realizá-la sem divisões de terras”. (MARTINS, 1985, p. 42).

A minimização das relações políticas de beneficiamento referentes a terra era forte devido à pressão exercida pelos grandes proprietários de terras e empresários, cuja intenção era angariar os mesmos benefícios e terem suas reivindicações atendidas. Denúncias desse tipo indicavam como eram fortes os entraves à reforma agrária, mesmo com a criação de instituições para intermediar a situação, como o INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. O cerne da discussão era o reducionismo ao máximo da Questão Agrária. (MARTINS, 1985).

A expansão capitalista é a grande marca do campo brasileiro nesse período. Desse modo ficava inviabilizada a proposta de reforma agrária, apesar dos constantes conflitos, o dito desenvolvimento proposto para o país não incluía o pequeno agricultor, isto era evidente com a venda do território a partir dos incentivos fiscais, isenções e o fortalecimento das empresas capitalistas. A lógica era clara: fortalecer o capitalismo no Brasil, expropriar o

camponês da terra e expulsá-lo para a cidade, tendo como resultado direto mais concentração de terra.

Com o advento da abertura política brasileira durante a década de 1980, o clamor social por mudanças estruturais o governo José Sarney é forçado à montagem do PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária. Entretanto, a organização latifundiária fundada por membros do Legislativo nacional impediu a consecução de reformas no campo: o que se observou foi a manutenção da estrutura fundiária altamente concentrada e o fracasso do plano. Oliveira (1999) ressalta que as lutas travadas na Constituinte com a finalidade de garantir uma Reforma Agrária mais ampla e irrestrita esbarraram na Constituição de 1988. Naquela ocasião, a bancada ruralista da UDR – União Democrática Rural - saiu vitoriosa, pois a legislação aprovada na Constituição Federal foi menos abrangente que o Estatuto da Terra, criado durante o governo militar, e a reforma agrária novamente foi desmantelada em nome da sustentação da elite conservadora.

A partir da década de 1990, os governos brasileiros relegaram ao esquecimento a questão da reforma agrária – de Fernando Collor a Fernando Henrique Cardoso ocorreu uma minimização de políticas para o campo e com isso, a reforma agrária foi definitivamente “guardada”, este fato fez eclodir os conflitos por terras trazendo ao cenário nacional a força dos Movimentos Sociais.

No início do século XXI, com a ascensão do governo Lula da Silva, a reforma agrária continuou no esquecimento, porém fortaleceu a subserviência às instituições financeiras internacionais. O que se observou foi a denominada reforma agrária de mercado com distribuição de terra, mas sem estrutura para o pequeno produtor, fortalecendo a pobreza no campo.

[...] a política compensatória de assentamentos rurais tornou-se um negócio para dar conta de interesses de momento, ora econômicos ora de matiz essencialmente política, de maneira a evitar as contrariedades que a luta pela terra poderia provocar na consecução dos interesses dos sujeitos sociais fundantes do pacto de apropriação privada das terras (e das águas) do país. Essa política compensatória de assentamentos rurais tem sido coerente com a concepção de mundo neoliberal exercida pelo Governo Lula, na qual a ética e a política são subalternas ao mercado. (CARVALHO, 2004, p. 10).

O projeto do capital para o Brasil não engloba a produção camponesa, aliás, o campesinato é um entrave para o sistema de mercadorias e para dissipá-lo a negação da terra aparece como aspecto condicional de sua total desestruturação e abandono. A reforma agrária é um viés para um começo que envolve uma mudança social, contudo, conforme Gonçalves e Alentejano (2008), nesse país se pratica o inverso da reforma agrária, pois, o que se verifica é o aumento do latifúndio.

No sistema do capital, a terra não é criação do trabalho humano, por isso dela se pode extrair uma renda social, significando sinônimo de renda acima do lucro médio. Para os capitalistas, esta realidade faz emergir uma intensa disputa pela sua posse principalmente nessas últimas décadas em que a sua valorização tem relação direta com a produção dos agrocombustíveis e, com o aprofundamento da crise estrutural do capital, dominá-la permite a inserção em um crescente mercado especulativo.

É nesse contexto que a reforma agrária ganha relevância para o campesinato e para a sua proposta de produção de alimentos, a Soberania Alimentar. O acesso a terra pode determinar, de acordo com a concepção do agricultor camponês, uma nova orientação produtiva no campo, possibilitando a partir de uma produção que não seja resolvida pelo mercado, uma mudança na estrutura social, diferentemente da expropriação camponesa observada nos países periféricos. Rosset (2007) aponta a possibilidade da posse da terra ao pequeno produtor como condição de produzir o alimento para a continuidade da vida. Contudo, não se deve prender-se ao fato de que a distribuição da terra sob qualquer aspecto pode gerar o sucesso imediato da agricultura camponesa. Essa assertiva levanta uma discussão que é mencionada por Oliveira (2007) ao discutir a questão da reforma agrária. Em suas observações, o sistema de mercadoria pode utilizar a reforma agrária como uma forma de estratégia para expandir-se ainda mais, porque ao permitir a propriedade da terra ao pequeno produtor pode sujeitá-lo ao processo de monopolização pelas grandes empresas e também transformá-lo em pequeno capitalista permitindo a concentração da terra. Contudo, é nesse processo de sujeição que outra situação se põe como fundamental: a perspectiva e necessidade de luta não só pela propriedade da terra, mas, sobretudo à luta contra o capital.

A reforma agrária aparece como uma estratégia, mesmo contraditoriamente sendo mecanismo do capital em sua essência, para espacialização camponesa. Segundo Oliveira (2007), a constituição da reforma agrária está atrelada ao movimento do Estado para a contenção das manifestações camponesas, então seu vínculo original foi pensado para coibir o descontentamento da população do campo e impossibilitar transformações na estrutura social, ao mesmo tempo em que visava dar a sustentação para a manutenção da extração da riqueza pelos detentores do capital.

A reforma agrária constitui-se, portanto, em um conjunto de ações governamentais realizadas pelos países capitalistas visando modificar a estrutura fundiária de uma região ou de um país todo. Ela é feita através de mudanças na distribuição da propriedade e ou posse da terra e da renda com vista a assegurar melhorias nos ganhos sociais, políticos, culturais, técnicos, econômicos (crescimento da produção agrícola) e de reordenação do território. Este conjunto de atos de governo deriva de ações coordenadas, resultantes de um programa mais ou menos elaborado e que

geralmente, exprime um conjunto de decisões governamentais ou a doutrina de um texto legal. (OLIVEIRA, 2007, p. 67).

As alterações advindas da reforma agrária no campo modificam a estrutura fundiária, todavia, não provoca mudanças no modelo capitalista imposto sobre a sociedade. Efetivamente há uma divisão dos grandes latifúndios ocorrendo uma distribuição com os demais trabalhadores e, isto implica um rompimento da grande propriedade de terras em poucas mãos. De maneira geral, essas reformas foram realizadas nos países periféricos onde a concentração de terras assumia números alarmantes. (OLIVEIRA, 2007, p. 68).

Cabe ressaltar que a contradição inerente a esse movimento suscita uma reflexão, apesar do capital ainda está na esfera social dominando as ações e com a posse da terra o camponês tornar-se um pequeno proprietário. A repartição da grande propriedade abre a possibilidade de uma luta que ultrapassa o entendimento da questão da terra em si, indo além, enveredando em uma luta pela mudança na estrutura como um todo.

A reforma agrária, se pensada conforme a concepção camponesa diferencia-se dos padrões dominantes e pode propiciar uma maior produção de alimentos e melhores condições de vida no campo. Esta proposta é fundamental para a obtenção da Soberania Alimentar segundo os Movimentos Sociais⁴. O direito de produzir alimentos livre das amarras das regras de mercado, somente pode ser concebida com o direito a terra pelo camponês. De acordo com a compreensão de Thomaz Júnior (2006), essa relação entre reforma agrária e Soberania Alimentar é importante diante do surgimento de uma nova postura da classe trabalhadora, fato responsável por uma nova dinâmica frente à imperiosidade do capital.

A criação de impossibilidades para a economia camponesa se faz de forma concreta, desde a sua desqualificação à sua expulsão definitiva do campo. Assim é montada a tática perversa para impedir a sua entrada na terra, resultando na impossibilidade da Soberania Alimentar.

A Soberania Alimentar também tem, em sua definição, os desafios de viabilizar ações práticas para enfrentar a fome, a pobreza e a miséria, não na perspectiva da segurança alimentar que pressupõe, via de regra, alternativas mercadológicas e manutenção de estoques reguladores para fazer o jogo do mercado e não para resolver a chaga da fome. Estamos, então, diante da *insegurança alimentar* e dos pressupostos que fundam os alicerces das mazelas e endemias sociais, as quais atingem cada vez mais as populações desempregadas, desterradas, empobrecidas e famintas. (THOMAZ JÚNIOR, 2006, p. 26).

⁴ Entende-se que entre os Movimentos Sociais há um debate referente a questão da Reforma Agrária, ao se colocar essa questão analisa-se em linhas gerais uma mudança estrutural, a partir da concepção camponesa e não dos mecanismos do capital.

A reforma agrária de mercado entra na trama de uma política do governo federal consorciado com instituições financeiras como o Banco Mundial a fim de promover a compra da terra para camponeses com pouca ou sem terra. No discurso do Estado está a centralidade da redução da pobreza, da redução de custos e a eliminação de conflitos. Entretanto, o que está subentendido é o favorecimento dos dirigentes políticos das diversas áreas em que ocorre esse processo. (RAMOS FILHO, 2009, p.6/7).

[...] as condições geográficas dos empreendimentos demonstram grandes limitações a desenvolvimento territorial destes que possibilitem a emancipação das famílias. Dentre suas causas vale ressaltar: a baixa capacidade política das associações, exigüidade territorial para o quantitativo de famílias mutuárias por empreendimento, freqüentes equívocos das equipes de assistência técnica, assim como a irregularidade da prestação de assessoria técnica, etc. Estes fatores têm determinado que parte dos trabalhadores destes programas sigam realizando sua subsistência mediante assalariamento nas fazendas circunvizinhas. (RAMOS FILHO, 2009, p.7).

A criação dos empreendimentos de RAM perpassa uma operação de financiamento bancário aos camponeses pobres para a aquisição à vista de um imóvel rural ou fragmento deste. A transação de compra e venda de imóveis rurais realiza a renda absoluta da terra, favorecendo diretamente os fazendeiros que disporão de dinheiro em espécie para a aquisição de terras em outros locais, investir em outros setores da atividade produtiva ou qualquer outra coisa, favorece os bancos que receberão os juros dos mutuários mediante a amortização do financiamento, já os mutuários, por sua vez, apresentam dificuldades de pagamento destas anuidades e quando o fazem, realizam mediante o comprometimento de parte significativa da renda da terra. (RAMOS FILHO, 2009, p. 7).

A reforma agrária pode representar a formatação de justiça social para o homem do campo, o seu impacto na estrutura fundiária poderia representar uma saída para problemas como a fome, a pobreza contribuindo para o fim de políticas assistencialistas.

A disponibilidade de terras para o plantio é elevada e pode atender às necessidades da agricultura capitalista e camponesa. A negação da reforma agrária se põe com uma série de fatores referentes ao seu processo de desmobilização como ser ultrapassada, custosa para os cofres públicos, promotora de continuidade da pobreza no campo, entre outros. Na verdade, o que se pode concluir é o falseamento próprio da aliança entre as grandes empresas e o Governo brasileiro para impedir uma mudança social no Brasil e esse atravancamento impede diretamente a constituição de um país sem fome, pois compromete a proposta camponesa através da Soberania Alimentar.

Segundo Ariovaldo Umbelino de Oliveira, a construção de uma política de Soberania Alimentar deve estar assentada em uma política econômica baseada em uma reforma agrária ampla, pois quem produz alimento no país é o camponês⁵.

⁵ Fala proferida no III Encontro Nacional do MPA em 2010.

Os camponeses observam que a reforma agrária e a soberania alimentar são alternativas que devem ser construídas pelos trabalhadores, do seu ponto de vista, e essa questão revela que o Estado não tem política para essa classe. Assim, os movimentos sociais lutam contra a expansão do capital no campo, pela construção de um modelo de reforma agrária e de Soberania Alimentar como projeto de sociedade. No bojo desse seguimento está o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA.

Na Busca pela soberania alimentar: a construção do Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA na contracorrente do capital

A construção do MPA enquanto movimento tem relação direta com a expropriação dos agricultores familiares imposta pelo governo neoliberal brasileiro na década de 1990. Não se quer dizer que esse fato não ocorria anteriormente, pois, historicamente a negação dos direitos aos “pequenos”, sejam os trabalhadores rurais ou urbanos, tem sido um fato corriqueiro no Brasil. Porém, ocorre que naquele período o modelo neoliberal, no país, inicialmente via governo Fernando Henrique Cardoso, respondia veementemente aos projetos do capital por meio de instituições como o FMI e o Banco Mundial.

Conforme Görden (1998), durante a década de 1990, aliada à grave situação existente entre os pequenos agricultores, de ausência de políticas e subsídios que viabilizassem a produção, ocorria uma forte estiagem nos estados da região sul do Brasil: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A problemática trazida pelo clima agravava ainda mais a situação econômica e social dos pequenos produtores.

O contexto dessa situação possibilitou o surgimento do MPA deixando exposta a preferência do Estado em relação ao projeto hegemônico do capital, mesmo se tratando de um problema extremo, em uma época de crise econômica e em um estado cuja produtividade agrícola é considerável a nível nacional. Clarificou-se o abandono da agricultura camponesa. Essa condição não foi e não é específica do Sul do Brasil, região em que ocorreu esses acontecimentos, envolvendo os pequenos agricultores naquele período, porém é uma situação que se alastra por todo o país, sendo uma condição intrínseca à história brasileira.

O momento do acampamento no Rio Grande do Sul em 1996 se caracterizou como fundamental, porque deu diretrizes concretas para o entendimento de como deveriam seguir os pequenos agricultores. Desse modo, pode-se inferir que o aprendizado com as mobilizações, formas de luta, decisões, encaminhamentos, organização, busca de consciência política, entre outros aspectos, tornaram-se muito expressivos na concretização do momento posterior do Movimento.

Internamente, no MPA, a busca pela consciência política e a aplicabilidade das diretrizes provenientes do aprendizado na luta estão presentes na condução diária da vida do Movimento. É nesse contexto que as lideranças buscam inserir o camponês a fim de levá-lo a compreensão de seu papel no mundo contra o modelo imposto pelo capital.

A partir dessa análise, é possível perceber que a constituição do MPA está ligada à presença do coletivo de agricultores chamada, pela liderança, de base. Os agricultores estão presentes em todas as etapas de formulação das decisões e nas manifestações públicas que envolvam grande contingente de pessoas. Segundo Görgen (1998), no início do Movimento, observou-se essa situação com a Caminhada de Montenegro a Porto Alegre, a ocupação da Secretaria de Agricultura em Porto Alegre, a ocupação do terreno da General Motors no Rio Grande do Sul, a manifestação na Expointer também no Rio Grande do Sul e os momentos decisivos da criação oficial do MPA. Durante a pesquisa de campo pelo semiárido sergipano, foi possível observar que em todas as manifestações, tanto as de caráter reivindicativos como as que assumiam uma condição de denúncia, eram feitas pelo coletivo de agricultores.

Segundo Görgen (1998), é com o coletivo dos grupos de base que o MPA foi oficializado em 12 e 13 de dezembro de 1997 no Rio Grande do Sul. Essa também foi à tônica do crescimento do Movimento em outros estados, naquele momento em Rondônia e depois no Espírito Santo. Entre marchas, mobilizações, manifestações, vigílias, reuniões, negociações entre outros, a força do coletivo, a força da base formada pelos camponeses deu uma nova concepção de organização para o Movimento Social e, dessa forma, reacendia uma ponta de esperança para a pequena agricultura no Brasil. Apesar das contradições, que são inerentes a todos os Movimentos, o MPA reúne em sua recente história uma marca de defesa dos trabalhadores do campo.

A mobilização das famílias pela busca de melhores condições de vida no campo, era uma resposta ao modelo de produção dominante que privilegiava/privilegia as grandes monoculturas para exportação e excluía/exclui os pequenos produtores do acesso às condições de produção, via investimentos públicos. Em vários estados brasileiros como Espírito Santo, Rondônia e Santa Catarina famílias de camponeses questionavam o papel de suas representatividades sindicais e discutiam uma nova forma de organização que respondesse às necessidades dos camponeses. Tendo como exemplo de luta no campo as ações de Movimentos como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), o MPA foi criado, não como um Movimento que quer disputar com outras organizações já existentes no meio rural, mas despertar e organizar a classe camponesa para a tomada de consciência de sua situação e de seu potencial.

O processo de construção do Movimento contou com a contribuição de outras organizações camponesas como o MST, que trouxe uma nova forma de estratégias de enfrentamento das situações vivenciadas no campo como a luta direta das massas, a ocupação da terra, a visão de uma sociedade sem exploração e a organização de base. Além do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, outros sujeitos tiveram participação

Na criação do MPA, entre eles, os educadores populares, que de acordo com o Movimento eram formados por pessoas ou entidades que ajudaram apresentando novas metodologias, experiências de cultivos agroecológicos, o debate das relações de gênero, a importância da participação familiar, a necessidade de formação política e a militância. Pode-se citar também os dirigentes sindicais, que continuavam no campo e que vivenciavam as dificuldades da pequena produção e não aceitavam a cooptação dos Sindicatos Rurais pelo governo.

O MPA, juntamente com outras organizações existentes no campo, integra a Via Campesina⁶, que se constitui como uma organização internacional criada no início da década de 1990 e que atualmente encontra-se por vários países da África, da Ásia, da América e da Europa, reunindo diversas organizações camponesas (pequenos e médios produtores), trabalhadores do campo, comunidades indígenas e movimentos formados por mulheres. O seu principal objetivo é a construção de um modelo agrícola que promova uma sociedade mais justa, que alcance a Soberania Alimentar a partir do entendimento dos trabalhadores e que busque um constante equilíbrio com a natureza (VIA CAMPESINA, 2010).

Para Picolotto (2008), a Via Campesina visa a construir novas formas socioeconômicas divergentes das existentes, pois, tem proposto estratégias de enfrentamento ao modelo capitalista presente no campo que é centralizado no agronegócio. Deste modo, constrói seu projeto político sustentado pelo conceito de campesinato com um modelo em contraposição ao capital, diferindo inclusive da conceituação de agricultura familiar. Na ótica da Via Campesina, a agricultura familiar objetiva a sua integração ao mercado, transformando os agricultores em pequenos capitalistas, enquanto em sua concepção se faz necessária a construção de um sujeito social, o camponês, que busca resistir ao sistema dominante, e, por isso, enfrenta as grandes empresas e as políticas de Estado que beneficiam a agricultura do capital. Essa problematização intenta a formulação

⁶ No Brasil a Via Campesina é composta pelos seguintes movimentos: MPA – Movimentos dos Pequenos Agricultores; MST – Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; MAB – Movimentos dos Atingidos Por Barragem; MMC – Movimento de Mulheres Camponesas; FEAB – Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil; CPT – Comissão Pastoral da Terra; PJR – Pastoral da Juventude Rural; ABEEF – Associação dos Estudantes de Engenharia Florestal; CIMI – Conselho Indigenista Missionário e Pescadores de pescadoras Artesanais.

de um plano político para a formação de uma nova estrutura de sociedade contrária à que está posta na atualidade, objetivando a formação de sujeitos sociais politicamente organizados.

O camponês, no entendimento do MPA, é o sujeito que mesmo inserido no sistema de mercadorias não se define como capitalista escapando às simples definições, pois, apresenta um modo de vida que o diferencia nas mais diversas localidades do planeta, constituindo, a partir de suas relações, formas distintas de produção que traduzem o seu entendimento de mundo e dessa forma a sua identidade, ou seja, apresenta características que lhe são próprias. Picolotto (2008) em seu estudo menciona que o projeto da Via Campesina no Brasil busca avançar na compreensão da identidade e do projeto do campesinato, demarcando conceitualmente o sujeito camponês e resgatando a sua resistência ao capitalismo. Desse modo, coaduna-se com o MPA que ressalta que a palavra camponês é fundamental para a identificação da luta de classes, confirmando-lhe a posição enquanto sujeito social, político e como classe social.

O MPA e a Via Campesina apresentam a mesma leitura sobre o avanço do capitalismo no campo. Observam que o atual modelo agrícola baseado no controle dos grandes proprietários e das empresas transnacionais prioriza a produção de monocultivos, cuja finalidade é a obtenção de altos lucros, mesmo que prejudique a natureza e introduza na composição dos cultivos produtos químicos que degradem a saúde humana. As ações de denúncia desencadeadas, tanto pela Via Campesina como pelo MPA, têm posto em destaque que a aplicação do modelo capitalista no campo tem causado sérios prejuízos à sociedade, seja pela organização da produção monocultora voltada ao atendimento à indústria, como é o caso do eucalipto, seja pela produção da monocultura da cana, cujos interesses estão direcionados à produção de agrocombustíveis. Desse modo, tem-se gerado aumento do desemprego e trazido sérios problemas para a natureza como a destruição do solo e o alto índice de desmatamento. Além disso, nesse contexto, ganharam relevância a difusão dos produtos transgênicos, a desnacionalização dos setores agrícolas de alguns países e o aumento da concentração da renda e da terra. Isto evidencia o processo de privatização de recursos como a terra e a água mostrando que o cerne da crise atual, que atinge principalmente as camadas mais pobres da população, está no esgotamento do modelo dominante e o aumento gradativo da fome no planeta.

A crise alimentar vivenciada no mundo, de acordo com o MPA e a Via Campesina, resulta de uma grave situação social visivelmente observada na alta dos preços dos alimentos e em sua escassez, originando o aumento da fome. Logo, essas organizações apontam a necessidade de um novo modelo agrícola que tenha como prioridade a Soberania Alimentar. Diante do fracasso do modelo capitalista da implementação de uma

agricultura pensada pelos pequenos produtores em que seja priorizada a produção de alimentos saudáveis e de forma diversificada se faz necessário, significando o direito da população de cada país de produzir seu próprio alimento, entretanto, isso requer o rompimento com o modelo dominante.

A proposta de agricultura do Movimento dos Pequenos Agricultores visa à garantia da produção de subsistência familiar, pois, acredita-se que diante da crise atual, os efeitos negativos gerados perpassam diretamente pelos pequenos agricultores que muitas vezes são excluídos e expulsos do campo. Deste modo, o que se coloca para os pequenos produtores é a resistência na terra. Conforme a análise do MPA, a estrutura produtiva vigente permite a destruição dos pequenos agricultores impondo-lhes uma agricultura, cuja finalidade é a produção de monocultura para angariar a lucratividade. Inebriados pelo discurso de que iam conseguir dinheiro com essa estrutura, muitos produtores de cultivos de subsistência abandonaram suas produções e acreditaram ser possível comprar, com o dinheiro obtido, tudo o que necessitavam. Todavia, a realidade foi bastante diferente, muitos não pagaram as suas dívidas e contraditoriamente tiveram que conviver com a fome (MPA, s/a).

Os fatos descritos respondem ao que o Movimento denomina de mudança cultural, ou seja, o modo de pensar dos trabalhadores do campo foi “invadido” pelos discursos do Estado e da classe detentora dos meios de produção que, com seus instrumentos de persuasão e controle, trouxeram a falsa ideia de modernidade centrada no abandono de suas produções para a subsistência e voltada para o atendimento ao mercado. Os resultados vão desde a compra de alimentos para a sobrevivência à total dependência de muitos agricultores para continuarem com sua produção.

A contraposição ao modo capitalista posto no campo, conforme o MPA, deve ser erigida a partir de uma nova forma de pensar a agricultura, iniciando com o resgate da sabedoria do próprio homem do campo e adentrando em uma nova dimensão que conduza a um novo aprendizado de como produzir. Para isso é necessário produzir para o autoconsumo, o que não quer dizer, no entendimento do MPA que deve haver um abandono da produção destinada ao comércio. “O primeiro passo para isto é produzir tudo na própria terra, com custeio barato, para comer. Não depender de comprar alimentação no mercado, a não ser aquelas poucas coisas que não têm como produzir em casa” (MPA, s/a, p.3). A proposta do Movimento dos Pequenos Agricultores é:

1º - Produzir em casa de tudo para comer bem, comida saudável e variada e garantir a subsistência familiar sem depender de comprar comida no mercado.

- 2º - Produzir para o comércio alguns produtos que tragam boa renda com tecnologias de baixo custo e que dependam o mínimo possível das grandes empresas agroquímicas e seus produtos caros que só dão lucro para eles.
- 3º - Iniciar imediatamente a mudança de modelo tecnológico, saindo da agricultura química e entrando na agricultura ecológica, também na produção para o mercado (MPA, s/a, p. 05).

O MPA apresenta uma concepção de produção de alimentos saudáveis que promova uma clara distinção entre a proposta camponesa e o modelo dominante do agronegócio. Assim o seu Sistema de Agricultura⁷ objetiva a produção das próprias sementes, sejam aquelas consideradas básicas, como aquelas que apresentem variedade específica; há também um projeto de melhoramento genético em que é prevista a recuperação, a reprodução e o beneficiamento das raças com cruzamentos de animais comuns e os de raça visando à garantia da resistência e o aumento da produção de carne e leite; outro ponto debatido é a adubação orgânica com utilização de fertilizante natural e plantas que promovam a recuperação do solo fazendo um trabalho *in natura* e minimizando o uso de adubos industriais; o controle biológico das pragas nesse modelo se dá pela biodiversidade e pelo desenvolvimento de formas baratas e biológicas quando houver uma situação diferenciada de pragas no plantio. Com o intuito de possibilitar a recuperação da biodiversidade e o equilíbrio natural, propõe-se a plantação de árvores frutíferas nativas.

Essa proposta coaduna-se com um dos objetivos do MPA: “Produzir para encher a mesa de comida”.

Uma boa horta com verdura à vontade e um horto com plantas medicinais para os chás e remédios caseiros. Galinheiro cercado, chiqueiro de porcos, um bom potreiro para o gado, para não faltar carne, nem banha, nem leite, nem queijo, nem salame o ano todo. Produzir todos os tipos de miudezas que se pode aproveitar para comer uma alimentação saudável e variada. Recuperar o costume das indústrias caseiras de compotas, chimias, açúcar mascavo, melados, doces, etc (MPA, s/a, p. 10).

O sistema de Agricultura escolhido pelo MPA contempla uma ampla produção de alimentos, para o consumo da unidade de produção camponesa, ao mesmo tempo planeja a produção para a venda no mercado, utilizando o que há na propriedade, com baixo custo e planejando o que produzir e vender de acordo com a realidade da localidade em que o pequeno agricultor esteja inserido: leite, frutas, feijão, milho, soja, trigo, mandioca, entre outros. Nesse sentido, o Movimento chama a atenção para a organização como aspecto fundamental a fim de que o pequeno produtor não se submeta às amarras do atravessador

⁷ Esse sistema definido pelo MPA como Agricultura ecológica busca também reduzir a dependência do agricultor frente às multinacionais que vendem adubos, venenos e sementes; baixa os custos de produção e possibilita a produção de comida saudável e não contaminado de venenos (MPA – Produzir Comida para o povo Brasileiro, 2002, p. 14).

e dessa forma, proponha a criação de “espaços de mercados” para facilitar a penetração no comércio.

Considerações Finais

A reprodução ampliada do capital é a tônica da financeirização da economia mundializada. A extração da riqueza para apropriação da mais valia encontra maior amplitude neste tempo presente e resulta de uma construção do sistema, cuja condição tem sido possibilitada devido à configuração de todas as esferas da sociedade para o atendimento da estrutura capitalista. Desse modo, segundo Luxemburgo (1984, p.12), o entendimento sobre a acumulação não se encerra na produção da mercadoria, pois, torna-se um meio para o apoderamento da mais valia, inclusive indo além dos limites concernentes ao sistema, tornando-se fundamental para tal ampliação, através de formas de acumulação não capitalistas.

A busca pela expansão capitalista conduz às corporações e aos seus sujeitos a montagem de uma estrutura para ampliar o seu “espaço” na sociedade. Toda essa engrenagem não se dá de forma aleatória, pelo contrário há toda uma intenção de alargar as práticas da extração da riqueza através das regras estabelecidas pelo sistema. “Para o capitalista individual, a ampliação da reprodução se expressa pelo acréscimo de parte da mais-valia apropriada ao capital, ou seja, ele acumula. Acumulação ou transformação da mais-valia em capital ativo é a expressão capitalista da reprodução ampliada”. (LUXEMBURGO, 1984, p. 13).

Nesta direção, a expansão do agronegócio, no processo de financeirização que se estende ao campo tem se efetivado como um instrumento de exclusão do campesinato. A transformação da terra, do trabalho e do homem em mercadoria tem se constituído como forma do controle social, daí mesmo com toda a estrutura disposta para o mercado que, garante produtividade e rentabilidade garante para a população a espetacularização da miséria.

Na contracorrente a esse modelo, o Movimento dos Pequenos Agricultores-MPA constrói as suas estratégias de luta, como contraposição diante das crescentes expropriações sofridas pelo campesinato ao longo do tempo, principalmente nas últimas décadas em que foi tácito o aprofundamento das relações capitalistas. A proposta do MPA de garantir um campo para a produção de alimentos para a população consumir nega a expansão do capital. Desse modo, as lideranças do Movimento entendem que o MPA e o campesinato em si estão no protagonismo das ações relativas à oposição da “mercadorização” do campo e do conjunto social como um todo.

Referências

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares Campos. CAMPOS, Rosana Soares. Soberania Alimentar Como Alternativa ao Agronegócio no Brasil. In: **Scripta Nova** - Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidade de Barcelona, vol. XI, nº 245, agosto de 2007.

CARVALHO, Horácio M. de. Política Compensatória de Assentamentos Rurais como Negação da Reforma Agrária. **Revista NERA**. Presidente Prudente, n. 7, Ago/dez., p. 113-122, 2004. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/05/10_horacio_carvalho.pdf>. Acesso: em 01.02.2012

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**. O dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. ALENTEJANO, Paulo. Geografia Agrária da Crise dos Alimentos no Brasil. **Anais Encontro Latino Americano**, s/p, 2008. Disponível em: <[http://latinoamericanos.posgrado.unam.mx/EVENTOS/EVENTOS2008/geografia/geografiabl](http://latinoamericanos.posgrado.unam.mx/EVENTOS/EVENTOS2008/geografia/geografiabloque2_3.pdf)
[oque2_3.pdf](http://latinoamericanos.posgrado.unam.mx/EVENTOS/EVENTOS2008/geografia/geografiablque2_3.pdf)>.

GÖRGEN, Frei Sérgio Antônio ofm. **A Resistência dos Pequenos Gigantes**. Petrópolis, Editora Vozes, 1998.

HOFFMANN, Rodolfo. Pobreza, Insegurança Alimentar e Desnutrição no Brasil. **Estudos Avançados**. vol.9 no. 24, São Paulo, Maio/Agosto, p. 159-172, 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103>>. Acesso: 10 de março de 2011.

LEITE, Sérgio. Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil. **Revista NERA**. Presidente Prudente, n.9 – JUL/DEZ, p. 144-158, 2006. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/09/Leite.pdf>>. Acesso: em 01.02.2012.

LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação do Capital: Contribuição ao Estudo Econômico do Imperialismo**. Volume I. São Paulo, Abril Cultural, 1984.

MARTINS, José de Souza. **A Militarização da Questão Agrária No Brasil**. São Paulo: Vozes, 1985.

MIRANDA, Ary Carvalho de. MOREIRA, Josino Costa. CARVALHO, René de. PERES, Frederico. Neoliberalismo, Uso de Agrotóxico e a Crise da Soberania Alimentar no Brasil. In: **Revista Ciência & Saúde Coletiva**: São Paulo, vol. 12, nº 01, p. 7-14, 2007.

MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES – MPA. **Produzir Comida Para o Povo Brasileiro**. Organizar – Produzir – Alimentar. Brasil, 2002.

MPA. **A Produção de Subsistência Familiar – Agricultura Ecológica**, s/a.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Geografia das Lutas no Campo**. São Paulo, Editora Contexto, 1999.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH/Labur edições, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Crise dos Alimentos ou Crise do neoliberalismo. In: **Jornal Sem Terra**, Porto Alegre, 3 maio. 2008a. Disponível em: <[HTTP://www.mst.org.br/jornal/282/](http://www.mst.org.br/jornal/282/)> Acesso em 02 de setembro de 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Agrocombustíveis e Produção de Alimentos. In: **Jornal da Ciência**. São Paulo, 17 de abril de 2008b. Disponível em: <http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=55548> Acesso em: 30 de setembro de 2010.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. “Quando novos atores entram em cena o que muda? A construção de representação política dos agricultores de base familiar no Sul do Brasil”. **Revista Eletrônica Espaço Acadêmico**, n. 91, s/p, 2008.

RAMOS FILHO, Eraldo da. Os Impactos Socioterritoriais da Reforma Agrária e do Crédito Fundiário (2003 – 2006). In: IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 2009. Niterói-RJ. **Anais: IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária**. Disponível em: <http://www.uff.br/.../Eraldo%20da%20Silva%20Ramos%20-%20CC.pdf>. Acesso em: 01.04.2012

ROSSET, Peter. Alternativa à Política Fundiária de Mercado: Reforma Agrária e Soberania Alimentar. In: **Capturando a Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. Trabalho, Reforma Agrária e Soberania Alimentar. Elementos para Recolocar o Debate da Luta de Classes no Brasil. **Revista Pegada Eletrônica**. Presidente Prudente, vol 7, nº 2, novembro, p. 103-122, 2006.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. Desenvolvimento Destrutivo das Forças Produtivas, a Insustentabilidade do Capital e os Desafios para a Produção de Alimentos. In: THOMAZ JÚNIOR, Antônio. FRANÇA JÚNIOR. Luizomar (Orgs.). **Geografia e Trabalho no século XXI**. Presidente Prudente, editorial Centelha, 2009, p. 176-216.

VIA CAMPESINA. Plataforma da Via Campesina para Agricultura. 2010. Disponível em: <http://www.mpa.blogspot.com.br>. Acesso em: 01 fev. 2011.

Sites Pesquisados

Recebido em 15 de julho de 2015

Devolvido para correção em 23 de maio de 2016

Aceito para publicação em 23 de junho de 2016

A construção da emancipação humana nos territórios da reforma agrária: o caso do conglomerado cooperativo da produção ecológica de arroz nos assentamentos da Região Metropolitana de Porto Alegre

Adalberto Floriano Greco Martins

Doutorando em Geografia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS)

e-mail: pardal.greco@gmail.com

Resumo

Baseada na produção agroecológica e sustentada numa profunda rede de cooperação e ajuda mútua, as famílias assentadas na região metropolitana desenvolvem práticas sociais que indicam possibilidades da edificação de territórios com base em relações simétricas de poder. Construídas nas práticas cotidianas, ensaiando a organização do trabalho emancipado, erguem-se valores éticos que vinculam estas famílias assentadas ao gênero humano, obtendo reconhecimento da sociedade. O presente artigo busca indicar algumas destas potencialidades a luz do conceito de trabalho humano como fundamento da constituição do ser social.

Palavras-chave: Território; reforma agrária; assentamento; agroecologia; trabalho emancipado.

Abstract

Building Human Emancipation in Agrarian Reform Territories: the case of cooperative conglomerate of ecological rice production in settlements from the metropolitan area of Porto Alegre

Based on agro-ecological production and sustained within a deep network of cooperation and mutual assistance, the families living in agrarian reform settlements in the metropolitan region develop social practices that indicate possibilities of building territories on the basis of symmetrical relations of power. Built in daily practices, rehearsing the organization of emancipated labor, there is a rise of ethical values that bind these families from the settlements to mankind, obtaining recognition from society. This article seeks to show some of these capabilities to light the concept of human labor as the basis of the constitution of the social being.

Keywords: Territory; agrarian reform; settlement; agro-ecology; emancipated work.

Resumen

La construcción de la Emancipación Humana en los Territorios de Reforma Agraria: el caso del conglomerado cooperativo de producción ecológica de arroz en los asentamientos de la región metropolitana de Porto Alegre

Fundada en la producción agroecológica y sustentada en una profunda red de cooperación y ayuda mutua, las familias asentadas en la región metropolitana desarrollan prácticas sociales que indican posibilidades de construcción de territorios con base en relaciones simétricas de poder. Construidas en las prácticas cotidianas, ensayando la organización del

trabajo emancipado, se irguen valores éticos que vinculan estas familias asentadas al género humano, obteniendo reconocimiento de la sociedad. El presente artículo busca indicar algunas de estas potencialidades a luz del concepto de trabajo humano como fundamento de la constitución social.

Palabras clave: Territorio; Reforma Agraria; Asentamiento; Agroecología; Trabajo Emancipado.

Introdução

Os processos sociais de luta pela terra no Rio Grande do Sul geraram ao longo dos últimos trinta anos mais de trezentos assentamentos rurais, envolvendo entorno de treze mil famílias.

Presentes em mais de noventa municípios, estas famílias buscam, em sua maioria reproduzirem-se como camponeses(as), tendo na produção agropecuária sua principal fonte de renda.

Ao estabelecerem-se nestes municípios lançaram mão de diversas estratégias produtivas, ganhando relevância à produção agroecológica de arroz, desenvolvida, sobretudo na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), considerado como um movimento socioterritorial, ao definir em 2007 a sua estratégia política sintetizada na expressão *Reforma Agrária Popular*, ao dar centralidade a produção de alimentos saudáveis nos assentamentos, acaba por vincular as famílias assentadas à valores éticos que possibilitam a expressão do devir humano, afirmando em sua cotidianidade valores humano-universais.

Ao organizarem sua existência com base nesta nova função social (produção de alimentos), as famílias assentadas constroem os assentamentos como pólos de resistência política afirmando valores éticos essenciais a emancipação humana.

Este artigo buscará refletir sobre as implicações destas estratégias produtivas estabelecidas pelas famílias e suas potencialidades frente ao contexto das relações sociais capitalistas hegemônicas pelo capital financeiro no campo.

O primeiro capítulo revelará como o ato de trabalho, fundante do ser social, gera complexos sociais que vão para além dele mesmo, explicitando no plano da consciência a contradição entre alternativas humano-genéricos ou particulares, individuais, permitindo aos indivíduos em seus atos cotidianos optarem por valores éticos que os vinculam ao devir humano.

Na segunda parte, serão apresentada algumas informações sobre a produção ecológica de arroz das famílias assentadas na região metropolitana e as possibilidades da

construção de uma ética que lhes aproximem do gênero humano, rompendo com a sociabilidade alienada contemporânea.

O Papel Decisivo da Ética na Construção do Gênero Humano

A investigação sobre o ato de trabalho humano nos encaminhará para a percepção da universal historicidade do ser e para o caráter puramente social das sociedades humanas.

O trabalho humano tendo em sua essência a peculiar e exclusiva articulação entre teleologia e causalidade que só ocorre no mundo dos homens torna o trabalho uma categoria exclusivamente social.

Diferentemente do ser natural, no ser social,

As transformações apenas podem vir a ser por meio de atos teleologicamente postos que exibem um caráter de alternativa. Isto confere à processualidade social uma qualidade radicalmente distinta da natureza (LESSA, 2002, p. 62).

Ainda que o ser social não exista sem sua relação com a natureza e sem o seu aparato biológico (aparato este que lhe coloca na condição de também pertencer ao mundo natural) a historicidade social é em tudo diferente da historicidade da natureza. Isto porque a história humana se desenvolve a partir de mediações dos atos teleologicamente postos que exigem necessariamente alternativas, que a partir de complexos valorativos, os seres humanos optam por determinadas atitudes, enquanto que na natureza, a sua processualidade é restrita às reações puramente biológicas, químicas, físicas e genéticas.

De acordo com Lessa, “teleologia e causalidade são pólos igualmente reais, efetivamente existentes e ontologicamente distintos. A coexistência concreta entre eles tem lugar apenas em um único complexo: o trabalho” (LESSA, 2002, p. 76).

O processo teleológico implica em uma finalidade e, portanto uma consciência que põe um fim. Logo a teleologia não existe em si mesma, mas em um processo de nexos causais. E este processo só ocorre no ser social em relação com sua materialidade.

O ato de trabalho, nesta articulação exclusivamente social entre teleologia e causalidade, desencadeia um processo real fundando uma nova objetividade. Assim, a objetivação

É o momento do trabalho pelo qual a teleologia se transmuta em causalidade posta. Ela articula a idealidade da teleologia com a materialidade real sem que, a teleologia e a causalidade percam suas

respectivas essências (...). Neste sentido, no interior do trabalho, a objetivação efetiva a síntese, entre teleologia e causalidade, que funda o ser social enquanto causalidade posta (LESSA, 2002, p. 75).

A estrutura interna do *Pôr Teleológico* é composta por dois momentos: a posição do fim e a busca dos meios. É claro que a finalidade pretendida pelo ato de trabalho orientará o desdobramento da objetivação. Ocorre que a busca dos meios para a realização da pretendida finalidade implica no desenvolvimento da apreensão do ser-precisamente-assim existente. Em outros termos implica no desenvolvimento do conhecimento e da ciência.

Conforme indicado por Lessa,

A busca dos meios para tornar ato a finalidade não pode senão implicar um conhecimento objetivo do sistema causal dos objetos e daqueles processos cujo movimento é capaz de realizar o fim posto. A busca dos meios compreende o impulso imanente à captura da legalidade do em-si existente e, exatamente nessa medida e nesse sentido, é o ponto pelo qual o trabalho se conecta com a origem do pensamento científico e com o seu desenvolvimento (2002, p. 87).

Esta atividade de apreensão do real, essencial para o pôr teleológico, tem na consciência um caráter de reflexo. Um reflexo aqui entendido não como um momento passivo do real incidindo na consciência, mas pelo contrário, o reflexo como uma ação ativa da consciência na apropriação do real. Logo um ato de consciência, que ocorre num processo de constante aproximação do real, reproduzindo-o na consciência de forma aproximativa.

Este ato de reflexo do real pela consciência gera uma nova objetividade, que são as categorias pensadas. Estas categorias compõem uma realidade própria da consciência, conferindo ao mundo dos seres humanos um caráter dual: a realidade objetiva e as categorias pensadas. Para Lukács (2012), será esta dualidade a condição para não existir a identidade entre sujeito e o objeto.

Para Lessa,

A crescente aproximação do reflexo do real implica o desenvolvimento da consciência sobre a distinção entre sujeito e objeto (entre subjetividade e causalidade). Logo o conhecimento não é a superação da distância entre subjetivo e objetivo, mas justamente a sua mais plena reprodução (2002, p. 99).

Em resumo, conforme elucida Lessa o reflexo do real (a ação ativa da consciência) e a realização dos fins, “(...) são dois elementos decisivos, entre si heterogêneos, da complexa unidade que se desdobra no interior da categoria trabalho” (2002, p. 97). Desta forma, a causalidade dada será a síntese da objetividade não material da teleologia com a objetividade material da causalidade.

Como dito anteriormente, será a finalidade pretendida o agente que irá dirigir a objetivação e nem tanto o conteúdo gnosiológico sobre o real, necessariamente presente na objetivação.

Será justamente nesta “posição do fim” que atuarão os valores e os processos valorativos, com uma distinção frente ao reflexo: se ambos (reflexos e valores) apenas podem vir a ser em constante conexão com a causalidade, os valores, diferentemente dos reflexos, podem converter-se em relações sociais objetivas, pois determinam a escolha frente às inúmeras possibilidades postas pelo desenvolvimento da sociabilidade. Bem como, os valores tem como gênese as práxis-humano-social e não as qualidades materiais dos objetos.

Desta forma, o agir teleológico é determinado a partir de um futuro posto (projetado), sendo um agir guiado pelo deve-ser do fim. Este “deve-ser” se eleva a momento predominante na determinação, na escolha da alternativa.

De acordo com Lessa, a articulação ontológica que conecta a totalidade da práxis social aos valores é a categoria da alternativa. É ela que “(...) funda a necessidade da distinção entre útil e inútil para uma dada objetivação. E tal distinção é o fundamento último da gênese e do desenvolvimento dos valores” (LESSA, 2012, p. 113).

Mais uma vez cabe ressaltar a distinção entre o ser social do ser natural. Na natureza não há espaço para a atuação de valores ou processos valorativos. Eles não são formulados, pois não existe a possibilidade de escolha entre alternativas. As alternativas não se colocam, pois na processualidade natural existem apenas nexos causais e mudanças.

Os valores são uma dimensão puramente social (nem são exclusivamente subjetivos e nem decorrência direta da materialidade dos objetos), essenciais na existência da nova objetividade que constituem o mundo dos seres humanos.

Assim, os valores e os processos valorativos são qualidades objetivas potencialmente presentes no ser-precisamente-assim existente que se atualiza no interior da relação teleologia-causalidade. Cabe salientar que o desenvolvimento histórico-humano resultou no desenvolvimento de valores crescentemente universais e crescentemente mediados, constituindo complexos sociais como os costumes, como o direito, a moral, a estética e a ética.

O fato de alguns valores desenvolverem-se mesmo que os seres humanos deles não tenham a menor consciência em nada se opõe a que eles interfiram nas posições teleológicas a serem objetivadas.

Com isto posto, cabe examinar outro aspecto do Ato de Trabalho, essencial na constituição da individualidade e com ela da sociabilidade: a exteriorização do ente objetivado.

Toda objetivação gera alguma transformação do real, dando origem a um objeto, a um ente distinto do seu criador. O objeto posto exhibe uma relativa autonomia frente ao seu criador e será esta relativa autonomia o fundamento das diversificadas ações de retorno deste objeto sobre o sujeito criador.

Esta ação de retorno do ente objetivado sobre o seu criador será denominado por Lukács (2012), de exteriorização, sendo ela o impulso a individuação. Este agir dos seres humanos em seu dia-a-dia constrói não só as suas individualidades, processando as consequências de suas ações, como contribui para a reprodução da sociedade a qual pertence. Logo, a exteriorização impulsiona a individuação e por meio dela impulsiona também a sociabilidade. De acordo com Lessa,

O efeito sobre o sujeito da objetivação, exhibe uma aceção positiva: é um momento ineliminável do processo de individuação, e por essa mediação, do desenvolvimento humano-genérico (2012, p. 122).

Lukács (2010), alerta para o fato de esta ação de retorno do objetivado sobre o sujeito, pode criar obstáculos a explicitação dos aspectos humano-genéricos. Ele denominou este processo de alienação, sendo ela uma ação sobre o agente criador que ao invés de impulsionar o devir-humano dos seres humanos, próprios dos processos de exteriorização, se consubstanciam em obstáculos ao avanço do processo de sociabilização, reproduzindo a desumanidade socialmente posta.

A individuação é compreendida por Lukács (2012), como um dos pólos da reprodução social (ao lado da totalidade social). Ele compreende a individuação como a mediação que age entre a totalidade social e os valores. Lessa contribui esclarecendo que

A substância concreta que distingue uma individualidade das demais, bem como da totalidade social, é dada pela qualidade, pela direção, etc. da cadeia de decisões alternativas que [o indivíduo] adota ao longo de sua vida (2012, p. 130).

Será envolto a esta “cadeia de decisões” que

A opção por valores genéricos pode elevar a substancialidade de cada individualidade à generalidade humana. Ou pelo contrário, a opção pelos valores meramente particulares pode rebaixar o conteúdo de sua existência à mesquize do universo burguês que se contrapõe\sobrepõe a humanidade (LESSA, 2012: 132).

Ainda que a moral, a estética, os costumes, a ética, tenha o trabalho como fundamento do seu surgimento, será no complexo processo da reprodução social, em cada

momento histórico, que estes valores irão se desenvolver. Entre o trabalho e a totalidade social se interpõe

Uma malha de relações categoriais que compõem a categoria da reprodução social. (...) a reprodução social como síntese dos atos singulares dos indivíduos singulares em totalidade (LESSA, 2012, p. 139).

Em outras palavras, se é o processo de objetivação o fundamento da constituição dos valores em seu caráter ineliminável de alternativa, será o momento histórico-concreto o definidor do seu conteúdo.

Ocorre que a ação dos valores efetiva-se na medida em que eles são incorporados às posições teleológicas que participam dos processos de objetivação, dando-lhe assim concretude real. Logo, a função social dos valores é justamente interferir no processo de escolha entre as alternativas postas, para a constituição de um pôr teleológico.

Em cada ato de trabalho, singular, estará posta uma tensão expressa pela contraditoriedade entre os elementos genérico-universais e os particulares, forçando os indivíduos a tomarem consciência da relação contraditória que permeia a relação indivíduo-sociedade.

Será com o desenvolvimento da ordem burguesa e com sua forma típica, histórica, de sociabilidade que estas contradições atingiram um patamar histórico inédito. Conforme indicado por Lessa,

Por um lado, os interesses privados\particulares do “bourgeois” são tomados como os interesses reais dos indivíduos; por outro, os interesses genéricos, reduzidos à esfera etérea do “citoyen”, da “cidadania”, na maior parte das vezes assumem a aparência de obstáculos ao desenvolvimento do indivíduo mônada, do proprietário privado burguês. (...) No dia-a-dia, o indivíduo é forçado, com intensidade inédita comparada à das formações sociais anteriores, a tomar consciência dessa contraditoriedade e a fazer opções por um ou outro pólo (2012, p. 144).

Não seria por demais lembrar que com o desenvolvimento das sociedades de classes, essas opções normalmente se colocam sob a forma do predomínio do interesse de uma classe sobre o interesse da totalidade social.

O ato de trabalho em si unitário, em sua totalidade contém uma pulsão para além de si próprio, dando origem a complexos sociais distintos do trabalho, mas apenas existente em relação com ele.

Esta pulsão ao devir humano dos homens inerente ao trabalho, conforme indicado por Lessa (2012, p. 146), “(...) faz com que a reprodução do mundo dos homens seja marcada por uma polaridade: de um lado, uma totalidade crescentemente complexa; por outro, indivíduos com personalidades cada vez mais desenvolvidas”.

Para Lukács (2012), na ordem burguesa, ganhará cada vez mais importância para sua reprodução social, as opções coletivas ou individuais, por valores genéricos ou por valores que expressem a mesquinhez individual. Com isto, a contraditoriedade entre finalidade posta pelo indivíduo e as consequências de sua ação é uma faceta da tensão teleológica/causalidade que ganha importância à medida que avança a sociabilidade.

Para Lessa,

A superação da individualidade que se compreende (...) como contraposta e superior ao gênero, que valoriza sua esfera específica de interesses e vontades como superior às necessidades postas pelo gênero em seu desenvolvimento da individualidade estreita e mesquinha que caracteriza o bourgeois (...) tal superação só pode ser prática (...) requer uma objetivação – a revolução (2012, p. 145).

No processo de elevação da humanidade ao gênero humano, a ética joga um papel decisivo. A ética será a expressão da superação da contraditoriedade expressa na relação indivíduo-sociedade.

A ética,

Seria a mediação social específica à esfera valorativa que permitirá a superação da forma burguesa de individualidade, que se entende meramente particular, elevando-a a generalidade humana, fundando a individualidade conscientemente partícipe de um gênero que se reconhece como tal (LESSA, 2012, p. 145).

Em meio a uma sociabilidade onde se intensifica o conflito entre os elementos genéricos e os particulares surge a necessidade de mediações sociais que explicitem tão nitidamente quanto possível, as exigências genéricas que vão gradativamente se desenvolvendo. Para que as necessidades genéricas se tornem operantes na cotidianidade é preciso identificá-las, plasmá-las em formas sociais que sejam visíveis nas mais diferentes situações.

A ética, sendo um complexo valorativo, tem como função social atuar na contraditoriedade entre o gênero-humano e o particular, de modo a tornar reconhecível pelos seres humanos, sempre em escala social, a forma e o conteúdo, em cada momento histórico, que assume tal contradição. Ao agir na esfera da valoração das alternativas possíveis, permitem os seres humanos optarem, de modo cada vez mais conscientes, entre valores que expressam as necessidades humano-genéricas e valores que exprimem interesses apenas particulares de indivíduos ou grupos sociais.

Contraposto a possibilidade de atuação da ética, está outro fenômeno social que opera objetivamente no processo de individuação. Trata-se da alienação.

O trabalho com sua inerente pulsão para além de si próprio recebe das alienações interferências decisivas para a reprodução social e, por consequência, para o desenvolvimento das formas historicamente concretas sob as quais se apresentará o trabalho. Para Lessa (2012, p. 154), “(...) é esta interferência o momento pelo qual o próprio desenvolvimento da generalidade humana termina por dar origem a relações sociais que consubstanciam obstáculos ao seu próprio desenvolvimento”.

A superação social da alienação, conforme indicado por Lessa (2012, p.153), “(...) pode se realizar apenas no interior dos atos de vida dos homens singulares em sua cotidianidade. O que não se opõe, todavia, ao caráter primário da sociabilidade (...)”.

Com isto posto, fica claro a necessidade de plasmar formas sociais visíveis, materiais, que expressem as necessidades genéricas, sobretudo na esfera econômica, pois como sugere Lessa,

Na esfera econômica a causalidade do ser-precisamente-assim existente se faz sentir com maior força o que impõe ao sujeito um horizonte mais estreito de alternativas e possibilita uma maior “univocidade” entre as decisões dos indivíduos singulares (2012, p. 147).

Desta forma, a centralidade da Reforma Agrária Popular, na estratégia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), indicando a produção de alimentos saudáveis como função social das famílias assentadas na contemporaneidade, permite o vínculo da construção de alternativas éticas que expressem e afirmem o humano genérico dos seres humanos.

O Conglomerado Cooperativo da Produção Ecológica de Arroz como Expressão do Humano Genérico

Ainda que submetida às relações sociais capitalistas, os movimentos camponeses em sua luta de resistência à expropriação e à exploração praticadas pelo capital desenvolvem lutas anticapitalistas e geram diversas práticas sociais que sinalizam alguns pilares de uma nova forma de organização societária, sendo a agroecologia um destes exemplos.

Como indica Fernandes,

O campesinato é um grupo social que historicamente tem resistido a desterritorialização. Mas é um grupo social singular, porque sua subordinação ao capital não é total, como é a do assalariado (...). No caso do campesinato, a terra de trabalho é um território de resistência (FERNANDES, 2004, p. 08).

Mesmo na condição de subalternidade, o campesinato tem resistido e enfrentado o processo de territorialização do capital. Como também sugere Oliveira,

A territorialização do monopólio e a monopolização podem se constituir em instrumento de explicação geográfica para as transformações territoriais no campo (...). O Território é assim produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência (OLIVEIRA, 1999, p. 107).

Estas lutas e formas de resistência também ganham radicalidade visto a condição social do camponês. De acordo com Ploeg,

Os camponeses, onde quer que vivam, relacionam-se com a natureza em formas que diferem radicalmente das relações implícitas noutros modos de fazer agricultura. Da mesma forma, os camponeses formulam e reformulam os processos de produção agrícola em realidades que contrastam significativamente com aquelas criadas por agricultores empresariais e capitalistas. Finalmente, eles moldam e desenvolvem seus recursos, tanto materiais como sociais, de modos distintos (PLOEG, 2008, p. 37).

Isto ocorre, pois o processo decisório das atividades camponesas tem em sua centralidade as necessidades reprodutivas de suas famílias, onde a esfera da produção e a esfera do consumo são uma única unidade. Desta forma, as expectativas reprodutivas da família vem em primeiro lugar e se elas forem atendidas, ainda que sucessivamente se obtenha pequenos ganhos, a unidade produtiva camponesa continuará em funcionamento. Este traço da unidade produtiva camponesa lhe difere essencialmente da unidade capitalista, a qual busca em seu esforço, maximizar o seu lucro, tendo nele a sua centralidade, enquanto todo o esforço da família camponesa está mirada na eficiência de sua reprodução enquanto unidade familiar (OLIVEIRA, 1987; COSTA, 2000; CARVALHO, 2005).

A dimensão ecológica vem sendo incorporada ao longo das duas últimas décadas pelos movimentos de luta e resistência camponesa. Como sugere Michel Lowy,

Um exemplo impressionante dessa integração “orgânica” das questões ecológicas por outros movimentos é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (...) Hostil, desde sua origem, ao capitalismo e à sua expressão rural (o agronegócio), o MST integrou cada vez mais a dimensão ecológica no combate por uma reforma agrária radical e um outro modelo de agricultura (2010, p. 41).

Para este autor,

As cooperativas agrícolas do MST desenvolvem, cada vez mais, uma agricultura biologicamente preocupada com a biodiversidade e com o meio

ambiente em geral, constituindo assim exemplos concretos de uma forma de produção alternativa (LOWY, 2010, p. 41).

Estas práticas sociais dos movimentos camponeses geram conhecimentos novos, com profundo conteúdo emancipatório, como visto nos processos de defesa das sementes crioulas e na contraposição às sementes geneticamente modificadas, bem como, na produção de alimentos saudáveis, na campanha contra o uso dos agrotóxicos e na luta pela soberania alimentar, desvelando à sociedade brasileira que o alimento não deve ser encarado como mercadoria e que cada povo em suas comunidades tem o direito de se alimentar com base na sua cultura e na sua relação específica com o seu meio ambiente local.

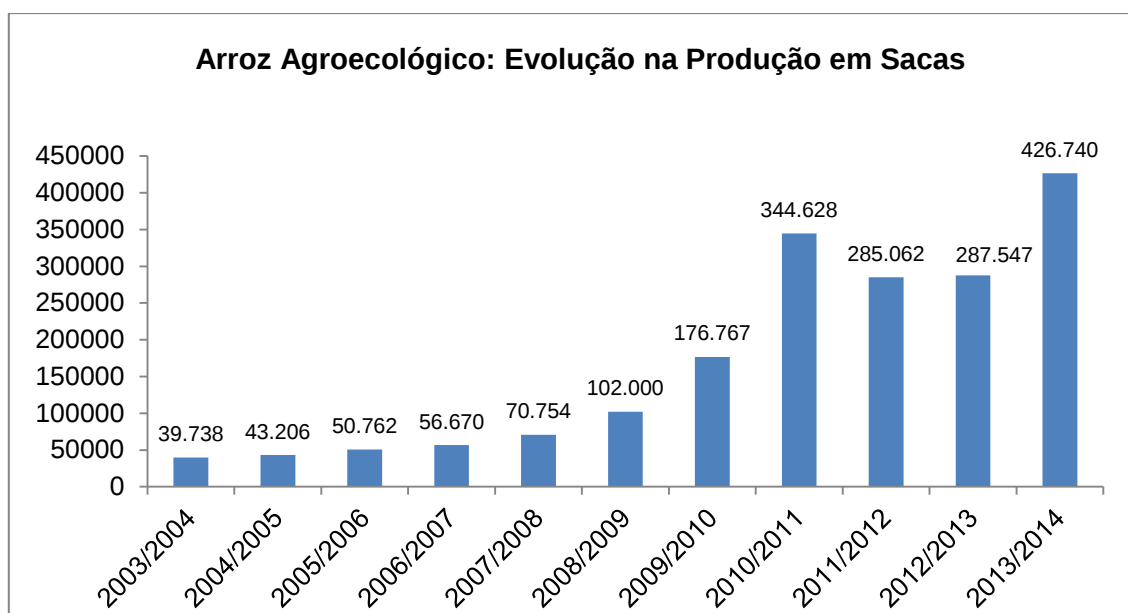
Estas práticas sociais, com seus princípios e valores, geradores de processos participativos com intensa construção de conhecimento, indicam para a sociedade brasileira a possibilidade real e efetiva de alternativas para o desenvolvimento rural compreendido como a garantia de progresso econômico e social para todos que vivem no campo, de uma forma sustentável respeitando os recursos naturais, de maneiras a garantir melhorias permanentes de condições de vida em seus aspectos materiais, culturais e espirituais.

Este é o caso dos(as) camponeses(as) assentados na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), que presentes nesta região desde 1988, oriundos da região noroeste do Rio Grande do Sul, desafiaram-se a produzir ecologicamente arroz nas várzeas da RMPA.

Ao longo destes 17 anos, compõem-se um conglomerado econômico-produtivo e comercial, de base ecológica, democrático e cooperado, dirigido pelas famílias assentadas, com uma ampla área plantada e um elevado número de famílias envolvidas.

Na safra 2013/14, foram plantados 4.646 hectares, sendo colhidos 426.740 sacos, envolvendo 524 famílias assentadas, de 15 assentamentos, em 12 municípios, a maioria na RMPA.

Abaixo segue a evolução produtiva deste complexo cooperativo:

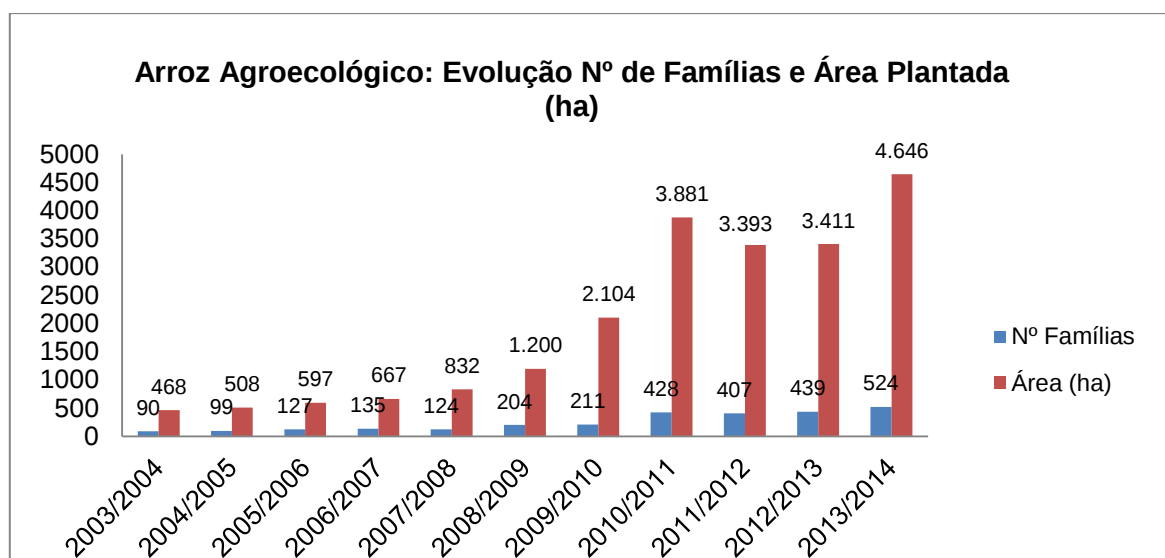


Fonte: Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre – COOTAP (2014).

Lastreados em relações de entre ajuda, solidariedade e de base agroecológica, as famílias organizam-se em diversos grupos de produção, cooperativas coletivas, cooperativas de prestação de serviços e cooperativa central, coordenados pelo Grupo Gestor do Arroz Ecológico.

Experiência iniciada ainda no final da década de noventa, a partir da profunda crise econômica do arroz convencional, expressa pelo endividamento do setor e pelos baixos preços pagos aos agricultores, o desenvolvimento de lavouras ecológicas de arroz iniciou-se em pequenas áreas que com o tempo se expandiram.

Atualmente são cinquenta e oito grupos de produção informais, três cooperativas coletivas (COPAN, COPAT, COPAC), uma cooperativa local de prestação de serviços (COPERAV), uma cooperativa de âmbito regional (COOTAP) e uma cooperativa central (COCEARGS). Abaixo segue o gráfico com a evolução da área plantada e do número de famílias envolvidas no sistema:



Fonte: Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre – COOTAP (2014).

Os grupos de produtores estão presentes nos assentamentos localizados nos municípios de Eldorado do Sul, Charqueadas, São Jerônimo, Tapes, Nova Santa Rita, Taquari e Viamão, onde se concentra a produção de arroz ecológico na RMPA. Estes grupos são informais e englobam as famílias que plantam o arroz ecológico. No entanto, cada grupo tem dinâmica própria com graus diferenciados de participação nos processos produtivos e de entre ajuda, indo desde o pleno envolvimento de todas as famílias nos diferentes momentos dos manejos agroecológicos, até grupos que apenas discutem coletivamente o planejamento da safra e a destinação da produção obtida, cedendo o processo produtivo a um dos membros do grupo que possuem o maquinário necessário para conduzir o cultivo.

Quanto as Cooperativas de Produção Agropecuária, como são denominadas pelo MST as cooperativas que adotam plenamente a coletivização da terra, do trabalho e do capital, apresentam além da produção primária do arroz, tarefas de armazenagem e beneficiamento da produção obtida em todo o sistema.

Tanto a COPAN (Cooperativa de Produção Agropecuária de Nova Santa Rita), quanto a COPAT (Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados de Tapes), são responsáveis pela secagem e armazenagem do arroz ecológico, em seus silos secadores. A capacidade de armazenagem da COPAT é de 50 mil sacos e da COPAN é de 90 mil sacos. Ambas possuem Engenho de Arroz, que beneficia a produção, tendo a capacidade instalada de 155 mil sacos/ano na COPAN e 55 mil sacos/ano na COPAT.

Já a COOTAP (Cooperativa dos Trabalhadores Assentados na Região de Porto Alegre), envolve-se na prestação de serviços à produção primária, destacando-se o fornecimento de insumos ecológicos, como o adubo orgânico, e a disponibilização de horas máquinas através de suas patrulhas agrícolas.

Mas o principal serviço à produção primária refere-se à produção de sementes ecológicas de arroz. Dentro deste sofisticado complexo cooperativo, a COOTAP, articula vinte e duas famílias assentadas para a produção de sementes. Nas safras de 2013/14, foram plantadas 250 hectares, produzindo 26.726 sacos de sementes, sobretudo das variedades IRGA 417 e EPAGRI 108. Este volume de semente supre 75% das necessidades do sistema e a COOTAP, possui uma Unidade de Beneficiamento de Sementes, no assentamento Fazenda São Pedro, localizada no município de Eldorado do Sul.

A COOTAP também atua na armazenagem da produção, tendo silo secador no assentamento Apolônio de Carvalho (município de Eldorado do Sul) com capacidade estática de 80 mil sacos. No entanto, ela não atua no beneficiamento da produção, mas tem papel destacado no momento da comercialização da produção beneficiada.

Detentora da marca comercial “Terra Livre”, a COOTAP, em 2014, comercializou 5,4 mil toneladas de arroz ecológicos, sobretudo arroz integral, polido e parboilizado. Parte destas vendas destinaram-se às programas de políticas públicas de alimentação. Próximo de 2,1 mil toneladas destinaram-se ao PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e 260 mil kilos no PAA (Programa de Aquisição de Alimentos).

Quanto a Cooperativa Central, COCEARGS (Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul), atua no processo de certificação orgânica da produção gerada. Ela obteve registro, ainda em maio de 2012 de uma OCS (Organismo de Controle Social) e em dezembro de 2014, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) autorizou o funcionamento da OPAC (Organismo Participativo de Avaliação de Conformidade).

A certificação orgânica da COCEARGS tem por base um sistema de inspeção de garantia, com normas técnicas bem definidas e com participação efetiva dos agricultores assentados. Este sistema certifica não só o arroz, mas as hortaliças e frutas produzidas nos assentamentos da RMPA, destinados as feiras ecológicas da região¹, ao PAA², além de fornecer hortaliças e frutas no PNAE³.

Atualmente o arroz ecológico da RMPA é certificado por dois caminhos: via Entidade de Inspeção Externa, neste caso a IMO (Instituto de Mercado Ecológico) garantindo a certificação por auditoria e via a certificação participativa através da OCS (MEDEIROS e LINDNER, 2014).

¹ Atualmente são treze feiras ecológicas situadas nos municípios de Canoas, Nova Santa Rita, Porto Alegre.

² A COOTAP, executava em 2015, seis projetos de PAA, modalidade Doação Simultânea, sendo dois totalmente orgânico com entidades populares em Guaíba e em Nova Santa Rita.

³ A articulação das famílias assentadas que produzem hortaliças e frutas ecológicas na RMPA, esta a cargo do Grupo Gestor das Hortas, que em 2015 contava com a participação de 350 famílias.

Este complexo cooperativo ecológico é coordenado pelo Grupo Gestor do Arroz. Constituído em 2004, ele é o espaço de articulação das famílias assentadas, a partir da representação dos grupos de produção e cooperativas.

A partir de reuniões sistemáticas, o Grupo Gestor dialoga sobre a condução dos processos produtivos e os gargalos técnicos e econômicos em cada safra. Articulam as capacitações técnicas em cada fase do ciclo agrícola, com base em Dias de Campo, bem como dimensionam as necessidades de insumos, horas máquinas e infra-estrutura de armazenagem e beneficiamento de todo o sistema.

Destes diálogos e práticas técnicas, o Grupo Gestor aprovou na Safra 2009/10, o *Itinerário Técnico das Lavouras Pré-Germinadas*. Este instrumento técnico baliza a ação de todos os grupos produtivos e cooperativas, incorporando conhecimento científico gerado pelos agricultores ao longo destes 17 anos de experiência inexistente nas instituições públicas de pesquisa, seja a EMBRAPA, a FEPAGRO, seja o IRGA. A padronização dos manejos técnicos sintetizada no Itinerário Técnico resultou no aumento da produtividade física das áreas de arroz.

A partir de seminários com os assentados(as) nas micro-regiões (Eldorado do Sul, Nova Santa Rita e Viamão), o Grupo Gestor, avalia os resultados obtidos em suas safras e com os aprendizados obtidos planejam a safra seguinte, concluindo o processo em um Seminário Estadual do Arroz Ecológico.



Fonte: Mapa elaborado pelo autor.

Mais recentemente, o Grupo Gestor, ampliou sua área de ação, contribuindo com as famílias assentadas na região da Fronteira Oeste, sobretudo nos municípios de São Gabriel, Santa Margarida e Manoel Viana, que se desafiaram a plantar arroz com manejos ecológicos, tornando-se portanto, uma experiência estadual não mais apenas circunscritas à região metropolitana.

Com a expansão das áreas plantadas para estas novas regiões, pelo elevado custo que representa hoje esta pulverização da armazenagem em diversos pontos e pela quebra de rendimento nos engenhos das variedades atualmente produzidas, a estratégia de beneficiamento do arroz está sendo revista e reformulada, caminhando para a construção de uma Indústria de Arroz Parboilizado, no assentamento “*Lanceiros Negros*”, em Eldorado do Sul, centralizando o processamento do arroz e a armazenagem, com capacidade prevista para 100 mil sacos de arroz. Também esta em fase de construção nesta mesma localidade a nova Unidade de Beneficiamento de Sementes de Arroz (UBS). Ambas unidades (Indústria do Parboilizado e a UBS), serão gestadas pela COOTAP.

Este processo de gestão participativa coordenada pelo Grupo Gestor do Arroz Ecológico, em nada se assemelha a um processo linear. Nele existem tensões e conflitos de interesses externos e internos a este conglomerado. Externamente a disputa com o arroz convencional sobre as áreas de várzeas e sobre o controle da água nos assentamentos é permanente, a cada safra. Internamente o diálogo sobre os preços práticos pela COOTAP, seja preço pago ao arroz, seja o preço cobrado pelos serviços práticos pela cooperativa regional, são objetos de disputa. Bem como, a relação das famílias assentadas no interior dos grupos de produção, também revelam tensões e conflitos. Ocorre que estes conflitos não se transformam em contradições dentro do conglomerado, visto os efetivos espaços de debate e de tomada de decisão ao longo de cada safra agrícola.

Cabe esclarecer que o processo organizativo das famílias na Região Metropolitana de Porto Alegre vai além da dimensão técnico produtivo e econômico, visto que nestes assentamentos existem diversos grupos de mulheres, de jovens, atividades culturais diversas, coletivo de educadores que atuam nas escolas nos assentamentos, entre outras atividades.

Este conjunto complexo de relações sociais está orientado e dirigido por uma organização social da qual participam as famílias assentadas. Esta organização é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que tem como centralidade política a realização da *Reforma Agrária Popular*.

O MST, analisando as profundas mudanças ocorridas no modelo macro-econômico brasileiro a partir do segundo mandato do Governo Fernando Henrique Cardoso, recolocando uma função econômica ao latifúndio, como gerador de superávit comercial, compreende que a Reforma Agrária Clássica, perdeu sua função na sociedade brasileira,

sendo necessário o estabelecimento de uma nova orientação, expressa na insígnia *Reforma Agrária Popular*. Agora não se trata apenas de desconcentrar a terra e abalar o poder político das oligarquias agrárias. Trata-se também de disputar o modelo produtivo e tecnológico da agricultura brasileira, recolocando a função social dos camponeses, como produtores de alimentos de qualidade e recuperadores e preservadores dos recursos naturais. Nesta nova dimensão cria-se condições para restabelecer uma política de alianças com a sociedade brasileira, gerando apoio social à Reforma Agrária.

É neste ambiente de disputa política expressa na orientação agroecológica dos manejos técnico-produtivos e de gestão participativa, que as famílias assentadas escolhem por práticas sociais que lhes tornam claras as contradições entre as opções particulares, singulares, centradas apenas nos interesses específicos, particulares e as opções que lhes aproximam do gênero humano, que lhes permite reconhecer em seu cotidiano sua função social, criando condições para coletivamente emancipar-se das alienações impostas pela sociedade capitalista na agricultura brasileira, gerando embriões de resistência e superação.

Conclusão

O MST, como movimento sócio-territorial, na luta direta pela terra, pressionando os sucessivos governos para a realização da reforma agrária, cria as condições para a constituição de territórios e neles constrói sua territorialidade. Os assentamentos são a expressão deste processo, muitos deles tornando-se “territórios dissidentes”, com práticas sociais onde as relações de poder são mais simétricas, tornando-se pólos de resistência há hegemonia do capital financeiro no campo (SOUZA, 2009).

Sobretudo a partir de 2007, na medida em que este movimento social do campo, ao compreender o novo contexto em que se estabelecia a luta pela reforma agrária no Brasil, onde o latifúndio passa a ter nova função no modelo macro-econômico brasileiro, constituindo-se como “agronegócio” (termo este que expressa a nova configuração da luta de classes no campo), estabelece em seu V Congresso, a *Reforma Agrária Popular* como estratégia política.

As implicações na organização dos assentamentos, se faz sentir, pois fica nítido que os assentamentos terão como tarefa política organizar a produção de alimentos saudáveis de base ecológica para a população brasileira. Tornar-se consciente que lutar pela terra, para depois reproduzir nela o mesmo padrão produtivo e tecnológico do agronegócio não faria sentido. A própria sociedade brasileira já compreendeu que a

produção de commodities tem sua melhor viabilidade nas grandes fazendas, sendo irracional a reprodução deste modelo nos assentamentos rurais.

Neste processo é claro que nem todos os assentamentos e as famílias que neles vivem, compreenderam tal orientação e implantaram modelos produtivos e tecnológicos mais ajustados a esta orientação política.

No entanto, na medida em que o MST, passou a tratar a produção de alimentos, a agroecologia e a cooperação agrícola como centrais na organização dos assentamentos, vinculou-os ao plano humano-genérico da humanidade.

Ao plasmar estas condutas técnico-produtivos e de gestão participativas, como no caso do conglomerado cooperado do arroz ecológico, concretizam-se valores éticos que vincula o MST e as famílias assentadas ao devir humano, que vão além dos interesses particulares, mesquinhos, burgueses e produzem condições para a elevação da consciência destas pessoas e da sociedade para a contradição ineliminável entre o singular e o universal. E na cotidianidade destas famílias, produzindo alimentos ecológicos, afirma-se o pólo humano universal, permitindo a constituição de relações sociais mais humanizadas, com base em valores éticos essenciais para a edificação de uma sociedade que supere a exploração do homem pelo homem.

Assim, alguns assentamentos, como é o caso exemplar da Região Metropolitana de Porto Alegre, com a produção ecológica de arroz, tornam-se este pólo político e ético que na construção de suas vidas apóiam-se em condutas produtivas, que os ligam aos laços humano-genéricos.

Será nesta nova qualidade de compreensão e de relacionamentos que a sociedade brasileira, sobretudo a classe trabalhadora irá apoiar e defender a reforma agrária, agora com um caráter popular.

Referências

- CARVALHO, Horácio Martins. **O campesinato no século XXI**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- COOTAP. **Quadro evolutivo da produção, famílias e área plantada**. *Planejamento Safra 2014/15*. Eldorado do Sul, 2014.
- COSTA, Francisco Assis. **Formação agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável**. Belém: NAEA/UFPA, 2000.
- FERNANDES, Bernardo Mançano e MARTIN, Jean-Yves. Movimento socioterritorial e “globalização”: algumas reflexões a partir do caso do MST. **Revista Lutas Sociais** – PUC/SP, São Paulo, v.12, 2004.
- LESSA, Sergio. **Mundo dos homens: trabalho e ser social**. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. **Mundo dos homens: trabalho e ser social**. 3. ed. ver. cor. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LOWY, Michael. Crise ecológica, capitalismo, altermundialismo: um ponto de vista ecossocialista. **Revista Margem a Esquerda: ensaios marxistas**, São Paulo, nº 14, p. 36-42, maio 2010.

LUKÁCS, Gyorgy. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**. São Paulo, Boitempo: 2010.

_____. **Por uma ontologia do ser social**. São Paulo, Boitempo: 2012.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira e LINDNER, Michele. **Assentamentos rurais, territórios, produção: novas alternativas no RS**. Porto Alegre: NEAG/UFRGS, 2014.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**. São Paulo: Ática, 1987.

_____. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo. In: CARLOS, Ana Fani. **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 103-125.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. **Camponeses e impérios alimentares**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes de. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos Aurélio e SPOSITO, Eliseu Savério (Org). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 57-72.

Recebido em 09 de novembro de 2015

Devolvido para correção em 29 de abril de 2016

Aprovado para publicação em 19 de maio de 2016

O papel do Estado na expansão do setor sucroalcooleiro na região de Ribeirão Preto - SP¹

Victor Hugo Junqueira

Doutorando em Educação na Universidade Federal de São Carlos – UFSCar
Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação no Campo (GEPEC)
e-mail: victorhugo_geo@yahoo.com.br

Resumo

A região de Ribeirão Preto-SP desde a segunda metade do século XX especializou-se na monocultura canavieira, transformando-se atualmente em um dos principais símbolos da prosperidade do agronegócio brasileiro. Com efeito, o objetivo deste artigo é analisar as transformações produtivas na agricultura na região de Ribeirão Preto – SP, a partir do argumento de que para o desenvolvimento agrícola da região foi imprescindível a aplicação de políticas estatais, e de que na atual fase da hegemonia neoliberal, apesar das mudanças no papel do Estado, estas continuam a ser fundamentais para garantir reprodução dos capitais investidos no setor, possibilitando inclusive nos últimos anos, uma intensificação da aplicação de capitais externos e o controle da produção por empresas transnacionais.

Palavras-chave: Estado; especialização produtiva; agronegócio; concentração de terra; internacionalização da produção.

Abstract

The state's role in the expansion the sugar and alcohol sector in the region of Ribeirão Preto - SP.

The region of Ribeirão Preto-SP since the second half of the twentieth century specialized in the sugarcane monoculture, currently transforming itself in one of the main symbols of the prosperity of Brazilian agribusiness. Indeed, the purpose of this article is to analyze the productive changes in agriculture in the region of Ribeirão Preto - SP, from the argument that the agricultural development of the region the application of state policies was essential, and that in the current phase of hegemony neoliberal, despite changes in the state's role, they remain crucial to ensure reproduction of the capital invested in the sector, enabling even in recent years, intensified application of foreign capital and the control of production by transnational companies.

Keywords: State; productive specialization; agribusiness; land concentration; internationalization of production.

Resumen

El papel del Estado en la expansión de la industria del azúcar y el alcohol en la región de Ribeirão Preto - SP

La región de Ribeirão Preto-SP desde la segunda mitad del siglo XX, especializada en el monocultivo de la caña de azúcar, actualmente transformándose en uno de los principales

¹ Este artigo é parte das discussões realizadas na pesquisa de mestrado “Educação, trabalho e ideologia: análise da relação agronegócio e educação na região de Ribeirão Preto-SP” defendida no programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

símbolos de la prosperidad de la agroindustria brasileña. De hecho, el propósito de este artículo es analizar los cambios productivos en la agricultura de la región de Ribeirão Preto - SP, a partir del argumento de que el desarrollo agrícola de la región la aplicación de políticas de Estado era esencial, y que en la fase actual de la hegemonía neoliberal, a pesar de los cambios en el papel del Estado, que siguen siendo cruciales para asegurar la reproducción del capital invertido en el sector, lo que permite, incluso en los últimos años, la aplicación de capital extranjero y el control de la producción por las empresas transnacionales.

Palabras clave: Estado; especialización productiva; agroindustria; concentración de la tierra; internacionalización de la producción.

Introdução

O desenvolvimento desigual e combinado da agricultura capitalista desde o processo de transformação da base econômica agrário-exportadora para urbano-industrial na década de 1930 tendeu a se dirigir para as áreas de maior potencial de reprodução dos capitais. Segundo Elias (2003, p. 71) o desenvolvimento da agricultura privilegiou “às áreas já dotadas de condições favoráveis a atender as necessidades demandadas pela produção agrícola moderna, como infraestrutura de transporte, armazenamento, comunicações, energia etc. ou em condições de rapidamente desenvolvê-las”.

A presença destas condições na região de Ribeirão Preto garantiu desde a década de 1960, a alocação de grandes volumes de investimentos privados e estatais, consolidando-se como uma das principais áreas de desenvolvimento do agronegócio no Brasil.

Neste processo a agricultura regional especializou-se na monocultura canavieira, intensificando a concentração de terras e o controle da produção pelos mercados. Todavia, na década de 1990 com os impactos da reestruturação produtiva do capital no campo, das políticas neoliberais e da globalização, a agricultura passou a responder a demandas cada vez mais internacionalizadas, ao mesmo tempo, em que se ampliou a centralização de capitais no setor sucroalcooleiro.

Com efeito, o objetivo deste artigo é analisar as transformações produtivas na agricultura na região de Ribeirão Preto – SP, em dois momentos históricos: o primeiro marcado por forte intervenção estatal, por meio do controle de preços e da concessão de subsídios que beneficiaram as oligarquias canavieiras locais; e o segundo caracterizado pela aplicação de políticas neoliberais, de desregulamentação do mercado, que sob a tutela do Estado contribuíram para a internacionalização da produção e da ampliação do controle das usinas da região por grandes capitais externos.

A pesquisa apresentou como principal instrumento metodológico a revisão bibliográfica, coleta e análise de dados quantitativos disponibilizados por instituições

governamentais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Pesquisa Econômicas Aplicadas (IPEA), da Fundação SEADE (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados); do LUPA - Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuárias do Estado de São Paulo (1995/96 e 2007/08) da Secretaria da Agricultura e Abastecimento/Instituto de Economia Agrícola/Coordenadoria de Assistência Técnica Integral; do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), além de dados da União da Indústria União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA).

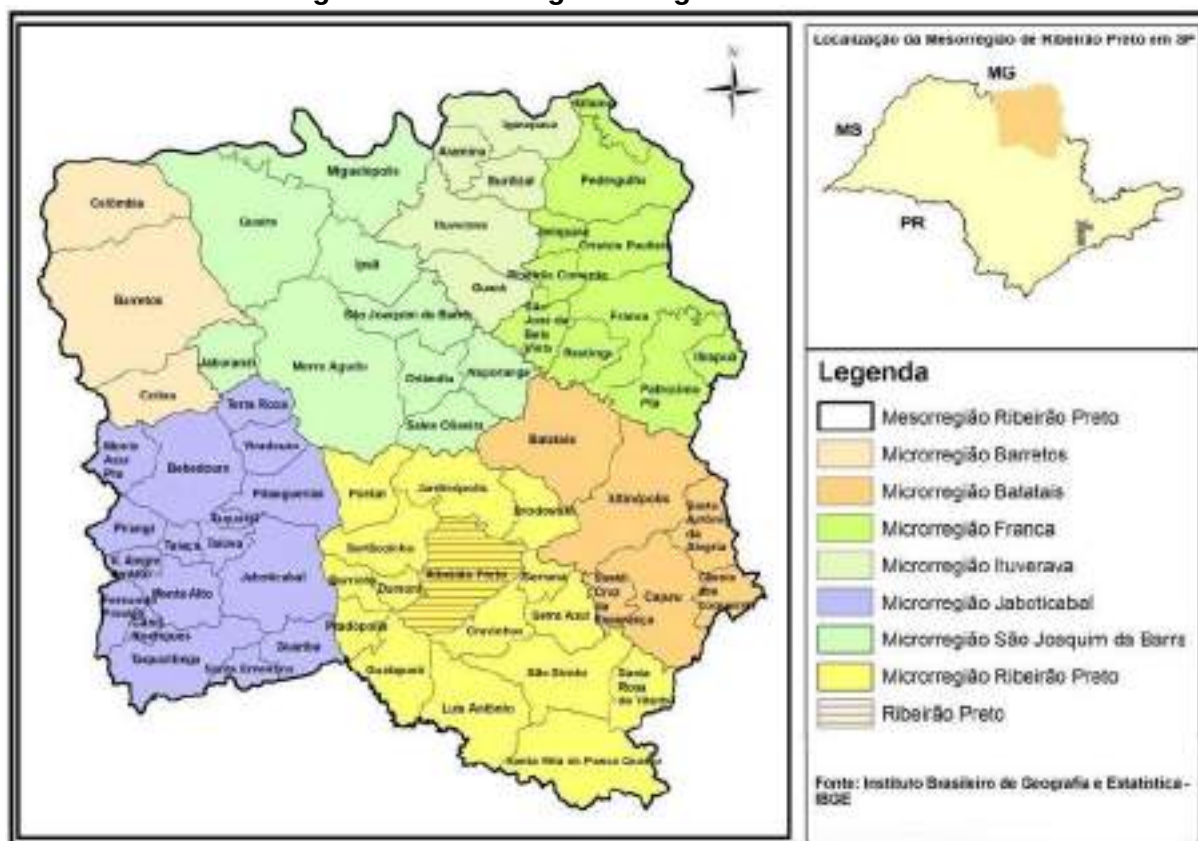
O argumento central deste texto é que para o desenvolvimento agrícola da região desde a segunda metade do século XX foi imprescindível a aplicação de políticas estatais, e de que na atual fase da hegemonia neoliberal, apesar das mudanças no papel do Estado, estas continuam a ser fundamentais para garantir reprodução dos capitais investidos no setor.

O papel do Estado na especialização produtiva na região de Ribeirão Preto – SP

Antes de procedermos à análise das transformações históricas da região e suas condições atuais, cabe destacar que, para fins deste trabalho o recorte territorial adotado compreende a mesorregião geográfica de Ribeirão Preto, segundo divisão regional do IBGE em vigor (Figura 1)

As mesorregiões homogêneas foram propostas pelo IBGE na década de 1970, como uma unidade intermediária entre as microrregiões e as grandes regiões brasileiras objetivando melhorar a capacidade de organização e análise dos dados censitários. De acordo com o IBGE (1990, p. 8) as mesorregiões geográficas são conjuntos de municípios contíguos, pertencentes à mesma Unidade da Federação, que apresentam formas de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: “o processo social, como determinante, o quadro natural, como condicionante, e a rede de comunicação e de lugares, como elemento de articulação espacial”.

A mesorregião geográfica de Ribeirão Preto (Figura 1) é formada pelas microrregiões de Barretos, Batatais, Franca, Ituverava, Jaboticabal, Ribeirão Preto e São Joaquim da Barra, totalizando 66 municípios.

Figura 1 – Mesorregião Geográfica de Ribeirão Preto.

A importância agrícola da região de Ribeirão Preto remonta ao final do século XIX, quando se tornou a principal área produtora de café do Estado de São Paulo. Até a crise internacional de 1929 a cafeicultura foi a principal atividade econômica da região, dinamizando a construção de uma rede de cidades que se formou ao longo do eixo das ferrovias e sendo responsável pelo crescimento e estruturação interna das cidades (IPT, 2000).

Segundo Elias² (2003) a acumulação de capital na cafeicultura permitiu a região superar a crise internacional que afetou as exportações de café e diversificar a produção agrícola. Segundo o relatório do IPT (2000):

Após a crise de 1929, as grandes fazendas foram divididas em pequenas e médias propriedades sendo, muitos cafezais, substituídos por pastagens. Também se verificou uma diminuição no crescimento populacional da região entre 1920 e 1950. Ocorreu a intensificação da agricultura, especialmente do algodão e cana-de-açúcar, e da pecuária. Até 1960, a região mantinha-se em primeiro lugar no Estado em produção agropecuária, e em segundo em termos industriais, em relação às regiões do interior (SEMEGHINI, 1992 apud IPT, 2000, p. 90).

² O trabalho de Elias (2003) adota a divisão regional da Secretaria do Planejamento do Estado de São Paulo da década de 1980 e, por esta divisão, a região de Ribeirão Preto, era composta por 80 municípios.

Contudo, é a partir da década de 1960 que os efeitos da intensificação do capitalismo no campo começam a alterar de forma mais significativa a região alterando as bases técnicas e organizacionais da agricultura. Este processo, em linhas gerais, foi capitaneado pelo Estado, tanto no que tange a regularização e normatização da expansão capitalista no campo, cujos feitos maiores foram a aprovação do Estatuto da Terra (1964) e o Estatuto do Trabalhador Rural (1963), mas também no financiamento direto da produção agropecuária e na criação de uma infraestrutura necessária a expansão agrícola.

A aplicação de inovações físico-químicas, mecânicas e biológicas na agricultura, derivadas do pacote da “Revolução Verde” ampliou a produtividade agropecuária da região, que na década de 1970 se mantinha como a principal região agropecuária do Estado de São Paulo, sendo a maior produtora de laranja (43%), soja (84,8%), milho (24,9%), tomate (35,2%), algodão (22,6%), limão 41,2% e cana-de-açúcar (34%) no estado. Destacando-se, também, na produção de arroz, amendoim, café, cebola, feijão e outros cítricos, além de bovinos e aves (SEMEGHINI, 1992 apud IPT, 2000, p. 90 e 91).

Entretanto, o desenvolvimento capitalista da agricultura, sua integração a indústria e o controle da produção cada vez mais centralizado, levaram a um processo crescente de especialização da produção, atendendo sempre aos critérios de maior rentabilidade econômica. Conforme Elias (2003, p. 95) ocorreu uma “desvinculação crescente da produção agrícola regional do consumo alimentar, uma vez que a atividade agrícola priorizou atender à demanda das agroindústrias, que passaram a constituir o motor principal da agricultura regional”.

Desde a década de 1970 a região de Ribeirão Preto vem se especializando na produção canavieira. A comparação das áreas colhidas dos principais produtos agrícolas da região entre as décadas de 1970 a 2010 evidencia o crescimento da área colhida de cana-de-açúcar em detrimento da redução de todos os outros produtos agrícolas.

Tabela 1 - Área colhida de alguns produtos agrícolas na Mesorregião de Ribeirão Preto entre 1975 e 2010 (em hectares).

Culturas	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010
Algodão	54.044	48.766	45.806	40.744	21.006	14.536	12.918	120
Amendoim	43.826	35.338	31.470	18.878	28.187	34.410	24.585	19.596
Arroz	208.040	41.497	45.669	34.485	16.329	6.591	1.893	741
Café	59.349	84.912	110.402	93.516	52.928	65.537	47.228	56.442
Cana-de-açúcar	167.731	290.819	458.710	510.190	724.268	834.250	987.787	1.279.889
Feijão	25.340	6.436	22.024	24.874	12.392	7.531	13.187	15.579
Laranja	93.669	134.818	153.863	174.642	130.918	107.425	98.579	78.085
Mandioca	4.043	1.854	652	305	307	862	686	830
Milho	228.103	178.622	218.300	293.084	258.684	211.304	110.186	36.473
Soja	235.142	258.808	267.429	269.956	276.279	274.160	249.692	133.796

Fonte: Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio/ IBGE/ Disponíveis em Ipeadata. Org.: Autor

O crescimento da produção canavieira está estritamente ligado ao Programa Nacional do Álcool (Proálcool) lançado na década de 1970, quando em decorrência da crise do petróleo, o governo federal passou a incentivar a expansão da cultura canavieira para a produção de álcool combustível, por meio de financiamentos subsidiados, linhas de créditos especiais e subsídios indiretos por meio de bancos públicos.

Neste contexto, marcado pelo autoritarismo político e pela disponibilidade de recursos públicos o Estado “tornou-se o agente mais importante de desenvolvimento do setor, assumindo as funções de planejamento, comercialização e mediação de conflitos privados” (MELLO; PAULILLO, 2005, p. 49), que buscando resolver os problemas da balança de pagamentos gerados pela elevação do preço do petróleo no mercado internacional, favoreceu o desenvolvimento das oligarquias agrárias em todo o país.

Segundo Thomaz Júnior (2002, p. 76), o Proálcool nasceu da articulação entre o Estado e o capital resultando no “fortalecimento de uma relação secular de privilégios e favores especiais”. O direcionamento da política de crédito subsidiado pelo Estado aos grandes proprietários e sua amarração técnica e financeira ao pacote tecnológico da revolução verde viabilizou o denominado Complexo Agroindustrial (CAI).

Ainda de acordo com Thomaz Júnior (2002) na primeira fase³ do Proálcool (1975-1979) o Estado de São Paulo obteve a maior parte dos recursos destinados, cerca de 35% dos UU\$ 765,9 milhões investidos, sendo que deste montante as empresas da região de Ribeirão Preto, ficaram com aproximadamente metade dos recursos.

Elias (2003) destaca que os vultosos investimentos estatais, permitiram aos usineiros da região comprar e modernizar as fazendas que circundavam suas usinas,

³ Thomaz Júnior (2002) distingue quatro etapas do Proálcool: 1975-1979; 1980-1984; 1985-1989; pós 1990.

integrando a produção agrícola à indústria. Neste processo “centenas de produtores não resistiram às pressões econômicas e venderam suas terras aos usineiros, abandonando a policultura e propiciando a expansão da monocultura canavieira”. Além disso, os que resistiram “se transformaram em simples fornecedores, sem poder de decisão sobre a própria produção, somente garantindo o abastecimento da matéria-prima desejada” (ELIAS, 2003, p. 148).

Um dos efeitos desta política foi o recrudescimento da concentração de terras, e do controle da produção e submissão dos pequenos proprietários às imposições das agroindústrias. Os dados do censo agropecuário de 1985 referentes à distribuição de terras na mesorregião de Ribeirão Preto demonstram que as pequenas propriedades somavam 17.985 estabelecimentos (77,1% do total) e detinham 515.340 ha, o equivalente a 20,5% das terras. As médias propriedades totalizavam 4.413 estabelecimentos (19% do total) e possuíam 914.770 ha, 36,4 % das terras. Por sua vez, as 927 grandes propriedades (3,9% do total) dominavam 2.511.642 ha, ou seja, 43,1% de todas as terras (IBGE, 1985).

A esta concentração de terras se somou a oligopolização do setor que sob o comando de poderosos grupos nacionais transformou a região no maior polo sucroalcooleiro do Brasil. Com os incentivos do Proálcool a especialização produtiva da região acabou por impulsionar toda uma cadeia de indústrias e serviços ligada a atividades agropecuárias.

Para Elias (2003, p. 170) o resultado do crescimento industrial e agropecuário acabou “culminando com um processo intenso de fusão ou integração de capitais nesses dois campos econômicos, que passam a ser controlados por grandes empresas nacionais e multinacionais”. Por esta razão a região já despontava na década de 1990 com uma agricultura integrada à indústria, dinamizando o setor de serviços e altamente dependente dos circuitos técnicos, científicos e informacionais na reprodução de capitais (ELIAS, 2003).

Estas condições contribuíram para que as usinas da região que apresentavam maior desenvolvimento tecnológico e maior competitividade comercial continuassem a receber maior aporte de recursos estatais, mesmo após o declínio dos subsídios oferecidos por meio do Proálcool a partir de 1985, bem como obter vantagens na disputa intercapitalista que se instalou no setor a partir da década de 1990, com as políticas de desregulamentação e liberalização econômica e comercial do setor.

A emergência das políticas neoliberais, no contexto de crise inflacionária do final da década de 1980 e início da década de 1990 provocaram a redução dos subsídios aos usineiros, que inevitavelmente contribuiu para que algumas empresas devido ao forte endividamento fossem desativadas em todo o país. Todavia, esse cenário de *crise* foi utilizado como pretexto pelos usineiros e por suas associações de classe para conseguir novas liberações de recursos estatais, redução de impostos e renegociação das dívidas, ao longo da década de 1990.

O governo Collor, por exemplo, lançou uma política de rolagem da dívida dos usineiros, por meio do conhecido “Plano de Socorro aos Usineiros Endividados”, além de poupar o setor sucroalcooleiro da política de congelamento de preços durante o “Plano Collor II” garantido um aumento de preços na ordem de 46,7%. No governo Itamar Franco o incentivo ao setor ocorre por meio da liberação de UU\$ 1,17 bilhão a juros subsidiados para custeio, renovação agrícola, para financiamento da estocagem e recomposição de estoques de segurança (THOMAZ JÚNIOR, 2002).

O processo de desregulamentação do mercado sucroalcooleiro estendeu-se por toda a década de 1990, sendo concluído apenas em 1999. O gradativo processo de abertura do mercado permitiu que nesse interstício os grupos industriais e fornecedores de cana pudessem se articular em associações de representações de classe em escalas regionais e nacionais, que continuaram a ter participação ativa nas decisões governamentais, ao mesmo tempo, que possibilitou as empresas mais competitivas, localizadas, especialmente no sudeste, desenvolver-se tecnologicamente, ampliar a produtividade e melhorar sua inserção no mercado interno e externo, garantindo taxas positivas de crescimento no período.

Na região de Ribeirão Preto, na década de 1990 a produção continuou a aumentar passando de 40,5 milhões de toneladas em 1990 para 64,6 milhões de toneladas no ano 2000, no mesmo período a área plantada amplia de 510.190 hectares para 834.250 hectares.

Além disso, face ao processo de reestruturação produtiva do capital ocorridas neste contexto e as consequentes mudanças nas relações sociais de produção (regras de trabalho e gerenciamento), bem como a intensificação da mecanização e da aplicação da ciência no processo produtivo há um forte impacto na produtividade do trabalhador, garantindo assim, a reprodução da valorização do capital, mesmo em um cenário na qual imperava o discurso da crise (THOMAZ JÚNIOR, 2002).

Agronegócio canavieiro e novo ciclo de expansão do capital no campo

A conjuntura de baixo investimento público direto na produção sucroalcooleira da década de 1990 é alterada na década de 2000 quando o Estado adota a política de incentivo a produção e exportação de *commodities*, como meio de compensar os desequilíbrios nas contas externas, geradas pelas políticas de liberalização comercial e pela abertura do país ao capital externo, promovida pelo Governo Fernando Henrique Cardoso (1994-1998) (DELGADO, 2012).

Esta opção política favoreceu uma nova fase de expansão do capitalismo no campo, cujo principal efeito na região, foi a revitalização do capital agrocanavieiro pelo Estado, sobretudo, a partir de 2003 com o início da produção automobilística de carros *flex fuell*.

Para Barreto (2011, p. 36) neste segundo momento de expansão da monocultura canavieira no país “o Estado busca, mais uma vez, ampliar sua matriz energética e resgatar empresários canavieiros de mais uma crise financeira” inserindo o país “no cenário internacional, entre os maiores produtores e exportadores de etanol e açúcar do mundo”.

A produção e venda dos automóveis bicomustíveis foi o principal estímulo à retomada da produção de álcool hidratado e anidro, assumindo o Estado um papel preponderante (THOMAZ JÚNIOR, 2007), sobretudo, a partir de 2008 com os pacotes de estímulos fiscais a indústria automobilística.

Segundo dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA) entre março de 2003 (mês de lançamento da tecnologia) a dezembro de 2012 foram licenciados no Brasil 18,5 milhões de unidades de veículos *flex fuell*. Em 2012, as vendas destes veículos corresponderam a 87% dos veículos leves licenciados no país.

Além disso, o Estado promoveu a ampliação de créditos ao setor canavieiro, garantiu estímulos fiscais e atuou no *marketing* internacional de país produtor de energia limpa e renovável abrindo novos mercados à exportação de etanol e também de açúcar.

Milanez; Barros; Filho (2008, p. 08) analisando o financiamento do BNDES ao setor sucroalcooleiro entre 2004 e 2008, constataram que:

[...] entre 2004 e 2007 houve acréscimo acumulado de mais de 500% e, considerando a posição de começo de julho, o desempenho nos primeiros seis meses de 2008 já equivale a 75% do registrado em todo o ano anterior. É importante salientar ainda que, em razão de os investimentos nesse setor terem crescido de forma mais intensa que a maioria dos investimentos nos demais segmentos econômicos, a participação dos desembolsos para projetos sucroalcooleiros, relativamente ao total desembolsado pelo BNDES, tem aumentado de forma significativa.

Apenas no primeiro semestre de 2013 o BNDES já havia liberado R\$ 3,481 bilhões ao setor, o que representa um valor superior aos 3,4 bilhões investidos no setor em 2007, e conforme a reportagem da Revista Nova Cana (2013) já representava 68% acima dos R\$ 2,068 bilhões do primeiro semestre de 2012.

Desse modo, os diferentes estímulos fiscais e econômicos alavancaram um novo ciclo de crescimento na produção de cana-de-açúcar, especialmente a partir de 2003 (Tabela 2).

Tabela 2- Produção de cana-de-açúcar entre 1990 e 2010 (em toneladas).

Áreas	1990	1995	2000	2005	2010
Brasil	262.674.150	303.699.497	326.121.011	422.957.366	717.148.531
Estado de São Paulo	137.835.000	174.960.000	189.040.000	254.809.756	426.056.499
Mesorregião de Ribeirão Preto.	40.551.594	57.447.735	64.630.888	83.921.776	111.682.433

Fonte: Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio/ IBGE/ Disponíveis em Ipeadata. Org.: Autor

A produção brasileira mais que dobrou entre 2000 e 2010, resultado da incorporação de novas terras, nos estados do Mato Grosso do Sul, Goiás e Minas Gerais. Mas, foi especialmente estimulado pelo crescimento da produção no Estado de São Paulo que saltou de, aproximadamente, 189 milhões de toneladas, para 426 milhões com o avanço da produção canavieira para o oeste do estado, com destaque para o Pontal do Paranapanema.

Outro fator responsável pelo crescimento da produção de cana-de-açúcar no Brasil e na região foi a ampliação da demanda internacional por ou etanol e açúcar. O Brasil nos últimos anos assumiu as primeiras posições na exportação dos dois produtos, conquistando mercados importantes no mundo todo.

Como a maioria das usinas da região produzem açúcar e etanol, a conjugação de um mercado interno em expansão e maior acesso aos mercados internacionais possibilitou as empresas flexibilizar a produção de acordo com as flutuações no mercado, ampliando a competitividade e garantindo uma alta e constante taxa de lucratividade nos últimos anos.

Este momento de prosperidade para os usineiros, a exemplo do período do Proálcool, provocou efeitos significativos sobre a concentração de terras, na região. O Censo Agropecuário de 2006 apontava que “a especialização em lavouras modernizadas, como as de cana-de-açúcar, em São Paulo, repele o produtor com menor grau de capitalização” (IBGE, 2009, p. 111).

Na região de Ribeirão Preto, conforme dados vinculados pelo informativo Brasilagro, o censo agropecuário de 2006 indicou uma redução de 2,6% no número de propriedades rurais. Em 1996, a região que tinha 27.164 estabelecimentos - fazendas, sítios, chácaras e terrenos em zonas rurais, dez anos depois eram 26.447 estabelecimentos.

Olivette e Camargo (2009) ao comparar os dados do Levantamento Censitário da Produção Agropecuária do Estado de São Paulo (LUPA) realizados nos anos de 1995/1996 e 2007/2008 pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) e pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA) vinculados a Secretaria Estadual de Agricultura chegam à mesma conclusão do censo agropecuário: cresce a concentração de terras na região.

A pesquisa do LUPA utiliza como divisão regional os Escritórios de Desenvolvimento Regional (EDRs), segundo esta divisão a maioria dos municípios que compõem a Mesorregião Geográfica de Ribeirão Preto são agrupados pelos autores na Região Norte, formada pelos EDRs de Barretos, Franca, Jaboticabal, Orlândia e Ribeirão Preto.

Para verificar a concentração de terras nas regiões os autores utilizam o Índice de Gini utilizando a classificação por níveis de Câmara (1949): de 0,000 a 0,100 - concentração nula; de 0,01 a 0,250 - concentração nula e fraca; de 0,251 a 0,500 - concentração fraca a média; de 0,501 a 0,700 - concentração média a forte; de 0,701 a 0,900 - concentração forte a muito forte; de 0,901 a 1,000 - concentração muito forte a absoluta.

A pesquisa constatou que no período houve crescimento da concentração de terras em 30 dos 40 EDRs do Estado de São Paulo, mesma tendência que se repete nos EDRs que compõem a região, conforme pode ser visualizado na tabela seguinte (Tabela 3).

Tabela 3 – Evolução do Índice de Gini, por EDR da Região Norte Estado de São Paulo, 1995/96 e 2005/06.

EDRs	Índice de Gini (1995/96)	Índice de Gini (2005/2006)
Barretos	0,69	0,69
Franca	0,62	0,64
Jaboticabal	0,64	0,66
Orlândia	0,70	0,72
Ribeirão Preto	0,78	0,78

Fonte: Olivette e Camargo (2009). Org.: Autor

Os dados indicam um crescimento da concentração de terras em Franca, Jaboticabal e Orlândia, enquanto Ribeirão Preto e Barretos mantiveram o índice. Além disso, enquanto os EDRs de Barretos, Franca e Jaboticabal apresentaram uma concentração de terras de média a forte; os EDRs de Orlândia e Ribeirão Preto foram classificados com nível de concentração de forte a muito forte.

A concentração de terras continua, assim, a acompanhar o processo de desenvolvimento do capital monopolista na região, estreitando a subjugação dos pequenos produtores que resistem em suas propriedades, quando não as arrendam para as usinas. À vista disso, o domínio das terras e da produção modifica novamente as relações de trabalho tanto dos pequenos agricultores familiares, como dos trabalhadores assalariados na agroindústria.

A redução do número de pessoas nas atividades agropecuárias é uma tendência do processo de reestruturação produtiva do capital no campo decorrente do processo de

mecanização. De acordo com a União da Indústria da Cana-de-Açúcar (UNICA)⁴ o índice de mecanização do corte da cana na região chegou a 72% em 2012. Para isto, concorreram duas questões legais, a proibição da queima da cana no Estado e o cumprimento de normas trabalhistas, em especial a Norma Regulamentadora 31⁵ (NR 31).

Segundo Thomaz Jr. (2007) com base NR 31 os procuradores do Ministério Público do Trabalho (MPT) tem procurado exigir dos usineiros o cumprimento dos acordos coletivos, além da intenção de acabar com o pagamento por produção. Nesse sentido, as principais exigências do MPT relacionam-se à “proteção da saúde e segurança, no trabalho rural, pois a NR 31 exige pausas para descanso dos trabalhadores, fornecimento de água fresca, local adequado para refeição, pronto atendimento médico, sanitários etc.” (THOMAZ JÚNIOR, 2007, p. 14).

Não há dúvidas que estes instrumentos legais são importantes e exercem influência sobre a ampliação dos índices de mecanização, porém, o cerne da questão está no potencial de retorno de lucratividade ao capital.

Nesta perspectiva, as palavras de Moraes (2007) revelam como a proibição da queima da cana torna a exploração do trabalho menos lucrativa ao capital.

A produtividade do trabalhador com a colheita da cana crua manual cai muito (em média de 6 toneladas por dia por empregado para 3 toneladas por dia por empregado), o que inviabiliza a adoção desta prática em ambiente de livre mercado. A colheita mecânica da cana crua é economicamente mais eficiente, dados os menores custos de produção, além do fato de as próprias convenções coletivas de trabalho estipularem que o corte manual deve ser de cana queimada, dadas as dificuldades encontradas no corte manual da cana crua (MORAES, 2007, p. 609).

O que está em jogo, portanto, são as formas de reprodução do capital de forma mais avançada, ainda que isto aprofunde as contradições do próprio desenvolvimento capitalista, ao substituir o capital variável por capital constante.

Com base em estimativas da UNICA, Moraes (2007, p. 610) assinala que:

[...] sem se considerar os funcionários envolvidos na gestão e administração da produção, no Estado de São Paulo, entre as safras de 2006/2007 e 2020/2021, o número de empregados envolvidos com a produção de cana-de-açúcar, açúcar e álcool passará de 260,4 mil para 146,1 mil, ou seja, haverá uma redução de 114 mil empregos neste período. Observa-se que na indústria é esperado um aumento de 20 mil empregados, enquanto na lavoura canavieira o número passará de 205,1 mil empregados para 70,8 mil, ou seja, uma queda de 134,3 mil. A previsão é que não haja colheita manual na safra 2020/2021.

⁴ Notícia vinculada pelo jornal Folha de São Paulo em 30 de março de 2012.

⁵ A NR 31 define os preceitos a serem observados na organização e no ambiente de trabalho, de forma a tornar compatível o planejamento e o desenvolvimento das atividades da agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura com a segurança e saúde e meio ambiente do trabalho (MTE, 2011).

A retomada da política estatal de valorização da produção e exportação de commodities como meio de geração de saldos comerciais positivos implicou também em alterações na conjuntura de lutas por reforma agrária na região, dificultando ainda mais a criação de assentamentos rurais.

Na década de 1990 sob os efeitos da conjuntura econômica nacional marcada pela liberalização econômica e comercial e baixos investimentos sociais, além do fortalecimento das lutas por reforma agrária a nível nacional, ocorreu a implantação de importantes assentamentos na região. Conforme dados expostos na tabela seguinte (Tabela 4) entre os anos de 1998 e 2001 são criados 07 dos 12 assentamentos existentes atualmente.

Tabela 4 – Assentamentos rurais na Mesorregião de Ribeirão Preto (1979-2012).

Município	Assentamento	Ano	Nº de famílias	Área (ha)
Colômbia	Formiga	1998	58	1.063
Colômbia	Perdizes	1998	36	1.506
Bebedouro	Reage Brasil	2000	83	1.269
Batatais	Nossa Terra	2008	30	240
Restinga	17 de Abril	1999	155	2.979
Orlândia	Orlândia	2009	21	52
Pradópolis	Guarani	2000	273	4.190
Jaboticabal	Córrego Rico	2001	47	468
Pitangueira	Ibitiúva	2000	41	725
Serra Azul	PDS ⁶ Sepé Tiarajú	2004	79	797
Ribeirão Preto	PDS da Barra ⁷	2007	464	1.790
São Simão	Mário Covas	2012	130	748

Fonte: DATALUTA/NERA (2011); CARVALHO (2011). Org.: Autor.

Após 2003 foram implantados 05 assentamentos na região decorrentes, na sua maioria, de lutas que já se estendiam desde a década de 1990. O assentamento Mário Covas, por exemplo, implantado pelo ITESP em 2012 na área antes pertencente à Fazenda Santa Maria – área administrada pelo Instituto Florestal ligado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente havia sido ocupada em 1996 por trabalhadores rurais sem terra.

Apesar de novas ocupações de terras continuaram a ocorrer na região, demonstrando que a luta por reforma agrária continua presente, contudo, o processo de

⁶ Projeto de Desenvolvimento Sustentável. Assentamentos sob a responsabilidade do INCRA, que apresentam como princípios básicos o associativismo e a agroecologia como condição básica para a concessão do uso da terra e acesso a crédito. (CARVALHO, 2011)

⁷ O PDS da Barra é formado “três ‘assentamentos’ decorrentes de conflitos entre os movimentos sociais presentes na área, o Mário Lago, composto por 264 famílias do MST; o Santo Dias, com 160 famílias do Movimento Libertação dos Sem Terra (MLST); e o Índio Galdino, movimento autônomo, que possui 40 famílias” (CARVALHO, 2011, p. 151).

valorização das terras⁸ motivado pela expansão do setor sucroalcooleiro e a rentabilidade do arrendamento para o plantio de cana (LIMA FILHO; AGUIAR; TORRES JUNIOR, 2014) certamente impõe dificuldades aos movimentos sociais de luta pela terra.

A internacionalização da produção e do controle do setor sucroalcooleiro

Além do processo de concentração de terras, descartabilidade dos trabalhadores e nas dificuldades impostas a implantação de novos assentamentos rurais, outra característica desta nova fase de expansão do capitalismo no campo, é a internacionalização da produção canavieira, na medida em que “houve aumento nos últimos anos na participação de grandes grupos na região, aumentando assim a concentração de mercado numa região até então caracterizada pela administração familiar das usinas” (COSTA, 2011, p. 17).

Souza (2011) também identificou um processo crescente de internacionalização da produção e a formação de grandes conglomerados agroindustriais internacionais e nacionais no Brasil, segundo a autora:

Há alguns anos, verifica-se um aumento do ritmo de aquisições no setor sucroalcooleiro, com crescimento na participação de empresas estrangeiras e aumento na concentração do poder econômico de determinados grupos. Sob essa nova lógica capitalista imperialista as atividades agrárias tornam-se cada vez mais alvo estratégico das corporações agroindustriais em redes que buscam reiteradas vezes aprovisionarem os seus recursos, assim como, exercer o controle do processo produtivo. Ou seja, uma subsunção total das atividades agrícolas aos interesses econômicos das grandes corporações agroindustriais nacionais e internacionais que comandam o circuito produtivo do setor agropecuário em escala global (SOUZA, 2011, p. 139 e 140).

Além da compra de usinas por empresas transnacionais, há também, o rearranjo interno da compra de usinas menores por grandes grupos nacionais, indicando uma concentração cada vez maior no setor. Reportagem realizada pelo jornal Estado de São Paulo em 24 de junho de 2013 com base em dados da pesquisa do *New England Center for Investigative Reporting* e da ONG *Connectas*, mostrou que 15 empresas detêm o reinado da produção de etanol no continente americano. Segundo a matéria a empresa estadunidense ADM é a líder isolada, seguida da brasileira Copersucar e de companhias como Poet e Valero Renewable Fuels, na América do Norte, e negócios como Odebrecht Agroindustrial e Raízen, no Brasil.

8 Segundo reportagem do jornal O Estado de São Paulo com base nos dados da consultoria Informa Economics/FNP entre o primeiro bimestre de 2003 e o último bimestre de 2012, o preço médio da terra no Brasil teve um aumento de 227%. Na região de Ribeirão Preto o aumento foi de 138%

O grupo Copersucar é o maior grupo sucroalcooleiro do Brasil com participação de 22% do mercado brasileiro e a líder em exportação mundial de etanol produzido a partir da cana-de-açúcar.

A empresa que nasceu em 1959, como Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo, reunindo dez unidades produtoras paulistas e duas entidades cooperativas regionais, a Coopira e a Coopereste. Na década de 1970 passou a reunir mais de uma centena de associadas; em 2008 a empresa transformou-se em uma sociedade anônima de capital fechado, passando a ser denominada Copersucar S.A. contabilizando atualmente 47 unidades produtoras sócias, pertencentes a 24 grupos econômicos.

Desde então a empresa vem passando por um processo crescente de internacionalização da comercialização da produção, adquirindo e associando-se a poderosos grupos internacionais. Em 2012 adquiriu o controle da Eco-Energy, uma das principais tradings de biocombustíveis dos Estados Unidos e promoveu a abertura de duas novas subsidiárias: Copersucar Ásia (Hong Kong) e Copersucar North America (Tennessee – EUA), que se somaram à Copersucar Europe (Rotterdam – Holanda). Em conjunto estas empresas representam 12% de participação no mercado global de etanol, com uma oferta de 12,5 bilhões de litros, atuando em mercados da América do Norte, Europa, África e Ásia. Na safra 2011/2012 o faturamento líquido da empresa superou os 11 bilhões de reais.

Na região, a Copersucar S.A controla 11 das 35 usinas operando na safra 2013/2014, destacando-se as usinas pertencentes ao Grupo BALBO, a Pedra Agroindustrial, ao Grupo Viraalcoo e a Usina Batatais (COOPERSUCAR, 2013).

Além da expansão da Copersucar outros importantes grupos internacionais passaram a controlar parte significativa da produção de etanol e açúcar na região. A Biosev empresa formada em 2009, a partir da fusão da LDC Bioenergia, do grupo Louis Dreyfus Commodities, com a Santelisa Vale controla atualmente 6 usinas na região. A Raízen criada pela junção dos negócios da transnacional petrolífera Shell com a Cosan comprou duas usinas na região uma em Igarapava e a outra em Guariba. A Cargill ingressou no mercado de produção de açúcar e álcool em 2006, adquirindo na região a participação da Usina Central Energética Vale do Sapucaí (Cevasa). Além destes, o Grupo Guarani em 2001 passou a fazer parte do grupo europeu Tereos, maior produtor de açúcar da Europa, controlando 3 usinas na região.

Oliveira (2010) ao analisar as incorporações e fusões de capitais nacionais e estrangeiros para atuar nas diversas etapas da produção, desde a aquisição de terras e o seu preparo até no controle da produção e comercialização afirma que

estão juntando de forma articulada na aliança de classe com o capital mundial, o rentismo típico do capitalismo no Brasil, e, assim, estão fazendo simultaneamente, a produção do capital via apropriação da renda capitalizada da terra e a reprodução ampliada do capital acrescida do lucro extraordinário representado pelas diferentes formas da renda da terra (OLIVEIRA, 2010, p. 85).

Este processo ainda que não revelado na sua completude, indica uma concentração de capitais no setor e uma maior internacionalização da produção, constatando, a tendência analisada por Lênin (2011, p. 118) de que “o enorme desenvolvimento da indústria e o processo notavelmente rápido de concentração da produção, em empresas cada vez maiores, constituem uma das características mais marcantes do capitalismo”.

Na atual fase do capitalismo financeiro, o campo brasileiro passa a responder as exigências mundializada de produção de mercadorias, e por isso sujeita a todas as suas variações internacionais seja no preço ou na demanda. Nesse sentido, a ampliação da demanda por etanol e açúcar e as políticas governamentais de incentivo a expansão canavieira na década de 2000 contribuíram para que na região aumentassem o ingresso de capitais internacionais no setor sucroalcooleiro.

O quadro seguinte (Quadro 1) expõem as usinas operando na região na safra 2013/2014, destacando as empresas associadas ao grupo Copersucar S.A e as empresas com participação direta pelo capital internacional.

Quadro 1– Usinas em operação na Safra 2013/2014 na Mesorregião de Ribeirão Preto.

Microrregião	Município	Usina	Grupo Empresarial
Barretos	Colina	Guarani – São José [#]	Guarani/ Grupo Tereos
	Colômbia	Biosev- Continental [#]	Biosev
Batatais	Batatais	Usina Batatais*	Usina Batatais – S/A Açúcar e Álcool
Franca	Patrocínio Paulista	Cevasa [#]	Central Energética Vale do Sapucaí LTDA/ Cargill e Canagril
Ituverava	Buritizal	Buriti *	Pedra Agroindustrial S/A
	Igarapava	RAÍZEN - Junqueira [#]	RAÍZEN
Jaboticabal	Guariba	RAÍZEN- Bonfim [#]	RAÍZEN
	Jaboticabal	Usina Santa Adélia*	Usina Santa Adélia AS
		Biosev- Jaboticabal [#]	Biosev
		Destilaria Santa Clara	Destilaria Santa Clara LTDA
	Pitangueiras	Pitangueiras*	Pitangueiras Açúcar e Álcool LTDA
		Viralcool*	Viralcool Açúcar e Álcool LTDA

		Guarani- Andrade [#]	Guarani/ Grupo Tereos
Ribeirão Preto	Barrinha	Usina São Francisco*	BALBO
	Jardinópolis	Biosev- Jardest [#]	Biosev
	Luís Antônio	Usina Moreno	Central Energética Moreno Açúcar e Álcool Ltda.
	Pontal	BAZAN BAZAN-BELA VISTA Usina Carolo	BAZAN S/A BAZAN S/A Usina Carolo S/A
	Pradópolis	Usina São Martinho	Grupo São Martinho S/A
	Santa Rita do Passa Quatro	Santa Rita	Usina Santa Rita S/A Açúcar e Álcool
	Santa Rosa de Viterbo	Ibirá*	Pedra Agroindustrial S/A
Ribeirão Preto	Serrana	Usina da Pedra* Nova União	Pedra Agroindustrial S/A Nova União S/A Açúcar e Álcool
	Sertãozinho	Destilaria Santa Inês*	Irmãos Toniello LTDA
		Usina Santo Antônio S.A.*	BALBO
		Usina São Francisco S.A.* [#]	BALBO
		Usina Santa Elisa [#]	Biosev
		DELOS	Destilaria Lopes da Silva LTDA
São Joaquim da Barra	Guaíra	Guarani – Mandu [#]	Guarani/ Grupo Tereos
		Usina Colorado	Grupo Colorado
		Guaíra	Usina Açucareira Guaíra LTDA
	Morro Agudo	Biosev MB [#] Biosev – Vale do Rosário [#]	Biosev Biosev
	São Joaquim da Barra	Usina Alta Mogiana S/A	Usina Alta Mogiana S.A. Açúcar e Álcool.

Fonte: MAPA (2013)/ UNICA (2013)/ COOPERSUCAR (2013). Obs. *Associadas à Copersucar; #Participação direta do Capital Internacional.

Os dados do quadro indicam que das 35 usinas que operaram na safra 2013/14, 65,7% (23 usinas) estão sob controle de capitais internacionais ou da Copersucar, explicitando o processo de concentração e internacionalização da produção canavieira.

Estas informações demonstram o que há um articulado e poderoso pacto de classes entre proprietários fundiários, burguesias nacionais e internacionais, atores do mercado financeiro e o Estado no desenvolvimento capitalista no campo e sua materialidade na região de Ribeirão Preto, que se afirma como um dos principais espaços do agronegócio brasileiro, se conectando com espaços nacionais e internacionais pelos fluxos de mercadorias e capitais.

Considerações finais

A dinâmica do capitalismo financeiro impõe novas condições ao campo, que sujeito a uma lógica mundializada de reprodução de capitais, deve reduzir o tempo de produção e aumentar a velocidade na circulação de capitais. Esta dinâmica que vem sendo processada desde a década de 1990, com a abertura da economia brasileira, mas cujos êxitos na agricultura são mais notáveis a partir da década de 2000, contribuiu para um novo ciclo de expansão do domínio canavieiro na região, acentuando a concentração de capitais e terras, consolidando o controle da produção e comercialização.

Assim, o agronegócio representa uma nova etapa do desenvolvimento do capitalismo na agricultura, que não rompe com as bases fundiárias e as formas de exploração do trabalho e da natureza, mas as intensifica como forma de aumentar a produção e responder as exigências internacionalizadas do capitalismo financeiro.

O processo de expansão do capitalismo e a adoção da política do agronegócio como opção econômica macroestrutural pelo Estado brasileiro, que dispendeu volumes enormes de recursos financeiros para promover o desenvolvimento da agricultura capitalista no país, tornando-o um dos principais exportadores mundiais de *commodities* nos últimos anos, garantiu um campo de prosperidade para latifundiários e as frações da burguesia integradas ou diretamente ligadas ao setor, bem contribuiu para aprofundar o domínio das grandes corporações no controle da produção e da comercialização de mercadorias de origem agrícola.

Com isso, se ampliou os processos de dominação territorial e controle da produção e do trabalhador pelo capital em todo o país. Na região de Ribeirão Preto isto representou concretamente, a ampliação da concentração de terras, o domínio da monocultura canavieira e a submissão de pequenos proprietários às relações econômicas e comerciais impostas pelo capital.

Estas condições explicitam que na aurora do século XXI, a despeito das políticas neoliberais de privatização, desregulamentação do setor e abertura comercial o Estado continua a ser uma peça-chave para a engrenagem da reprodução do capital, pois admitindo a formulação de Lênin (1978) apenas em uma sociedade onde não existam os antagonismos de classes, o Estado é inútil e impossível.

Na região de Ribeirão Preto a presença do Estado historicamente foi imprescindível para promover o desenvolvimento das forças produtivas no campo, garantindo um terreno fértil para a formação de poderosas oligarquias canavieiras, que atualmente, se conectam ou são substituídas por capitais internacionais, e no movimento intrínseco de reprodução dos capitais ampliou as desigualdades no campo e nas cidades.

Estas condições demonstram que o sucesso do crescimento do setor sucroalcooleiro está diretamente relacionado à marginalização e submissão dos trabalhadores aos detentores da riqueza produzida socialmente, que garantem a sua reprodução sob a tutela do Estado.

Referências

ANFAVEA – Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores. **Carta da Anfavea**, n. 320, jan. 2013. Disponível em: <www.anfavea.com.br/cartas/Carta320.pdf>. Acesso em: 02 de agosto de 2013.

BARRETO, M. J. **Territorialização das Agroindústrias Canavieiras no Pontal do Paranapanema e os Desdobramentos para o Trabalho**. 2013. 244 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2013.

BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA). **Relação das unidades produtoras cadastradas no Departamento da Cana-de-açúcar e Agroenergia**. 2013. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Desenvolvimento_Sustentavel/Agroenergia/Orientacoes_Tecnicas/Usinas%20e%20Destilarias%20Cadastradas/DADOS_PRODUTORES_15_02_2013.pdf>. Acesso em: 29 de novembro de 2013.

BRASILAGRO. **Cresce a concentração de terras na região de Ribeirão Preto**. 02 de outubro de 2009. Disponível em: <<http://www.brasilagro.com.br/index.php?noticias/detalhes/9/21460>>. Acesso em: 03 de julho de 2013.

CÂMARA, L. A concentração da propriedade agrária no Brasil. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 77, p. 516-528, 1949.

CARVALHO, J. G. **Questão Agrária e Assentamentos Rurais no Estado de São Paulo: o caso da Região Administrativa de Ribeirão Preto**. 2011. 209f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

COOPERSUCAR. **Usinas sócias safra 2013/ 2014**. 2013. Disponível em: <<http://www.copersucar.com.br/>>. Acesso em: 23 de Julho de 2013.

COSTA, G. F. **Caracterização do Setor Sucroalcooleiro na Mesorregião de Ribeirão Preto**. Piracicaba: Universidade de São Paulo: Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, 27p. 2011. Disponível em: <esalqlog.esalq.usp.br/files/biblioteca/arquivo3782.PDF>. Acesso em: 16 de junho de 2013.

DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do Agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

ELIAS, D. **Globalização e Agricultura**. São Paulo: Edusp, 2003. (Coleção Campi, 21).

FOLHA DE S. PAULO. **SP atinge 65% da colheita mecanizada de açúcar.** Cotidiano Ribeirão Preto. 30 de março de 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/ribeiraopreto/1069446-sp-atinge-65-de-colheita-mecanizada-de-cana-de-acucar.shtml>>. Acesso em: 10 de maio de 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **Censos Agropecuários** (vários anos: 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96 e 2006). Rio de Janeiro: IBGE.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - **Censos Demográficos** (vários anos: 1970 – 2010). Rio de Janeiro: IBGE.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censos Econômicos de 1985**: censo agropecuário. São Paulo: IBGE, 1985.

_____. **Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas.** 1990. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/doc/DivisaoTerritorialBrasileira_IBGE.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2010.

IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas. **Relatório Nº 40.670.** Diagnóstico da situação atual dos recursos hídricos e estabelecimento de diretrizes técnicas para elaboração do Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Pardo. São Paulo, 2000.

LÊNIN, V.I. **Lênin**: política. Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Ática: 1978b.

_____. **O Imperialismo**: fase superior do capitalismo. Campinas, SP: FE/UNICAMP, 2011.

LIMA FILHO, R. R. de; AGUIAR, G. A. M; A; TORRES JUNIOR, A. de M. Arrendar ou Produzir? **AGROANALYSIS**. Revista de Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, maio de 2014. Disponível em: <http://www.agroanalysis.com.br/materia_detalhe.php?idMateria=1716> Acesso em 01 de julho de 2015.

MILANEZ, A. Y.; BARROS, N. R.; FILHO, P. de S. C. E. O perfil do apoio do BNDES ao setor Sucroalcooleiro. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 28, p.3-36, set. 2008. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/set2801.pdf>. Acesso em: 04 de agosto de 2013.

MORAES, M. A. F. D. O mercado de trabalho da agroindústria canavieira: desafios e oportunidades. **Economia Aplicada**, Ribeirão Preto, v. 11, n.4, p. 605-619, out./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecoa/v11n4/08.pdf>>. Acesso em: 26 de julho 2013.

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/ UNESP. **DATALUTA** – Banco de Dados da Luta pela Terra: Relatório São Paulo 2011. Outubro de 2012. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta_saopaulo_2011.pdf> Acesso em: 30 de julho de 2013.

NOVA CANA. **Desembolsos do BNDES para o setor sucroalcooleiro já superam 2012.** 30 de julho de 2013. Disponível em: <<http://www.novacana.com/n/industria/investimento/desembolsos-bndes-aportes-agricolas-usinas-300713/>>. Acesso em: 04 de agosto de 2013.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **Quinze grupos dominam produção de etanol.** Economia & Negócios. 24 de junho de 2013. Disponível em:

<<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,quinze-grupos-dominam-producao-de-etanol,1046224,0.htm>>. Acesso em: 31 de julho de 2013.

_____. **Preço da terra agrícola subiu 227% em dez anos, quase o dobro da inflação.** Economia & Negócios. 04 de março de 2013. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,preco-da-terra-agricola-subiu-227-em-dez-anos-quase-o-dobro-da-inflacao-imp-,1003989>>. Acesso em: 10 de maio de 2015.

OLIVEIRA, A. U. A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil – um retorno aos dossiês. **AGRÁRIA**, São Paulo, n. 12, p. 3-113, 2010.

OLIVETTE, M. P. de A.; CAMARGO, F. P. de. Concentração Fundiária no Estado de São Paulo, 1996-2008. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.39, n.6, p. 68-76, jun. 2009.

PAULILLO, L.F.; MELLO, F. O. T. Metamorfoses da rede de poder sucroalcooleira paulista e desafios para autogestão setorial. In: **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v.52, n.1, p. 41-62, jan./jun. 2005. Disponível em <<http://www.iea.sp.gov.br/out/publicacoes/pdf/asp-1-05-3.pdf>>. Acesso em: 20 de set. de 2014.

SOUZA, S. M. R. de. **A emergência do discurso do agronegócio e a expansão da atividade canavieira:** estratégias discursivas para a ação do capital no campo. 2011. 282 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.

THOMAZ JÚNIOR, A. Agronegócio Alcoolizado e Culturas em Expansão no Pontal do Paranapanema! Legitimação das Terras Devolutas e Neutralização dos Movimentos Sociais. In: III Jornada de Estudos sobre assentamentos rurais, 2007, Campinas. **Anais da III Jornada de Estudos sobre Assentamentos Rurais**. Campinas, Feagri/Unicamp, jun./2007, p. 1 - 42. CD-ROM.

_____. **Por trás dos canaviais os “nós” da cana** (A relação capital X trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista). São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.

UNICA. União da Indústria de Cana-de-Açúcar. **Empresas**. 2013. Disponível em: <<http://www.unica.com.br/empresas>>. Acesso em: 23 de Julho de 2013.

Recebido em 15 de julho de 2015

Devolvido para correção em 23 de maio de 2016

Aceito para publicação em 28 de maio de 2016

A percepção das condições de vida pelas populações dos territórios rurais, além das análises sobre o desempenho dos sistemas produtivos¹

Mireya E. Valencia Perafán

Doutora em Ciências Sociais do Centro de Estudos Comparados das Américas-CEPPAC/UnB. Professora da Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária -FAV e do Centro de Pesquisa em Gestão, Inovação e Sustentabilidade - CPGIS da Faculdade de Contabilidade, Economia e Administração da Universidade de Brasília (UnB)
e-mail: mireya@unb.br.

Maria Inez Machado Telles Walter

Doutora em Ciências Sociais do Centro de Estudos Comparados das Américas-CEPPAC/UnB Sociais. Aposentada, Estatística, Analista de Tecnologia da Informação (UnB)
e-mail: minez@unb.br

Resumo

No Brasil, no âmbito do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), é executada a política de desenvolvimento rural com enfoque territorial apresentando-se como alternativa aos esgotados modelos de desenvolvimento das últimas cinco décadas. Estes novos enfoques, implicam novas metodologias para mensurar as condições de vida de suas populações e, à sua vez, avaliar o desempenho das políticas públicas. Sob esta perspectiva, o MDA e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em parceria com 27 universidades públicas, avaliou as condições de vida de mais de 10.000 famílias localizadas em 37 territórios rurais aplicando o Índice de Condições de Vida (ICV), com metodologia da Universidade Federal de Rio Grande do Sul. Destacam-se a percepção positiva sobre os efeitos do desenvolvimento face às demais instâncias, a diversificação da renda e a baixa avaliação dos serviços institucionais. O objetivo deste artigo é discutir o ICV como um instrumento de mensuração da qualidade de vida rural e os resultados sobre a mudança na renda das famílias rurais que podem mudar a percepção delas sobre suas condições de vida.

Palavras chave: Territórios; rural; desenvolvimento; condições de vida; avaliação.

Abstract

The perception of living conditions for population of rural areas, in addition to analyzes the performance of production systems

In Brazil, in the Ministry of Agrarian Development (MDA), the rural development policy with a territorial approach is performed presenting itself as an alternative to the exhausted development models of the past five decades. These new approaches require new methodologies to measure the living conditions of their populations and, in turn, assess the performance of public policies. From this perspective, the MDA and the National Council for Scientific and Technological Development (CNPq), in partnership with 27 public universities, evaluated the living conditions of more than 10,000 families living in 37 rural areas by applying the Living Conditions Index (ICV), with the methodology of the Federal University of Rio Grande do Sul. The highlights are the positive perception of the effects of development in

¹ Os resultados sobre o índice de condições de vida faz parte de um grupo de pesquisas realizadas em 2010 financiadas pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário do Brasil em parceria com o CNPq e 27 Universidades Públicas.

the face of other instances, the diversification of income and the low valuation of institutional services. The purpose of this article is to discuss the ICV as an instrument for measuring the quality of rural life and the results of the change in the income of rural households that can change their perception about their living conditions.

Key words: Territory; rural; life conditions; development; assessment.

Resumen

La percepción de las condiciones de vida por las poblaciones de los territorios rurales, más allá de los análisis sobre el desempeño de los sistemas productivos

En el Brasil, en el ámbito del Ministerio de Desarrollo Agrario (MDA), es ejecutada la política de desarrollo rural con enfoque territorial presentándose como una alternativa a los agotados modelos de desarrollo rural con enfoque territorial de las últimas cinco décadas. Estos nuevos enfoques implican nuevas metodologías para medir las condiciones de vida de sus poblaciones y, a la vez, evaluar el desempeño de las políticas públicas. Bajo esta perspectiva, el MDA y el Consejo Nacional de Desarrollo Científico y Tecnológico (CNPq), en sociedad con 27 universidades públicas, evaluó las condiciones de vida de más de 10.000 familias localizadas en 37 territorios rurales aplicando el índice de condiciones de Vida (ICV), con metodología de la Universidad Federal de Rio Grande del Sur. Se destacan la percepción positiva sobre los efectos del desarrollo frente a las demás instancias, la diversificación de la renta y la baja evaluación de los servicios institucionales. El objetivo de este artículo es discutir el instrumento de medición de calidad de vida rural y los resultados sobre el cambio en la renta de las familias rurales que pueden cambiar la percepción de ellas sobre sus condiciones de vida.

Palavras chave: Territórios; rural; desenvolvimento; condições de vida; avaliação.

Introdução

Na atualidade, à luz das políticas do Governo Federal para diminuir a pobreza e as desigualdades de renda, são comuns os alertas das ciências econômicas e sociais sobre a necessidade de compreender os processos de desenvolvimento além do crescimento econômico. Essa discussão não é nova, mas ressurgiu quando os indicadores divulgados pelas instâncias governamentais, atrelados às mensagens sobre o cumprimento de metas de governo, focam principalmente a redução da desigualdade de renda entre as famílias brasileiras.

A noção de desenvolvimento humano de finais da década de 1990, cuja institucionalização viu-se favorecida pela divulgação e generalização do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), contrapõe-se às mensurações do desenvolvimento somente a partir do Produto Interno Bruto (PIB). Apesar do ceticismo de especialistas como Amartya Sen sobre a capacidade desse tipo de indicadores sintéticos de informar sobre os complexos processos do desenvolvimento, o IDH sinaliza a situação de dimensões sociais e econômicas básicas para a qualidade de vida das populações.

No relatório elaborado por Stiglitz, Sen e Fitoussi (2009, p.9), sobre a medida de desempenho econômico e progresso social, esses especialistas afirmam que os indicadores estatísticos *são realmente importantes para a concepção e avaliação das políticas que visam a assegurar o progresso das sociedades, assim como avaliar o funcionamento dos mercados e influenciá-lo*, e que aquilo que se mede tem influência sobre aquilo que se faz. Dessa maneira, enfatiza-se a necessidade de se pensar indicadores que sejam, de um lado, coerentes com as propostas de desenvolvimento que os governos impulsionam e, de outro, que consigam medir percepções que as sociedades têm de suas realidades.

Frente a este último ponto, alerta-se sobre a escolha e uso apropriado dos conceitos. Para Sen (1998), as sociedades atuais deveriam ter a liberdade de escolha para combater suas privações, destituições e opressões sendo, dessa maneira, a liberdade o meio e o fim do desenvolvimento. Em termos concretos, essa ideia é proposta por Sen como as capacidades das pessoas para realizar seus funcionamentos e, dessa forma, alcançar suas realizações. Favareto (2007) conclui que por trás da teoria de Sen está a contestação ao auto interesse como principal motivador das ações dos indivíduos duvidando das atitudes maximizadoras postuladas pela teoria neoclássica para explicar seu comportamento.

Neste artigo, a partir das análises dos resultados do ICV, destaca-se a percepção positiva das famílias rurais sobre os efeitos do desenvolvimento face às demais instâncias, a diversificação da renda e a baixa avaliação dos serviços institucionais. Para discutir estes resultados este texto está constituído por quatro partes, esta primeira que corresponde à introdução; uma segunda onde se apresenta o referencial teórico que respalda a construção do ICV; na terceira sintetizam-se os resultados obtidos, sobretudo, no que diz respeito à percepção das famílias frente a cada uma das instâncias do índice e sua relação com as fontes de renda. Neste último ponto a análise focou-se nas 7.964 propriedades, das mais de 10.000 visitadas, que tinham algum tipo de produção e que representam 79% da amostra. A última e quarta parte do texto corresponde às considerações finais nas quais as autoras destacam a percepção sobre as diferentes instâncias por parte das famílias rurais e sua relação com o referencial teórico utilizado e levantam alguns questionamentos sobre os indicadores subjetivos defendendo que a percepção sobre as condições de vida está fortemente influenciado pelo contexto.

Mensuração das Condições de Vida da população rural: de que estamos falando?

Tendo como principal referencial os trabalhos de Amartya Sen, a Fundação de Apoio da Universidade do Rio Grande do Sul (FAURGS), a pedido do Ministério de Desenvolvimento Agrário do Brasil (MDA) elaborou o Índice de Condições de Vida (ICV).

Para isto, uma equipe de pesquisadores da Fundação fez um amplo levantamento bibliográfico sobre índices utilizados no acompanhamento e avaliação das condições de vida das pessoas ou famílias permitindo-lhes identificar elementos que poderiam ser apropriados para a construção do ICV. Um primeiro elemento está relacionado com a fonte de dados a qual, para o caso do ICV, deveria ser primária e coletada a partir da aplicação de um questionário a famílias rurais, similar ao índice de qualidade de vida utilizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) conhecido como World Health Organization Quality of Life Index (WHOQOL). Desta forma, seria possível fazer análises comparativas ao longo do tempo e também entre territórios distintos, sem depender da disponibilidade e atualização dos dados secundários.

Um segundo elemento e, na mesma linha do mencionado índice da OMS, é o tipo de agregação dos indicadores qualitativos que seria feito a partir das respostas dos entrevistados a cada uma das questões numa escalas de 1 a 5. Na composição dos indicadores, é necessário que as medidas de grandeza sejam compatíveis. Assim, um indicador social que congregue, por exemplo, esperança de vida em anos, taxa de mortalidade infantil em óbitos por mil habitantes e rendimento em reais devem ser transformados para que todos sejam medidos em uma mesma escala, conferindo ao indicador o atributo da comensurabilidade (Scandar Neto et al, 2008, p. 9).

No caso do ICV, todos os 24 indicadores primários que o compõem foram registrados em uma escala de 1 a 5 que denota, no ponto mínimo, a situação péssima ou mais desfavorável e, no ponto máximo, a situação ótima ou mais favorável.

Outro elemento considerado na construção do ICV foi o recorte geográfico. A maioria de índices estudados pela Fundação da UFRGS tinha um foco urbano o que levava a identificar indicadores que lhes permitisse de fato mensurar a diversidade dos modos de vida rural. Ligado a este ponto e de igual relevância colocou-se como eixo central para a elaboração do índice a multidimensionalidade característica dos processos de desenvolvimento. Conforme a Fundação detalha em seu relatório de 2007, até a década de 1990 eram comuns os trabalhos fundamentados na dimensão econômica e dentro desta a renda. Mas, pelas críticas à insuficiência das análises unidimensionais, foram propostas novas formas de avaliação e comparação envolvendo as dimensões social, ambiental, cultural e político-cultural, além da econômica (FAURGS, 2007).

Cientes da complexidade deste enfoque multidimensional e, sobretudo, visando responder à sobreposição de dimensões que pode se apresentar nesta abordagem como também à dificuldade de diferenciar os meios dos fins, a Professora Ângela Kageyama, integrante do grupo de pesquisa, sugeriu a organização do índice em três instâncias: os fatores que condicionam o desenvolvimento, as características do desenvolvimento e os seus efeitos econômicos e sociais. Esta proposta guarda uma importante proximidade com a

Abordagem de Capacidades construída por Amartya Sen com a qual pode-se tentar responder a dois dilemas fundamentais que envolvem o desenvolvimento, quais são: “*se desenvolvimento não se reduz a crescimento, então quais são suas dimensões empíricas fundamentais?*” e “*se são varias as dimensões como elas se compõem o conflitam, quais delas são um fim do processo de desenvolvimento e quais os meios para atingi-lo?*” (Favareto, 2007, p.61).

Sen (2000) concebe o desenvolvimento como um processo de expansão de liberdades reais de que disfrutam os indivíduos. Em relação ao crescimento o autor nos adverte que “*la utilidad de la riqueza reside en las cosas que nos permite hacer, es decir, en las libertades fundamentales que nos ayuda a conseguir*” (SEN, 2000, p.30). Neste sentido, não é razoável conceber o crescimento como um fim em se mesmo. A expansão das liberdades são ao mesmo tempo o meio e o fim dos processos de desenvolvimento cumprindo, respectivamente, um papel constitutivo e instrumental onde, desde a perspectiva constitutiva, o desenvolvimento implica reconhecer as liberdades fundamentais para o enriquecimento da vida humanada (poder evitar privações como a inanição, desnutrição, mortalidade prematura, ter liberdades relacionadas com a capacidade de ler, escrever ou participação política). De outro lado, a perspectiva instrumental da liberdade refere-se à maneira em que contribuem os diferentes tipos de direitos e oportunidades a sua expansão (SEN, 2000).

A partir desta discussão sobre os meios e fins para a análise e compreensão do desenvolvimento o premio Nobel de Economia propõe três conceitos interligados que constituem o ferramental analítico de sua proposta teórica. Estes são: intitulentos, funcionamentos e capacidades. Os primeiros dizem respeito aos meios para atingir certos fins (condições para fazer escolhas) e estão mediados pelo ordenamento legal, político e econômico (FAURGS, 2007).

A Abordagem das Capacitações procura avaliar justamente a capacidade (liberdade) de escolha. Segundo esta perspectiva, a capacidade de escolha está ligada à qualidade de vida das pessoas. Desta forma, é possível captar elementos importantes, tais como: heterogeneidades pessoais, diversidades ambientais, variações no clima social, diferença de perspectivas relativas e distribuições intrafamiliares (FAURGS, 2007, p.10).

Dos funcionamentos, nas palavras de Sen (2001), é feita nossa existência, são o ‘ser’ e o ‘fazer’ da pessoa isto é desde estar bem nutrido, ter boa saúde, até ser feliz, fazer parte da vida da comunidade, ter respeito próprio, entre outras (FAURGS, 2007). Interligada a esta noção está a de capacidades que os indivíduos têm para realizar os funcionamentos. Desde o ponto de vista avaliativo, pode-se medir e comparar a capacidade de escolher e realizar os funcionamentos pelos próprios indivíduos em sua diversidade (FAVARETO, 2007).

Como antes dito, com base nestes conceitos da abordagem das capacitações a equipe de pesquisadores da FURGS se aproximaram das três instancias propostas por Kageyama para construir o indicador sintético ICV, conforme explicam a seguir:

A primeira instância, que se refere aos fatores que favorecem ou condicionam o desenvolvimento, está ligada aos elementos constitutivos, aos recursos, às condições para a realização das escolhas, enfim esta primeira instância está ligada aos intitamentos propostos por Amartya Sen. Já a segunda instância, que se refere às características do desenvolvimento, pode ser relacionada aos elementos de conversão dos meios em fins, dos intitamentos em capacitações e funcionamentos. Por fim, a terceira instância, correspondente aos efeitos econômicos e sociais (e aqui podemos incluir outras dimensões, como política, cultural e ambiental), esta sim está ligada às capacitações e funcionamentos, mais especificamente às realizações das pessoas ou das famílias (FAURGS, 2007, p.11).

Como detalhado no Quadro 1, a primeira instancia, fatores do desenvolvimento, inclui avaliações sobre qualidade da mão de obra, área da produção, escolaridade, moradia, acesso a políticas públicas, acesso a crédito e assistência técnica, além da presença de instituições de desenvolvimento rural. A segunda instância, características do desenvolvimento, abrange renda, produtividade do trabalho e da terra, diversificação da produção, uso e preservação dos recursos naturais. E, por fim a terceira é composta de uma avaliação da saúde, do estado nutricional, a permanência dos membros da família na propriedade, melhorias econômicas e ambientais, participação política, social e cultural.

Quadro 1: Instâncias e indicadores de desenvolvimento rural e das condições de vida das famílias rurais

Instâncias	Indicadores
Fatores que favorecem o desenvolvimento (intitamentos)	Mão de obra familiar em atividade dentro ou fora da unidade
	Área da unidade de produção familiar
	Escolaridade
	Condições da moradia
	Acesso a mercados
	Acesso a políticas públicas (Pronaf, bolsa-família, ...)
	Acesso a crédito e assistência técnica
	Presença de instituições que favorecem o desenvolvimento rural
Características do desenvolvimento (elementos de conversão)	Renda familiar
	Produtividade do trabalho
	Produtividade da terra
	Diversificação da produção agrícola
	Pluriatividade, diversificação nas fontes de renda familiar
	Uso e preservação dos recursos naturais: água
	Uso e preservação dos recursos naturais: solo
	Uso e preservação dos recursos naturais: vegetação nativa
Efeitos do desenvolvimento (capacitações e funcionamentos)	Estar bem alimentado / nutrido
	Ter boa saúde
	Permanência dos membros da família da unidade de produção
	Percepção sobre as mudanças na situação econômica da família
	Percepção sobre as mudanças na situação ambiental da unidade

Instâncias	Indicadores
	Participação social (cooperativas, associações)
	Participação política (eleições, conselhos, assembleias)
	Participação cultural (grupos de expressão cultural, outras atividades)

Fonte: MDA/SDT/SGE, 2010.

Desta forma o ICV é concebido como um instrumento de análise e acompanhamento das condições de vida das famílias nos Territórios Rurais para representar as mudanças percebidas, em termos das condições de vida e da percepção (ou não) das mudanças, em suas múltiplas dimensões.

Para isto não se perguntou sobre o valor da renda familiar (que pode ser informada com imprecisão ou viés), mas se a renda é suficiente para viver de forma adequada. Em vez de perguntar qual a produtividade da área naquele ano específico (novamente de difícil mensuração ou sujeita à imprecisão), é indagado se, para ele, a produtividade da área está boa (BRASIL, 2010). As respostas são claramente subjetivas, mas expressam percepções dos indivíduos sobre cada um dos 24 indicadores que compõem o ICV.

Na aplicação deste índice o que importa é o ponto de vista dos entrevistados, a avaliação feita por eles sobre os diversos aspectos que compõem o instrumento de captação de dados (FAURGS, 2007).

A pesquisa de campo foi realizada mediante a aplicação do questionário em domicílios rurais² o qual se elaborou a partir das três instâncias e 24 indicadores que compõem o ICV. Foram incluídos ainda alguns quesitos de identificação do respondente e da família que ele representa, como forma de delinear um perfil da população do Território. Houve ainda quesitos que identificaram o modo de produção rural, se existe e se é familiar ou não. Para cada Território Rural foi definida uma amostra probabilística, estabelecendo-se a quantidade de unidades a pesquisar, onde e como aplicar os questionários.

O cálculo do ICV se faz em três fases. Primeiro, obtém-se a média aritmética dos escores de cada indicador primário, com dados obtidos pela aplicação de instrumento a uma amostra de domicílios rurais. Como o ICV é composto por três Instâncias de oito indicadores primários cada, calcula-se novamente a média aritmética dos oito indicadores de cada instância, resultando em três médias, uma por Instância. O terceiro passo é o cálculo da média harmônica das médias das três Instâncias, sendo esse o resultado final do ICV. Logo, o método de aglutinação dos indicadores primários do ICV é a média aritmética simples na primeira fase e depois a média harmônica das três médias das instâncias.

² Domicílios rurais: domicílios ou estabelecimentos em que habita um grupo familiar – proprietário ou não, formal ou não, havendo ou não produção ou atividade agrícola. Referem-se, portanto, à área de trabalho ou de moradia da família. Os domicílios rurais serão divididos em dois grupos: 1) COM produção e 2) SEM produção. Os casos com produção são classificados como agricultura familiar se atendem simultaneamente aos critérios estabelecidos na Lei 11.326, de 24/7/2006.

Resultados da mensuração do Índice de Condições de Vida

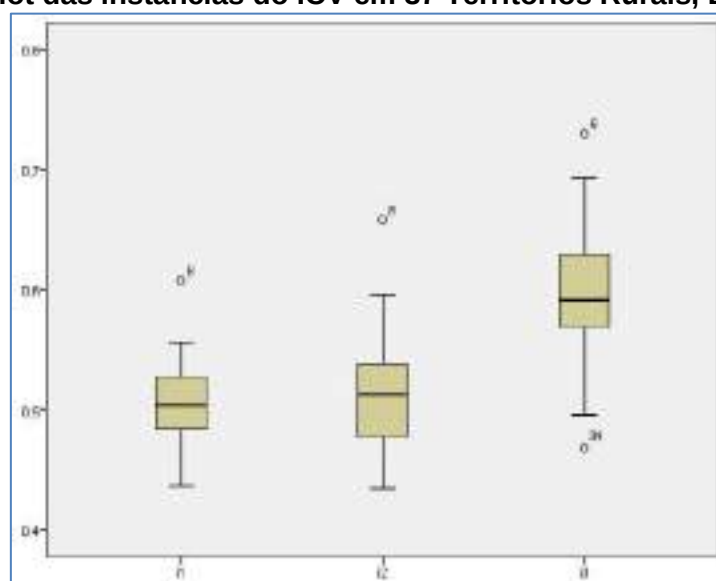
Foram entrevistadas 10,1 mil famílias rurais de 37 territórios apoiados pelo Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, localizados em 17 Unidades da Federação e constituídos por um total de 607 municípios. A pesquisa foi conduzida por equipes de pesquisadores pertencentes a 27 Universidades Públicas que em parceria com o MDA e o Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico –(CNPq), avaliaram a estratégia de desenvolvimento territorial utilizando para isto o ICV aqui discutido e outros indicadores do Sistema de Gestão Estratégica desse Ministério.

A continuação detalham-se alguns dos resultados obtidos a partir do cálculo do ICV, em particular os relacionados com a percepção positiva dos efeitos do desenvolvimento e sua relação com a diversificação das fontes de renda.

Percepção positiva sobre os efeitos do desenvolvimento face às demais instâncias e baixa avaliação dos serviços institucionais

Os resultados da terceira instância do índice – efeitos do desenvolvimento – tiveram resultados destacadamente mais positivos que as duas primeiras (fatores e características). Respectivamente, as instâncias tiveram médias de 0,51, 0,52 e 0,59 o que indica que os efeitos do desenvolvimento, que incluem alimentação, saúde, mudanças nas situações econômica e ambiental, permanência dos membros da família na propriedade e participação comunitária, foram avaliados mais positivamente (Figura 1).

Figura 1: Box-Plot das instâncias do ICV em 37 Territórios Rurais, Brasil, 2010-2011.



Fonte: SGE/CAIs.

Entre os indicadores primários desta instância chama particular atenção que o melhor avaliado foi a permanência dos membros na família na unidade de produção, 0,75 e o indicador que teve média pouco abaixo do ponto médio (0,46), foi a participação cultural.

Nas outras duas instâncias, mais indicadores primários ficaram abaixo de 0,5. Quatro na primeira – fatores do desenvolvimento – e três na segunda – características do desenvolvimento. Foram eles, na primeira instância: condições de acesso aos mercados (0,48), acesso a políticas públicas (0,39), acesso a crédito e assistência técnica (0,35) e presença de instituições que favorecem o desenvolvimento rural (0,47). Esses são os aspectos com as piores avaliações, indicando que nos Territórios Rurais ressaía-se da falta de assistência e do Estado.

No caso da segunda instância, características do desenvolvimento, as piores avaliações foram sobre renda familiar (0,49), diversificação da produção agrícola (0,43) e diversificação das fontes de renda familiar (0,35). Assim, as maiores carências referem-se realmente à renda. Isso explica a alta incidência de fontes combinadas de renda e a importância das aposentadorias, pensões e dos programas de transferência de renda, muito frequentes como a segunda fonte.

Portanto, a despeito das fragilidades em aspectos dos fatores e das características do desenvolvimento, percebe-se uma avaliação mais marcadamente positiva em relação aos efeitos, elevados, sobretudo devido ao aspecto da permanência dos membros da família.

Diversificação das fontes de renda das famílias com produção rural

Das 10.106 famílias entrevistadas, 7.964 tinham algum tipo de produção: 5.849 eram de agricultura familiar e 2.115 de produção não familiar. Os domicílios sem produção somaram 2.142 casos. Conforme antes indicado, o foco desta análise são as 7.964 propriedades que tinham algum tipo de produção, que representam 79% da amostra.

No aspecto das fontes de renda a atividade rural tem um significativo peso em mais de 80% dos domicílios, mas associada com frequência a outras fontes, por isto foram feitas diversas comparações na busca de fatores de diferenciação, como também foram estudados os domicílios que tinham como fonte de renda exclusivamente a atividade rural própria, que representam 8% dos que tinham produção e 7% da amostra total. Com isto buscou-se caracterizar esses domicílios em relação aos demais e as diferenças entre os agricultores familiares e os produtores não familiares.

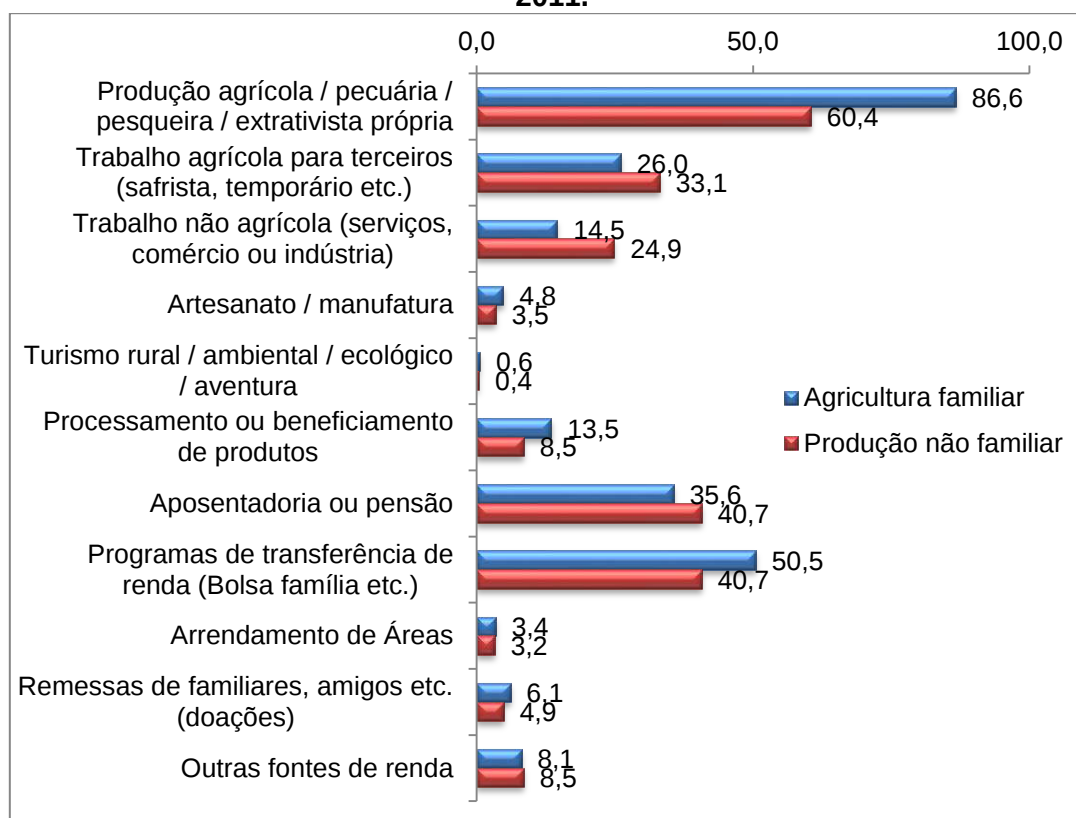
De outro lado, verificaram-se as características da produção e da renda dos domicílios, a partir de questionamentos quanto ao papel e à importância das aposentadorias, dos programas de transferência de renda do governo e da própria produção

agropecuária ou extrativista; quais seriam os aspectos que distinguem a pequena parcela de produtores que vivem exclusivamente do que produzem; e qual a relação entre as fontes de renda e as condições de vida dos domicílios com produção. Essas foram algumas questões para a quais se tentará buscar, se não respostas, indícios que permitam compreendê-las.

Origens da renda em dinheiro das famílias

Como se pode apreciar na Figura 2, a renda proveniente da produção agropecuária ou extrativista foi a mais indicada nos dois tipos de segmentos, mas entre os agricultores familiares foi muito mais incidente: 87% contra 60% dos não familiares. Já a renda de trabalho agrícola para terceiros e trabalho não agrícola ocorre mais entre os não familiares.

Figura 2: Fontes de renda da família por segmento (em percentuais), Brasil, 2010-2011.

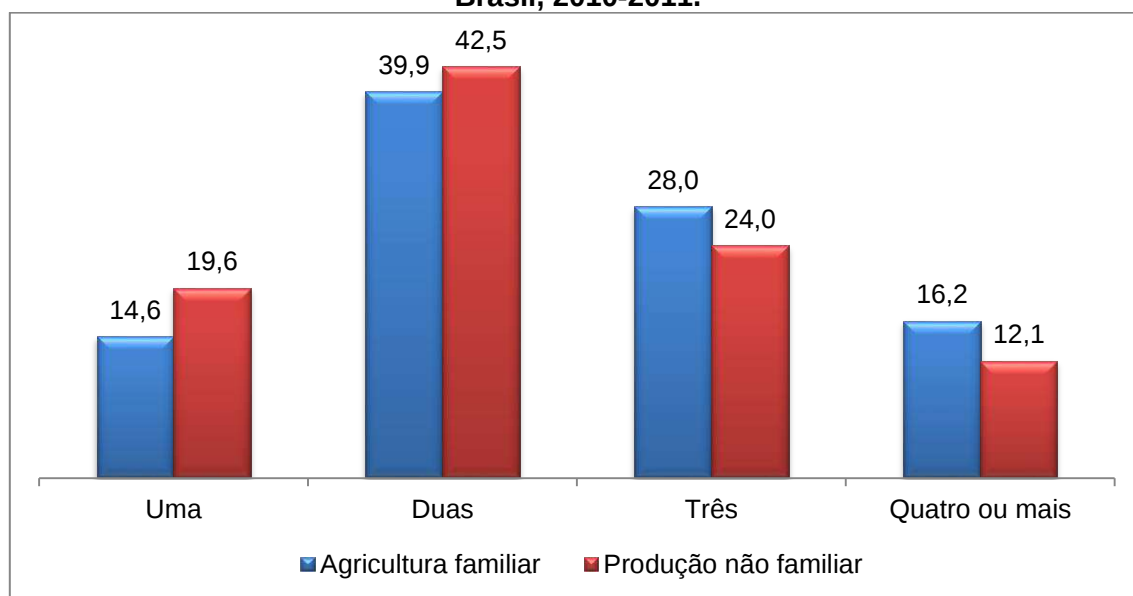


Fonte: SGE/CAIs

Rendas de aposentadoria ou pensão também estão mais presentes entre os não familiares, enquanto os programas de transferência de renda estão presentes em mais da metade dos casos de agricultura familiar. Em média, nos domicílios de agricultura familiar há 2,5 fontes de renda, enquanto os não familiares indicaram 2,3 fontes. Embora próximos, esses resultados são distintos estatisticamente, ou seja, os agricultores familiares indicaram mais fontes de renda do que os não familiares. A Figura 3 reflete esse resultado: as

menores quantidades de fontes de renda (uma ou duas) foram mais frequentes entre os não familiares; as maiores quantidades de fontes de renda, três ou mais, ocorreram entre os produtores familiares.

Figura 3: Quantidade de fontes de renda por tipo de segmento (em percentuais), Brasil, 2010-2011.



Fonte: SGE/CAIs

A percepção sobre a variabilidade das fontes de renda está associada ao tipo de segmento. Entre os produtores não familiares foi mais frequente a percepção sobre a pouca variação das fontes de renda em dinheiro: 67% consideraram pouco ou nada variadas suas fontes de renda. Dos agricultores familiares, percentual menor, 62%, teve a mesma percepção. A opinião inversa, que as fontes são variadas ou muito variadas, ocorreu segundo 17% dos familiares e 15% dos não familiares. Logo, a percepção agregada sobre a variabilidade das fontes de renda segue a lógica dos dados.

A avaliação da situação de renda da família, em uma escala de péssima até ótima, teve concentrações um pouco diferentes em função do tipo de segmento. As avaliações negativas – ruim e péssima – foram parecidas, somando 27% e 25% das respostas entre os agricultores familiares e não familiares, respectivamente. Já a avaliação como regular foi mais frequente entre os familiares, 48% contra 44% para os não familiares. E as avaliações positivas – ótima e boa – representaram 25% dos familiares e 31% dos não familiares. A associação dessa percepção com o segmento foi significativa, confirmando as diferenças. Desse conjunto de resultados depreende-se que os agricultores familiares estão relativamente menos satisfeitos com a situação de renda de suas famílias.

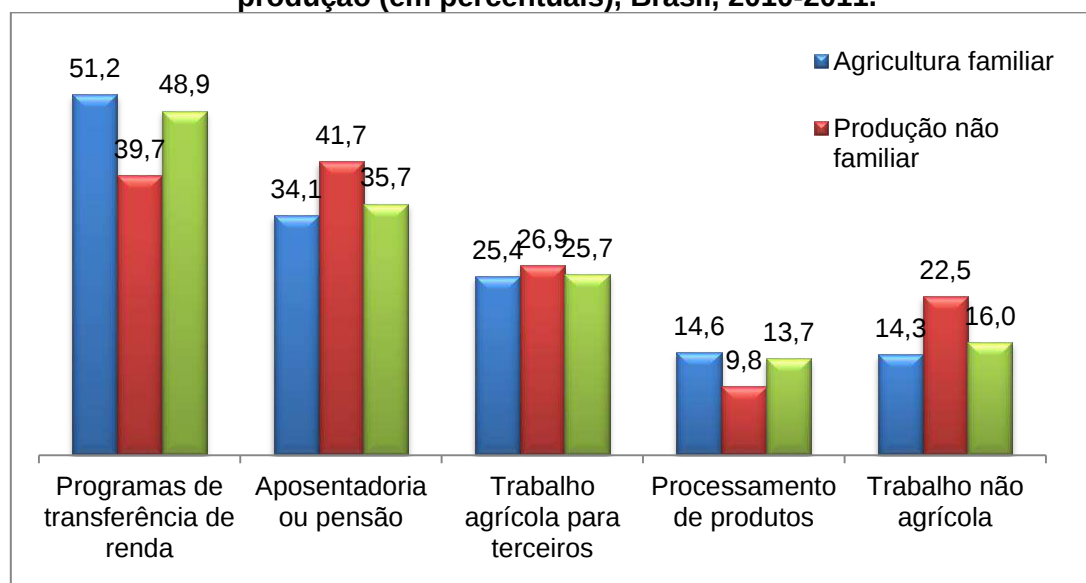
As fontes de renda ocorrem conforme se espera. O trabalho agropecuário ou extrativista na propriedade é mais frequente entre os familiares e o trabalho para terceiros, entre os não familiares. Como os domicílios de produção familiar são mais carentes de estrutura e possuem famílias um pouco mais numerosas, pode-se supor que são economicamente mais carentes, o que explicaria a maior incidência de programas

governamentais de transferência de renda, a quantidade maior de fontes de renda e a menor satisfação com a situação econômica da família.

Grande parte dos domicílios com produção indicou mais de uma fonte de renda: 84% do total, 85% dos agricultores familiares e 80% dos não familiares. Quando possuíam renda de uma única fonte, caso de 1.247 domicílios (16%), a mais comum foi justamente a produção rural (668 domicílios ou 53% dos 1.247 e 8% do total com produção, 7.959). A segunda renda exclusiva mais frequente foi a aposentadoria ou pensão: 252 famílias (20% das que tinham apenas uma renda e 3% do total com produção). O trabalho agrícola para terceiros como renda única ocorreu em 141 domicílios (11% dos que possuíam apenas uma renda e 2% do total com produção).

A Figura 4 demonstra esses resultados, esclarecendo que a associação do trabalho rural próprio com outras fontes de renda não apresentadas no gráfico³ tiveram menos de 10% de ocorrências, tanto no total de domicílios quanto por tipo de segmento.

Figura 4: Associação do trabalho rural próprio com outras atividades por sistema de produção (em percentuais), Brasil, 2010-2011.



Fonte: SGE/CAIs.

Percebe-se pela figura anterior que há diferenças de concentração das fontes de renda associadas à atividade rural entre os segmentos familiar e não familiar. Entre os agricultores familiares, a maioria está associada a programas de transferência de renda (51%), confirmando uma situação de carência material mais forte entre estes. Em segundo lugar aparecem as aposentadorias ou pensões (34%). Já os produtores não familiares estão em situação invertida: a renda de aposentadoria ou pensão é mais presente do que os programas de transferência de renda (42% e 40%, respectivamente).

³ Artesanato ou manufatura; Turismo; Arrendamento de áreas; Remessas de familiares; Outras fontes.

Outra diferença está no processamento ou beneficiamento de produtos, mais recorrente entre os agricultores familiares, 15% contra 10% entre os não familiares; e a ocorrência mais forte de trabalho não agrícola entre os não familiares como outra fonte de renda, 23% contra 14% entre os domicílios de agricultura familiar.

Domicílios com renda somente da produção agropecuária ou extrativista

Foram 8% do total, 668 casos entre os 7.959 com produção⁴. Desses, 555 eram de agricultores familiares e 113, de produtores não familiares. Assim, 10% dos agricultores familiares e 5% dos não familiares tinham apenas uma fonte de renda e essa fonte era a produção agropecuária ou extrativista.

O que é produzido nos domicílios com renda exclusiva de atividade rural própria, em 71% dos casos, destina-se ao consumo e à venda. Dos demais domicílios, 56% indicaram a mesma destinação da produção. Por outro lado, os que produziam apenas para consumo foram 20% dos domicílios destacados contra 40% dos demais. Assim, os que auferiam renda exclusivamente da atividade rural eram mais incidentes na comercialização de sua produção.

Ao comparar algumas percepções de domicílios de renda exclusiva de atividade rural própria e os demais domicílios, que possuem, em média, 2,6 fontes de renda, a percepção sobre a variabilidade das fontes de renda, em uma escala que foi de nada variadas até muito variadas, foi distinta na comparação entre os domicílios com renda exclusiva de atividade rural e os demais. A principal discrepância ocorre na concentração de respostas na categoria *nada variadas*, muito maior entre os domicílios de renda exclusiva da atividade rural, o que está de acordo com a lógica. Ainda assim, 28% desses domicílios consideraram que as fontes de renda são mais ou menos variadas, variadas ou muito variadas.

Na comparação da variabilidade das fontes de renda por tipo de segmento, no grupo de renda exclusiva de atividade rural própria não se detecta associação entre familiares e não familiares. A concentração na percepção de que as fontes de renda não são nada variadas foi forte nos dois segmentos. Dos agricultores familiares, 29% avaliaram que suas fontes de renda não são nada variadas e 34% dos não familiares responderam da mesma forma.

Já a percepção sobre a situação econômica da família nos domicílios com renda exclusiva de atividade rural própria, em uma escala de péssima até ótima, observa-se que os agricultores familiares foram mais críticos: para 25% deles, a situação era ruim ou péssima. Dos produtores não familiares, 21% tiveram essa percepção. Neste caso houve

⁴ A pergunta sobre as fontes de renda foi feita apenas aos domicílios que tinham algum tipo de produção.

associação significativa, com avaliações piores mais concentradas entre os agricultores familiares.

Domicílios que não indicaram a atividade rural como fonte de renda

Neste caso, detectou-se 13% dos agricultores familiares e 40% dos produtores não familiares. Essa primeira comparação já indica o quanto a atividade rural está mais presente nos domicílios de agricultura familiar. No conjunto, em 45% desses casos há renda de aposentadoria ou pensão; e em 47%, os programas de transferência de renda. Em terceiro lugar aparece o trabalho agrícola para terceiros (40%) e, em seguida, o trabalho não agrícola (24%). Portanto, as principais fontes de renda (aposentadoria ou pensão e programas de transferência de renda) se mantêm entre os que não possuem renda da atividade rural.

Desagregando por segmento, verifica-se que nos dois casos a maior incidência também ocorre nos programas de transferência de renda e nas aposentadorias ou pensões. Entretanto, conformam mais da metade dos agricultores familiares, que também apresentam atuação no trabalho não agrícola bem menor do que os produtores não familiares. Outro destaque é quanto à presença bem maior dos não familiares no trabalho agrícola para terceiros.

Dos agricultores familiares que possuem apenas uma fonte de renda, 50% eram de aposentadoria ou pensão e 24%, de transferências governamentais. Para 40% dos que tinham renda de aposentadoria ou pensão, essa era a única fonte de renda. Os programas de transferência como única fonte de renda eram o caso de 19% dos agricultores familiares.

No caso dos produtores não familiares com apenas uma fonte de renda, 37% indicaram aposentadorias ou pensões; em segundo lugar aparece o trabalho agrícola para terceiros (34%), seguido do trabalho não agrícola (14%) e só depois aparecem as transferências governamentais (9%). Tomando os produtores não familiares com renda de aposentadoria ou pensão, para 34% era a única fonte. As transferências de renda do Governo eram a única fonte de 7% dos produtores não familiares.

A combinação de aposentadoria ou pensão com transferências governamentais foi o caso de 15% dos agricultores familiares e de 12% dos produtores não familiares. Essa foi a combinação mais comum entre fontes de renda nos dois segmentos, quando não havia renda de produção rural própria.

Em suma, também entre os domicílios sem renda de atividade rural repete-se a importância das aposentadorias ou pensões e das transferências governamentais, especialmente entre os agricultores familiares. Para os produtores não familiares,

entretanto, o trabalho agrícola para terceiros e as atividades não agrícolas foram outras importantes fonte de renda, mais do que os programas de transferência de renda.

Deve-se ressaltar que as famílias sem produção vivem sobretudo de aposentadorias, pensões e programas de transferência de renda, concentrando portanto situações econômicas menos favoráveis que se refletem nos resultados aqui apresentados. Entretanto, sobressai-se um aspecto. A comparação entre os agricultores familiares e os produtores não familiares é desfavorável aos primeiros.

Entre os domicílios com produção, os de agricultura familiar possuem famílias maiores e contêm mais membros que trabalham exclusivamente na propriedade. No caso da produção não familiar, há mais membros da família no trabalho apenas fora do domicílio. As características dos domicílios também constituíram um ponto de diferenciação. Entre os agricultores familiares detectou-se um pouco mais de carências estruturais, como menos banheiros internos, geladeiras e outros.

A renda de trabalho agropecuário ou extrativista na propriedade é mais frequente entre os familiares, enquanto a de trabalho agrícola para terceiros predominou entre os não familiares. A maior incidência de programas governamentais de transferência de renda, a quantidade maior de fontes de renda e a menor satisfação com a situação econômica da família coadunam com um estado de carência econômica mais forte entre os agricultores familiares, de famílias mais numerosas e ausência maior de itens de estrutura nos domicílios.

Predominaram as fontes de renda combinadas, sendo a atividade rural a mais frequente nos dois segmentos, familiar e não familiar. As duas principais fontes adicionais foram os programas governamentais de transferência de renda e as aposentadores ou pensões. A renda de benefícios públicos, portanto, destaca-se não apenas pela presença forte, mas como importante complementação, já que a principal fonte de renda é mesmo a atividade rural no domicílio, seja ele de produção familiar ou não.

Considerações finais⁵

Os resultados obtidos a partir do cálculo do ICV indicam, *a priori*, que não há uma correspondência direta entre fatores, características e efeitos de desenvolvimento. Há, segundo a percepção das famílias entrevistadas, uma baixa disponibilidade de bens ou mercadorias (intitamentos) para atingir certos fins, mas sua percepção sobre os efeitos do desenvolvimento é positiva.

⁵ Algumas das considerações registradas neste aparte, sobretudo em relação ao índice ICV e a avaliação por percepções foram trazidas textualmente do relatório preparado por Maria Inez Telles Walter (2012) para ser apresentado ao MDA com análises sobre a sensibilidade do índice.

Em relação aos elementos de conversão dos intulamentos em capacitações e funcionamentos (características do desenvolvimento), chama atenção que as famílias consideram pouco variadas as fontes de renda com uma avaliação péssima o ruim sobre a situação da mesma (27 e 25% para agricultura familiar e não familiar respectivamente) e regular para 48% dos agricultores familiares contra 44% dos não familiares.

Estes resultados que, numa primeira aproximação, poderiam ser qualificados como contraditórios, podem estar relacionados com as diferentes percepções dos indivíduos sobre seus ativos e capitais e com o exercício de sua autonomia para utilizar esses recursos em busca de alcançar suas realizações.

Na terceira instância do ICV, ligada às realizações das pessoas ou das famílias, pode-se destacar a avaliação marcadamente positiva, mas influenciada, sobretudo, pela permanência dos membros da família. A partir dos dados poderia se pensar que esta condição levaria a uma maior disponibilidade de mão de obra e, em consequência, a uma melhora na produção. Mas, pelo contrario, as equipes das Universidades constaram durante a aplicação dos questionários, uma ampla presença de aposentados rurais, disponibilidade significativa de rendas não agrícolas, bem como a ausência e saída dos jovens do campo. Frente a este fato é possível arriscar como conclusão que as pessoas entrevistadas valoram positivamente o fato de seus filhos migrarem para as cidades em busca de qualificação ou empregos urbanos, sem ser percebido o que este fato implica para a sucessão geracional e manutenção dessas famílias no meio rural.

De outro lado, é importante mencionar que, no Brasil, a baixa idade é um traço marcante da pobreza rural (BUAINAIN; DEDECCA, 2013). Conforme estes autores, famílias mais pobres tendem a ser aquelas que se encontram num “ciclo de vida” inicial, comparadas com famílias que se encontram na fase final do mesmo. O paradoxal destes dados está em que para sair da pobreza seria necessário atingir a idade mínima de aposentadoria e, de outro lado mostram a baixa eficácia dos mecanismos de transferência de renda para retirar as famílias mais pobres da pobreza por renda.

Para melhor entender as análises dos resultados obtidos no cálculo do ICV é importante frisar que este é um indicador medido a partir das percepções do segmento social em foco. Logo, denota as condições percebidas, e não a partir de estatísticas ou indicadores objetivos, também chamados de indicadores absolutos. No caso da pobreza, por exemplo, os indicadores absolutos representam como pobre o indivíduo que possui menos que o mínimo objetivo e absolutamente definido como necessário. Indicadores relativos apontam como pobre aquele que possui menos que seus pares na sociedade. No caso dos indicadores subjetivos, o indivíduo é pobre se ele mesmo julgar que não tem o suficiente para viver. Neste caso, pessoas em condições objetivas semelhantes podem avaliar diferentemente sua própria situação (MAIA; BUAINAIM, 2011).

Por exemplo, alguns dos coordenadores das equipes que realizaram a pesquisa surpreenderam-se com os resultados medianos obtidos em situações consideradas de extrema pobreza. E o mesmo ocorreu em contextos não tão desfavoráveis no centro-sul brasileiro, levantando dúvidas sobre a sensibilidade do ICV para captar e diferenciar situações objetivas tão díspares. Entretanto, há estudos que indicam o descolamento entre indicadores sociais objetivos e subjetivos de qualidade de vida, em que *“não necessariamente pessoas sofrendo maior privação material reportam menor satisfação com suas vidas”* (MAIA; BUAINAIM, 2011, p.5).

Outro trabalho que menciona a dissociação entre percepção e condições objetivas pontua que está bem documentada a *“evidência empírica internacional de que existe um descasamento entre indicadores objetivos e subjetivos de qualidade de vida, pelo menos no que tange aos domínios materiais da existência humana”* (PESSOA; SILVEIRA, 2009, p.7)⁶. Repete-se a constatação empírica de que não necessariamente pessoas que sofrem maior privação material reportam menor satisfação com suas vidas, e que diferenças culturais e psicossociais podem levar a que indivíduos, famílias e sociedades em condições de vida desiguais possam declarar-se igualmente satisfeitos com suas vidas.

A percepção sobre as próprias condições é relativa, e diz respeito à avaliação subjetiva do grupo social de referência. Em geral as pessoas se comparam a outras do grupo social do qual fazem parte. Segundo isto, há associação da percepção com diferenças nas expectativas sobre suas condições tendo como base seu próprio contexto. Esta é a tese que aqui se defende. Pessoa e Silveira (2009) citam estudo no qual se conclui que uma elevação no nível de renda desloca a expectativas e aspirações para cima. Trata-se da aplicação da clássica hierarquia das necessidades de Maslow, segundo a qual a satisfação das necessidades básicas (fisiológicas, de sobrevivência) eleva o grau de necessidade para aspectos mais elaborados (ou menos imaturos), como, nessa ordem, a segurança, a associação interpessoal, estima e auto-realização. Apesar das críticas à rigidez da disposição piramidal e sequencial das necessidades de Maslow, os resultados dos 24 indicadores primários do ICV indicam que as condições de vida estão assimiladas como razoáveis pelo segmento amostrado. E que a perplexidade dos pesquisadores baseia-se justamente em expectativas distintas das presentes nessa fatia da população rural. Pode-se até supor que haja necessidades básicas a atender para que se desloquem as expectativas para patamares mais elevados. Ou então não seria apenas isso, sendo fundamental refletir sobre os aspectos culturais.

⁶ Neste texto os autores utilizam o conceito de condições de vida no sentido objetivo, considerando emprego, consumo, habitação, etc., enquanto a qualidade de vida é que incorpora questões subjetivas, sobre como as pessoas se sentem em relação às suas vidas. Ainda assim vale o argumento da dissociação entre esses dois construtos, que é o objetivo desta reflexão.

Um entrevistado do Rio Grande do Sul declarou que seu nível educacional (básico) era suficiente para o que ele precisaria para trabalhar e viver. Como não se trata de alguém em condição de miséria material, essa afirmação ilustra à perfeição o imobilismo que decorre da limitação de horizonte, não só material, mas sobretudo cultural.

Os resultados desta pesquisa sinalam aspectos que, sem dúvida, devem ser considerados como portas de entrada a análises mais aprofundadas sobre a percepção das famílias rurais sobre suas condições de vida. A equipe da Universidade Federal de Rio Grande do Sul sugere fazer um estudo de representações sociais com a população dos Territórios Rurais (UFRGS, 2011). A busca desse senso comum sobre o que sejam boas condições de vida sem dúvida pode ajudar a estabelecer o lugar de onde se manifestam os segmentos amostrados.

Para Sen (2000, 2001), na abordagem de capacidades para o desenvolvimento, baseado nas liberdades, implica, oferecer a oportunidade de participação dos indivíduos e suas famílias, na configuração de seu próprio destino cuidando e fortalecendo as capacidades humanas para “ser” e “fazer”, refletindo a liberdade da pessoa para escolher seu tipo de vida.

Por fim, e em relação à continuidade na aplicação do Índice pelo MDA, esperava-se que este instrumento permitisse analisar e acompanhar as condições de vida das famílias dos territórios rurais, facilitando assim análises comparativas tanto ao longo do tempo como em territórios distintos, sem depender da disponibilidade e atualização dos dados secundários. Mas, não houve posteriormente novas aplicações ou que limitou avançar com as análises comparativas entre territórios e a definição de estratégias para atender a baixa percepção das famílias entrevistadas sobre os fatores e características do desenvolvimento.

Referências

BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Sistema de Gestão Estratégica: Índice de Condições de Vida**. 2010. Mimeo.

BUAINAIN, A.; DEDECCA, C. **A nova cara da pobreza rural: desenvolvimento e a questão regional**. Brasília: IICA, 2013.

FAURGS – Fundação de Apoio da Universidade do Rio Grande do Sul. **Elaboração da proposta do Índice de Condições de Vida para aplicação nos Territórios Rurais**. 2007. Mimeo.

FAVARETO, A. **Paradigmas de Desenvolvimento Rural em Questão**. São Paulo: Iglu: FAPESP, 2007.

HAIR JR, J. et al. **Análise multivariada de dados**. Porto Alegre: Bookman, 2005. 593p.

JANNUZZI, P. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. Campinas: Alínea, 2006. 141p.

MAIA, A.; BUAINAIM, A. Pobreza objetiva e subjetiva no Brasil. **CONFINS** – Revista Franco-Brasileira de Geografia. n. 13. 2011. Disponível em <http://confins.revues.org/7301>. Acesso em: 11/1/2012.

PESSOA, M.; SILVEIRA, M. Indicadores objetivos e subjetivos de qualidade de vida das famílias brasileiras segundo a POF de 2002-2003: um estudo sobre seus determinantes demográficos, sociais e econômicos. **Texto para Discussão**. Rio de Janeiro: IPEA, nov. 2009. Disponível em http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1437.pdf. Acesso em: 11/1/2012.

SCANDAR NETO, W. **Síntese que organiza o olhar**: uma proposta para construção e representação de indicadores de desenvolvimento sustentável e sua aplicação para os municípios fluminenses. Rio de Janeiro: ENCE/IBGE, 2006. Dissertação de mestrado. Disponível em http://www.lep.ibge.gov.br/ence/pos_graduacao/mestrado/dissertacoes/pdf/2006/wadih_jo%C3%A3o_scandar_netto_TC.pdf. Acesso em: 18 out. 2011.

SCANDAR NETO, W.; JANNUZZI, P., SILVA, P. **Sistemas de indicadores ou indicadores sintéticos**: do que precisam os gestores de programas sociais? Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu/MG, 29 de setembro a 3 de outubro de 2008. Disponível em http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_1511.pdf. Acesso em: 19 out. 2011.

SCHNEIDER, S. et al. **Relatório Analítico Célula de Acompanhamento e Informação (CAI) Zona Sul do estado do Rio Grande do Sul**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2011. Mimeo.

SCHUSCHNY, A.; SOTO, H. **Guía metodológica**: diseño de indicadores compuestos de desarrollo sostenible. Santiago: CEPAL – Colección de Documentos de Proyectos. Maio de 2009. Disponível em <http://www.eclac.org/publicaciones/xml/7/36127/W255-2.pdf>. Acesso em : 18 out. 2011.

SEN, A. **Desarrollo y Libertad**. 3ª edición. Colombia: Editorial Planeta, 2000.

SEN, A. **Desigualdade Reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, D.; JANNUZZI, P. O uso da análise multicritério na construção de um indicador de condições de vida: estudo para a Baixada Fluminense. **Revista Eletrônica Sistemas & Gestão**. v. 4, n. 2, maio-agosto/2009, p. 122-135. Disponível em <http://www.uff.br/sg/index.php/sg/article/viewFile/V4N2A3/V4N2A3>. Acesso em: 23 set. 2011.

STIGLITZ, J.; SEN, A.; FITUOSSO, J. **Relatório da Comissão sobre a Mensuração de Desempenho Econômico e Progresso Social**. Tradução de: Rapport de la Commission sur la mesure des performances économiques et du progrès social. STIGLITZ, Joseph; SEN, A; FITOUSSI, J P. (2009). SESI. Departamento Regional do Paraná. – Curitiba: SESI/PR, 2012.

WALTER, M. **Estimação do ICV em 37 Territórios Rurais**, Análise de Sensibilidade. Relatório apresentado ao Ministério de Desenvolvimento Agrário. Brasília, 2012. Mimeo.

Recebido para publicação em 03 de junho de 2015

Devolvido para a revisão em 24 de maio de 2016

Aceito para a publicação em 29 de maio de 2016

Demanda de produtos da agricultura familiar e condicionantes para a aquisição de produtos orgânicos e agroecológicos pela alimentação escolar no sudoeste do estado do Paraná¹

Rozane Maria Triches

Professora Adjunta II - Curso de Graduação em Nutrição - Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável
Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS
e-mail: rozane.triches@gmail.com

Joseane Carla Schabarum

Graduada em Nutrição e Mestranda em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável
Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS
e-mail: joseschabarum@hotmail.com

Giovana Paludo Giombelli

Graduada em Nutrição e Mestranda em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável
Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS
e-mail: gp.giombelli@hotmail.com

Resumo

O objetivo do estudo foi verificar a demanda para alimentos da agricultura familiar e os fatores relatados pelos atores que frustram ou condicionam a aquisição de produtos orgânicos e agroecológicos pela alimentação escolar na região sudoeste do Paraná. Realizou-se um estudo a partir da análise de chamadas públicas de uma amostra representativa de municípios e entrevistas semiestruturadas em dois municípios, um que adquiria e outro que não adquiria alimentos orgânicos/ agroecológicos, com gestores, agricultores e consumidores. A maioria dos municípios analisados demandou mais que o mínimo de 30% para compra de produtos de agricultores familiares. Nenhuma chamada pública apresentou demanda por produtos orgânicos e agroecológicos, porém alguns municípios relataram a compra destes produtos. Verificou-se contradições entre os discursos, os quais baseiam-se no reconhecimento do modelo agroecológico pela sua virtuosidade ambiental e de saúde, mas descrédito quanto a sua viabilidade econômica. A compra de produtos da agricultura familiar está se consolidando, mas ainda falta conscientização, conhecimento, diálogos e políticas públicas que incentivem a aquisição de produtos ecológicos para a alimentação escolar.

Palavras-chave: Alimentação escolar; agricultura familiar; Agroecologia; compras públicas de alimentos; desenvolvimento rural.

Abstract

Demand for products from family farms and conditions for the acquisition of organic and agro-ecological products for school feeding in the southwestern state of Paraná

¹ Esta pesquisa foi financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ, edital nº 218/UFFS/2013 - Bolsas de Iniciação Científica 2013/2014 - PIBIC-CNPq, PIBIC-Af/CNPq e PIICT sob o título Demanda por produtos agroecológicos e orgânicos pelo programa de alimentação escolar na região sudoeste do Paraná.

The aim of the study was to assess the demand for food from family farms and the factors reported by the actors that frustrate or influence the purchase of organic and agro-ecological products by the National School Feeding Programme in the southwest of Paraná. We conducted a study based on public calls for analysis of a representative sample of municipalities and semi-structured interviews in two municipalities, who acquired and acquired other than organic/agro-ecological food, with managers, farmers and consumers. Most analyzed municipalities demanded more than the minimum of 30% for purchases of family farmers. No public call showed demand for organic and agro-ecological products, but some municipalities reported the purchase of these products. There was contradiction between the speeches, which are based on the recognition of the agro-ecological model for its virtuosity and environmental health, but discredited as its economic viability. The purchase of family farming products is consolidating, but still lack awareness, knowledge, public dialogue and policies that encourage the purchase of environmentally friendly products for school feeding.

Keywords: School feeding; family farming; Agroecology; public food procurement; rural development.

Resumen

La demanda de productos de la agricultura familiar y las condiciones para la adquisición de productos orgánicos y agroecológicos para la alimentación escolar en sudoccidental de estado de Paraná

El objetivo del estudio fue evaluar la demanda de alimentos de la agricultura familiar y los factores reportados por los actores que frustran o influyen en la compra de productos orgánicos y agroecológicos para la Alimentación Escolar en el suroeste de Paraná. Hemos llevado a cabo estudio sobre la base de convocatorias públicas para el análisis de una muestra representativa de los municipios y las entrevistas semi-estructuradas en dos municipios, que adquirieron y adquirieron distintos de alimentos orgánicos/agroecológica, con gerentes, agricultores y consumidores. Municipios analizados exigían más que el mínimo del 30% para las compras de los agricultores familiares. Ninguna convocatoria pública mostró demanda de productos orgánicos y agroecológicos, pero algunos municipios reportó la compra de estos productos. Había contradicción entre los discursos, que se basan en el reconocimiento del modelo agro-ecológica por su virtuosismo y la salud ambiental e desacreditados como su viabilidad económica. La compra de productos de la agricultura familiar está consolidando, pero aún carecen de la conciencia, el conocimiento, el diálogo y las políticas que fomenten la compra de productos ecológicos para la alimentación escolar.

Palabras clave: Alimentación escolar; la agricultura familiar; Agroecología; la contratación pública de los alimentos; el desarrollo rural.

Introdução

Embora assuntos como meio ambiente e globalização sejam controversos, existe atualmente uma preocupação com as consequências desses adventos. No centro destas discussões, os alimentos, sua produção, processamento, distribuição e consumo tornam-se

elementos chaves na determinação de modelos de desenvolvimento socioeconômico, regulado tanto pelo Estado, quanto pelo próprio mercado (MORGAN, 2007).

Nesse sentido, a relação entre agricultura e saúde pública sempre foi muito grande, seja na função de supridora de alimentos, seja pelos riscos à saúde humana e ao meio ambiente causados pela utilização de agrotóxicos (VEIGA, 2007). Desde o processo de modernização tecnológica na agricultura iniciada nos anos cinquenta com a chamada “Revolução Verde”, somado ao discurso da “modernização da economia rural” ocorreram modificações profundas nas práticas agrícolas, gerando mudanças tecnológicas nos processos de trabalho e aumento da produtividade (JACOBSON et al, 2009).

Segundo Triches e Schneider (2015), importa evidenciar que há uma hegemonia do sistema agroalimentar global que levou ao distanciamento entre quem produz e quem consome com drásticas consequências para ambos. Os mesmos autores complementam que se torna central a análise de mudanças estruturais, o quanto os atores, principalmente os consumidores, se tornam agentes de mudança e seu papel na reordenação das cadeias de abastecimento, fomentando este contra-movimento. Para que ocorra este contra-movimento, Nicholson (2008) ressalta que é necessário uma revitalização do mundo rural, com a valorização dos agricultores familiares locais para que não sejam meros fornecedores de matérias-primas. Além disso, um ator poderoso neste sentido é o Estado com suas políticas e programas alimentares.

Para tanto, Morgan e Sonnino (2008) chamam a atenção para as aquisições públicas de alimentos, dentre elas, às relacionadas à alimentação escolar, os quais deveriam ser pautadas na melhor qualidade dos gêneros adquiridos no que tange aos benefícios à saúde, ao ambiente e à sociedade, no médio e longo prazo (*best value*), e não apenas no menor preço (*value for money*).

No Brasil, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em 2003 e o Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) em 2009, passaram a usar esta lógica e iniciaram a compra de produtos da agricultura familiar. O primeiro para abastecer públicos em vulnerabilidade social e o segundo para abastecer as escolas públicas e filantrópicas que atendem desde a creche até o ensino médio.

No entanto, várias pesquisas têm verificado dificuldades para o agricultor acessar o mercado da alimentação escolar e permanecer nele. Questões que remetem a questões operacionais, estruturais e políticas como a organização dos agricultores, a dificuldade de logística, os preços pagos pelos produtos, a falta de formação e informação dos atores envolvidos, a falta de documentação dos agricultores, a desconfiança dos mesmos em relação ao poder público, a informalidade das agroindústrias, estruturas inadequadas nas escolas, falta de articulação entre os gestores e os agricultores e celeumas políticas

(TRICHES e SCHNEIDER, 2012, CORA e BELIK, 2012; BACCARIN, et al. 2011; SARAIVA, et al, 2013, TRICHES e GRISA, 2014; BEVILAQUA e TRICHES, 2014; BEZERRA et al, 2013; SOARES et al, 2013).

Outra dificuldade gira em torno da aquisição de produtos orgânicos/agroecológicos. No estudo de Silva e Souza (2013) em Santa Catarina no ano de 2010, as autoras verificaram que a maioria dos agricultores e cooperativas não tinha certificação de seus produtos e enfrentava problemas de produção, sendo que apenas 17,7% dos municípios catarinenses adquiriam alimentos orgânicos. Número semelhante foi encontrado no Paraná no atendimento das escolas estaduais em 2012. Segundo Melão (2012), 68 municípios (17%) foram atendidos com produtos orgânicos, mesmo com o auxílio da Rede Ecovida viabilizando o processo de certificação participativa.

Nesse sentido, é importante estudar como vem ocorrendo a aquisição dos produtos de agricultores familiares, especialmente de orgânicos e agroecológicos e o discurso e comportamento de gestores, consumidores e agricultores na viabilização deste mercado. O local escolhido para este estudo foi a região sudoeste do Paraná.

Dessa forma, este artigo parte desta introdução, explanando os procedimentos metodológicos e relatando e discutindo os resultados encontrados. Para tanto, realiza uma primeira leitura dos dados quantitativos de uma amostra representativa de municípios da região. Posteriormente se debruça sobre as falas dos atores sociais de dois locais, buscando identificar em seus discursos as problemáticas e/ou condicionantes que estão por trás das aquisições ou não de produtos orgânicos e agroecológicos para a alimentação escolar.

Procedimentos metodológicos

Para o desenvolvimento desta pesquisa foi utilizado um estudo transversal com análise quantitativa e qualitativa. A população pesquisada foi constituída por 9 dos 42 municípios da região sudoeste do Paraná, totalizando 21%. Para a análise quantitativa utilizou-se amostragem aleatória estratificada considerando a proporção do número de municípios de cada uma das quatro microrregiões. Dessa forma, chegou-se a um número de dois municípios da microrregião de Capanema, quatro da microrregião de Francisco Beltrão, três da microrregião de Pato Branco e um da microrregião de Palmas. Uma outra sub-estratificação foi realizada considerando a proporção de número de habitantes, sendo necessária o estudo de um local com mais de 50 mil, um entre 20 e 50 mil e o restante (8) com menos de 20 mil.

Quanto à coleta de dados foram utilizadas as chamadas públicas e prestação de contas do ano de 2013 para aquisição de produtos da agricultura familiar. Para tanto, foi realizada uma pesquisa nos sites das prefeituras ou contato telefônico com a prefeitura dos municípios selecionados para solicitar encaminhamento da documentação. Além disso, utilizou-se as prestações de contas que estão disponíveis no site do FNDE. As análises de dados quantitativos foram descritivas e realizadas por meio do software Excel 2007.

Quanto à análise qualitativa, dos nove municípios foram selecionados dois, sendo que um deles realizava a compra de produtos ecológicos e outro não realizava. Considerando não ter encontrado nenhum município dentre os investigados, que comprassem produtos ecológicos via chamada pública, fez-se uma consulta direta aos mesmos verificando se algum deles adquiria estes alimentos. Obteve-se resposta afirmativa em Ampere, confirmada também em consulta ao site do FNDE. Para fins de semelhança entre os municípios quanto à população e outros quesitos (IDH, população rural) e diversidade em relação à microrregião, escolheu-se o município de Marmeleiro, da microrregião de Francisco Beltrão, como município não comprador de produtos ecológicos.

Nestes municípios, os participantes escolhidos para a pesquisa foram os atores envolvidos com o PNAE, como: **gestores** que foram representados, neste caso, por prefeitos, Secretários municipais de Educação e Agricultura, vigilância sanitária e outros departamentos da secretaria de saúde que exercessem algum poder de decisão sobre as atividades de planejamento, organização, liderança e controle da organização pública da alimentação escolar; **consumidores**, constituído por pais de alunos que atuam no Conselho de Alimentação Escolar (CAE), nutricionistas, diretores e o corpo de funcionários da escola (serventes/merendeiras), que eram responsáveis pela escolha e compra dos gêneros alimentícios que seriam adquiridos; e os **produtores** que foram caracterizados por agricultores familiares, de pequenas unidades de produção de caráter familiar que fornecessem ou que já forneceram gêneros alimentícios para a alimentação escolar, e suas entidades representativas como Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Extensão Rural (Emater), Associações e Cooperativas de Agricultores.

Foram realizadas 15 entrevistas em cada município que foram gravadas com autorização dos depoentes. Quanto à análise das entrevistas foi utilizado o método de análise de conteúdo. As categorias analisadas foram: atores, motivações da produção ou da compra, dificuldades de produção, venda/aquisição, vantagens, definição de orgânicos e agroecológicos, incentivos, comercialização, preços pagos e certificação.

Demanda e aquisição de produtos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar na região sudoeste do Paraná

A região Sudoeste do Paraná ocupa uma área de 11.645,792 km² e apresenta densidade média demográfica 44,57 habitantes por km² (IPARDES, 2011), com uma população total de 497.127 habitantes distribuídos por 42 municípios (IBGE, 2010) e grau de urbanização na ordem de 65,58% (IPARDES, 2011). A localização da região Sudoeste pode ser observada na Figura 1.

Figura 1. Localização da Região Sudoeste Paranaense.



Fonte: Lei Estadual nº 15.825/08. Base Cartográfica: SEMA, 2010.

O sudoeste paranaense é uma das áreas de ocupação mais antigas do Paraná e, no período de forte imigração estrangeira para o Brasil, recebeu importantes fluxos de colonos, principalmente de origem eslava, que, assentados em pequenas propriedades, dedicaram-se a atividades extrativas e à pequena agricultura alimentar (AGORAPARANÁ, 2010).

No quadro abaixo (Quadro 1) é possível observar algumas características dos municípios participantes da pesquisa quanto à população rural e urbana, PIB, IDH e número de alunos no ano de 2013.

Quadro 1: Características socioeconômicas, demográficas e de alunado dos Municípios Pesquisados.

Município	Nº de habitantes total	Nº de habitantes rural (%)	Nº de habitantes urbanos (%)	PIB per capita R\$	IDH	Número de alunos da rede pública
Ampére ¹	17.308	4.051 (23,4)	13.257 (76,6)	14.362,00	0,709	4.152
Capanema ¹	18.512	7.376 (39,8)	11.136 (60,2)	16.855,00	0,706	4.020
Dois vizinhos ²	36.198	8.083 (22,3)	28.115 (77,7)	20.274,00	0,767	9.297
Francisco Beltrão ²	78.957	11.501 (14,6)	97.456 (85,4)	16.657,00	0,774	20.219
Marmeleiro ²	13.909	5.074 (36,5)	8.835 (63,5)	12.269,00	0,722	2.862
Renascença ²	6.810	3.327 (48,9)	3.483 (51,1)	26.587,00	0,733	1.450
Sulina ³	6.269	1.800 (28,7)	4.469 (71,3)	18.872,00	0,698	1.270
Mariópolis ³	3.394	2.004 (59,0)	1.390 (41,0)	16.567,00	0,693	645
Clevelândia ⁴	17.232	2.476 (14,4)	14.756 (85,6)	14.890,00	0,694	4.538

Fonte: Elaborado pelas autoras com base em dados do IBGE, IPARDES e INEP, 2014.

¹Microrregião de Capanema; ²Microrregião de Francisco Beltrão; ³ Microrregião de Pato Branco; ⁴ Microrregião de Palmas.

Verifica-se nesta região um IDH de médio a alto, mas a maioria dos municípios fica abaixo do IDH brasileiro (0,74) e paranaense (0,75). Os dois únicos municípios com IDH maior que 0,74 demonstram uma combinação entre melhores índices de PIB e maior percentual de urbanização. Segundo dados do IPARDES (2011) e IBGE (2010) a economia da região é bastante dependente da agricultura e suas indústrias derivadas, sendo movimentada principalmente pela produção de galináceos, bovinos, suínos, ovinos, eqüinos, soja, milho e feijão.

No que tange à alimentação escolar, na Tabela 1 pode-se verificar que a soma do recurso repassado pelo FNDE para estes municípios no ano de 2013 equivaleu ao montante de R\$ 1.933.574,11. Deste total, R\$ 1.471.970,42 (76%) estava sendo demandado via chamada pública à compra de alimentos da agricultura familiar, sendo que R\$ 1.032.390,68 (53%) foram efetivamente gastos com estes produtos. Os dados demonstram que a maioria dos municípios pesquisados vem atendendo a legislação no que tange ao montante de recurso destinado à agricultura familiar e que em alguns casos, ultrapassam o mínimo de 30% exigido. Destaca-se aqui Francisco Beltrão, que é o município que mais investe na compra de alimentos advindos da agricultura familiar (76,24%). Por outro lado, Ampere não utilizou o recurso federal para esta aquisição, embora tenha realizado Chamadas Públicas que totalizaram mais de 45% do recurso enviado pelo FNDE naquele ano. Em conversa com

os gestores do município e com base nas Informações da Execução Física disponível no site do FNDE, relatou-se a aquisição de alimentos de AFs, bem como, foi o único município entre os pesquisados, que afirmaram adquirir produtos orgânicos/agroecológicos. Desta forma, supõem-se que o recurso utilizado nesta aquisição foi o da própria entidade executora e não o federal.

Tabela 1. Quantidade do Recurso do FNDE Destinado à Compra da Agricultura Familiar por Município com Base nas Chamadas Públicas e Prestações de Contas de 2013 (site do FNDE).

Município	Repasse do FNDE*	Valor Demandado via Chamada Pública da Agricultura familiar	% da demanda via Chamada Pública	Valor efetivado considerando a Prestação de Contas	% efetivado constante na Prestação de Contas
Ampére	184.980,00	85.015,50	45,96	0,00	0,00
Capanema	183.920,00	135.606,79	73,73	104.501,95	56,82
Dois vizinhos	320.660,00	67.007,70	20,90	97.210,64	30,32
Francisco Beltrão	808.594,11	933.710,00	115,47	614.466,59	76,24
Marmeleiro	103.340,00	81.595,75	78,96	68.585,49	66,37
Renascença	64.760,00	19.862,20	30,67	19.066,65	29,44
Sulina	23.120,00	17.296,00	74,80	9.747,50	42,16
Mariópolis	62.600,00	43.295,62	69,16	30.231,00	48,29
Clevelândia	181.600,00	88.580,86	48,78	88.580,86	48,78
Total	1.933.574,11	1.471.970,42		1.032.390,68	

Fonte: Elaborado pelas autoras com base em dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e das chamadas públicas dos municípios, 2015.

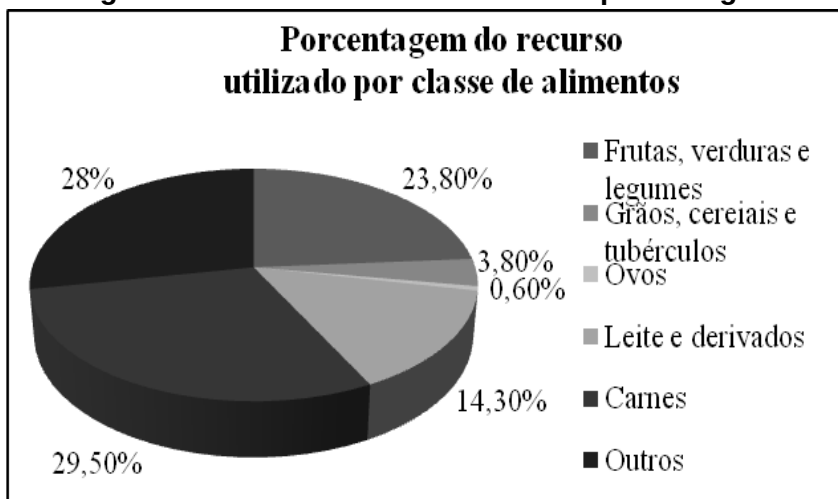
Pode-se constatar a partir da análise da tabela acima que os percentuais de solicitação de alimentos da agricultura familiar e o que realmente se efetivou via pagamento do recurso do FNDE foi diferenciado em todos os municípios. Isso por que a demanda de produtos pela chamada pública não implica necessariamente em sua aquisição. Há que se considerar que de acordo com as prestações de conta a maioria dos municípios vem adquirindo produtos da agricultura familiar.

Corroborando com estes resultados, cita-se o trabalho de Gregolin, Gregolin e Zonin (2013) também desenvolvido na mesorregião Sudoeste do Paraná, que apontou que

28 dos 42 municípios da região atingiram ou ultrapassaram a porcentagem mínima de 30% estipulada na Lei, sete não atingiram a porcentagem mínima e um município não adquiriu, sendo que seis municípios não informaram o valor. Segundo Melão (2012), 83,5% das escolas estaduais do Paraná já recebiam produtos da agricultura familiar em 2012, e destas, 23%, também recebiam produtos orgânicos.

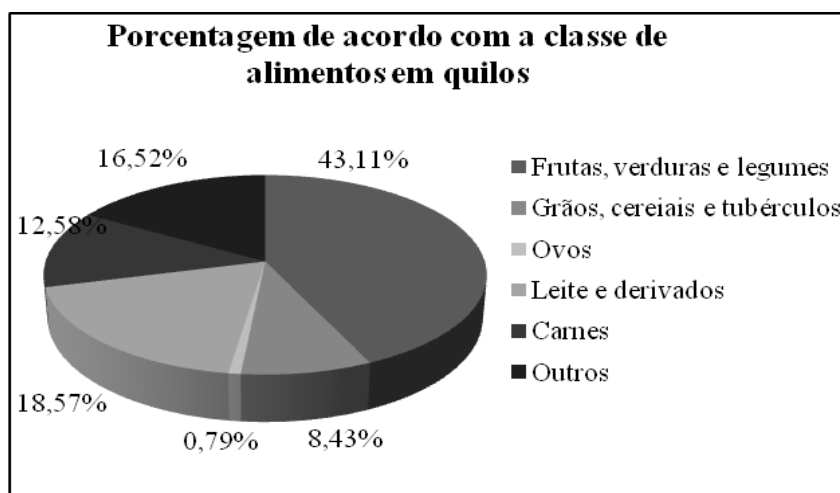
Analisando os tipos de alimentos solicitados pelas chamadas públicas, verificou-se uma grande diversidade de produtos. Quanto ao tipo de alimento, no total dos municípios, 23,8% (R\$ 289.602,50) do recurso seria destinado na aquisição de frutas, verduras e legumes, 3,8% (R\$ 47.246,67) na compra de grão, cereais e tubérculos, 0,60% (R\$ 6.494) destinariam-se a aquisição de ovos, 14,3% (R\$ 174.989,70) a leite e derivados, 29% (R\$ 361.077,70) a compra de carnes, e 28% (R\$ 342.050,60) em outros (panificados, melado, açúcar mascavo e mel) como se pode visualizar no Gráfico 1.

Gráfico 1: Porcentagem do Recurso do FNDE Utilizado por Categoria de Alimentos.



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2015.

É interessante observar que a maior parte do recurso destinou-se a compra de carnes, e itens como panificados, melado, açúcar mascavo, que se encontram no grupo de outros, seguido de frutas, verduras e legumes, e por fim leite e ovos. No entanto no Gráfico 2 se demonstra que, relacionado à quantidade de produção em quilos fornecida ao PNAE, as frutas, verduras e legumes são mais presentes, sendo que 43% (125.135 kg) da produção correspondem a esse grupo. Em seguida vêm o grupo do leite com 18,57% (53.908 litros) seguido de outros 16,52% (47.943 kg) onde os panificados é que tem um maior destaque, depois vem o grupo das carnes com 12,58% (36.517 kg), grãos cereais e tubérculos com 8,43% (24.485 kg) e ovos com 0,79% (2.218 kg).

Gráfico 2: Porcentagem em Quilos por Classe de Alimentos.

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2015.

Acredita-se que o grupo das hortaliças possui maior expressão por ser uma atividade já consolidada pelos agricultores familiares e pelo fato de não ter necessidade de maiores adequações aos padrões exigidos de certificação e inspeção como acontece com produtos processados ou de origem animal. Produtos embutidos e panificados tendem a sofrer maior fiscalização e necessitam de grandes investimentos reduzindo a oferta destes produtos ao programa (RIBEIRO, CERATTI, BROCH, 2013).

Essa constatação também é apontada por Plein e Fillipi (2012) que afirmam que os alimentos de origem vegetal são mais amplamente fornecidos aos programas institucionais, pois há uma grande dificuldade, por parte dos agricultores familiares, de se adequarem às normas higiênico-sanitárias para fornecer produtos de origem animal.

Por outro lado, estes dados fazem crer que os agricultores estão optando por fornecer também alimentos que agregam maior valor ao produto, como as carnes, o leite, os panificados, polpas e doces de frutas. Esses alimentos também não dependem de condições climáticas para serem produzidos, tendo por isso uma maior “facilidade” de produção. Assim, processando os alimentos o agricultor deixa de ser o fornecedor de matéria prima e passa a comercializar insumos industriais ou seus produtos especializados, reinserindo-se econômica e socialmente (AMORIN e STADUTO, 2008).

Porém, quanto à aquisição de gêneros alimentícios ecológicos, não se obteve evidência dos mesmos nas chamadas públicas dos nove municípios analisados. No entanto, o material desenvolvido por Candiottto et al. (2013) na mesma região pesquisada, apontava para a produção e o fornecimento de gêneros alimentícios agroecológicos para o PNAE e PAA, entre outros municípios, nos municípios de Ampére, Francisco Beltrão, e Marmeleiro, com certificação (para os que a possuem) pela Ecocert e Rede Ecovida. Não obstante,

estudo realizado por Gregolin, Gregolin e Zonin (2013) verificou que dos 42 municípios do Sudoeste do Paraná, 13 confirmaram a compra de produtos orgânicos para a Alimentação Escolar. Todavia, salienta-se que os dados da pesquisa destes autores foram obtidos a partir do envio de questionários auto-aplicados aos gestores responsáveis pela alimentação escolar nos municípios do Sudoeste do Paraná e, portanto, não foi efetivamente verificado se a informação oferecida era compatível com a realidade.

Estes trabalhos sugerem que a compra de produtos ecológicos existe em alguns municípios desta região, porém este estudo não evidenciou esta demanda via chamada pública para a alimentação escolar. Ou seja, os alimentos ecológicos podem estar sendo adquiridos pelo Programa, porém sem serem identificados como tal. Em consulta ao site do FNDE, verificou-se que nas “Informações da Execução Física”, enviada ao governo federal pelos municípios, apenas Ampere confirmava a compra de produtos orgânicos/agroecológicos. Em contato telefônico, o município ratificou a compra de mandioca e batata doce de produção orgânica.

Nesse sentido, procurou-se entender os motivos que frustram ou que condicionam esta aquisição em dois municípios, um que comprou (Ampere) e outro que não comprou produtos ecológicos (Marmeleiro) em 2013, para tentar identificar informações nos discursos dos entrevistados que indicassem diferenças, semelhanças ou contradições que pudessem explicar porque ainda é irrisória a contribuição do mercado da alimentação escolar para estes produtos.

Potenciais fatores que frustram ou condicionam a aquisição de produtos ecológicos pela alimentação escolar

Nesta seção pretende-se aprofundar o entendimento sobre os meandros existentes na compra de produtos ecológicos para a alimentação escolar. Para tanto, a pesquisa deu voz aos gestores, consumidores e agricultores, considerando a importância destes atores na implantação e implementação deste programa.

Buscou-se identificar se no município que comprava alimentos ecológicos, os discursos dos gestores eram diferentes dos gestores do município que não tinham esta prática. Em primeiro lugar, observou-se que estes atores sociais possuem, na maioria dos casos, um entendimento superficial sobre conceitos básicos do que é produção orgânica e agroecologia, concordando com Candiottto et al (2013), que chegaram a essa mesma conclusão no município de Ampère. Os autores consideraram que não havia um conhecimento específico do setor público sobre estas questões.

Outro fato interessante de ser analisado é a percepção que estes atores têm sobre a produção ecológica. Afirmam que, para os agricultores familiares, o modelo agrícola convencional é mais adequado, mas em contrapartida, para o consumidor, consideram que a produção orgânica/agroecológica seria bem mais vantajosa do ponto de vista da saúde, como pode ser observado nas seguintes falas:

Para o produtor é mais vantajosa a produção convencional pela questão de trabalho e tempo (Secretário de Educação Ampere).

Para o consumidor sem dúvida nenhuma hoje o orgânico seria melhor né, [...] o consumidor que consumir orgânico com certeza ele vai ganhar na qualidade de vida (Secretário de Agricultura Ampere).

Cabe ressaltar que ambos os municípios relataram as mesmas dificuldades em impulsionar a produção orgânica/agroecológica e adquirir estes produtos: a falta de incentivos e políticas públicas, o desconhecimento dos diversos atores (agricultores, técnicos, gestores) sobre este tipo de produção de alimentos, a insuficiência de produção e a falta de certificação.

Acredito que por ser pouco produzido e não tem como nos separarmos dos orgânicos e não orgânicos, não é uma exigência que tem que ter na merenda escolar. (Secretário de Educação Marmeleiro).

Porque não tem certificado, aí se você não tem comprovação de uma propriedade 100% ecológica você não consegue fazer a compra. (Secretário de Agricultura Marmeleiro).

Assim, a realidade retratada nos relatos ou mesmo da literatura, demonstra uma carência de apoio para a produção orgânica/agroecológica. Não há como deixar de considerar que o poder público como agente fomentador pode incentivar determinados sistemas agroalimentares em relação a outros. Outrossim, o que tem ocorrido no Brasil, é que há muito tempo os governos têm mobilizado recursos de maneira desproporcional à agricultura convencional em detrimento da agricultura familiar e da produção ecológica.

Este é um aspecto a ser destacado, pois não só as políticas e incentivos federais não atendem ao desenvolvimento da agroecologia, mas o poder público local como as prefeituras, e as organizações dos agricultores, como os sindicatos e cooperativas deixam a desejar em relação a iniciativas para instigar o pequeno agricultor a produzir ecológicos.

Verifica-se que não existem diferenças entre os dois municípios analisados no que tange ao discurso dos gestores. Ambos utilizam retóricas que, ao mesmo tempo dignificam o modelo agroecológico pela sua virtuosidade ambiental e de saúde, porém demonstram descrédito na sua viabilidade econômica. Evidenciam que existem políticas públicas para consolidar este modelo agrícola, mas em esfera federal elas inda são espúrias. Quanto aos

governos estaduais e municipais, eles apenas seguem os programas federais, e não investem em novos programas e políticas que incentivem a agroecologia.

Constata-se a falta de um comprometimento maior dos gestores públicos, bem como a descrença dos mesmos, em ambos os municípios pesquisados neste modelo de produção, seja no fortalecimento da oferta, seja no incentivo à demanda.

No que tange, à demanda, um segundo grupo de atores investigados foram os consumidores. Da mesma forma que os gestores, estes foram questionados sobre a diferença entre a produção orgânica/agroecológica e verificou-se que o conhecimento sobre o assunto não difere dos gestores, como visto anteriormente. Observa-se que todos que estão envolvidos com o PNAE de forma direta ou indireta, não sabem ao certo qual é o produto que estão trabalhando. Pode-se perceber que essa falta de informação é comum entre gestores e consumidores, sendo necessária a conscientização da sociedade como um todo e, principalmente, dos atores que estão envolvidos diretamente com o PNAE.

Em relação às motivações das nutricionistas de ambas as cidades referentes à aquisição de produtos ecológicos, verificaram-se discursos contraditórios. No município que ocorria a compra, a profissional coloca que esta aquisição de ecológicos só ocorreu por falta de produtos convencionais.

Os produtos orgânicos, o que levou a gente comprar foi a necessidade mesmo, por falta dos produtos convencionais, aí acabamos comprando produtos orgânicos. Foi a necessidade mesmo. Na falta do convencional foi posto o orgânico mesmo. Quanto ao acréscimo de 30% não é necessário, porque quem vende orgânico já eleva o preço do produto, aí mais 30%, pra gente que é prefeitura que prega pagar menos valor, acaba saindo mais caro que o convencional (Nutricionista Ampere).

Contraditoriamente, no município que não ocorre a compra destes produtos, a nutricionista revela o desejo de adquiri-los, considerando os benefícios destes alimentos.

Então, nós ainda não conseguimos incluir na merenda escolar esses produtos agroecológicos, porque no município não temos produtores para fornecer. E também porque quando nós começamos a fazer o chamamento público do início do ano, foi comentado sobre essa questão com as cooperativas. Nos informaram dos produtos, até teriam pessoas interessadas nesta produção mas ainda não tinha conseguido implantar esse sistema nas suas propriedades. [...] com certeza, nós gostaríamos de estar colocando o possível na merenda escolar, espero que seja logo (produtos orgânicos/agroecológicos) (Nutricionista Marmeleiro).

Observa-se aqui uma total incongruência entre os discursos e as ações. Por um lado, a nutricionista que compra alimentos ecológicos, desconsidera totalmente os seus benefícios, em contrapartida, a que não os adquire, relata interesse em função de suas

qualidades. Esta verificação leva a considerar em primeiro lugar, a falta de formação do profissional nutricionista no que se refere aos aspectos relacionados aos modelos de produção de alimentos, considerando-os relevantes na definição da qualidade nutricional, organoléptica, ambiental, social e cultural. Ainda, a falta de conscientização de seu papel enquanto agente promotor de desenvolvimento de modelos agroalimentares que proponham a promoção da segurança alimentar e nutricional. Questão esta que leva à problematização da formação deste profissional, que tem sido majoritariamente de caráter tecnicista e voltado principalmente para a área clínica.

Um segundo aspecto a ser considerado é o quanto o discurso pode ser incoerente com a prática, dependendo não só das concepções de quem faz o discurso, mas também da configuração dada pelo local. Assim, mesmo que o nutricionista não deseje e nem perceba a importância da compra destes produtos, se existir a oferta, o interesse do agricultor e/ou o empenho do gestor ou de outros atores relacionados (Extensão rural, Sindicato, Cooperativa), a aquisição tem mais chances de se efetivar. Por outra parte, não adianta o interesse do nutricionista nesta aquisição se os outros fatores condicionantes não existirem.

Ressalta-se que o estudo também procurou verificar a atuação dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE) nestes municípios. Corroborando a contradição anterior, o discurso dos membros do município que não comprava estes produtos, demonstrava-se mais interesse e preocupação com esta questão se comparado ao outro. Importante considerar nesta análise que Marmeleiro adquiriu mais produtos da AF no ano de 2013 do que Ampere. Este fato dá pistas de que muito embora não tenham comprado produtos orgânicos/agroecológicos, este município tem se esforçado mais que Ampere neste intento.

Neste ponto pode-se supor que estas contradições podem ocorrer por falta de diálogo entre consumidores, produtores e mediadores, ocasionando um descompasso entre discurso e prática. Se nutricionistas e conselheiros da alimentação escolar não se demonstram tão interessados na aquisição de produtos orgânicos/agroecológicos, o exemplo de Ampere demonstra que havendo oferta de produtos, a ação se efetiva. No entanto, o interesse e o discurso consciente de nutricionistas e conselheiros de Marmeleiro, pouco significaram, já que não conseguiram se efetivar a partir de ações e oferta de produtos.

Mas é importante destacar que há por parte dos consumidores falta de consciência do papel fundamental que têm para o incentivo ao desenvolvimento de modelos agroalimentares mais adequados. Além disso, mesmo que saibam dessa importância, a falta de ações, como por exemplo, a simples inclusão de produtos ecológicos na pauta de

compras da alimentação escolar, é observada. É fato que, se não há interesse da demanda, também será mais difícil haver produção.

Neste sentido, além dos discursos dos gestores e consumidores, também interessou entender como os produtores e suas entidades representativas como cooperativas, sindicatos e a extensão rural (EMATER) vêem a produção e comercialização de produtos ecológicos para o PNAE. Buscou-se compreender quais as principais dificuldades encontradas para se produzir alimentos ecológicos e vendê-los à alimentação escolar.

Observou-se que os atores que estão à frente das entidades representativas dos agricultores, têm um melhor esclarecimento quanto à distinção de produção orgânica e agroecológica. Tendo em vista que todos tiveram ao menos um curso técnico ou de aperfeiçoamento sobre este modelo de produção. Observa-se ainda que, dentro desses entendimentos, os técnicos da Emater entendem a agroecologia como uma filosofia.

Verificou-se que técnicos e extensionistas também têm discursos de que este tipo de produção não é viável:

Falta buscar muita informação técnica pra ter orientação aos produtores e a questão da agricultura orgânica esbarra na mão de obra das famílias, na atividade. É um seguimento que exige muita mão de obra, serviço braçal, manual e que hoje não tem disponível na propriedade, então acaba limitando também. É uma questão econômica, é uma barreira hoje que não se paga, não é valorizado em remuneração e questão de mão de obra (EMATER Ampere).

A facilidade com que a agricultura convencional/tradicional oferece para o produtor, eles acabam entrando. Porque o orgânico/agroecológico exige um pouco mais de trabalho intensivo manual, elaboração de produtos, caldas, adubos e o produtor acaba caindo na comodidade de adquirir essas coisas prontas e cair na agricultura convencional que é o modelo que está aí, que está mais acessível (EMATER Marmeleiro).

No entanto, encontra-se nas falas destes atores, referência aos sindicatos e à Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR), dizendo que nestes ainda há uma pequena semente que instiga esse modelo alimentar. Sendo que a ASSESOAR tem uma formação para técnicos em agroecologia: “fui convidado pelas entidades daqui do município a fazer um curso em agroecologia, puxado na região pela ASSESOAR de Francisco Beltrão e pelas entidades ligadas aí pela agricultura familiar. Então eu fiz o curso, e fui me apaixonando pela ideia cada etapa foi se aprofundando e gostando mais” (Agricultor Ampere).

Assim, é recorrente a relação entre autonomia *versus* dependência do agricultor. Quando a produção é convencional, os agricultores perderiam autonomia em sua produção, pois quem ditaria as regras seriam as indústrias a montante e à jusante. Por sua vez,

quando alguns almejam fazer esta mudança para a produção ecológica não conseguem realizá-la por completo, porque segundo os mesmos, durante esta transição ficam descapitalizados e não têm assistência.

No entanto, ultrapassada esta dificuldade, o agricultor encontra outras. Para comercializar estes produtos, há necessidade de certificá-los via certificadoras, Sistemas Participativos de Garantia (SPG), ou Organização de Controle Social (OCS). Embora estes dois últimos mecanismos tenham vindo para facilitar o processo, muitos agricultores destacam a dificuldade de se adequarem a eles.

Além desta barreira de mercado, os agricultores frisam a pouca demanda destes produtos e até a desvalorização dos mesmos. O que se percebe nestes municípios, segundo eles, é que ainda não ocorre uma exigência de qualidade do consumidor em relação aos alimentos que consomem e nem incentivos ou interesse do poder público. Outro fator é o preço pago pelo produto orgânico/agroecológico em comparação ao convencional, o que acaba desmotivando o consumo. A forma produtiva em questão acaba sendo mais onerosa e em menor escala, e mesmo sendo com uma qualidade muito superior, precisa concorrer com o preço dos alimentos convencionais e suas praticidades (CAETANO, 2013, p.8).

Observam-se na leitura destes depoimentos dos agricultores algumas contradições se comparados com o depoimento dos consumidores e dos próprios gestores. Estes dois últimos relatam que não há oferta e que os agricultores não estão interessados em produzir alimentos ecológicos. Já os produtores e seus representantes trazem um discurso contrário, que o problema é que não há demanda para estes produtos. Isso demonstra um descompasso entre demanda e oferta, o que acaba por prejudicar a construção deste mercado. Os gestores não valorizam e consideram a produção ecológica viável, realizando uma análise puramente economicista. Os consumidores demonstram desconhecimento ou são pouco proativos em relação ao interesse de compra. Finalmente, os agricultores e seus representantes culpabilizam o governo por falta de incentivos e desmerecimento da demanda, além de considerarem a produção orgânica/agroecológica difícil de ser implementada.

Considerações finais

Verificou-se a partir deste estudo que a aquisição dos 30% do recurso federal destinado à compra da agricultura familiar se concretiza na maioria dos municípios analisados, com alguns exemplos indo muito além da simples exigência legal. No entanto,

produtos orgânicos/agroecológicos não estão presentes nas chamadas públicas de nenhum destes locais.

Quanto à percepção dos gestores a respeito do PNAE, eles trazem em suas entrelinhas o que infelizmente ocorre na maioria das prefeituras, a falta de diálogo entre os setores, ou seja, discutir o que está ocorrendo no município e como as secretarias e atores externos podem interrelacionar-se para promover o desenvolvimento do município.

Para os consumidores, encontra-se a incoerência nos discursos e nas práticas dos profissionais atuantes. Isso em parte se deve pela carência de formação nas instituições de ensino que verticalizam a educação, e não abrem espaço para uma nova visão. Desta forma, prepara profissionais incompletos para o mercado de trabalho, que acaba perdendo espaço em suas áreas de atuação.

Nestes termos, encontram-se também discursos contraditórios quanto à produção de ecológicos. No que tange aos consumidores e gestores não há produção e quanto aos produtores, o discurso é que não há demanda de produção. O cenário resume-se em uma acomodação em partes, aonde ninguém se responsabiliza em mudar o estabelecido.

Ressalta-se que todos os atores sociais constroem seus discursos sobre produção ecológica a partir de pedaços de informações de senso comum, científico, midiático e que, portanto, contradições, incoerências e falhas na comunicação são esperadas.

Mesmo que estudos (TRICHES E SCHNEIDER, 2010) afirmem que o PNAE, após a Lei nº11.947/2009, passou a apresentar um grande potencial para tornar-se uma política de caráter estruturante, ao abrir a possibilidade de adquirir os gêneros alimentícios de produtores locais, gerando renda e beneficiando pequenos agricultores e comerciantes, há agora muitos desafios.

O primeiro deles é viabilizar o aperfeiçoamento desta política no sentido de aumentar o montante de recursos disponíveis para a alimentação escolar destinados à aquisição de produtos de agricultura familiar. Com isso quer se dizer que, as Entidades Executoras poderiam extrapolar os 30% do recursos federais e utilizar também os recursos municipais/estaduais da contrapartida para esta finalidade. Em segundo lugar, é necessário criar condições para que os agricultores possam comercializar mais produtos processados (e de maior valor agregado), facilitando a formalização de suas agroindústrias e de seus produtos. Em terceiro lugar, é urgente criar consciência da importância da produção e consumo de produtos ecológicos pelos atores envolvidos no sentido de oportunizar a compra destes alimentos pelo PNAE.

Este trabalho aponta para a necessidade de mais estudos que verifiquem os fatores intervenientes que emperram a demanda e a oferta de produtos ecológicos pelo. Como ocorre a orientação e organização dos agricultores para produzirem e fornecerem tais

alimentos aos mercados institucionais? Como está a organização dos agricultores para a legalização dos seus produtos? Qual a percepção dos atores sociais envolvidos com o PNAE? Por fim, questionar a própria academia e a própria ciência, no que tange à formação dos profissionais que lidam com estas questões, como os nutricionistas, agrônomos, biólogos, entre outros, e investir em novas tecnologias de produção de alimentos, que não apenas visem o econômico, mas principalmente a saúde, o bem estar social e a preservação ambiental.

Referências

AGORAPARANÁ. **Mesorregião Sudoeste. 2010.** Disponível em: <<https://agoraparana.wordpress.com/2010/09/19/mesorregiao-sudeste/>> Acesso em 18 de novembro de 2014.

AGUIAR, V. V. P.; STROPASOLAS, V. L. **As problemáticas de gênero e geração nas comunidades rurais de Santa Catarina.** In: Parry Scott. Rosineide Cordeiro; Marilda Menezes.. (Org.). *Gênero e Geração em Contextos Rurais.* 1 ed. Florianópolis: Mulheres, 2010, v. 1, p. 159-183.

AMORIN, L. S. B.; STADUTO, J. A.R. Desenvolvimento territorial rural: a agroindústria familiar no oeste do Paraná. **Revista de Economia Agrícola**, São Paulo, v. 55, n. 1, p. 15-29, jan./jun. 2008. Disponível em <<ftp://ftp.sp.gov.br/ftpiea/publicar/REA1-0708a2.pdf>> Acesso em 06 nov. 2014.

CAETANO, M.E. **A relação da agroecologia com a agricultura familiar e agricultura orgânica.** Universidade Federal de Viçosa. Endereço da publicação: <http://www.webartigos.com/artigos/a-relacao-da-agroecologia-com-a-agricultura-familiar-e-agricultura-organica/116300/>. Publicado em 05 de dezembro de 2013, às 12h33min em Sustentabilidade.

CANDIOTTO, L. Z. P. ; SCHIMITZ, L. A. ; CICHOSKI, P. ; MEIRA, R. A. ; MEIRA, S. G. de; DAMBROS, T. **Agricultura orgânica em oito municípios do Sudoeste do Paraná.** 1. ed. Francisco Beltrão: UNIOESTE, campus de Francisco Beltrão, 2013. v. 1250. 121p.

GAIOVICZ, E.F; SAQUET, M.A. **Modernização Agrícola e Agroecologia.** In: IV SINGA-Simpósio Internacional de Geografia Agrária e V SiNGA - Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 2009, Niterói - RJ. A questão da reforma agrária na América Latina: balanços e perspectivas, 2009.

GREGOLIN, G. C. ; GREGOLIN, M. R. P. ; ZONIN, W. J. . **O encontro da produção orgânica familiar com a alimentação escolar no território sudoeste do Paraná: desempenho e dificuldades sob a ótica dos gestores municipais.** In: 2ª Jornada Questão Agrária e Desenvolvimento: Projetos Sociais e Políticas Públicas em Disputa, 2013, Curitiba. Anais da 2ª Jornada Questão Agrária e Desenvolvimento: Projetos Sociais e Políticas Públicas em Disputa, 2013.

IBGE b. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto interno bruto dos municípios – 2010.** Disponível em 108

<<http://www.cidades.ibge.gov.br/compamun/compara.php?lang=&coduf=41&idtema=125&codv=v05&search=parana|marmeleiro|sintese-das-informacoes-2011>> Acesso em 29 de out. de 2014.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Perfil dos municípios** – 2011. Disponível em <http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=29> Acesso em: 02 mar. 2014.

JACOBSON, L.S.V.; HACON, S.S.; ALVARENGA, L.; GOLDSTEIN, R.A.; GUMS, C.; BUSS, D.F.; LEDA, L.R. Comunidade pomerana e uso de agrotóxicos: uma realidade pouco conhecida. **Ciência & Saúde Coletiva**, 14(6):2239-2249, 2009.

LANG, T.; HEASMAN, M. **Food Wars: The Battle for Minds, Mouths and Markets**. London: Earthscan, 2004.

MELÃO, I. B. Produtos sustentáveis na alimentação escolar: o PNAE no Paraná. **Caderno IPARDES – Estudo e Pesquisas**. Curitiba, PR, eISSN 2236-8248, v.2, n.2, p. 87-105, jul./dez. 2012. Disponível em <<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/cadernoipardes/article/view/533>> Acesso em: 05. Mai. 2014.

MORGAN, K. Greening the realm: sustainable food chains and the public plate. **Regional Studies**, 2007.

NICHOLSON, P. **Soberania alimentar**. Por uma Agricultura com Agricultores Anauá: a outra margem do Comércio Justo. [2008?] Disponível em: <www.modevida.com/downloads/dossierSoberaniaAlimentar.pdf> Acesso em 25 de maio de 2013.

PLEIN, C.; FILLIPI, E. E. O programa aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA): geração de renda e segurança alimentar. **Revista Unioeste**. Volume 15 – Número 20– Jan/Jun 2012. Disponível em <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/view/8027>> Acesso em: 06 nov. 2014.

RENGEL, S.K.; GRABASKI, C.N.; FOLLADOR, F.A.C. **Perfil do consumidor das feiras livres de Francisco Beltrão, PR**. V Encontro Paranaense de Pesquisa e Extensão em Ciências Sociais Aplicadas e VIII Seminário do Centro de Ciências Sociais Aplicada de Cascavel. Cascavel, PR – 22 a 24 de junho de 2009.

RIBEIRO, A. L. de P.; CERATTI, S. BROCH, D. T. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a participação da agricultura familiar em municípios do Rio Grande do Sul. **Revista Gestão e Desenvolvimento em Contexto- Gedecon**. vol.1, nº. 01, 2013. Disponível em <<http://revistaeletronica.unicruz.edu.br/index.php/GEDECON/article/view/282>> Acesso em: 06 nov. 2014.

TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção. **Revista Saúde e Sociedade**, 2010. vol.19, n.4, pp. 933-945.

TRICHES, R.M. SCHNEIDER, S. Alimentação, sistema agroalimentar e os consumidores: novas conexões para o desenvolvimento rural. **Cuadernos de Desarrollo Rural**. vol.12, n.75, pp. 55-75, 2015.

VEIGA, M.M. **Agrotóxicos:** eficiência econômica e injustiça socioambiental. Ciência & Saúde Coletiva, 12(1):145-152, 2007.

Recebido em 01 de fevereiro de 2016

Aceito para publicação em 18 de maio de 2016

Agricultura familiar e os mercados institucionais: análise do programa de aquisição de alimentos (CPR-Doação) em Boa Vista-Roraima¹

João Henrique Rocha

Agrônomo, Doutor em Agronomia (Sistemas de Produção Agrícola Familiar/UFPEL),
Professor da Escola Agrotécnica da Universidade Federal de Roraima
e-mail: j.henrique@yahoo.com

Flávio Sacco dos Anjos

Agrônomo, Doutor em Sociologia, Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Sistema de Produção Agrícola Familiar e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais, ambos da UFPEL
e-mail: saccodosanjos@gmail.com

Resumo

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) tem se convertido em uma vitrine em termos de políticas públicas dirigidas à agricultura familiar no Brasil. Dois de seus principais objetivos são, de um lado, o fortalecimento econômico e social dos produtores familiares através da compra da produção por parte dos organismos públicos e, por outro lado, a luta contra a fome e a desnutrição mediante a distribuição dos alimentos para a população em situação de insuficiência alimentar. Neste artigo, analisa-se a execução do PAA no município de Boa Vista (estado de Roraima) e, mediante a utilização do enfoque de capital social, se descreve a rede social gerada em torno do Programa e o tipo de relações que se produz entre os atores que dela formam parte. O estudo está centrado em analisar os efeitos do PAA no âmbito do ponto de vista dos produtores que participam do Programa. Apesar dos inegáveis avanços trazidos por esta política pública, os resultados mostram uma rede social débil, que se sustenta no protagonismo excessivo de alguns atores, sobretudo da CONAB. A fragilidade do capital social levanta inquietações sobre a eficiência de uma estratégia de desenvolvimento em territórios de baixa institucionalidade e de escasso nível de coesão social, especialmente no que tange aos objetivos de emancipação dos beneficiários ao longo do tempo.

Palavras-chave: Mercados institucionais; Programa de Aquisição de Alimentos; agricultura familiar.

Resumen

Agricultura familiar y mercados institucionales: análisis del Programa de Adquisición de Alimentos (CPR-donación) en Boa Vista, Roraima

El Programa de Adquisición de Alimentos (PAA) se ha convertido en un escaparate en términos de políticas públicas dirigidas a la agricultura familiar en Brasil. Dos de sus principales objetivos son, por un lado, el fortalecimiento económico y social de los agricultores familiares mediante la compra de la producción de los organismos públicos, y por otro lado, la lucha contra el hambre y la desnutrición a través de la distribución de

¹ Este trabalho não poderia ter sido realizado sem o apoio das agências nacionais de fomento à pesquisa. O primeiro autor registra o agradecimento à CAPES pela concessão de bolsa para a realização de Doutorado Sanduiche (2014) junto ao Instituto de Estudos Sociais Avançados da Andaluzia (Espanha). O segundo autor agradece o apoio do CNPq por meio da concessão de bolsa de produtividade.

alimentos para población en situación de inseguridad alimentaria. En este artículo, analizamos la implementación de PAA en Boa Vista (Roraima) y, utilizando el método del capital social, se describe la red social creada en torno al programa y el tipo de relación que se establece entre los actores que forman parte de ella. El estudio se centra en el análisis de los efectos del PAA desde el punto de vista de los productores participantes de este programa. A pesar de los innegables avances de esta política pública, los resultados muestran una red social débil, que se basa en el protagonismo excesivo de algunos actores, en especial de la Conab. La fragilidad del capital social suscita dudas en cuanto estrategia de desarrollo en territorios en donde es flagrante la baja institucionalidad y la cohesión social, especialmente en lo que toca a los objetivos de emancipación social de los beneficiarios a lo largo del tiempo.

Palabras clave: Mercados institucionales; Programa de Adquisición de Alimentos; agricultura familiar.

Abstract

Family farming and institutional markets: analysis of Food Acquisition Program (CPR-Donation) in Boa Vista, Roraima

The Food Acquisition Program (PAA) has been converted into a showcase in terms of public policies aimed at family farming in Brazil. Two of its main objectives are, on the one hand, the economic and social strengthening of family farmers by purchasing production by public bodies, and on the other hand, the struggle against hunger and malnutrition through the distribution of food for population in food insecurity situation. In this article, we analyze the implementation of the PAA in Boa Vista (State of Roraima) and, using the capital social approach, described social network generated around the program and the type of relationship that occurs between actors that form part of it. The study focuses on the analysis of the effects of PAA from the point of view of the participating producers in this program. Despite the undeniable progress of this public policy, the results show a weak social network, which is based on the excessive role of some actors, especially the Conab. The fragility of capital raises doubts as development strategy in territories where is flagrant the low institutional and social cohesion, especially in regard to the goals of social emancipation of beneficiaries over time.

Keywords: Institutional markets; Food Acquisition Program; family farming.

Introdução

Este artigo tem por objetivo analisar o desenvolvimento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em sua modalidade Compra com Doação Simultânea no município de Boa Vista (Estado de Roraima), prestando especial atenção nos efeitos que acarreta sobre os produtores agrícolas familiares.

O PAA foi criado pela Lei Federal nº 10.696 de 10 de julho de 2003, sendo atualmente regulado atualmente pelo Decreto nº 8.293, de 12 de agosto de 2004. Trata-se de iniciativa do Governo Federal em que se combinam ações de política agrária, de política

social e de política de segurança alimentar. Seu desenvolvimento tem ampliado a participação de uma variada rede de atores locais, desde os vinculados ao setor da produção agrária (pequenos produtores, cooperativas e sindicatos agrários), até os relacionados com os consumidores (associações e organizações de assistência social), passando por atores institucionais tais como organismos municipais ou estaduais e entidades do Governo Federal. Este conjunto de atores vêm ocasionando, nas pequenas localidades, a aparição de uma espécie de círculo virtuoso no que vem beneficiando tanto aos produtores agrícolas, como os consumidores beneficiários da política.

Dado que o PAA é um programa cuja execução convoca a participação da sociedade local e uma adequada coordenação dos organismos públicos e semipúblicos encarregados de seu funcionamento no município de Boa Vista, é interessante conhecer em que medida as relações sociais existentes na localidade podem favorecer ou dificultar o desenvolvimento do Programa. Este artigo não pretende abordar esta questão em sua totalidade, centrando-se somente em uma das facetas que compõem o PAA, a saber, a rede que é formada pelos produtores agrícolas do município de Boa Vista, que, como destacamos anteriormente, fornece alimentos aos organismos públicos para sua posterior distribuição entre as famílias em situação de insuficiência alimentar (modalidade CPR Doação).

O artigo se estrutura em várias partes. A primeira delas fornece alguns dados sobre a agricultura familiar no Brasil e sobre algumas das mais importantes políticas públicas dirigidas a este setor. Na segunda parte se analisa o contexto da gênese do PAA e se descreve sua dinâmica de funcionamento. Na terceira parte são apresentados alguns dados sobre a realidade socioeconômica do estado de Roraima, para, enquanto a quarta seção é dedicada à exposição das bases teóricas do enfoque do capital social. Como é sabido, esta ferramenta analítica tem sido utilizada para estudar as relações sociais entre os diversos atores que compõem as redes locais, no nosso caso, no município de Boa Vista.

Nosso objetivo é precisamente comprovar até que ponto as relações sociais e o ambiente institucional em Boa Vista são importantes para o fortalecimento de capital social exigido para suportar o funcionamento desse programa. A quinta seção descreve a metodologia empregada no levantamento e análise das informações. Finalmente, nas duas últimas seções, discutimos os principais resultados e as reflexões mais amplas derivadas da pesquisa que ensejou a elaboração desse artigo científico.

Agricultura familiar e políticas públicas no Brasil

Diversos estudos têm mostrado os traços que identificam a agricultura familiar no Brasil (ANJOS, 2009; SCHRÖDER, 2010; ORTEGA; JEZIORNY, 2014). Como é comum a outros entornos geográficos, uma das principais características da agricultura familiar é priorizar a reprodução social dos membros da família mediante diversas formas de combinação dos fatores de produção (BUANAIN, 2002). Neste sentido, a agricultura familiar brasileira se destaca por sua contribuição na oferta agroalimentar, na geração de renda para boa parte da população rural, na manutenção de emprego (auto-emprego, em grande medida), tendo por isso um forte impacto no desenvolvimento rural do país.

Já a princípios dos anos 90, Abramovay (1992) havia destacado que a agricultura familiar garantia o abastecimento alimentar e representava a estratégia de desenvolvimento de maior equidade para a sociedade brasileira. Para corroborar com essa afirmação basta destacar que a agricultura familiar é a responsável por 70% da produção de alimentos, 38% da renda agrária e 75% do emprego, segundo dados do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), sendo que os 4,3 milhões de explorações agrícolas familiares representam 84% do número total de estabelecimentos agropecuários.

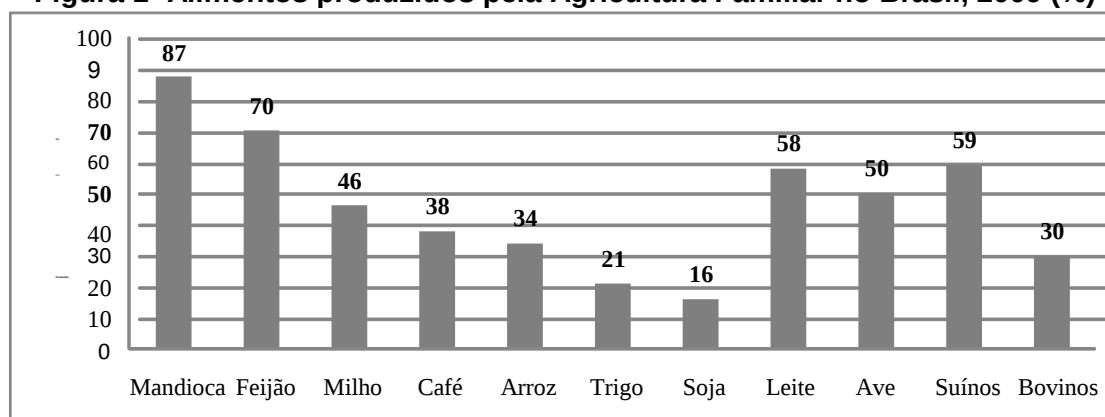
A agricultura familiar contribui, ademais, ao logro de uma situação confortável do ponto de vista da soberania alimentar do Brasil, assim como da consolidação deste país como um grande país exportador de alimentos em nível mundial. Como se pode ver na Figura 1, a agricultura familiar participa de modo significativo na produção nacional de alimentos no Brasil. No caso da mandioca, 87% da produção procede de explorações familiares, enquanto na produção de feijão essa participação ascende a 70% da produção nacional. Na pecuária, a presença da agricultura familiar se destaca na suinocultura (59%), lácteos (58%) e no setor avícola (50% da produção de carne de frangos).

O reconhecimento da agricultura familiar como eixo de desenvolvimento rural brasileiro é, sem embargo, recente. Até os anos 70, o desenvolvimento rural se baseava na aplicação de políticas e programas *top-down* destinados a integrar as regiões mais pobres e atrasadas do Brasil. No caso da região amazônica, que inclui Roraima como um de seus sete estados, este tipo de políticas vem se refletindo nos grandes programas de colonização promovidos pelo governo federal como estratégias verticais e descendentes que, na maioria dos casos, não têm alcançado os resultados esperados.

Como destacam Ortega e Jeziorny (2014), é a partir dos anos 90 que se reativaram os debates sobre o desenvolvimento rural no marco das transformações sociais e políticas que tiveram lugar no Brasil com o avanço do processo democrático e a ascensão de novas forças políticas junto ao governo federal e dos governos estaduais. Nessa reativação dos debates, cresce a importância da participação das organizações da sociedade civil e da comunidade científico-acadêmica em geral.

Schneider e Marsden (2009) destacam, em seu estudo, que a partir dos debates sobre a segurança alimentar ganha impulso uma maior sensibilização da sociedade brasileira sobre a necessidade de implementar políticas sociais destinadas a fortalecer o nível de bem-estar da população rural. As relações entre a sociedade civil e o Estado deixaram, de algum modo, de ser esferas antagônicas, como na etapa da ditadura (1964-1985), para passar a constituir-se em esferas autônomas dentro de uma nova relação de cooperação e interdependência. A sociedade civil passou a ser reconhecida como interlocutora legítima na formulação das políticas públicas.

Figura 1- Alimentos produzidos pela Agricultura Familiar no Brasil, 2009 (%)



Fonte: ORTEGA; JEZIORNY (2014).

Foi nesse contexto que a agricultura familiar começou a ser reconhecida como um ator relevante para a economia brasileira, reconhecendo a sua diversidade como um dos elementos de destaque. Desse complexo segmento fazem parte desde a produção de subsistência até a agricultura familiar mais tecnificada; desde as explorações plenamente integradas ao mercado, às que se voltam estritamente ao autoconsumo e venda de pequenos excedentes; desde as explorações que empregam a totalidade da força de trabalho familiar até as pluriativas e/ou que contam com fontes de ingresso alheias à própria exploração. Como lembra Sabourin (2007) baseando-se na experiência europeia, o potencial da agricultura familiar como fator de desenvolvimento rural está associado à existência de políticas que ajudem a reprodução socioeconômica das explorações que estão orientadas ao mercado local ou ao autoconsumo e que têm dificuldades para ser viáveis por si mesmas.

O surgimento do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), em 1996, foi um marco indiscutível no reconhecimento dessa categoria sociopolítica, assim como a criação, três anos mais tarde, do Ministério de Desenvolvimento Agrário. O surgimento da Lei nº 11.236/2006 sobre a Agricultura Familiar exalta o status de categoria econômica a esta forma social de produção (ORTEGA; JEZIORNY, 2014).

As políticas mais recentes admitem o princípio da multifuncionalidade em sua conformação e preconizam novas vocações, onde, ademais de produzir alimentos, trata-se de gerar bens e serviços não remunerados pelo mercado, porém necessários para a manutenção de um meio rural vivo e dinâmico. Isso inclui a conservação do meio natural e da biodiversidade, preservação da paisagem, prevenção contra as inundações e incêndios florestais, etc.). Assim mesmo, pretendem impulsionar atividades que, sobre a base da agricultura, abram novos espaços para a interação rural/urbana no âmbito, por exemplo, do turismo, do ócio e entretenimento (agroturismo, esportes da natureza, senderismo) ou de serviços sociais e educativos, a exemplo de hortas didáticas.

Alguns dos bens e serviços gerados pela agricultura e apoiados por estas políticas públicas se aproximam da noção de bens públicos, tanto que reúnem as características de não exclusividade (não pode excluir a ninguém de uso ou desfruto) e não rivalidade (seu consumo não reduz a quantidade do bem a consumir), conforme (COOPER et al., 2009). É o caso dos já citados serviços ambientais gerados pela agricultura em matéria de paisagem, de luta contra o câmbio climático ou de preservação da biodiversidade. Outros, entretanto, são bens semipúblicos ou uma combinação público-privada, como é o caso dos serviços sociais, educativos e de ócio, gerados no contexto das explorações agrárias.

Um caso particular é constituído, na área produtiva, com a criação de determinados mercados singulares, que se diferenciam do resto por não estarem sujeitos ao livre funcionamento das leis de oferta e demanda. São mercados regulados por certas normas e padrões internos de qualidade e diferenciação, fixadas pelos próprios produtores (como é o caso das indicações geográficas) ou pelos poderes constituídos, em consideração ao interesse público (como é o caso dos ‘mercados institucionais’).

Alguns autores, como Polman et al. (2010) utilizam o conceito de *nested markets* para denominar estes mercados singulares, dando ideia de que são mercados *aninhados*, ou seja, protegidos, de algum modo, da livre competência e das influências, nem sempre benéficas, dos mercados globais. São mercados que geram um tipo de bem comum (público-privado), e que se aproximam da noção de *common pool resources (CPR)* cunhada por Ostrom (1990). Sua singularidade radica em que recebem a proteção dos poderes públicos, sendo que os produtores são remunerados mediante compensações que não são fixadas diretamente pelo mercado.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Brasil é um bom exemplo de um *nested market* regulado pelos poderes públicos e que gera um bem comum (uma CPR na terminologia de Ostrom), em que pese serem alimentos necessários para abastecer a um segmento socialmente vulnerável da população brasileira (famílias em situação de insegurança alimentar). Na seção seguinte descreveremos o programa PAA, mostrando seus principais elementos e sua estrutura de funcionamento.

Contexto, gênese e estrutura do PAA no Brasil

Como afirma Muller (2007), a criação do PAA (Lei nº 10.696/2003) foi o resultado da adoção de ações públicas descentralizadas em matéria de alimentação escolar, e do labor de sensibilização realizado por técnicos, científicos e especialistas implicados nos temas da segurança alimentar e da luta contra a fome através do projeto Fome Zero². A isso haveria que acrescentar a pressão exercida pelas organizações agrárias e rurais (CONTAG e FETRAF) e movimentos sociais (como o MST), em prol da defesa da agricultura familiar e dos trabalhadores rurais, logrando que se reativasse, em 2003, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) como instância de interlocução entre a sociedade civil e o Estado nestes assuntos.

O PAA combina ações de emergência e ações estruturais, com vistas à segurança alimentar e luta contra a pobreza, buscando, desde uma perspectiva não assistencialista, promover a inclusão social e o desenvolvimento local. O Programa consiste na compra, por parte da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), dos alimentos produzidos pelos agricultores familiares inscritos no PRONAF, e distribuição ulterior a pessoas e famílias em situação de pobreza e insegurança alimentar (escolas, hospitais e entidades beneficentes, indigentes, acampados da reforma agrária, etc.).

A CONAB desempenha um papel central neste Programa, pois ademais de garantir a compra da produção e determinar o preço de aquisição dos alimentos (calculado sobre o preço médio do correspondente produto nos mercados locais e regionais), também é a responsável pela execução do PAA nos diversos estados da República. É importante destacar que a CONAB compra a produção aos agricultores sem ter que submeter-se às prerrogativas das licitações públicas (marcadas pela Lei nº 8.666/1993), sendo requeridos ajustes na legislação que regula os contratos com as administrações públicas.

O PAA é, portanto, uma política, através da qual, os organismos públicos atendem, de um lado, os interesses dos agricultores familiares, e de outro, satisfazem as necessidades alimentares da população mais vulnerável. Ademais, o PAA tem outros objetivos secundários, porém não menos importantes, como são uma melhor distribuição de renda, a inclusão social, uma maior circulação de dinheiro na economia local e a preservação da cultura rural regional.

² O projeto Fome Zero, concebido no âmbito do Instituto de Cidadania, tem a prerrogativa de associar a segurança alimentar e as estratégias de desenvolvimento sobre a base da equidade e a inclusão social (PFZ, 2001).

O controle social do Programa é assumido pela sociedade civil mediante as entidades presentes no citado Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF) e Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs). O CONSEA é a instância encarregada de debater e supervisionar o Programa Fome Zero e demais políticas de segurança alimentar do governo federal. Ao estar composto por representantes de organismos públicos e de entidades privadas, o CONSEA expressa a vontade de articular os diferentes setores do Estado e da sociedade civil.

Conforme o ITCP/EDUCOOP (2012) existem no âmbito do PAA dois tipos de beneficiários. Do lado da produção, cabe identificar como “beneficiários-produtores” os agricultores que fornecem os alimentos (agricultores familiares, assentados de reforma agrária, agroextrativistas, quilombolas, comunidades indígenas e ribeirinhos), os quais devem apresentar a declaração de aptidão ao PRONAF (DAP)³. Estes devem estar preferencialmente organizados em cooperativas ou em algum outro tipo de associação. Do lado do consumo, são beneficiárias as pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, incluindo entre elas o público amparado pela rede social e assistencial (asilos, hospitais, Associações de Pais e Amigos de Excepcionais, etc.), assim como restaurantes populares, bancos de alimentos, escolas⁴ e creches.

Como temos afirmado, os alimentos adquiridos pela CONAB (e por órgãos em nível estadual e municipal, se for o caso) são pagos aos produtores por um preço de referência (fixado em função do mercado regional ou local). Para Vogt (2008), estes preços fortalecem a autonomia dos agricultores familiares, uma vez que, antes do PAA, as compras públicas eram realizadas a preços mínimos que estavam, via de regra, defasados ou não refletiam a realidade de mercado.

Desde o ponto de vista das modalidades do PAA, as linhas de atuação são diferenciadas e seus objetivos atendem a garantia da estabilidade de mercado (mediante a compra direta, e/ou a formação de estoques), e à prestação serviços de ajuda assistencial, com o propósito final de fortalecer a agricultura familiar. Tais modalidades são apresentadas na Tabela 1.

³ A DAP é um documento que identifica a condição de agricultor familiar, sendo fundamental para que este e sua família possam acessar as diversas linhas de crédito do PRONAF (crédito de custeio e investimento). Outrossim, a DAP é necessária para que os agricultores familiares possam participar das feiras nacionais e internacionais, receber gratuitamente as vacinas de animais (aftose), comercializar a produção através do PAA e acessar outros programas e políticas públicas. Disponível em: <www.contag.org.br/>.

⁴ Nas escolas, o acesso ao PAA requer um certificado de participação no PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). Este Programa exige a compra mínima de 30% de alimentos da agricultura familiar.

Tabela 1- As modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos

MODALIDADE	DESCRIÇÃO
CDAF - Compra Direta	Esta ação se destina a aquisição de alimentos aos produtores agrários familiares, em situação de baixa del preço ou em virtude da necessidade de satisfazer as demandas alimentares das populações em condições de insegurança alimentar. Limite por agricultor: 8.000 R\$ /ano.
CPR - Estoque	Prevê a criação de estoques entre os produtores associados, com objetivo de armazenar a produção e comercialização em condições mais favoráveis. Limite por agricultor: 8.000 R\$ /ano. Se o acesso é através de organização fornecedora, o limite é de 1.500.000 R\$/ano respeitando-se os limites por unidade familiar.
CPR - Doação Simultânea	Nesta modalidade a CONAB compra produtos dos agricultores e doam a entidades integrantes das redes sociais e assistenciais locais. Limite por agricultor: 6.500 R\$/ano ⁵ .
ICPL (Incentivo à produção e consumo de leite)	Pretende incentivar a produção de leite nas explorações familiares e propiciar o consumo a famílias em situação de insegurança alimentar. Limite por agricultor: 4.000 R\$/semestre.
Compra Institucional	Compra destinada a atender demandas regulares de consumo de alimentos por parte da União Federal, os estados federados, o Distrito Federal e os municípios. Seu limite por agricultor é de 8.000 R\$/ano.

Fonte: Portal do MDS (2015).

A eleição da linha CPR Doação se justifica porque é uma modalidade em que se conjugam, na mesma localidade, os interesses dos pequenos agricultores e as necessidades dos consumidores de alimentos. No marco dessa ação se promove a relação direta entre produtores e consumidores, sendo os alimentos o elemento de intercâmbio ou mediação.

Todavia, quando se observam as relações sociais que cercam o cenário produtivo local, outros aspectos devem ser mencionados na dinâmica que rege o funcionamento do PAA ou de qualquer política pública. Com efeito, há que frisar a importância da cultura e dos costumes locais, que se convertem em fatores importantes para o bom funcionamento do programa. Trata-se de abordar a relevância do sistema de preferências das pessoas a serem beneficiadas, as formas de organização dos atores envolvidos e outros aspectos. Desse entendimento deriva a perspectiva social e a análise econômica desta política pública, bem como os imperativos locais e contextuais que influenciam sua eficácia ou mesmo limitam sua expansão em termos da população atendida. O tópico subsequente explora esse ângulo da questão.

⁵ Limite de aquisição até 8.000 reais por unidade familiar, através da organização de produtores. Disponível em: <www.conab.gov.br>.

Breve aproximação com a realidade socioeconômica de Roraima

A região geográfica da Amazônia é internacionalmente conhecida pela importância e singularidade de seu ecossistema, assim como pela natureza das formas de vida e relações sociais ali existentes. O estado de Roraima é o mais setentrional do Brasil, fazendo fronteira, ao norte, com a Venezuela e a República das Guianas. Além disso, é uma das mais jovens unidades da federação brasileira, sendo um bom exemplo da diversidade da Amazônia, sobretudo em relação às formas através das quais se expressa a agricultura familiar regional.

Segundo dados do último censo agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2006⁶), existem 10.310 explorações agrárias em Roraima, das quais 8.898 (86,3%) são de caráter familiar. A população total do estado de Roraima corresponde a 488.072 habitantes, com uma densidade demográfica de 2,01 hab./km². O PIB de Roraima representava, em 2009, somente 0,2% do Produto Interno Bruto nacional (porcentagem similar à dos demais estados setentrionais, quais sejam, Acre e Amapá).

Mas Roraima tem outras peculiaridades. Nesse sentido, chama-se a atenção para o fato que a União é proprietária de uma grande parcela das terras. Por outro lado, há grandes problemas no que tange à regulação do uso e posse do solo e dos recursos produtivos. Um exame da estrutura agrária mostra sérias limitações decorrentes da elevada concentração de terras indígenas (46,2%) e de unidades de conservação da natureza (21,03%), e em menor medida pela presença de áreas militares (1,23%), segundo dados da SEPLAN-RR (2007). São recorrentes os conflitos envolvendo madeireiras, indígenas, extrativistas e produtores rurais.

Essas restrições de ordem institucional, associadas às suas precárias estruturas produtivas, corroboram a tese da insuficiência produtiva e alimentar do estado de Roraima em muitos produtos básicos. Seu mercado interior é também muito reduzido em termos de potencial de consumo, dado que, como temos afirmado, sua população total nem sequer chega a meio milhão de pessoas (IBGE, 2010) e seu PIB é um dos mais baixos do Brasil.

Desde o ponto de vista do meio ambiente, as restrições decorrem da legislação aplicada à região amazônica, que reduz o potencial produtivo em favor da conservação ambiental. Quando se avalia a disponibilidade de terras para uso agrícola, sem contar as reservas naturais, os territórios indígenas e as áreas de uso institucional, resulta que somente 7,44% da superfície total da região é destinada à agricultura. Ou seja, as restrições de ordem ambiental produzem uma limitação no uso do solo agrícola para a produção de alimentos e matérias primas.

⁶ Disponível em: <www.ibge.gov.br>.

O resultado desse quadro é que no estado de Roraima são praticados preços muito mais elevados de produtos básicos (frutas, verduras, etc.) que em outros estados brasileiros, não obstante haver uma grande proporção de terras ociosas. Nessa situação, não deveria surpreender que a renda dos agricultores roraimenses provenha cada vez mais de atividades não agrícolas, e que se tenham expandido na região diversos movimentos que reivindicam o acesso à terra como forma de assegurar as condições de reprodução social da população rural (LOPES, 2009).

Como veremos mais adiante, a execução do PAA em Roraima e em áreas deprimidas como o entorno de Boa Vista (capital), é vista como um caminho de ampliação do universo de oportunidades dos indivíduos através da interação entre os produtores agrícolas e o conjunto da população residente nessa parte da geografia nacional.

Além dos já comentados condicionantes socioambientais da Amazônia e a escassez de infraestruturas e equipamentos públicos nesta região do Brasil, há outros problemas e dificuldades mais ligados às formas de organização da sociedade civil. Precisamente por isto, o PAA se erige em territórios como Roraima como se fora um autêntico banco de provas para comprovar até que ponto políticas públicas que demandam um elevado nível de coordenação institucional e um alto grau de participação social, podem ter êxito em situações de elevada precariedade estrutural. Antes de entrar propriamente nessa abordagem, convém agora expor as ferramentas teóricas em que nos baseamos para a realização dessa pesquisa.

O enfoque teórico de capital social

Ainda que as ideias contidas no conceito de capital social (confiança entre indivíduos e nas instituições, cumprimento de normas e acordos, etc.) sejam antigas e estivessem já presentes em estudos clássicos: Adam Smith, Tocqueville, Weber e Durkheim, sua utilização no estudo das dinâmicas de desenvolvimento é relativamente recente. Os trabalhos de Putnam, Portes, Woolcock, Fedderke, como bem sublinhou (MOYANO, 2001), valem-se da noção de capital social para entender os mecanismos sociais que sustentam as dinâmicas de desenvolvimento, tentando explicar as razões para o êxito de alguns territórios na erradicação da pobreza e no fortalecimento do tecido social, enquanto outros, que possuem um estoque similar de recursos naturais e produtivos, vivenciam um quadro totalmente distinto. Uma aproximação estritamente econômica ou institucional do PAA na área de estudo é insuficiente para entender os resultados do Programa e para explicar as dificuldades e limites que têm sido encontrados desde a sua aplicação. Com efeito, as ideias contidas no enfoque de capital social despejam luz sobre

aspectos menos visíveis, por ser menos quantificáveis do Programa, mas não por isto menos importantes, como são as relações de cooperação e de confiança entre os diversos atores implicados no PAA.

O enfoque de capital social nos brinda interessantes conceitos e ferramentas analíticas (*embeddedness, autonomy, bonding, bridging, linking, synergy, organisational efficiency*) que auxiliam a compreensão sobre o funcionamento de um programa como o PAA, cuja implementação exige a participação ativa da sociedade civil. É um programa que requer um nível de sinergia e colaboração socioinstitucional que somente podem ser alcançados se houver, em nível local, um estoque de confiança entre indivíduos e entre as instituições envolvidas. Esse arranjo deve ser suficientemente sólido para resolver os dilemas da cooperação tão habituais em ambientes pauperizados e onde impera uma escassa cultura associativa.

Estes tipos de redes são referidos na literatura como capital social “de coesão” (ou *bonding*) e capital social “de ponte” (*bridging*). Putnam (2000) afirma que o primeiro alude às relações entre grupos relativamente homogêneos e fechados, onde predominam níveis elevados de coesão e confiança (como a família ou os amigos). O segundo tipo se refere a relações menos estreitas e intensas, a exemplo de atores mais distantes e grupos menos conhecidos. Tal e como este autor se expressa, enquanto as primeiras redes são importantes para ‘ir funcionando’, as segundas são mais relevantes para avançar (*getting ahead*) na construção de processos mais amplos.

Aplicado aos territórios, as relações de tipo *bonding* são especialmente relevantes enquanto redes de ajuda mútua e de coesão necessária em etapas iniciais de processos de desenvolvimento. Todavia, a médio e longo prazo elas são insuficientes porque se necessita de conexões externas com outros atores, ou seja, relações tipo *bridging*, que adquirem assim um caráter estratégico ao favorecer o acesso a outros tipos de recursos e conhecimentos (BUCIEGA; ESPARCIA, 2013).

Nossa análise parte da tese de Fligstein e Dauter (2007), segundo a qual, os mercados locais devem ser entendidos como espaços sociais de intercâmbio de bens e serviços que operam em função de arranjos e normas formais e informais, assim como de costumes culturais arraigados. Eles geram um substrato que é fruto da interação social e da cooperação entre as pessoas, materializando-se como um bem público e um recurso intangível que se aproxima do conceito de capital social tal como igualmente exprimem autores como Coleman (2000).

O enfoque de capital social é uma ferramenta de estudo das dinâmicas sociais que permitem traduzir situações como a dos mercados institucionais que são geradas no marco da implementação do PAA em nível territorial. Os atributos captados pelo enfoque do capital

social podem ser mensurados, em nível empírico, privilegiando tanto a dimensão *bonding* quanto *bridging* no interior do espaço onde opera um determinado mercado institucional.

Através da análise de capital social pode-se observar como flui a informação entre os diversos atores do PAA, como se estabelecem mecanismos de restrição e coerção (ou de cooperação) e os vínculos de confiança. Outrossim, pode-se aquilatar como, a partir desses vínculos, criam-se laços fortes entre os atores implicados no Programa, favorecendo uma interação social mais estreita, de natureza afetiva, dentro dos grupos primários (dimensão *bonding* de capital social), mas também laços débeis que, por seu turno, favorecem as relações com atores mais distantes destes grupos (dimensão *bridging*), fazendo com que se amplie o campo de relações sociais e, conseqüentemente, o horizonte das oportunidades.

Assim mesmo, podemos ver o grau e a intensidade das relações entre atores que se encontram em situações desiguais de poder e autoridade dentro do Programa (dimensão *linking* de capital social), relações estas que são fundamentais para compreender o desenvolvimento de políticas onde se combinam estratégias *top-down* (descendentes) e *bottom-up* (ascendentes).

No que refere ao PAA, o enfoque do capital social nos permite ordenar a estrutura relacional surgida no processo de implementação do mesmo e compreender melhor o tipo de interação que se produz entre os atores implicados. Desse modo poderemos contribuir no afã de explicar o maior ou menor grau de eficiência no funcionamento do PAA a partir das características de sua estrutura relacional (forma e intensidade das relações sociais).

Nota metodológica

Trata-se de um estudo voltado à implementação do PAA no município de Boa Vista (Roraima) que se valeu do uso de uma metodologia eminentemente qualitativa centrada na coleta de dados e informações com ênfase na observação das dinâmicas sociais surgidas no marco deste programa. Valemo-nos da realização de entrevistas com uso de roteiro semiestruturado aplicado junto aos atores implicados. É uma opção metodológica que está em sintonia com o que aludem Gaskell e Bauer (2003) quando afirmam que a metodologia qualitativa é a mais apropriada nos estudos que pretendem explorar as diferentes representações sociais em torno de determinados assuntos que levam a marca da complexidade e subjetividade.

Fizemos uso da observação sistemática, onde a presença da equipe investigadora em Boa Vista favoreceu a coleta de informação direta sobre o comportamento dos produtores e sobre o tipo de relações que se estabelecem entre estes e os demais atores na

dinâmica do PAA. A presença da equipe investigadora nas reuniões convocadas pelos agentes, seja nas assembleias dos entes associativos, seja nas reuniões celebradas nas instâncias de regulação, foram úteis para a obtenção, em primeira mão, de informações atualizadas e relevantes para os objetivos da pesquisa.

Realizamos 39 entrevistas (quatorze a produtores familiares inscritos no PAA, e o restante a técnicos dos organismos implicados e a dirigentes das cooperativas e sindicatos agrários), com uma duração média de uma hora, através do uso de gravador. Após a transcrição das mesmas, organizamos o material e analisamos o seu teor por intermédio do programa NVIVO.

Do ponto de vista analítico, vale mencionar as categorias de análise, quais sejam, i) obrigações, grau de confiança e compromissos dos atores sociais do PAA; ii) potencial informativo gerado das relações sociais; iii) grau de autoridade e liderança dos atores; iv) nível de reciprocidade, solidariedade e coesão social na comunidade local.

A rede social e os efeitos do PAA no ambiente institucional

Nesta seção descreveremos a rede social gerada pela execução do PAA no ambiente institucional do município de Boa Vista, apresentando os seus protagonistas (produtores, consumidores beneficiários do Programa, entidades e organismos públicos e privados) e agentes intervenientes ou facilitadores.

Em primeiro lugar vale ressaltar que os produtores familiares de Boa Vista são majoritariamente oriundos de outras regiões (migrantes) e assentados do Projeto de Assentamento Nova Amazônia (PANA). Uma parte menor é formada por produtores provenientes da zona periurbana de Boa Vista, além dos agricultores indígenas. Do ponto de vista do assentamento PANA, o processo de criação esteve marcado por fortes pressões sociais por parte da população local em protesto por suas precárias condições de vida e pela falta de emprego. Um dos produtores participantes dessas mobilizações descreveu esse processo nos seguintes termos:

Primeiramente fizemo um ranchozinho, eu não tinha transporte nenhum, nem eles, botemo na garupa de uma bicicleta e saímos daqui pra lá. Chegemos lá, tardezinha, sem barraco nenhum, não tinha nada. Aí arranjamo lá onde dormir, fiquemo por lá. Tinha uma casinha de apoio pra quem não tinha barraco, ficava lá. Aí armemo nossa redinha e no outro dia corremo pra fazer nosso barraco. Aí fiquemo nesse processo lá; passou, acho que 4 a 5 meses na beira de estrada. Ai a federal, por ser uma BR, acampado na BR, a federal começou a implicar. Ai o que é que o INCRA fez? Então embora jogar esse pessoal pra dentro da fazenda (Entrevista Agricultor).

A precariedade do cenário produtivo boavistense era um autêntico desafio, dado que o ecossistema sobre o qual se sustenta é o de cerrado (conhecido pelos roraimenses como 'lavrado'), um sistema de escassa fertilidade agrícola que requer inversões importantes em matéria de fertilização e correção de solo. Ademais, para atender aos elevados índices de evapotranspiração do solo em função das altas temperaturas da região, faz-se também necessária alguma infraestrutura de irrigação, sem a qual, as terras são improdutivas.

Estamos, portanto, ante uma realidade social e econômica de precariedades, devido às dificuldades naturais da região amazônica (logísticas, mercadológicas, creditícias, tecnoassistenciais), mas também pelo escasso nível de qualificação da população que vem vivendo nos limites estritos da subsistência. Esse conjunto de vicissitudes foi importante para a união das famílias assentadas, já que lhes permitiu definir um mesmo interesse geral em prol de um projeto comum. Em outras palavras, as ingentes dificuldades alimentaram o ideal de luta e emancipação:

Então foi assim, a gente começou, fez esse movimento, passou sete meses ali na beira da estrada, e não podíamos nem entrar lá na fazenda pra pegar água. As pessoas viam a gente assim como se fosse umas pessoas desocupadas, não tinham nada o que fazer, que não tinha objetivo na vida, o que era bem diferente, né. Que a vontade da gente e o anseio da gente era outro, era ter um pedaço da terra. [...]. Mas com o correr do tempo veio muito mais gente, e aí, hoje, passados 10 anos, a gente vê assim que das pessoas que realmente queriam e ficaram, são esses primeiros 100, que até hoje vovocê ainda encontra com eles e estão aqui (Entrevista Agricultor).

As precárias condições dificultaram o pleno desenvolvimento da produção agropecuária, provocando o abandono dos lotes no assentamento e desistência de muitos produtores (LOPES, 2009). Para enfrentar os obstáculos na organização de produtores adotaram-se algumas iniciativas que, entretanto, não lograram êxito, salvo no Polo 1 do assentamento Nova Amazônia, onde surgiu uma associação de produtores agrícolas familiares que se mantém ativa até hoje. Deve-se mencionar ainda a atuação destacada e persistente de uma associação de apicultores (ASA) nas proximidades de Boa Vista.

Uma mudança importante no cenário boavistense, marcadamente no assentamento PANA, está vinculada à chegada, em 2006, de um grupo de gaúchos⁷ provenientes do 'Alto Uruguai' (território da região norte do Rio Grande do Sul), cuja ênfase recaiu no cultivo de grãos nos lotes de reforma agrária. Esse fato motivou a criação da cooperativa 'Cinco Polos' (COOPER5), que, numa primeira etapa, voltou-se às demandas de um grupo reduzido de produtores que enfrentavam sérias dificuldades para expandir a produção de grãos.

⁷ Gaúcho é sinônimo de pessoas que nascem ou procedem do estado mais meridional do Brasil, Rio Grande do Sul, fazendo dívida com a Argentina (Oeste) e Uruguai (Sul).

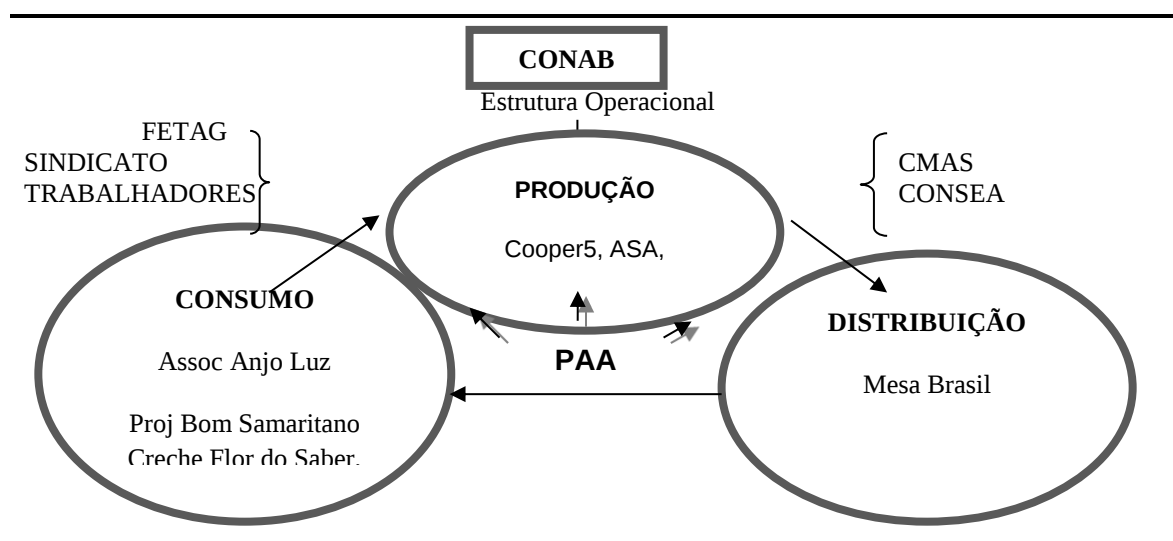
A experiência pregressa de associados em projeto do PAA no estado do Rio Grande do Sul permitiu que a COOPER5 desempenhasse um papel chave quando começou a implementação de experiência similar em solo boavistense. O grupo difundiu suas virtudes e impulsionou a realização dos primeiros contratos de fornecimento de alimentos com a CONAB, tal como alude um dos seus dirigentes:

Eu assumi a COOPER5 no dia 28 de janeiro de 2008, começamos a trabalhar e visualizamos que o maior problema e uns dos piores gargalos do nosso agricultor desse assentamento PANA, próximo da capital de Roraima, município de Boa Vista, era a comercialização dos produtos. Como eu já tinha uma certa experiência com o PAA do ano de 2003, através da experiência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais das Missões no RS, no qual eu era presidente, nós trabalhamos um PAA lá e deixamos um resultado fantástico para os trabalhadores rurais e também para as famílias que recebiam esses produtos, essas doações de alimentos, e a gente começou a ter essa ideia (Entrevista COOPER5).

Seu papel estratégico na implementação do PAA provocou a adesão de muitos agricultores às outras organizações sociais existentes (ASSOCIAÇÃO POLO1, ASA), ampliando o quadro social das entidades. No caso da COOPER5 tal movimento produziu, ao longo dos últimos quatro anos, um aumento que fez saltar dos escassos vinte e poucos associados para os cerca de quinhentos, que tem atualmente. A COOPER5 é hoje a principal associação de produtores de Boa Vista e um ator fundamental na relação dos agricultores inscritos no PAA da CONAB e com o resto das entidades que compõem a rede social do Programa.

Na execução do PAA no município de Boa Vista tem sido priorizada a modalidade CPR-Doação. Como indicamos na anterior Tabela 1, esta modalidade consiste na compra, por parte da CONAB, de alimentos produzidos pelos agricultores do município e sua posterior distribuição aos consumidores beneficiários (famílias em situação de insuficiência alimentar residentes no conjunto do município de Boa Vista).

Para sua efetiva aplicação, é necessário dispor de uma extensa rede de relações sociais. Essa rede é formada pelos principais atores do programa, incluindo produtores e consumidores, bem como as entidades e organismos encarregados de realizar as compras dos produtos, aplicar os procedimentos, fiscalizar as ações e resolver eventuais dificuldades estruturais e institucionais. A Figura 2 mostra as distintas categorias de atores sociais que integram a rede social gerada em nível local em torno da execução do PAA.

Figura 2 - Rede social local do PAA

Fonte: Elaboração dos autores.

Os produtores que abastecem o PAA se organizam, principalmente, na citada cooperativa COOPER5, na Associação POLO 1 e na Associação ASA, sendo essas três entidades, as mais expressivas organizações que participam do Programa, já que não podem realizar as vendas em nível individual, apesar de que podem fazê-las diretamente através do PAA Estado⁸. Ademais, elas participam das instâncias representativas dos produtores, incluindo organizações como o sindicato agrário FETAG e o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Roraima.

Desde a esfera dos consumidores, cabe destacar o programa MESA BRASIL (SESCMB⁹), e a partir dele, diversas instituições, a exemplo da associação ANJO de LUZ (entidade que assiste a pessoas com elevado nível de incapacidade ou deficiência física), o projeto BOM SAMARITANO (que distribui alimentos tais como sopas, frutas e verduras às crianças e enfermos de bairros pobres do município de Boa Vista), a creche FLOR do SABER (que assiste crianças de 1 a 4 anos de idade) e a associação Valdemar (que assiste as pessoas desempregadas e idosas), entre outras. Do ponto de vista das entidades públicas, destaca-se a CONAB (organismo governamental de compra) e alguns entes de caráter consultivo e avaliativo (como o CONSEA e o conselho municipal CMAs).

Tudo isso cria um microclima socioinstitucional favorável em torno à execução do PAA no município de Boa Vista, dando lugar a uma rede local de relações entre os atores sociais. Entrementes, quando se observa com detalhe cada um dos atores que compõem a rede local, vemos nela refletidas as debilidades institucionais e organizacionais de Boa Vista e de Roraima. Por exemplo, as organizações de produtores que participam do Programa

⁸ Modalidade (PAA) executada pelo governo de Roraima, adquirindo alimentos diretamente aos produtores.

⁹ Serviço Social do Comércio (SESC), é uma entidade privada que objetiva proporcionar o bem-estar e qualidade de vida do comerciante, sendo mantida pelos empresários do comércio. Disponível em: <www.sesc.com.br>.

são de nula visibilidade nos registros e estatísticas, já que estão desprovidas de estrutura administrativa e de pessoal especializado, contando ademais com escassos recursos financeiros.

O mesmo ocorre com os sindicatos agrários e de trabalhadores rurais, cujo espírito reivindicativo não está acompanhado de uma base social ampla, nem de uma eficiente estrutura organizativa. Em respeito às entidades de consumidores e demais beneficiários (como Anjo de Luz, Flor do Saber, Bom Samaritano e Associação Valdemar), seu papel está subordinado à entidade que executa de forma centralizada a distribuição de alimentos no município (programa SESCMB).

No que se refere às entidades paraestatais, referindo-nos, particularmente, às entidades encarregadas de controlar a aplicação do Programa (como o CONSEA e o conselho municipal CMAS), se observa também uma precária estrutura administrativa para o desempenho de suas funções.

Esse quadro de debilidades institucionais nos leva a perguntar de que forma as relações sociais são importantes para o desenvolvimento de políticas públicas em contextos onde os recursos econômicos, humanos e sociais são altamente limitados. Uma melhor compreensão das relações entre os diversos atores sociais e institucionais ajuda-nos a identificar os componentes que pelo seu maior dinamismo são imprescindíveis para que o aparato organizativo (limitado) de um programa como o PAA possa desenvolver-se de forma satisfatória.

A experiência acumulada nos estudos sobre desenvolvimento nos diz que o contexto social, econômico e institucional é decisivo no caso de políticas públicas cuja implementação se produz em nível local, já que, como se observa em trabalhos como o de Almeida (2007), estas podem apresentar resultados diferentes segundo as características sociodemográficas dos beneficiários, das dinâmicas socioeconômicas locais e do entorno institucional. Nesse mesmo sentido, Schneider (2006) afirma que instituições, organizações e agentes locais e regionais desempenham papéis destacados na gestão eficiente das políticas públicas.

Por tudo isso é importante considerar a intensidade e a qualidade das relações sociais que se estabelecem entre os agricultores familiares e os demais atores que executam o PAA em Boa Vista. Analisar criticamente os desdobramentos desta política pública é uma tarefa que buscamos desenvolver a partir da imersão realizada junto aos agricultores e demais envolvidos na dinâmica dos mercados institucionais de Roraima.

Estamos convencidos de que este estudo de caso não nos permite generalizações para o conjunto de experiências do PAA nos demais estados brasileiros onde este programa vem sendo implementado. Todavia, somos do entendimento de que esse tipo de abordagem

oferece pistas para examinar obstáculos e desafios a serem enfrentados, sobretudo os que decorrem da lógica *top down* que costuma se impor sobre esse tipo de intervenção estatal.

Resultados

Uma aproximação da realidade, pelo prisma do capital social, mostra que o processo que conduziu à criação do PAA não foi exatamente resultado do protagonismo de um grupo coeso em torno de laços fortes de confiança e solidariedade (*bonding*), senão fruto de ações diversas em que participaram grupos com objetivos e interesses distintos. Todavia, é certo que a longa tradição de luta do MST sustentada na existência de fortes laços de coesão entre seus membros, nos permite afirmar que, na fase inicial do assentamento PANA predominava, ao menos para esse grupo majoritário, a dimensão *bonding* de capital social, dando lugar à criação das primeiras associações, como é o caso da Associação Polo 1 e a COOPER5.

A operação do Programa em Boa Vista significou uma ‘revolução’ entre os produtores familiares, atuando como um fator de dinamização dos produtores ante as expectativas de melhoria de suas rendas, das condições de vida e trabalho cristalizada na compra institucionalizada de seus produtos por parte da CONAB. O fato de que a participação no PAA não poderia fazer-se de maneira individual, senão através de entidades associativas, foi um fator que induziu os produtores a cooperar entre si. Ainda que só o tenham feito por motivos práticos ou instrumentais, não cabe dúvida de que isso fomentou o surgimento, ainda que incipiente, de capital social onde antes inexistia.

Nesse contexto, as organizações coletivas passam a exercer o controle dos processos com base nas relações de confiança construídas por razões eminentemente instrumentais (acessar o Programa), dando lugar a um capital social caracterizado pelo predomínio de laços débeis de conexão (dimensão *bridging*).

No que se refere à interação com organismos públicos encarregados da execução do PAA, é inquestionável o protagonismo da CONAB. Sua estreita conexão com as entidades coletivas dos produtores, em especial a COOPER5, mostra como se concentra, nessas entidades, um maior estoque de capital social. As organizações dos produtores intervêm de fato como um ator *bridging* (ponte), estabelecendo conexões de caráter horizontal com os produtores individuais e como um ator *linking* (estabelecendo conexões verticais com os organismos que ostentam a autoridade e o controle máximo sobre o Programa.

Em termos de capital social, podemos dizer que a fragilidade da rede se explica por existir um desequilíbrio entre suas diversas dimensões. Assim, por exemplo, a dimensão

bonding de capital social, que havia gerado inicialmente laços fortes de confiança e coesão dentro de alguns grupos (agricultores sem-terra, migrantes da região Sul do país, etc.), esse arranjo foi-se diluindo até praticamente desaparecer e ser substituído por um capital social diferente, marcado pelo predomínio de relações do tipo instrumental (*bridging*) no entorno da cooperativa COOPER5 e da associação ASA. Observou-se, de fato, que as conexões entre os produtores são, salvo alguma exceção, praticamente inexistentes, raramente diretas e mediadas por aquelas organizações.

Este desequilíbrio faz com que a rede social do PAA seja vulnerável e muito dependente de poucas organizações de produtores (COOPER5 e ASA) para desenvolver com eficiência as tarefas que lhe são encomendadas, não somente para o Programa, senão fora do mesmo. A ausência de laços fortes de coesão social entre os agricultores inscritos nas associações permite pensar que existe um baixo estoque de confiança para resistir aos momentos de dificuldade que eventualmente possam surgir a exemplo da alteração das regras e condições atuais.

A constatação que fazemos é que o PAA não vem gerando uma dinâmica de cooperação sólida entre os produtores rurais, havendo, por conseguinte, um certo risco de que todos os resultados alcançados em matéria de bem-estar e melhoria das condições de vida possam deteriorar-se ao longo do tempo. Esse é o risco de aplicar políticas públicas em contextos de baixa institucionalidade e onde não existe um tecido social suficientemente sólido em torno de um projeto comum.

Vamos agora analisar os efeitos na produção e no ambiente institucional. Nesse sentido, embora reconheçamos a fragilidade institucional do PAA em Boa Vista, são evidentes os sinais de incremento da produção dos agricultores diante da garantia da compra de seus produtos. Observamos também que o crescimento do volume comercializado pelas organizações produtoras exigiu a ampliação das infraestruturas e do quadro de pessoal. Não há dúvida sobre os impactos positivos que o PAA promoveu junto às entidades produtoras, seja pela ampliação do volume comercializado, aumento do quadro de associados e dos investimentos em capital físico, seja pelo incremento no protagonismo das organizações que efetuaram entregas para o PAA¹⁰.

De outra ordem, os avanços nos volumes comercializados pelas organizações produtivas em Boa Vista não promoveram a elevação do número de organizações participantes do PAA. Do ponto de vista das cooperativas, seguimos com o monopsônico movimento de compra da COOPER5 até 2014. No caso das associações de produtores, somente a ASA, de forma mais expressiva, e a ASSOCPOLOI seguem executando

¹⁰ A entidade ASSOCPOLOI constitui uma única exceção entre as demais organizações produtoras, uma vez que funcionava em prédio cedido pela prefeitura de Boa Vista. Com a retomada do prédio, a associação já iniciara a compra de material para erguer sua sede própria no PANA.

contratos com a CONAB, enquanto que outras duas associações do PANA somente agora se preparam para habilitar-se ao programa.

Por outro lado, o crescimento do quadro social das organizações produtivas não nos autoriza a concluir pelo necessário fortalecimento do sistema cooperativo em Roraima. A compulsória adesão do agricultor às entidades coletivas em função da exclusividade de contratação da CPR Doação da CONAB não significa que se tenha desenvolvido um 'espírito' cooperativista. Claro que a rotina perseverante de ajuda mútua perante as dificuldades operacionais diversas, como o transporte das mercadorias para a sede das organizações, pode revelar um incipiente comportamento solidário. Mas é só o que podemos afirmar até o momento. A declaração abaixo procura demonstrar como o dia-a-dia dos produtores vem estimulando a cooperação entre eles, não obstante as aludidas debilidades:

Alguns que até nem se topavam muito, eram vizinhos do tipo 'ah, tu cuida do que é teu, que eu cuido do que é meu', 'fica no teu canto, que eu fico no meu quadrado'; eles estão hoje um pegando carona do outro. De uma vicinal só um tá vindo pra cooperativa com uma pick-up, por exemplo, e tá trazendo os produtos de mais quatro, cinco. Eles estão se ajudando (COOPER5).

De fato, podemos mensurar um pouco melhor o limiar entre os resultados que vêm promovendo mudanças de ordem microinstitucionais na realidade da família do produtor ou de sua propriedade, com as mudanças de ordem social ou econômica de maior magnitude, ou seja, que permitiram avanços no ambiente institucional de Boa Vista.

A Tabela 2 expõe a síntese dos alcances dos programas sociais de compra de alimentos em Boa Vista, marcadamente o PAA, onde se destaca um conjunto de melhorias para os produtores em termos de elevação da renda monetária e melhoria da estrutura de oportunidades. O aumento do poder aquisitivo por parte dos agricultores tem permitido a compra de bens de consumo duráveis, a reforma e ampliação de suas residências no campo e o fortalecimento das instituições com as quais interage (bancos, provedores de bens e serviços, agências de fomento, etc.).

Tabela 2 – Mudanças no Ambiente Micro e Macroinstitucional de Boa Vista Decorrente do Acesso ao PAA CPR Doação

MUDANÇAS NO AMBIENTE INSTITUCIONAL	
MICROINSTITUCIONAL (Produtor ou Propriedade)	MACROINSTITUCIONAL (Ambiente Social ou Econômico)
Aumento da renda; Aquisição de bens de consumo duráveis; Reforma e ampliação da casa;	Melhoria na qualidade de vida dos produtores; Permanência da família no meio rural; Elevação da autoestima dos agricultores;
Aumento da produção;	Autossuficiência municipal no abastecimento de hortaliças folhosas;
Priorização das entregas dos alimentos ao PAA;	Redução do grau de intermediação pelo atravessador; Fortalecimento do mercado local nas comunidades; Elevação do preço médio dos alimentos no varejo; Fortalecimento das organizações coletivas existentes; Institucionalização da relação poupança-investimento; Priorização e centralidade na rede de atores;
Plantio e consumo de espécies regionais;	Institucionalização das CPRs Sementes Nativas; Valorização da cultura e das espécies regionais;
Acesso a financiamentos rurais;	Elevação do grau de confiança entre os agentes financeiros;
Obtenção das DAPs Mulher e DAPs Jovem;	Geração de emprego e ocupação no campo; Valorização nas questões de gênero;
Participação na execução dos contratos CPRs;	Acesso a outros mercados, programas e políticas;
Relação solidária entre os agricultores;	<i>Sem efeitos macroinstitucionais;</i>
Sindicalização do produtor.	<i>Sem efeitos macroinstitucionais.</i>
LIBERTAÇÃO DO MERCADO TRADICIONAL	 DEPENDÊNCIA DO MERCADO INSTITUCIONAL

Fonte: Elaboração dos Autores.

São bastante enfáticos os progressos materiais alcançados pelos agricultores e suas famílias em função do aumento de suas rendas. Os depoimentos relatam com entusiasmo a chegada de móveis, utensílios domésticos e ampliação das residências como conquistas da maioria dos produtores. A declaração de um produtor entrevistado reforça esse aspecto, quando reitera: *“É, a gente conseguiu, né? Tá melhorando, ‘fazer como diz o outro’, a casa precisava rebocar, precisava aumentar um pouco mais a casa, e a gente conseguiu sim”*. Não é por acaso que a linha de financiamento para a reforma das casas localizadas nos assentamentos do INCRA com mais de 10 anos deve atender apenas a uma parte dos agricultores do PANA, já que muitos deles se anteciparam ao benefício promovendo, às suas expensas, esse tipo de investimento.

Do ponto de vista macroinstitucional, a elevação da renda e a aquisição de bens domiciliares que ela tem permitido vem promovendo três fenômenos de grande importância. O primeiro deles é a elevação do padrão de vida, que se traduz em mais conforto e dignidade, acessando produtos que até então eram indisponíveis. Algumas falas exprimem esse fato:

Eu diria que é mais da metade da renda, em função do PAA (Agricultor). Aumentou a qualidade. Por exemplo, eu consumia menos a carne, hoje eu já consumo ela normal, duas vezes, três vezes por semana. Antigamente era uma vez só. O peixe eu passei a consumir mais um pouco, eu tenho condições de comprar essa alimentação que eu não tinha no meu lote. Então, com mais frequência. Como isso eu consegui uma melhora de renda, melhorou a alimentação [...]. Sim, hoje eu tenho televisão, eu tenho uma boa geladeira, meus filhos têm computador, tudo através da agricultura familiar e dentro do PAA. Quero dizer que não foi só entregando no PAA, mas ajudou bastante. O PAA participou dessa melhoria (Agricultor).

O segundo fenômeno importante é a permanência do agricultor no campo. Nesse sentido, o amplo processo migratório e a transferência de posse dos lotes nos assentamentos deixam de fazer parte do mundo rural em Boa Vista. Com a perspectiva de produção e a compra assegurada, raros são os casos de desistência dos lotes, ao tempo em que se eleva substancialmente seus preços de venda para R\$100 a R\$150 mil, com valorização muito acima dos preços praticados há cinco ou seis anos atrás¹¹.

Hoje já tem lote de 100, 200 mil, de 150. Lá no Polo 2 mesmo, foi vendido um por 100 mil, com estrutura mínima, de 32 hectares. Pra valer 100 mil não precisa ter estrutura não (Agricultor).

Nesse sentido, são muitas as formas através das quais se constata o avanço social dos agricultores em função do acesso aos mercados institucionais. Talvez por isso, o terceiro fenômeno importante decorrente da elevação da renda dos agricultores e do acesso a bens antes inimagináveis, são as declarações sobre seu estado de espírito, refletindo uma autoestima até então desconhecida por parte de quem com eles convive ou trabalha. Conforme a fala de um técnico entrevistado:

O PAA, ele veio trazer assim uma certa autoestima, uma autoestima em que ele tá se vendo como uma parte importante dessa comercialização. Tem que sempre deixar claro para eles que eles são fornecedores potenciais do governo, que não é nenhuma ajuda. O governo tá sendo estratégico em valorizar e contar com quem é de fato importante pro governo que é o agricultor familiar, que é um fornecedor em potencial pro governo, que é o produto dele que fica no país (CONAB).

Sendo o PAA uma política estruturante da agricultura familiar, a elevação da renda dos agricultores participantes está associada diretamente à produção de alimentos. Vimos também que em se tratando de mercado garantido a preços competitivos constitui-se uma equação de resultado altamente previsível, onde a confiança absoluta no sistema de compras se vê convertida no aumento das garantias de reprodução social e na estabilidade

¹¹ O fenômeno de venda de lotes nos assentamentos de Roraima já foi objeto de estudo nos trabalhos de Lopes (2009).

da renda do produtor.

Para Roraima, a elevação da produção agrícola tem um caráter estratégico do ponto de vista socioeconômico. Referimo-nos ao enfrentamento dos problemas ligados à condição de importadora de produtos que compõem agroalimentares, incluindo artigos básicos como o tomate, batata, couve-flor, repolho, etc. que são imprescindíveis à mesa de qualquer brasileiro.

Dessa forma, um dos resultados macroinstitucionais verificados em Roraima foi a melhoria no abastecimento dos produtos de primeira necessidade, marcadamente as verduras folhosas, como a alface, a couve, a cebolinha, o coentro e a rúcula que, sabidamente, requerem menor exigência técnica e ciclos curtos de produção.

As espécies e as variedades de ciclo curto e processos produtivos simplificados são importantes para uma rápida capitalização do negócio em um ambiente de deficiência técnico-assistencial dos produtores de Roraima. Com efeito:

Algumas coisas ainda vêm de fora. Batata vem de fora, cebola, vem de fora, beringela tem aqui, xuxu vem de fora, cenoura vem de fora, tomate vem de fora, mas já tem muito tomate aqui já, não dá conta. Cheiro verde, hoje tem, hoje não vem. Couve, alface, cebolinha, rúcula, isso aí abastece bem. Cebola de cabeça vem de fora, alho vem de fora (Agricultor).

Sob a proteção deste mercado singular, os agricultores participantes do programa têm priorizado suas entregas para a CONAB através dos contratos CPR Doação. Como resultado do escoamento da produção para os programas sociais vis-à-vis para as feiras e o comércio local, constatou-se um movimento de afastamento do atravessador de Boa Vista e da tendência em adquirir produtos a baixos preços e revendê-los lucrando às expensas de quem produz.

A esse movimento junta-se outro, que beneficia duplamente os produtores do PAA. Trata-se da elevação dos preços dos produtos comercializados nas feiras livres da cidade, uma vez que a produção que para elas antes escoava, agora, em grande medida, destina-se aos programas sociais. O reflexo foi uma valorização dos preços médios para as verduras e hortaliças em Boa Vista, que é o parâmetro básico para a definição dos preços da CONAB.

Eis aí um movimento de mercado que vai de encontro ao princípio da economicidade pelo qual se constituía em um dos objetivos do programa. O mercado de hortifrutigranjeiros boavistense sofreu uma elevação média de seus preços em função das compras governamentais para o PAA e para o PNAE. Sobre esse aspecto, algumas declarações são bastante ilustrativas:

Mais na cooperativa. Meu forte é lá. A feira é só tampando os buraco, aqui,

acolá (Agricultor).

Não é não. O preço é lá em baixo. O atravessador ele só derriba o seu produto (Agricultor).

Então o grande diferencial do PAA é que os preços formulados com referência na CONAB, eles cobrem o custo de produção. Então isso tem incentivado os agricultores a participarem do programa. Veja bem, um kilo de melancia paga-se R\$1,00, então uma melancia de 15 kg é R\$15,00, e uma melancia de 10 kilos é R\$10,00, então isso, fora do programa você não vai ter um preço desse. Um kilo de maxixe é R\$3,50, você não vai conseguir..., um kilo de jerimum R\$1,75, então esse é o grande diferencial do programa e que vem assim a atender, preencher essa lacuna em termos de remuneração para o agricultor familiar (Secretaria da Agricultura).

Nessa parte aí ajudou muito o agricultor. Porque, na verdade, só tinha a opção só a feira, só entregar na feira, com atravessador. Porque o agricultor não tem tempo de sair de lá da lavoura e ir lá botar uma banca e vender lá. Quem vende lá, às vezes, nem é agricultor. Nunca plantou nada. Quando a cooperativa tá no auge, comprando e comprando, aumenta as coisa na feira porque falta. A falta das coisas é que faz o preço subir (Agricultor).

Por outro lado, a priorização das entregas ao sistema de compras públicas vem reforçando dois fenômenos já mencionados. Um deles é a centralidade do Programa em atores como a CONAB, a COOPER5 e a entidade beneficiária SESCMB pelas características da rede social amparada em poucos e destacados membros. O segundo fenômeno é o fortalecimento das organizações coletivas constatadas pela ampliação de suas estruturas físicas, do seu quadro social e do volume de alimentos comercializados.

Ocorre que os agricultores desenvolveram um comportamento de racionalidade econômica ao não efetuarem seus saques de dinheiro tão logo suas contas registrassem saldos de pequenos montantes. De maneira geral, os produtores acumulam os valores na conta da própria cooperativa até atingir, via de regra, o limite de suas DAP's. A essa forma de conduta desenvolveu-se um fundo de reserva que vem capitalizando os agricultores e proporcionando os avanços sociais segundo uma sistemática poupança-investimento.

Entre os avanços de ordem institucional está a criação de um mercado local nas comunidades onde residem os agricultores. No interior das próprias casas ou em pequenas "vendas"¹², os agricultores podem encontrar os artigos de primeira necessidade, em geral a preços acima do mercado varejista dos centros mais próximos. Ainda assim, estes se tornam vantajosos em função de evitar os deslocamentos para a cidade mais próxima, nesse caso, Boa Vista.

Assim, aquelas coisas que a gente não produz, a gente encontra, a gente vai ali no vizinho e tem. Verduras, por exemplo, antes não consumia ou comprava na cidade, no mercado. Hoje a gente compra muito pouca coisa no mercado, aqui a gente compra alface, a gente compra rúcula, compra cheiro verde, compra macaxeira, compra abóbora, se for o caso, tudo aqui, tudo os vizinhos têm. Quiabo, maxixe, frango, farinha, tudo que se quiser comprar, aqui você compra. Antes não encontrava, se quisesse consumir tal

¹² Vendas são pequenos estabelecimentos comerciais localizados no interior das comunidades rurais.

coisa, tinha que comprar em Boa Vista (Agricultor).

Outrossim, a nova perspectiva de vendas de pequenas quantidades de alimentos para o mercado institucional trouxe reflexos relevantes para os produtos regionais. O que queremos dizer é que as compras locais aos agricultores familiares vieram a estimular e valorizar o que já era localmente produzido por tradição ou costume da região.

Se antes das compras governamentais os produtos regionais ficavam restritos ao consumo familiar ou comunitário, sem expressividade de mercado, agora a possibilidade de convertê-los em renda tem favorecido sua produção, uma vez que o excedente pode ser escoado para os programas sociais. Dessa forma, produtos como o cupuaçu, buriti, açaí, o beiju, ou mesmo produtos de destacado valor na cultura indígena como o kumage (tempero) e a goma¹³, têm sido comercializados nas CPR Doação de alimentos da CONAB.

Então essa compra regionalizada, ela veio valorizar o que já era produzido no local, veio estimular que eles plantem produtos que eles tinham vontade de plantar e tinham medo de não conseguir vender, e também veio valorizar e incentivar que eles aproveitem aqueles produtos que eles tinham, mas que não tinham valor comercial, tirem esses produtos deles e comecem a colocar nessa cesta, que aí são os produtos mesmos da região (CONAB).

O resultado de tal processo foi o crescimento na participação dos alimentos da diversidade regional nos mercados institucionais de todo o país. Em Roraima, particularmente, a perspectiva de contratação de CPRs de produtos regionais institucionalizou a compra de sementes de buritis, espécie de comprovado valor alimentício e de importância ambiental que vem sendo favorecido por uma linha de ação específica do PAA.

Estamos nos referindo ao PAA Sementes Nativas que prevê a compra das sementes de espécies tradicionais junto aos agricultores familiares e sua posterior doação para uma associação de produtores da região. No exemplo em questão, as sementes de buritis foram adquiridas com vistas ao repovoamento das margens dos igarapés, ambiente onde a planta se desenvolve de forma natural ou espontânea.

O buriti dá alimento, alimento riquíssimo na forma de doces, de polpa, de suco; a farinha do buriti na alimentação animal, eu usei muito na ração dos porcos e o bicho engorda, e pesa e bem; a palha do buriti que faz a casa; a fibra você faz a bijóia, essas bijouterias. O talo dele faz..., não sei se é Pernambuco ou outro estado no Nordeste, uma fábrica de brinquedo. Que aquela palha dele seca, e o senhor corta e ela e fica tipo um isopor, e aí você pode modelar ela. Se quiser brinquedos, você pinta, faz qualquer tipo de brinquedo, e, além de tudo, segura água no solo. Uma função ambiental muito grande na era do meio ambiente (Agricultor).
Somos a única cooperativa da região Norte do Brasil a acionar essa linha de

¹³ A goma é conhecida como tapioca pelos não indígenas.

PAA também, e nós estamos entregando agora para a Casa Familiar Rural (CFR), 17 toneladas de semente de feijão Caupi e 10 toneladas de semente de buriti que estão sendo distribuídas no município de Boa Vista e nos outros municípios também, mas principalmente no município de Boa Vista para agricultores da CFR e outras instituições indígenas que também são ligadas à CFR, essa distribuição está ocorrendo de sementes também (Organização de Produtores).

Diante das possibilidades de incrementar suas rendas, parte dos agricultores roraimenses foram rompendo as dificuldades institucionais de acesso ao crédito, bem como os problemas de quitação dos empréstimos por intermédio das parcelas obtidas junto às CPRs da CONAB. Esse processo gerou um ambiente de maior credibilidade e confiança entre os agricultores e as instituições financeiras de Roraima. O exemplo que segue descreve uma ação transversal do PAA configurada na obtenção de crédito do PRONAF pelo agricultor em decorrência dos contratos efetuados com o PAA.

Porque o PRONAF é mais pra você, vamos dizer, quer fazer uma horta você vai lá e compra material pra fazer aquela horta. E aí com as entrega que você tem pro PAA, vai ajudar a você pagar o PRONAF (ASSOCPOLOI).

Por outro lado, um avanço institucional de grande importância social tem a ver com a participação compulsória da mulher nos contratos CPR Doação. As normas exigem que 30% dos contratos sejam assumidos por pessoas do sexo feminino, fato que traz importantes desdobramentos do ponto de vista do enfrentamento das desigualdades de gênero:

Nos contratos tem que ter no mínimo 30% de mulheres. As mulheres foram conquistando mais espaço. Eu acho que o machismo tem que acabar. Eu não participei da formação feminista, mas sou feminista de nascimento. A mulher é mais flexível, mais flexível, o homem é mais arrojado, mais ranzinza, demora a raciocinar, o raciocínio é lento. Eu tiro por mim, se eu for pra roça com meu marido, eu acordo de manhã faço café, cuido de tudo, e ele só lá, chego aqui vou fazer o almoço e ele vai assistir televisão, e eu vou fazer almoço, vou lavar roupa e quando der 2 horas a gente desce, eu fiz tudo e ele fez um trabalho, fiz até bolo. O homem é muito devagar. E quando ela tem criança, ainda tem as crianças (Agricultora).

Do ponto de vista da rede do PAA em Boa Vista, cabe detalhar que são mulheres que ocupam a presidência da FETAG, do SINDICATO, da COOPER5, do CMAS, da ASSOCPOLOI, da Anjo De Luz, da Flor do Saber; a coordenação geral do projeto EDU3S; a coordenação do SESCMB e a superintendência da CONAB-RR. No último caso, uma mulher de descendência indígena exerce essa função. São mulheres¹⁴ dirigindo os rumos das principais organizações e entidades que regem o funcionamento das políticas públicas

¹⁴ Roraima é o único estado brasileiro governado por uma mulher, na atualidade.

da agricultura familiar.

Nesse mesmo sentido, a emissão da DAP Mulher e da DAP Jovem para participação no PAA CPR Doação, bem como as DAP's "independentes" para aqueles que estabeleçam relações contratuais agrárias, vêm configurando a geração de novas ocupações e fontes de renda no campo para os familiares dos agricultores.

Vamos dizer que se ele recebia, ou tinha uma renda de um salário mínimo, com o PAA eles passaram a ter mais 1,5, deu esse avanço, esse pulo. Se tivesse 1, iria pra 2,5. Dobrou, até porque é a família, cada pessoa tem direito a um X. Então se tem dentro do mesmo lote foi dividida a família, a mãe dividiu pro filho que casou, e ele passa a adquirir uma DAP, aquela renda de seis e pouco, vai pra doze e pouco, ele tem o mesmo direito (Sindicato).

As novas perspectivas de trabalho para a família do produtor estão associadas ao incremento de oportunidades para todos os seus membros, podendo representar um movimento em sentido contrário à migração prematura de jovens rurais. Alguns estudos já vêm tratando da problemática que afeta a sucessão campo, inclusive nos assentamentos de reforma agrária. O depoimento a seguir ilustra bem esse aspecto:

Mas se o filho tem 17 anos e quer trabalhar com o pai, 'pai eu quero produzir mel, o senhor produz melancia, mas eu quero produzir mel', ele vai e faz um contrato de aluguel com o pai. O termo é comodato, aí ele pode tirar sua DAP e ter seus R\$6500,00 para entregar de produtos. Isso é um incentivo pro jovem, é uma renda pro jovem, é um emprego pro jovem. Na cidade não tem, por isso o PAA está levando de volta para o campo. Eu consegui pegar uma família onde todos são técnicos e não tinham como fazer nada, e consegui levar eles no sindicato e consegui fazer com que eles tirassem sua DAP pra trabalhar, e eu ofereci o subsídio de apicultura pra eles, e eles estão trabalhando com apicultura (Organização de Produtores).

De fato, a participação dos agricultores no processo de execução dos contratos do PAA vem permitindo a intensificação de relações sociais e a troca de informações entre agricultores e destes com as entidades que compõem a rede do PAA. Estamos tratando da geração de capital social em seus níveis mais elementares, mas importantes para o crescimento cognitivo do produtor e o despertar para as oportunidades que demandem algum nível de protagonismo.

A esse respeito, o acesso a outros programas e políticas (PRONAF, PAIS, etc.), bem como aos editais diversos (CONAB, INCRA, etc.), estão se convertendo numa realidade cada vez mais frequente para os agricultores roraimenses. Sobre essa questão, podemos observar a declaração emitida pelo gestor setorial da secretaria da agricultura que nos permite clarificar o entendimento sobre a construção social da categoria dos agricultores familiares que está sendo gradativamente edificada em Roraima.

Através do PAA nós estamos chegando no PNAE, e tamos chegando na Compra Institucional que é aquela que pode vender até R\$8 mil, e estamos chegando ao Programa de Valorização de Sementes Nativas, tudo isso cumulativo [...]. Eles estão altamente qualificados. Comunidades indígenas, a mesma coisa. É um impacto de um programa que vai direto a eles, um negócio que diz respeito a eles, quer dizer, o camarada bota no bolso e depois disso ainda tem deles que tão conseguindo atingir o mercado. Então é um programa que mexe com o agricultor. E acaba mexendo com o segmento político, porque o segmento político mexe com gente, e aí ele sabe que tem uma comunidade de mil pessoas... na época política é força política (Secretaria da Agricultura).

Claro que a intensificação das interações sociais no ambiente onde atua a agricultura familiar de Roraima não foi suficiente para alcançar desdobramentos sociais de maior magnitude. Estamos nos referindo, por exemplo, à fragilidade das relações e a recorrência do individualismo e imediatismo dos produtores desta unidade federativa brasileira. Com efeito, a ampliação no número de sindicalizados não vem repercutindo dentro do esperado. Esse aspecto enfraquece a categoria social no encaminhamento de suas demandas, a exemplo de questões como assistência técnica, acesso a obras de infraestrutura, etc. Ou seja, são inegáveis os impactos associados à implementação dos aludidos programas, mas ainda há muito que avançar.

Considerações Finais

O PAA no município de Boa Vista há que ser visto como expressão da importância assumida por políticas públicas de enfrentamento à pobreza e dos esforços dedicados à inclusão produtiva de atores sociais que até então figuravam, em nosso país, na quase total invisibilidade. Os mercados institucionais são exemplos do que a literatura internacional denomina *nested markets* ou mercados aninhados, correspondentes a um bem público ou recurso intangível de grande importância para o desenvolvimento dos territórios e redução da pobreza rural.

As diversas conexões entre a esfera produção, distribuição e consumo através de uma extensa rede de relações geradas em torno do PAA, são precisamente as forças que constroem esse *common pool resource* a que se refere Elinor Ostrom. Os benefícios são indiscutíveis tanto no que tange aos produtores, assentados da reforma agrária, indígenas agricultores como também as pessoas do município de Boa Vista que recebem os mais diversos tipos de alimentos.

Destarte, ao estudar com maior profundidade a rede social do PAA, utilizando o enfoque do capital social, percebe-se algumas debilidades que são dignas de nota. Com

efeito, o protagonismo excessivo de alguns atores (especialmente CONAB e SESCMB), que monopolizam os fluxos de relações entre os demais componentes, deve ser interpretado como um signo de debilidade. Isso decorre do elevado peso da dimensão *linking*, a carência de pontes (*bridging*) com outros atores e ao escasso nível de integração social tipo *bonding* entre os produtores.

Este desequilíbrio entre as distintas dimensões de capital social faz pensar que, não obstante os bons resultados colhidos pelo PAA e o nível de satisfação dos beneficiários, a rede social gerada em torno do Programa apresenta vários elos débeis. Um destes elementos parece ser a excessiva dependência dos produtores em relação ao PAA. Somos do entendimento de que os mercados institucionais devem ser vistos como instrumento para qualificação dos produtores, fortalecendo o papel cognitivo desse tipo de iniciativa para ampliar seus horizontes e consolidar um espaço em novos mercados e canais de escoamento da produção. Ou seja, eles precisam ser compreendidos como uma alternativa e não somente como a única via de comercialização.

A experiência do PAA em Boa Vista ilustra um caso típico de capital social induzido desde fora (ou seja, desde o impulso de uma política pública), que, sem embargo, não tem sido capaz de criar uma dinâmica de interação social e econômica suficientemente sólida entre os diversos atores para assegurar a continuidade desta política no futuro. A experiência em tela mostrou que implantar desde cima uma rede de organismos e entidades para a execução dos programas pode ser insuficiente para a emancipação social dos indivíduos. Torna-se crucial o investimento na formação dos indivíduos no intuito do fomento a uma cultura de cooperação com vistas à construção de um sistema eficaz de governança baseado na transparência e na participação ativa de todos os agentes envolvidos.

Referências

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992.

ALMEIDA, L. M.; FERRANTE, V. B. Programas de Segurança Alimentar e Agricultores Familiares: a formação de rede de forte coesão social a partir do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município de Araraquara/SP. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL-SOBER, 47. **Anais...** v. 1. Porto Alegre, 2009. p. 123-143.

ANJOS, F. S. dos; CALDAS, N. V. A horta agonizante: mercantilização da agricultura e transformações nas práticas de autoconsumo entre famílias rurais do extremo sul gaúcho. **Pensamento Plural**, v. 5, p. 151-169, 2009.

BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROLI, C. E. Family agriculture and the new rural world. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 10, p. 312-347, jul./dez. 2003.

BUCIEGA, A. A.; ESPARCIA, P. J. Desarrollo, territorio y capital social. Un análisis a partir de dinámicas relacionales en el desarrollo rural. **Redes - Revista hispana para el análisis de redes sociales**, v. 24, n. 1, p. 81-113, 2013.

COLEMAN, J. S. Social Capital. In: J. S. COLEMAN, J. S. (Ed.). **The Foundation of Social Theory**. Belknap: Harvard, 2000.

COOPER, T.; HART, K.; BALDOCK, D. **Provision of Public Goods Through Agriculture in the European Union, Report Prepared for DG Agriculture and Rural Development**. London: Institute for European Environmental Policy, 2009.

FLIGSTEIN, N. D.; DAUTER, L. The sociology of markets. **Annual Review of Sociology**, v. 33, p. 105-128, 2007.

GASKELL, G.; BAUER, M. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2003.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

ITCP/UFV/EDUCOOP. **Programa de Aquisição de Alimentos - PAA: doação simultânea**. Viçosa, MG, 2012.

LOPES, C. E. V. **Avaliação socioeconômica dos sistemas de produção em assentamentos rurais no estado de Roraima: o caso do assentamento rural PAD – ANAUÁ**. 2009. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

MOYANO ESTRADA, E. El concepto de capital social y su utilidad para el análisis de las dinámicas del desarrollo. **Revista de Fomento Social**, Córdoba, Espanha: INSA-ETEA, n. 221, p. 35-63, 2001.

MULLER, A. L. **A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos**. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

ORTEGA, A. C.; JEZIORNY, D. L. La agricultura familiar en Brasil. XXIV **Anuario de la Agricultura Familiar**, Madrid, Fundación de Estudios Rurales, p. 165-173, 2014.

OSTROM, E. **Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action**. Cambridge University Press, 1990.

POLMAN, N. et al. Nested markets with common pool resources in multifunctional agriculture. **Rivista di Economia Agraria**, v. 65, n. 2, 2010.

PROJETO FOME ZERO (2001). **Uma Proposta de Política de Segurança Alimentar para o Brasil**. Disponível em: <www.fomezero.gov.br >. Acesso em: 23 abr. 2016.

PUTNAM, R. **Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community**. New York: Simon & Schuster, 2000.

SABOURIN, E. Que Política Pública para a Agricultura Familiar no segundo Governo Lula. **Sociedade e Estado**, v. 22, n. 3, p. 715-751, 2007.

SCHNEIDER, S.; CONTERATO, M. A. Transformações agrárias, tipos de pluriatividade e desenvolvimento rural: considerações a partir do Brasil. In: NEIMAN, G.; GRAVIOTTI, C. (Coord.). **Entre el Campo y la Ciudad**: desafíos y estrategias de la pluriactividad en el agro. Buenos Aires: Ciccus, 2006.

SCHNEIDER, S.; MARSDEN, T. El desarrollo rural en Brasil: procesos sociales, políticas públicas y perspectivas teóricas. **Revista Española de Estudios Agrosociales y Pesqueros**, n. 222, p. 13-48, 2009.

SCHRÖDER, M. **Políticas públicas e agricultura familiar no Brasil**: inovações institucionais a partir do Pronaf, 34º Encontro Anual da ANPOCS, GT Metamorfoses do Mundo Rural. Caxambu: ANPOCS, 2010.

SEPLAN-RR. **Produto Interno Bruto Estadual e Municipal**. 3. ed. Boa Vista: SEPLAN-RR, 2007.

VOGT, S. P. C. **A construção social do mercado institucional de alimentos: estudo de caso do Programa de Aquisição de Alimentos na região de Celeiro-RS**. 2009. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Programa de Pós-graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2009.

Recebido para publicação em 24 de maio de 2015

Enviado para correções em 23 de maio de 2016

Aceito para publicação em 07 de junho de 2016

Agroecologia e o processo de ativação de territorialidades camponesas¹

Márcio Freitas Eduardo

Professor do curso de Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS, campus Erechim/RS)

e-mail: marcioeduardo@uffs.edu.br

Resumo

Nas últimas décadas, têm se intensificado os debates sobre os horizontes de uma agricultura capaz de informar preceitos de sustentabilidade que extrapolem a dimensão meramente econômica. Nessa esteira, uma miríade de atores organizados reivindica-se protagonista. A cada incursão nesse circuito, os distintos atores elegem o que há de mais estratégico para prover de robustez seus projetos e intencionalidades: ora com forte traço mercadocêntrico, ora apelando para a dimensão/consciência ecológica e para as implicações éticas e referentes à saúde. Contraditoriamente, a “agricultura sustentável” pode apresentar-se como baluarte da luta anticapitalista, na medida em que fortalece a autonomia relativa dos agricultores na disputa territorial contra o agronegócio e permite a politização da ecologia pelo alimento. Pode, entretanto, reforçar o que há de mais avançado em termos de “desenvolvimento sustentável” do capital, explorando as potencialidades de sua fisionomia “verde”/“orgânica”, o que demonstra a excepcional capacidade resiliente do sistema produtor de mercadorias. Com base em resultados de pesquisa, o artigo explora aspectos dessa complexa realidade e traz à tona o debate sobre as potencialidades da agroecologia para com o processo de ativação de territorialidades camponesas.

Palavras-chave: Agroecologia; re-existência camponesa; territorialidade ativa; agronegócio; disputa territorial.

Abstract

Agroecology and the activation of peasant territorialities

In the last decades, there has been an intensification of debates about the horizons of an agriculture capable of inform precepts of sustainability that extrapolate the merely economic dimension. Therefore, a set of organised actors claims to be protagonist. In each incursion in this precinct, different actors choose the most strategic way to provide robustness to their projects and intentionality: sometimes with a market trace, sometimes appealing for ecological consciousness/dimension, for ethical implications, and for health effects. Contradictorily, the “sustainable agriculture” can be the stronghold of the anti-capitalist struggle in that strengthening of relative farmer autonomy in territorial dispute against agribusiness. It can also enable the politicisation of ecology for food. Otherwise, it could strengthen the more advanced “sustainable development” of capital by exploiting the potential of its “green”/“organic” physiognomy. This demonstrates the exceptional capacity of resilience of the merchandise production system. Based upon research results, this paper

¹ O artigo faz parte dos resultados de pesquisa de doutorado desenvolvida no Programa Pós-graduação em Geografia da FCT-UNESP, campus Presidente Prudente/SP, no período de 2010 a 2014, com auxílio financeiro parcial da CAPES.

explores some aspects of this complex reality and brings up to light the debate about potentialities of agroecology for the activation of peasant territorialities.

Keywords: Agroecology; peasant re-existence; active territoriality; agribusiness; territorial struggle.

Résumé

L'agro-écologie et l'activation de territorialités paysannes

Dans les dernières décennies, les débats sur les horizons d'une agriculture capable d'informer des préceptes de durabilité qui extrapolent la dimension simplement économique se sont renforcés. Dans ce sens, un tas d'acteurs organisés ont revendiqué comme étant protagonistes. Dans chaque entrée dans ce parcours, les différents acteurs choisissent ce qu'il y a de plus stratégique pour donner robustesse à leurs projets et intentionnalités : tantôt par un fort trait centré sur le marché, tantôt en appelant à la dimension/conscience écologique et aux implications éthiques mais aussi pour la santé. Contradictoirement, l'« agriculture durable » peut se présenter comme bastion du combat anticapitaliste à mesure que renforce l'autonomie relative des agriculteurs dans le différend territorial contre l'agro-industrie et politise l'écologie de l'aliment. Mais cela peut aussi renforcer ce qu'il y a de plus avancé en termes de « développement durable » du capital, en exploitant les potentiels de la physionomie « verte » / « biologique », ce qui démontre l'exceptionnelle capacité de résilience du système producteur de marchandises. Ainsi, à partir de quelques résultats de recherches, cet article explore des aspects de cette importante réalité et mets en lumière le débat sur les potentialités de l'agro-écologie pour l'activation de territorialités paysannes.

Mots-clefs: Agro-écologie; ré-existence paysanne; territorialité active; agro-industrie; différend territorial.

Introdução

Nas duas últimas décadas têm se intensificado os debates sobre os horizontes de uma agricultura capaz de informar preceitos de sustentabilidade que extrapolem a dimensão meramente econômica. Essa proliferação do interesse pela agroecologia e pela produção orgânica, dentre outras correntes e nomenclaturas de agriculturas consideradas “sustentáveis” situa-se, contraditoriamente, em um contexto de expansão da hegemonia do agronegócio no Brasil: país que se consolida como “espaço luminoso” (SANTOS e SILVEIRA, 2001), agroexportador de *commodities* e outros bens primários, mas reproduz a mazela de se constituir como líder mundial no consumo de agrotóxicos², como um de tantos

² Em 2012, as vendas, em toneladas de produto comercial, alcançou a cifra de 823.226, registrando um crescimento acumulado de 162,32% desde o ano 2000; No mesmo período, o acumulado financeiro referente às comercializações de agrotóxicos aumentou 288,41%, chegando a 9.710 milhões de dólares (Fonte: SINDAG. Elaboração: Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida). Disponível em: <http://www.contraosagrototoxicos.org/index.php/dados>. Acesso em: 04 de novembro de 2014.

outros corolários³ de sua questão agrária. Nessa esteira, uma miríade de atores organizados reivindicam-se protagônicos. Reiteradamente, órgãos públicos no Brasil⁴; movimentos sociais⁵; entidades nacionais ligadas à agricultura familiar⁶; cooperativas e associações de agricultores⁷; organismos multilaterais⁸; empresas ligadas ao mercado de produção⁹, certificação¹⁰ e distribuição¹¹ de alimentos orgânicos; grupos de consumidores; e partidos políticos, têm aludido a determinadas conotações dos conceitos de agroecologia e de produção orgânica como via tangível para equacionar viabilidade econômica, justiça social e sustentabilidade ambiental, malgrado distintas intencionalidades.

A cada incursão nesse circuito, os distintos atores elegem o que há de mais estratégico para prover de robustez seus projetos, suas intencionalidades: ora com forte traço mercadocêntrico¹²; ora apelando para a dimensão/consciência ecológica, para as implicações éticas e referentes à saúde. Por vezes abordam o emblemático tema da desigualdade/injustiça socioambiental; ou mesmo produzem interfaces nas mais variadas direções. Tudo ao mesmo tempo, coexistindo: nichos de mercado; re-existência camponesa;

³ A título de exemplificação, podemos citar como corolários inerentes à atual questão agrária brasileira: a pressão sobre os ecossistemas e a erosão da biodiversidade com a territorialização do agronegócio e de seus organismos laboratorialmente modificados; o “espistemicídio” (SOUZA SANTOS, 2010) dos patrimônios culturais e saberes das populações autóctones; a concentração do poder político representado pelo “Partido da Terra” (CASTILHO, 2012); a crescente “monopolização do território pelo capital” (OLIVEIRA, 2001) e o consequente acirramento da “subordinação da renda da terra ao capital” (MARTINS, 1983) processada pelas tecnologias e lógicas organizativas do modelo corporativo de agricultura; reprimarização da economia como produto da especialização na produção primária e na agroindustrialização para exportação; assassinatos, tentativas de homicídio e reprodução de relações de trabalho em situações análogas à escravidão (CPT); violação de direitos humanos; criminalização e judicialização da luta pela terra, pelo território e pela reforma agrária; desterritorialização camponesa e êxodo urbano nos pequenos municípios; masculinização do campo (ABRAMOVAY, 1992); elevação do preço dos alimentos; nuclearização urbana das escolas do campo etc.

⁴ Ministérios; secretarias de estados e municípios; universidades; e órgãos de pesquisa, assistência técnica e extensão rural.

⁵ Via Campesina Internacional; Movimento Agroecológico da América Latina e do Caribe (MAELA); Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) etc.

⁶ Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA); Centro de Tecnologias Alternativas e Populares (CETAP); Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR); Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA); Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) etc.

⁷ Associação Brasileira de Pecuária Orgânica (ABPO); Associação Brasileira da Avicultura Alternativa (AVAL); Associação dos Agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo/SP e Adrianópolis/PR (COOPERAFORESTA); Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita LTDA (COOPAN/MST); Cooperativa de Sementes Agroecológicas BIONATUR/MST; Cooperativa Mista de Produção, Industrialização e Comercialização de Biocombustíveis do Brasil (COOPERBIO/MPA); Rede Ecovida de Agroecologia, entre outros.

⁸ ONU, FAO e Banco Mundial.

⁹ Native; Korin; Mãe Terra; Swift-Friboi; por exemplo.

¹⁰ IMO-Control; ECOCERT; TECPAR CERT; GEBANA; IBD etc.

¹¹ Feiras livres agroecológicas; atacado, a exemplo do Grupo Horta/Rede Orgânica; varejo, como estabelecimentos especializados (como o setor de orgânicos do mercado público de Curitiba/PR), gôndolas em hipermercados (Walmart, Grupo Pão de Açúcar, Carrefour etc.).

¹² Conforme a International Federation of Organic Agriculture Movements (IFOAM), o mercado mundial de alimentos orgânicos atingiu US\$62,9 bilhões em 2012, representando aumento de US\$4 bilhões em relação ao ano anterior. Disponível em <<http://www.organicsonet.com.br/2013/04/ifoam-organicos-em-pleno-crescimento/>>. Acesso em 21 de janeiro de 2015. Segundo levantamentos do Projeto Organics Brasil, que tomou como base o faturamento de 2013, análises com órgãos de varejo e acompanhamento de grandes redes, as estimativas indicavam que o mercado de produtos orgânicos no Brasil deveria crescer em torno de 35% no ano de 2014 - contra os 22% de 2013 - chegando a cifra de R\$ 2 bilhões. Disponível em <<http://sna.agr.br/mercado-brasileiro-de-organicos-deve-atingir-35-de-crescimento-em-2014/>>. Acesso em 21 de janeiro de 2015.

produção *gourmet*; Segurança e Soberania Alimentar; *Fast Food* e *Slow Food*; reforma agrária; agrofloresta; justiça ambiental; política agrária/agrícola; agronegócio; direitos dos povos originários e comunidades tradicionais; Plano Camponês; cosmovisão indígena; mudança climática global; educação rural e do campo; Plataforma Operária e Camponesa para Energia; bio(agro)combustíveis; permacultura; transgenia/terminator; tecnologia apropriada; sistema mundo moderno-colonial...

Por conta disso, a vastidão de ruídos e a confusão de percepção se expressam, por exemplo: (a) no encobrimento, sob a tutela da agroecologia, de outras correntes de agricultura sustentável/alternativa, menos “populares”, como a biológica, a natural, os Sistemas Agroflorestais; (b) na redução de patrimônios culturais decantados (indígena, agroextrativista, quilombola etc.), modos de vida complexos, historicamente constituídos, aos rótulos de “agricultores alternativos”; e (c) nas múltiplas tentativas de hibridação entre agroecologia e produção orgânica, como operado pela Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO, 2012).

Contraditoriamente, a chamada “agricultura sustentável” pode apresentar-se como verdadeiro baluarte da luta anticapitalista, na medida em que fortalece a autonomia relativa dos agricultores na disputa territorial contra o agronegócio e permite a politização da ecologia pelo alimento. Por outro lado, pode reforçar o que há de mais avançado em termos de “desenvolvimento sustentável” do capital, explorando as potencialidades de sua fisionomia “verde”, “orgânica”, o que demonstra a excepcional capacidade resiliente do sistema produtor de mercadorias.

De todo modo, fato é que a questão agrária atualiza-se diariamente, é acirrada e avança em amplitude e complexidade. Envolve tudo e a todos: quem vê e quem não vê, quem sabe e quem não sabe (FERNANDES, 2005). As práticas e os apelos por “uma” agricultura sustentável não estão descolados de seus respectivos conteúdos de classe, pois são produtos de territorialidades e projetos em disputa. Portanto, essa realidade contraditória espelha os “novos” elementos da questão agrária no século XXI e exige olhares apurados de todos (intelectuais, gestores, agricultores, lideranças, consumidores...).

Nessa seara, é oferecida, a seguir, uma leitura geográfica da agroecologia. De modo mais específico, expõe-se como o território é central no agir insurgente de agricultores e entidades por formas de produzir que reproduzam modos de vida com relativa sustentabilidade nas múltiplas dimensões (ecológica, econômica, política e cultural). As questões aqui apresentadas são oriundas de reflexões teóricas derivadas da tese de doutorado em geografia intitulada “*Transformando Terra em Território: construção e dinâmica do Sistema Local Territorial Agroecológico em Francisco Beltrão/PR*”, defendida em 2014.

Naquela tese, analisou-se, à luz de experiências produtivas e organizativas a partir de um Sistema Local Territorial agroecológico situado em Francisco Beltrão, Sudoeste paranaense, como a luta pela agroecologia têm agregado novos conteúdos à questão agrária no século XXI, entre eles a politização da ecologia através do alimento, o renovado interesse pelos arranjos ecológicos de produção como estratégia de enfrentamento ao capital e a capacidade de re-existência dos camponeses que praticam agroecologia diante das profundas transformações do campo. De antemão, verifica-se que os camponeses não farão sozinhos a revolução agroecológica. Seus legados; as maneiras pelas quais enfrentam com inventividade as crises e encontram maneiras de viver sendo camponeses; as formas com que se apropriam do espaço, disputam-no e edificam seus territórios reproduzindo seus modos de vida e não o da acumulação, como sustenta Shanin (2008), são aprendizados essenciais aos que, na academia, identificam-se com um projeto de modernidade popular, como se refere Carvalho (2010).

Agroecologia e re-existência camponesa: a ativação de territorialidades nos enfrentamentos aos processos de monopolização do território pelo capital

Como normalmente abordado na Geografia, o território é uma construção social a partir do espaço e pressupõe a constante reprodução de relações de poder pelos seus múltiplos atores sintagmáticos (RAFFESTIN, 1993). Portanto, é projeção espacial das relações de poder (SOUZA, 1996 e 2013), seja por intermédio dos Estados, das empresas, dos trabalhadores ou de outros grupos sociais. Em diferentes momentos históricos o território é prenhe de intencionalidades específicas, as quais materializam-se, ganham expressão geográfica na construção e organização de arranjos particulares. Cada território congrega “um” projeto, isto é, um conjunto de estratégias delimitadas pelas intencionalidades hegemônicas em dado período e recorte que objetivam viabilizar material e simbolicamente determinados usos. Como ressaltam Santos e Silveira (2001), em uma abordagem geográfica do território, “[...] devemos levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política” (p. 247).

O agronegócio, por exemplo, tem edificado seus territórios, redefinindo valorativamente cada porção do espaço como um gradiente, segundo as vantagens comparativas que estes oferecem em âmbito da divisão territorial e internacional do trabalho. Dessa forma, a apropriação material do espaço também efetiva-se no plano simbólico, quando regiões inteiras passam a assumir a identidade de suas especializações produtivas e funcionais: território da soja, território da cana-de-açúcar, território da

avicultura, território da laranja, território do “reflorestamento” (leia-se dos monocultivos arbóreos, como frisa Hirt, 2009).

No modelo de desenvolvimento do agronegócio cada arranjo territorial funciona em cooperação com os demais, consubstanciando poderosas redes de “solidariedade organizacional” (SANTOS e SILVEIRA, 2001). Porém, tal solidariedade organizacional, em geral, não se realiza mantendo vínculos de “solidariedade orgânica” aos lugares, aos biomas e às “ecologias de saberes” (SOUSA SANTOS, 2010) pré-existentes. O agronegócio territorializa-se via “intencionalidades alienígenas e alienantes” (SANTOS e SILVEIRA, 2001), artificializa os processos produtivos e simplifica contundentemente os agroecossistemas ao reinventar os lugares desde a imagem e semelhança do capital.

No campo, por mais que o capital tenha buscado forjar uma fisionomia verde através do agronegócio orgânico, não podemos esquecer que um capitalismo sustentável é um capitalismo sempre em expansão (O’CONNOR, 2002), portanto, um “sistema sociometabólico” (THOMAZ JÚNIOR, 2002; MÉSZÁROS, 2002) que reproduz, necessariamente, a exploração do trabalhador e a espoliação da natureza, ampliadamente (PORTO-GONÇALVES, 2004). Por conta disso, a agricultura orgânica evolui apenas nos interstícios da agricultura convencional, atrelada a demandas *gourmet* e a nichos de mercado de considerável poder aquisitivo, pois a real capacidade competitiva da agricultura química está pautada em sua importante capacidade técnica (e política) de extrair mais-valia, subordinar a renda da terra ao capital e explorar os recursos naturais.

Reiteramos: cada território congrega “um” projeto. As aspas indicam a necessária tarefa de desvelar o território e adentrar em suas intencionalidades, de fugir de sua apreensão mais banal de descrição dos objetos geográficos e das ações mais aparentes que o anima e conformam as paisagens hegemônicas. É preciso ir mais além e investigar as “fissuras” (HOLLOWAY, 2013) no território, isto é, as outras possibilidades de apropriação social do espaço pelas múltiplas relações de poder que compõe cada território, as quais podem levar à inclusão, ao estabelecimento de horizontalidades e à comportamentos de equilíbrio com o mundo físico.

Ao focarmos nossas lentes para as “fissuras”, podemos desconstruir a fisionomia aparentemente “monolítica” do território, como os atores hegemônicos querem fazê-lo transparecer, e pôr em evidência os desajustes, os desacordos, as contradições e os múltiplos projetos em disputa. Vistas sob tal ótica, as ações de fomento à agroecologia são balizadas por projetos promotores de fissuras nos espaços de desacordos com o agronegócio. Instalam-se nesses espaços e, munidas das mais variadas estratégias, apropriam-se deles e os disputam permanentemente. As famílias agricultoras, no tocante a suas práticas agroecológicas, resistem às estreitezas engendradas pelo capital para que

não continuem sendo camponesas e constroem, cotidianamente e com criatividade, novas formas de existência, ressignificando suas ações nas dimensões técnico-produtiva, política, cultural e ecológica. A esses processos concomitantes de resistência e de produção de novas condições de existência desenvolvidos pelos camponeses, denominamos, referenciados em Porto-Gonçalves (2004), de re-existência camponesa.

No enfrentamento ao capital o campesinato resiste e promove suas políticas de existência, por meio das práticas agroecológicas. O existir em ambientes de conflitualidade hegemonizados pelo agronegócio é, ao mesmo tempo, resistir e produzir novos sentidos e estratégias para a existência: é, portanto, re-existência. O sentido de re-existência atrelado às práticas agroecológicas dá-nos nota do conteúdo dialético da questão agrária e do campesinato. Não há um sentido unilinear para o campo. Há sujeitos, projetos e, consequentemente, territórios e territorialidades em disputa. Contudo, com certos contornos, há um projeto do capital que impera sobre os lugares redefinindo paisagens com base na uniformização da técnica, na “ideologia da terra limpa” (PACHECO, 2004) e em relações sociais que subordinam territórios e trabalhadores à dinâmica da acumulação.

Ao longo da história, camponeses e camponesas aprimoraram suas práticas agrícolas (MAZOYER e ROUDART, 2010), de produção e de vida, introduzindo periodicamente novos nexos (e resistindo a tantos outros) ao exercício de suas territorialidades para continuarem existindo em contextos de importantes transformações. A história das agriculturas alternativas é resultante dessa prática e política camponesa em movimento. Não podemos esquecer, porém, que se trata de uma história e de um movimento marginalizados.

As estratégias de re-existência camponesa, colocadas em curso com a agroecologia, têm forte conotação territorial. Seu eixo transversal baseia-se nos processos de “ativação de territorialidades”, como demonstramos em Eduardo (2014), ou seja, os mecanismos de superação da “territorialidade passiva” (DEMATTEIS e GOVERNA, 2005; DEMATTEIS, 2008), subordinada ao agronegócio.

Deste modo, assenta-se, progressivamente, uma concepção de territorialidade como componente geográfico chave para compreender como a sociedade e o espaço estão intimamente unidos. É esta concepção *relacional* da territorialização que constitui a expressão geográfica do exercício do poder, um poder que se expressa territorialmente e pode ser direcionado ao controle do local ou a sua autonomia (DEMATTEIS e GOVERNA, 2005, p. 43, *itálico no original, tradução nossa*).

Consoante Dematteis e Governa (2005), a territorialidade não se configura como o mero resultado do comportamento humano sobre o território. Ela tem a ver com o *processo de construção de tal comportamento*: o conjunto de práticas e conhecimentos dos sujeitos

sociais em relação à realidade material, a síntese das relações mantidas entre atores e o território etc.

Na construção das formas passivas de territorialidade, com efeito, os atores têm seus comportamentos pré-definidos e estão sujeitados a estruturas de controle baseadas em acordos sinérgicos às expectativas da exterioridade (a exemplo da avicultura moderna integrada e do complexo da soja). *Esses atores não desenvolvem seus projetos* e, por isso, não articulam formas de desenvolvimento local/territorial com maior autonomia, como se espera nas formas ativas de territorialidade, expressas nas práticas agroecológicas.

Sob a égide do modelo de desenvolvimento do agronegócio, a territorialidade passiva do campesinato é resultado do forte grau de “monopolização do território pelo capital” (OLIVEIRA, 2001). Tal projeto é alicerçado na subalternidade técnica à agricultura corporativa, aos contratos assimétricos de integração às agroindústrias, a subordinação do campesinato ao capital financeiro e ao mercado, além das mediações políticas e institucionais que implementam políticas públicas e dirigem recursos ao encontro de determinada concepção sobre o campo, “globalitária” (SANTOS, 2000). Portanto, o poder do agronegócio está “diluído” na técnica que intenciona “dominar” e artificializar a natureza; nos circuitos produtivos espaciais que mobilizam objetos geográficos, recursos e relações sociais sob a intencionalidade das transnacionais; nas políticas de desenvolvimento setoriais; no “domínio do conhecimento” via propriedade intelectual e a produção de novos saberes pelos seus *experts* etc.

As inovações da agricultura corporativa orientam-se pelo projeto de dominação do homem e da natureza através da dominação do espaço (por intermédio da concentração da terra e do monopólio da técnica) e garantem as condições para a reprodução ampliada do capital. Por outro lado, com a agroecologia, os camponeses trabalham nos limites de suas próprias forças e avançam na direção da “construção de autonomias relativas ao capital” (CARVALHO, 2010). Dessa forma, ativam territorialidades através da luta pelo e no território, ao pautarem a reforma agrária¹³, o desenvolvimento de políticas e tecnologias apropriadas, ao encurtarem circuitos de comercialização, estabelecerem redes de solidariedade orgânica nas várias escalas e reconectarem-se, homens e mulheres, aos seus agroecossistemas.

¹³ Na carta política do III ENA (Encontro Nacional de Agroecologia), são feitas as seguintes referências à reforma agrária: “Consideramos que não há agroecologia sem a democratização da terra pela reforma agrária e sem o reconhecimento dos territórios dos povos indígenas e comunidades tradicionais” (p. 04). “A luta pela Reforma Agrária se mantém. A desapropriação dos latifúndios se faz necessária para estancar a violência no campo e democratizar o acesso à terra aos trabalhadores e trabalhadoras do campo. Defendemos um amplo programa de estímulo ao cooperativismo e à agroindustrialização associado à promoção da agroecologia nos assentamentos onde, frequentemente, as infraestruturas, as condições de escoamento da produção e de educação são incipientes” (III ENA, 2014, p. 05).

Ativação de territorialidades no nanoterritório: a unidade de produção e de vida camponesa é uma das mais notórias escalas de referência para o processo de ativação de territorialidades por meio da agroecologia. Erige-se como um trunfo a esses *atores sintagmáticos*, pois congrega importantes condições materiais e cognitivas que permitem a ruptura com a territorialidade passiva ao agronegócio e o vir a ser como *lôcus* da experimentação das técnicas e dos manejos ecológicos de produção e das novas lógicas internas de organização do trabalho pela família. A transição agroecológica inicia-se efetivamente nessa primeira escala de apropriação do espaço, no “nanoterritório” (SOUZA, 2010), onde a família camponesa empreende “energia e informação” (RAFFESTIN, 1993) para projetar espacialmente novas relações de poder, que permitam a apropriação e a gestão dos recursos de seu nanoterritório com maior grau de autonomia relativa. Sob essas condições, os camponeses podem desenvolver seus projetos, rompendo com as estruturas de controle pré-existentes.

Em nossa pesquisa de doutoramento, de posse de roteiros semiestruturados de entrevistas, realizamos a seguinte pergunta para agricultores vinculados à Associação das Agricultoras e Agricultores Ecológicos de Francisco Beltrão/PR: o que é necessário fazer para a agroecologia crescer? Um casal fez as seguintes considerações: “[...] Para você fazer a agroecologia crescer, você tem que fazer a cabeça das pessoas. Tem gente que pergunta: como você faz para mudar? Eu digo, é mudando [...]”. (FRANCISCO, 2011). “[...] Força de vontade. Primeira coisa, limpar a cabeça do veneno. Se você não muda sua cabeça jamais vai mudar sua maneira de trabalhar [...]”. (ISABEL, 2011). No primeiro fragmento, é nítida a importância atribuída pelo entrevistado ao exercício da prática. É justamente no contexto da experimentação que as mudanças vão se processando.



Figura 1: Mapa mental elaborado por um dos filhos da família do Sr. Francisco e da Sra. Isabel, 2011. Destaque para a diversidade produtiva expressa na representação da unidade de produção agroecológica. Antes, onde predominava a monocultura de milho, atualmente é mesclada agricultura e pecuária; culturas de subsistência e de interesse comercial, conjuntamente com práticas de proteção ambiental (reflorestamento, mata ciliar, reserva/pousio e mucuna/adubação verde).

Diante das dificuldades, a família reforçou a importância da “cabeça”, tanto no sentido de “limpá-la do veneno”, descolonizando-a dos valores e formas de pensar do agronegócio, como no de manter a “força de vontade” para levar adiante a prática agroecológica, mesmo com o desincentivo de vizinhos e de familiares, como ocorreu no caso estudado. Outros dois depoimentos, vindos de agricultores que praticam agroecologia há mais de 20 anos, ao fazerem referência aos processos de construção de autonomia alcançada com a agroecologia, assim salientam: “[...] na agricultura convencional, na integração, quem produz, ele desaparece como um ser social: é um produto da Seara, da Sadia ou da Perdigão e quem produz desaparece” (PEDRO, 2011).

Eu acho que assim, a gente caminha com as pernas da gente. A gente vê o ponto de vista da gente na produção e faz, não precisa ficar no pacotão, né. Na produção química vem o técnico, diz que tem que ser assim, o cara só obedece. Então a gente é mais livre quanto a isso também, se sente mais à vontade (SEBASTIÃO, 2011).

Ambos depoimentos demarcam a conflitualidade inerente à subordinação do trabalho, do pensar e do fazer ao capital. Em ambientes hegemônicos pelo agronegócio, saberes e técnicas territorializam-se imperando sobre os lugares e conhecimentos precedentes. O “desaparecimento de quem produz” e de seu “ponto de vista” são característicos dessas relações de subalternidade, geradoras de territorialidades passivas. Por outro lado, o desacordo com esses mecanismos cria um ponto de ruptura no qual estratégias de ativação de territorialidades vão sendo forjadas desde o nanoterritório. Dentre as estratégias nos âmbitos da produção e do manejo agroecológicos que identificamos, destacavam-se: uso de sementes crioulas; adubação com esterco orgânico; adubação verde; rotação de culturas; rotação de áreas; reflorestamento; cordões vegetais; cobertura do solo com restos de produção; compostagem; consórcio; preparados (macerados, caldas, biofertilizantes, biorepelentes etc.); estufas e sombrites; capina; produção irrigada de hortaliças; piqueteamento de potreiro; silagem do milho; homeopatia e fitoterápicos para os rebanhos bovinos; agroindustrialização artesanal (doces, conservas, açúcar mascavo, queijos, leite, mel, massas, pães e bolachas), venda direta e produção para o consumo interno.

Potencialização das territorialidades ativadas nas relações de vizinhança: a produção de rupturas com o modelo agroquímico efetiva-se paralelamente à construção de novas interações com o entorno, que extrapolam a escala da ação contestadora no nanoterritório. No que concerne ao fomento às práticas agroecológicas, as novas relações estabelecidas entre os agricultores ecológicos e espacialmente próximos desempenham uma dupla função: 1) os agricultores mais experientes passam a ser encarados como

referências concretas nos quesitos produção, organização e intercâmbio de saberes; e 2) o estreitamento das interações convergem para as práticas da reciprocidade e do apoio mútuo e, com elas, para o estabelecimento de liames, de continuidades entre as territorialidades da divergência com o agronegócio. “O primeiro passo foi o vizinho. Deram o empurrãozinho inicial, como se diz, né. A outra parte foi a vontade de você querer mudar. Se você não quiser mudar, não adianta o empurrão dos outros” (FRANCISCO, 2011).

[Optei pela agroecologia] pra ser uma pessoa que tem autonomia. Dono do negócio que você produz. O nosso vizinho falou que se eu fizesse agroecologia eu teria, a primeira coisa, o autoconsumo, não só na agroecologia, acho que todo produtor deve ter o autoconsumo, a produção, o básico você tirar aqui da tua propriedade. Você vai buscar fora a mínima coisa. Por isso foi nossa opção, produzindo na agroecologia, você tem um produto mais limpo. Você sabe o que está consumindo (FRANCISCO, 2011).

Aqui na comunidade fui muito discriminada por causa dessa agroecologia. A gente saía em reunião, passei no vizinho de lá e ele estava na roça lavrando na beira do caminho, eu estava voltando de uma reunião, [...] ele estava arando, e eu: boa tarde, está bom de lavrá? Boa tarde pra vagabundo que anda atrás de reunião, de agroecologia, agora pra quem está no torrente no arado não é boa tarde. Tá bom, tchau, fui embora. [...] Hoje ele diz assim: se eu preciso de alguma coisa vou lá na tia Oda que a tia Oda tem. Mas é um senhor de idade, de oitenta e poucos anos. Mas a tia Oda não perde tempo, né tia Oda? Mas eu não desaforo, não levo a mal, não largo as indiretas pra ele porque é falta de educação. Ele é bem mais velho. Mas nós fomos muito discriminado. [...] Cada um fala o que quer, ouve o que não quer, mas eu não me arrependo. Me lembro às vezes que a gente saía, com sol, com chuva, ia em reunião: tivesse ficado em casa trabalhando pelo menos dois pés de milho tinha plantado. Não to pedindo nada pra ninguém (ODETE, 2011).

“Cuando el campesino ve, hace fe”, é o lema do “Movimiento Campesino a Campesino” da Associação Nacional de Agricultores Pequenos (ANAP) de Cuba. A metodologia do movimento, com ações difundidas em vários países da América Central, centra-se na facilitação de práticas de troca de experiências diretas entre agricultores com a intenção de fomentar a transição agroecológica, ou como sugere o próprio movimento, a “revolução agroecológica” (HOLT-GIMÉNEZ, 2008).

Em um contexto de crise, pela relação de proximidade, a família do Sr. Francisco avaliou suas práticas à luz da experiência agroecológica de seus vizinhos, a família do Sr. Sebastião, produtores agroecológicos consolidados. Enquanto no sistema convencional, na monocultura, afetados por um contexto de condições meteorológicas desfavoráveis, o grau de resiliência econômica da unidade de produção mostrou-se deficitário, na unidade orientada pelo sistema agroecológico, a combinação de diversas atividades, associadas à estratégia de otimização da autonomia nas dinâmicas produtivas (utilização de insumos

próprios, produção conduzida sem acessar financiamentos etc.), garantiu o equilíbrio da situação financeira da família.

Na unidade da família do Sr. Sebastião, a produção para consumo interno ocupa lugar de destaque, aliado à produção de queijos orgânicos certificados pela Rede Ecovida de Agroecologia. O processo de transição agroecológica da família do Sr. Francisco deflagrou-se quando compararam sua situação de vulnerabilidade às vantagens da experiência próxima: “com a seca eu vi que eles tiveram lucro igual, tiveram dinheiro, não colheram milho suficiente, mas tiveram dinheiro pra comprar fora e eu não tinha dinheiro e tive prejuízo ainda. Isso que é a diferença grande” (FRANCISCO, 2011). Inicialmente, buscaram o aprendizado para o trabalho com agroecologia com o vizinho, assimilando experiências e transpondo-as conforme as condições de força de trabalho da família e as potencialidades da unidade de produção.

Por sua vez, o depoimento da Sra. Odete ilustra outro elemento crucial de muitas experiências de transição agroecológica: as mudanças na territorialidade que sinalizam rupturas produtivas com o agronegócio manifestam-se, igualmente, em alterações nas dinâmicas de sociabilidade com os vizinhos. As diferenças de percepção sobre o campo e as novas relações de solidariedade orgânica estabelecidas entre os produtores agroecológicos expõem as conflitualidades com o agronegócio das mais variadas formas: no caso, manifestada no modo áspero de tratamento auferido pelo produtor convencional, objetivo e subjetivamente, vetor da territorialização do capital no campo. Como corrobora a Sra. Isabel (2011), “os assuntos também não batem, não fecham falar de agroecologia e de convencional ao mesmo tempo, as cabeças pensam diferente”.

Do começo até agora você perde um vizinho, mas ganha outro. Uns quantos vizinhos meus se afastaram porque eu entrei na agroecologia. Trabalhar orgânico é sofrido, não sei o quê, não sei o quê, somos atrasados, isso é coisa do tempo passado, somos do tempo antigo, eles dizem. Agora aquetaram um pouco porque viram que dá resultado. Eles queriam dizer que éramos pessoas que não acompanhava a tecnologia, não evoluímos. Uns quantos vizinhos meus nem vem mais em casa. Mas outros que eu admiro, o [Sebastião], vem aqui (FRANCISCO, 2011).

Ativação de territorialidades e a construção do Sistema Local Territorial (SLOT) Agroecológico: gradativamente, o estabelecimento de continuidades nas práticas de reciprocidade agroecológica e de apoio mútuo amplia-se em escala. No mesmo movimento de mudanças no nanoterritório e nas relações de vizinhança, os SLOTS (DEMATTEIS, 2008) agroecológicos vão sendo formatados, principalmente na escala municipal. Em Francisco Beltrão, o SLOT agroecológico tem se constituído como um catalisador desse modo de enfrentamento à territorialidade do agronegócio em razão do

estreitamento da rede local de sujeitos. Por sua vez, esta é composta por agricultores (organizados em cooperativas de produção e associação de produtores), entidades de apoio (ONGs, sindicatos e movimentos sociais), organizações públicas (Instituições de Ensino Superior, órgãos de ATER e poder público municipal), cooperativas (crédito, assistência técnica, produção e comercialização) e consumidores (nos circuitos de venda direta: na unidade de produção, na feira-livre agroecológica, nos domicílios e em estabelecimentos como padarias, supermercados e restaurantes).

Como nos ensina Dematteis (2008), um SLOT se caracteriza pela reprodução cotidiana de relações *vis-à-vis* entre a rede local de sujeitos. Portanto, a proximidade espacial é um condicionante fundamental para as dinâmicas de interpessoalidade/intersubjetividade. Por permitir o diálogo e a ação direta e sustentar-se pela sensorialidade, torna-se uma arena privilegiada de desenvolvimento dos projetos agroecológicos. Por quais meios?

- *Entre as famílias que praticam agroecologia localmente:* a) pelo compartilhamento de experiências produtivas; b) na troca de sementes e de dias de trabalho (com a limpeza da roça, silagem do milho para alimentação animal no inverno, descasque de legumes, limpeza de vidros de conserva etc.); c) cooperação na produção (a exemplo da queijaria Natuvida, composta por quatro famílias agroecologistas); d) cooperação na circulação da produção (consoante práticas de reciprocidade entre os agricultores feirantes); e) estabelecimento de relações de horizontalidade e mecanismos de não competitividade na dinâmica da feira livre agroecológica; f) na articulação política local pela Associação das Agricultoras e Agricultores Ecológicos de Francisco Beltrão; g) na dinâmica participativa de certificação da conformidade orgânica que parte da própria Associação (nó local da Rede Ecovida de Agroecologia); h) aquisição de alimentos que não são produzidos na unidade, através da compra e venda entre os integrantes da Associação das Agricultoras e Agricultores Ecológicos de Francisco Beltrão e outros agricultores do Núcleo Sudoeste paranaense, da Rede Ecovida de Agroecologia.
- *Por parte das entidades de apoio:* no caso de Francisco Beltrão, as principais entidades apoiadoras são a ASSESOAR (Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural) e o CAPA (Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor), as quais juntas: a) coordenam regionalmente os processos de certificação participativa da Rede Ecovida de Agroecologia (Núcleo Sudoeste paranaense); b) oportunizam espaços de formação técnica e política; c) assessoram experiências produtivas com metodologias individuais e coletivas; d) coordenam o “Banco da Agrobiodiversidade e de Tecnologias

Ecológicas¹⁴; e) oferecem momentos de intercâmbio (como no caso das festas das sementes e das visitas *in loco* das experiências que são referências regionais); f) inserem-se em projetos e debates sobre a educação básica e do campo; g) na condição de membros, participam do Grupo Gestor do Território Sudoeste do Paraná (GGETESPA); e h) constroem territorialidades-rede com outras organizações de apoio no Brasil e internacionalmente. No Brasil, ONGs progressistas como a ASSESOAR (1966) e o CAPA (1978), entre tantas outras, atreladas às igrejas católica, evangélica e protestante, historicamente tiveram uma contribuição singular no fomento a um conjunto de práticas e atitudes que mais tarde convencionou-se chamar por “agroecologia”. Somente pós-anos 2000 que o tema da agroecologia avança mais sistematicamente na agenda de movimentos sociais de representação nacional, como o MST (Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), o MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores) e o MMC (Movimento das Mulheres Camponesas), iniciando uma nova etapa de politização dos debates sobre a questão agrária e as políticas públicas de desenvolvimento territorial à luz da importância do campesinato e da reforma agrária na promoção da soberania alimentar, isto é, na produção de alimentos saudáveis e de elevado teor nutricional visando à soberania dos países e o interesse da classe trabalhadora, associado à inclusão social, à valorização da cultura camponesa e à proteção ambiental.

- *Via organizações públicas*: há um “vácuo” deixado pela desassistência das políticas públicas em áreas estratégicas para o desenvolvimento da agroecologia, como na assistência técnica, na extensão, na pesquisa e nas políticas de crédito e, como derivação, ocorre o baixo incremento tecnológico na produção, as estruturas precárias de comercialização, a implementação dos sistemas agroecológicos pelas famílias na base da “tentativa e erro” e as incertezas quanto à continuidade dos mais jovens na atividade. Os canais institucionais de comercialização, como o PAA e o PNAE, salvo exceções, eram acessados esporadicamente devido ao baixo volume de produção, sendo a feira livre agroecológica e as vendas a domicílio os circuitos consolidados e privilegiados de comercialização. No entanto, tais programas se constituem como potenciais políticas emancipatórias¹⁵, por intermédio das quais os camponeses

¹⁴ Catálogo disponível no site da ASSESOAR, atualizado periodicamente, produto do esforço coletivo das organizações do Sudoeste paranaense pela manutenção e aprimoramento da agrobiodiversidade (sementes crioulas e tecnologias ecológicas) e da troca de informações. Disponível em: <http://assesoar.org.br/?page_id=323>. Acesso em: 05 de setembro de 2013.

¹⁵ Conferir a publicação: “Mercado Institucional: avaliação de programas no Brasil”, 2014. Disponível em: http://mst.org.br/sites/default/files/Mercado%20Institucional%20Avalia%C3%A7%C3%A3o%20de%20programas%20no%20Brasil_1.pdf. Acesso em: 27 de novembro de 2014.

conseguem desenvolver seus projetos, diferentemente das políticas de subalternidade, desenhadas para o agronegócio e que objetivam a monopolização do território pelo capital. A construção de políticas emancipatórias, explica Fernandes (2013) “[...] fortalece a compreensão da luta contra a hegemonia. É uma forma de resistência na luta anticapitalista e um território para avançar na constituição de uma sociedade democrática e menos desigual” (p. 23). Durante nossa pesquisa (2010-2014), os efeitos da PNAPO (2012) não se fizeram presentes. A participação das organizações públicas no fomento à agroecologia, como a EMATER-PR e a Secretaria de Desenvolvimento Rural de Francisco Beltrão resumiam-se a intervenções extremamente pontuais (gestão do Selo de Inspeção Municipal; doação de sêmen; empréstimo de pasteurizador de leite em regime de comodato; e assistência técnica insuficiente às agroindústrias familiares). Há descontinuidades no agir combinado entre os distintos atores representantes de entidades e organizações governamentais que compõem a rede local de sujeitos do SLOT agroecológico de Francisco Beltrão: é notável a concomitância de dois circuitos que pouco interagem. Um deles é formado pela ASSESOAR, pela Rede Ecovida de Agroecologia, pela Associação das Agricultoras e Agricultores Ecológicos de Francisco Beltrão, pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais e pela CRESOL (Cooperativa Central de Crédito Rural com Interação Solidária); outro circuito compreende a EMATER-PR (Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural), a Secretaria de Desenvolvimento Rural de Francisco Beltrão e a UNIOESTE. Isso leva-nos a reafirmar o caráter contraditório e conflitual, próprio da constituição do território como produto relacional. Um sistema territorial nem sempre é coeso e dotado de linearidade, mesmo na escala local, onde se supõe maior facilidade da interpessoalidade. Não podemos apreender um SLOT como um sistema que funciona homogênea e sinergicamente, mas como uma metodologia que procura possibilidades de interação e de estabelecimento de continuidades em prol de objetivos comuns, por meio do estudo das ações e das leituras do agir conflitual dos atores. No caso do SLOT agroecológico estudado, mesmo as leituras do agir conflitual potencializando a aproximação dos atores no fomento à agroecologia (todos reconhecem a importância da agroecologia para a produção de alimentos saudáveis e para o fortalecimento do circuito econômico local e reconhecem os principais gargalos para sua expansão), as descontinuidades existentes são acirradas em decorrência da ausência de políticas públicas estruturantes para agroecologia, repercutindo-se na pífia atuação e integração da EMATER-PR e da prefeitura municipal no SLOT e na pouca capacidade de impactar a realidade de fragilidade das práticas agroecológicas pela STR, pela CRESOL e as demais entidades. A UNIOESTE (Universidade Estadual do Oeste do Paraná) foi a única organização

pública que figurou no rol das organizações apoiadoras, especialmente pelos projetos de pesquisa e de extensão recentemente desenvolvidos junto às famílias agroecologistas, com destaque para atuação de pesquisadores do Grupo de Estudos Territoriais (GETERR).

- *Através das relações entre produtores e consumidores de alimentos orgânicos:* viabilizada pela agroecologia, a reconexão dos agricultores com a terra, recursos, dinâmicas naturais e os meios de produção em seus nanoterritórios evolui galgando outras (re)conexões. Como vimos, um SLOT agroecológico é um feixe multidimensional e multilinear de relações territorializadas, de reconexões e de novas conexões ambicionando dar vazão a projetos e vontades em comum. A construção não capitalista dos mercados e a reconexão entre produtores e consumidores são estratégias-desafios cruciais para o progresso da re-existência camponesa pela agroecologia. Os mercados institucionais colocam-se nessa direção, assim como os formatos de venda direta (feira livre; venda na unidade de produção e nos domicílios e estabelecimentos locais-regionais). Ao passo que encurtam os circuitos espaciais de produção e de venda, elevando a eficiência energética e a qualidade nutricional dos alimentos sem o convencional “vai e vem” da mercadoria do comércio convencional, as famílias apropriam-se integralmente dos produtos do trabalho ao livrarem-se dos intermediários e da agroindústria capitalista (podendo praticar preços acessíveis aos trabalhadores). Isto, além de estimularem o desenvolvimento de relações de confiança ao estabelecerem vínculos orgânicos entre quem produz e quem compra ou se alimenta, seja na comercialização direta ou nos processos participativos de certificação, como ocorre sob a tutela da Rede Ecovida de Agroecologia, onde os consumidores são convidados a conferir as experiências produtivas e a compor formalmente os grupos de trabalho nas avaliações de conformidade orgânica.

Ativação de territorialidades em rede nas escalas extra-locais: com a agroecologia o campesinato tem superado o estereótipo de ser um sujeito que se agarra ao seu quinhão de terra e nele, com sua família e seus poucos recursos, resiste ao ímpeto modernizante. Conforme evolui na agenda a agroecologia, aumenta o interesse dos diversos setores da sociedade pelos camponeses e seus distintos modos de produzir e reproduzir a vida com inventividade. Assim, desde o “*subsuelo político*” (TAPIA, 2008), acadêmicos, pesquisadores, extensionistas, políticos, gestores, lideranças sociais, agricultores e consumidores urbanos têm, paulatinamente, estreitado vínculos entre si com o afã de provocarem a tensão necessária para a estruturação de outros projetos de

desenvolvimento, imbricando campo e a cidade na luta pelo alimento e pelo meio ambiente saudáveis. O próprio axioma modernizante associado à imagem hegemônica do agronegócio é objeto de contundentes críticas, haja vista o caráter unilinear intrínseco ao pensamento monocultural (destruindo o que Boaventura de Sousa Santos denominou por “ecologias de saberes”) e o lastro de colonialidade que a técnica totalitária e suas relações de poder engendram mundialmente, natureza contraditória do “sistema mundo moderno-colonial” (QUIJANO, 2005; PORTO-GONÇALVES, 2006; PORTO-GONÇALVES e HAESBAERT, 2006) do qual o agronegócio¹⁶ é um dos pilares de sustentação.

Com a agroecologia, os camponeses re-existem continuamente e conservam como essência sua característica histórica de produzir reproduzindo seus modos de vida e não o da acumulação. Também incrementam suas estratégias de existência ao politizarem o território e a ecologia e ao estabelecerem continuidades de apoio mútuo nas territorialidades-rede. Assim, galgam êxitos na construção de autonomias relativas ao capital.

A constituição de redes inicia-se nos Sistemas Locais Territoriais, na articulação de agricultores agroecológicos entre si e com as organizações locais de apoio e os consumidores urbanos. Do SLOT os liames vão se conformando nas diversas escalas, produzindo condições para que os diversos *atores sintagmáticos* interajam em âmbito das territorialidades-rede e retroalimentem os projetos e lutas locais. Por exemplo, no SLOT agroecológico de Francisco Beltrão a Associação das Agricultoras e Agricultores Ecológicos de Francisco Beltrão, a ASSESOAR, o CAPA e a UNIOESTE são as principais organizações viabilizadoras de ligações com a exterioridade sinalizando a dinamização da agroecologia.

A Associação das Agricultoras e Agricultores Ecológicos de Francisco Beltrão é uma rede local importante por estreitar vínculos nas dimensões da economia (produção e comercialização) e da política com os consumidores do município, com outras organizações de agricultores agroecológicos regionais e com as entidades de apoio supracitadas. A ASSESOAR e o CAPA, doravante, por assessorarem experiências produtivo-organizativas locais e articularem grupos de agricultores agroecológicos e organizações de apoio nas escalas **a)** da mesorregião Sudoeste do Paraná e no Sul do Brasil: via cooperativas; FETRAF-Sul; IES; Escolas Públicas de Ensino Básico; Rede Ecovida de Agroecologia; fóruns regionais, sub-regionais e municipais das entidades da agricultura familiar; e pelo fórum intergovernamental de entidades do Território do Sudoeste do Paraná; **b)** do território

¹⁶ Como oportunamente destaca Porto-Gonçalves (2006), “[...] esse modelo agrário-agrícola, que se apresenta como o que há de mais moderno, sobretudo por sua capacidade produtiva, na verdade, atualiza o que há de mais antigo e colonial em termos de padrão de poder ao estabelecer uma forte aliança oligárquica entre 1. As grandes corporações financeiras internacionais, 2. As grandes indústrias-laboratórios de adubos e de fertilizantes, de herbicidas e de sementes, 3. As grandes cadeias de comercialização ligadas aos supermercados e 4. Os grandes latifundiários exportadores de grãos” (p. 243-244).

brasileiro: UNICAFES; ABONG; Fundação Luterana de Diaconia/FLD; ANA; ABA; MMC; MST etc.; e **c)** internacionalmente: MAELA; Organização Protestante para a Diaconia e o Desenvolvimento; Serviço das Igrejas Evangélicas da Alemanha para o Desenvolvimento, EED/Alemanha; Comitê Católico contra a Fome e pelo Desenvolvimento, CCFD/França; e Fundação Interamericana, IAF/Estados Unidos).

Em se tratando dos referidos liames extra-locais, a Rede Ecovida de Agroecologia é uma experiência fantástica, simultaneamente, de resiliência camponesa e de estruturação de territorialidades-rede. Desde 2010, credenciada oficialmente pelo MAPA (Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento) como OPAC (Organismo Participativo de Avaliação de Conformidade), a Associação Ecovida ou Rede Ecovida de Agroecologia é formatada e difundida por agricultores e organizações populares do Sul do Brasil em resistência aos processos de certificação por auditoria suscitada pelas transnacionais dos orgânicos (IMO-Control, GEBANA etc.). Desde a década de 1990, articula em rede ONGs (ASSESOAR, CAPA e CETAP, por exemplo) e Associações de Produtores e de Consumidores, além de promover processos pedagógicos, formativos e organizativos, na efetivação da avaliação participativa da conformidade orgânica dos produtos de seus associados.

Além do enfrentamento explícito ao agronegócio, apoiado na defesa da agroecologia como fundamento da territorialização da Rede Ecovida, sua construção abarca, igualmente, a necessidade de superar os empecilhos inerentes às formas convencionais de certificação por auditoria: onerosas, burocráticas, levadas adiante por empresas privadas de certificação, muitas delas transnacionais, evidentemente, sem um debate político-estratégico de base. A luta instituída via a Rede Ecovida de Agroecologia tem seu antagonismo nas diversas formas de territorialização do capital no campo, seja atrelado ao paradigma da quimificação ou à vertente do capitalismo “verde”.

Em suas diversas ações, na Rede Ecovida de Agroecologia trabalha-se no fomento ao uso equilibrado dos recursos naturais nas dinâmicas produtivas rurais, procurando adequar as técnicas às realidades sociais e ecológicas dos lugares; no resgate de sementes e variedades animais crioulas; no desenvolvimento de Sistemas Agroflorestais (SAFs); na agroindustrialização em escala familiar; no apoio à cooperação e ao comércio solidário; no formato descentralizado e autogestionário da própria rede.

A unidade de base da Rede Ecovida é composta por grupos formados pela articulação de famílias de agricultores (a exemplo da Associação das Agricultoras e Agricultores Ecológicos de Francisco Beltrão), com contingente entre oito e doze famílias devido à necessidade de reprodução de relações de proximidade entre os sujeitos para efetivação de atividades corriqueiras, como nos âmbitos da comercialização em feiras livres, das trocas de experiências, da realização de práticas formativas e de articulações

políticas locais. Os grupos são nós dos núcleos regionais, constituídos por representantes dos grupos e das associações de agricultores, organizações e entidades de assessoria e cooperativas de consumidores. Os grupos e associações de agricultores têm autonomia para organizarem encontros e definirem pautas. Os núcleos regionais têm obrigação de realizarem no mínimo dois encontros por ano, com participação mínima de dois representantes de cada membro (grupo) da Rede Ecovida. Portanto, a Rede sintetiza as articulações entre os núcleos regionais, que são os principais nós políticos da Rede Ecovida de Agroecologia (REDE ECOVIDA, 2007).

Questões atinentes à Rede como um todo são debatidas nos Encontros Ampliados, realizados bianualmente. A Rede Ecovida também está circunscrita em outras de âmbito nacional e internacional: Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e, na América Latina, pelo Movimento Latino-americano de Agroecologia (MAELA), formando uma ampla concatenação de territorialidades em rede na defesa e desenvolvimento da agroecologia como um projeto ecológico e camponês de desenvolvimento.

O principal trunfo consiste na capacidade de organizarem e construírem formas de interação entre diversos sujeitos em escalas variadas. Como observa Nunes (2012), tal interação, concomitante aos processos de certificação e estruturação das dinâmicas ecológicamente preconizadas de comercialização, pressupõe também importantes intencionalidades político-pedagógicas. Nesses termos, os atos de certificar e de comercializar são mediados organizadamente por um conjunto de valores e de atitudes que dizem respeito ao projeto ecológico camponês de desenvolvimento (EDUARDO, 2014), cujas linhas gerais, identificadas na territorialidade das agricultoras e agricultores agroecológicos de Francisco Beltrão, baseiam-se: 1) na produção com incremento ecológico; 2) no estabelecimento de circuitos curtos de comercialização; 3) na reconexão, através de relações *vis-à-vis* e de sistemas de confiança, entre agricultores e consumidores urbanos; 4) na eliminação ao máximo dos intermediários nas dinâmicas de venda; 5) na troca de conhecimentos; e 6) desatrelando a produção agroecológica das ênfases da certificação privada e dos nichos de mercado, comum no circuito “orgânico”.

Atualmente, a Rede Ecovida conta com 27 núcleos regionais e abrange por volta de 170 municípios do Sul do Brasil e 3.000 famílias de agricultores. O trabalho da Rede congrega, aproximadamente, 200 grupos de agricultores, 20 ONGs e 10 cooperativas de consumidores. Em toda a área de atuação da Ecovida, existem mais de 100 feiras livres ecológicas, além de outras formas de comercialização (REDE ECOVIDA, 2013; NUNES, 2012).

Considerações finais

Com a agroecologia, muitas famílias camponesas têm construído suas geografias da contestação, enfrentando à territorialidade passiva imposta pelo modelo de desenvolvimento do agronegócio. Têm “fissurado o capitalismo”, no dizer de Holloway (2013).

Gradativamente, estereótipos como o do camponês fechado para a exterioridade e da agroecologia como retrocesso técnico-produtivo vão se desintegrando, frente à insistência dos camponeses em re-existir, dada as novas conexões ativadas, as ações de inovação (técnicas e políticas) dotadas de criatividade e os exemplos práticos de produção e organização colocados em movimento pelos atores sintagmáticos insurgentes, no campo e na cidade, que reivindicam formas de produzir os alimentos orgânicos. Como conferido, o Sistema Local Territorial agroecológico de Francisco Beltrão/PR é exemplo da complexidade produzida por tais arranjos, fato que desafia os estereótipos e as categorizações apressadas. A geograficidade agroecológica impõe-se, apesar de subalternizada pelo agronegócio e menosprezada pelas políticas públicas de desenvolvimento. Através do território, ela se apropria de frações do espaço nas múltiplas escalas, do nanoterritório às redes internacionais e os camponeses têm obtido êxitos na projeção da agroecologia. As estratégias de re-existência desenvolvidas em cada escala do agir insurgente objetivam a ativação das territorialidades e a superação da territorialidade passiva do agronegócio. Tendo o território como trunfo, as famílias buscam reaver o equilíbrio interno, reapropriarem-se socialmente da natureza e dos recursos do território; além de gestá-los com maior grau de autonomia relativa ao capital. E quanto ao próximo passo? Parafraseando Chico Science e Nação Zumbi, “no caminho é que se vê”!

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.

CARVALHO, Horácio M. de. Na Sombra da Imaginação: reflexão a favor dos camponeses. In: **Boletim DATALUTA**. maio de 2010. p. 01-14. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/5artigodomes_2010.pdf>. Acesso em: setembro de 2010.

CASTILHO, Alceu Luís. **O Partido da Terra: como os políticos conquistam o território brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2012.

DEMATTEIS, Giuseppe; GOVERNA, Francesca. Territorio y Territorialidad en el Desarrollo Local: la contribución del modelo SLOT. **Boletín de la A.G.E.** n.º 39, 2005. p. 31-58.

DEMATTEIS, Giuseppe. O território: uma oportunidade para repensar a Geografia. In: SAQUET, Marcos A. **Abordagens e Concepções de Território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. Sistema local territorial (SLOT): um instrumento para representar, ler e transformar o território. In: ALVES, Adilson Francelino; CARRIJO, Beatriz Rodrigues; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa. (orgs.). **Desenvolvimento Territorial e Agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

EDUARDO, Márcio Freitas. **Transformando Terra em Território**: construção e dinâmica do Sistema Local Territorial Agroecológico em Francisco Beltrão/PR. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”: Presidente Prudente, 2014.

FERNANDES, Bernardo M. **Questão Agrária**: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antônio Márcio (Orgs.). Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2005. p. 173-224.

FERNANDES, Bernardo M. **Construindo um Estilo de Pensamento na Questão Agrária**: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico. 2013. 2v. Tese (Livre-docência) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade Ciências e Tecnologia, 2013.

HIRT, Carla. **Impactos dos Monocultivos Arbóreos na Paisagem e nas Atividades Relacionadas ao Turismo em São Francisco de Paula/RS**. Dissertação (mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-graduação em Geografia: Porto Alegre, 2009.

HOLLOWAY, John. **Fissurar o Capitalismo**. Trad. Daniel Cunha. São Paulo: Publisher Brasil, 2013.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. **Campesino a Campesino**: voces de Latinoamérica - movimiento campesino a campesino para la agricultura sustentable. Trad. Leonor Hurtado *et al.* Managua (Nicarágua): SIMAS, 2008.

MARTINS, José de Souza. A sujeição da renda terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. In: **Os Camponeses e a Política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983, p.151–177.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das Agriculturas do Mundo**: do Neolítico à Crise Contemporânea. Trad. Cláudia F. Ferreira. São Paulo/Brasília: Edunesp/NEAD/MDA, 2010.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**: rumo a uma teoria da transição. Trad. Paulo C. Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

NUNES, Sidemar P. **Influências Teóricas e Políticas nas Práticas Educativas da Rede Ecvoda de Agroecologia**. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Universidade Federal do Paraná: Curitiba, 2012.

O'CONNOR, James. Es Posible el Capitalismo Sostenible? In: ALIMONDA, Héctor (org.). **Ecología Política, Naturaleza, Sociedad y Utopía**. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **A Agricultura Camponesa no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

PACHECO, Maria Emília L. O Joio e o Trigo na Defesa da Reforma Agrária. In: STÉDILE, J. P. (org.). **A Questão Agrária Hoje**. Porto Alegre: EdUFRGS, 1994.

PNAPO. **POLÍTICA NACIONAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA**. Decreto nº 7.794, 20 de agosto de 2012.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Geografia da Riqueza, Fome e Meio Ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U.; MARQUES, Marta I. (orgs). **O Campo no Século XXI**: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Ed. Casa Amarela e Ed. Paz e Terra, 2004. p. 207-254

_____. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; HAESBAERT, Rogério. **A Nova Des-ordem Mundial**. São Paulo: Ed. UNESP, 2006.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A Colonialidade do Saber**: Eurocentrismo e Ciências Sociais - perspectivas latino-Americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227-278.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Trad. Maria Cecília F. São Paulo: Ática, 1993.

REDE ECOVIDA. **Uma Identidade que se Constrói em Rede**. Caderno de Formação nº 1. Curitiba, 2007.

SANTOS, Milton. **Por uma Outra Globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SHANIN, Teodor. Lições Camponesas. In: PAULINO, Eliane T.; FABRINI, João E. (Orgs.). **Campesinato e Territórios em Disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 23-47.

SOUSA SANTOS. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SOUSA SANTOS, B.de S.; MENESES, M. P. G. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 31-83.

SOUZA, Marcelo Lopes de. "Território" da divergência (e da confusão): Em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu S. (Org.). **Territórios e Territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 57-72.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-Espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

TAPIA, Luis. **Política Salvaje**. La Paz, Bolivia: CLACSO, 2008.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. **Por Trás dos Canaviais, os Nós da Cana**. São Paulo: FAPESP, 2002.

Recebido em 21 de julho de 2015

Aceito para publicação em 18 de maio de 2016

Agroecologia: cuidando da saúde do planeta – palestra de Leonardo Boff

Junior Miranda Scheuer

Doutorando em Ciências Agrárias (Udelar/URY-UY); Mestre em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola (Unemat/MT-BR); Especialista em Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável (Uninter/PR-BR); Especialista em Educação Profissional (Senac/RS-BR); Tecnólogo em Produção Sucroalcooleira (Uri/RS-BR)
e-mail: juniorscheuer@yahoo.com.br

Genezio Darci Boff, mais conhecido como Leonardo Boff¹, nasceu no município de Concórdia, estado de Santa Catarina, no dia 14 de dezembro de 1938. Formado em Filosofia e Teologia, é doutor em Teologia e Filosofia pela Universidade de Munique, Alemanha. Atualmente é professor de Teologia e Espiritualidade no Brasil e no exterior, além de professor-visitante nas universidades de Lisboa (Portugal), Salamanca (Espanha), Harvard (EUA), Basel (Suíça) e Heidelberg (Alemanha). Boff escreveu mais de 60 livros sobre os temas relacionados a Teologia, Ecologia, Espiritualidade, Filosofia, Antropologia e Mística e participou na elaboração da Carta da Terra.

Boff foi convidado para fazer a abertura do VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia, realizado entre os dias 25 a 28 de novembro de 2013 em Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Transcrição da palestra

Começo com duas frases, uma de Einstein²: a crise, ou melhor, o pensamento que criou a crise, não pode ser o mesmo que nos vai tirar da crise, tem que ser outro. Significa que devemos inventar uma nova forma de habitar o planeta, uma nova forma de produzir, de consumir e de nos relacionar entre nós e todos juntos com a terra; o segundo pensamento vem da Carta da Terra³, na sua primeira frase: que desistamos no momento crítico da história da terra e da humanidade, no momento que devemos fazer uma escolha e a escolha é essa – ou fazemos um pacto entre nós todos para cuidar da terra e um dos outros, ou então, arriscamos a nossa destruição e a destruição da diversidade da vida.

¹ Mais informações podem ser consultadas em Boff (2016).

² Albert Einstein (1879-1955), físico e matemático nascido na Alemanha, ficou reconhecido mundialmente pela Teoria da Relatividade.

³ Documento que surgiu dos anseios de instituições, organizações não governamentais, universidades, governos, comunidades, etc., durante a Rio-92 no qual discutiu-se os princípios éticos entorno de uma sociedade justa, sustentável e pacífica em nível global (EARTH CHARTER, 2016).

São frases de grande gravidade, mas que não são tomadas a sério pelos donos do poder do mundo, basta ver o fiasco que ocorreu em Varsóvia⁴, sexta e sábado, quando as setecentas ONG's lá presentes em protesto se retiraram porque achavam inútil e vergonhoso acompanhar o desfecho da má vontade dos representantes de 192 povos que nada fizeram para diminuir o aquecimento global ou adaptar-se a ele.

A Christiana Figueres⁵, que é a secretária geral que acompanha em nome da ONU⁶ a questão do aquecimento, em plena entrevista desatou num choro incontido, pois denunciava que as nações do mundo até agora nada fizeram para criar um fundo para diminuir o aquecimento e repassar tecnologias àqueles países mais pobres que precisam, e eles querem repassar desde que paguem por essas tecnologias.

Estamos em uma situação realmente crítica, vocês sabem as causas disso e eu não quero repeti-las, mas vocês todos aqui representam uma alternativa, uma saída dessa tragédia anunciada, transformar essa tragédia anunciada, que pode nos levar ao caminho já percorrido pelos dinossauros, transformar essa tragédia em uma crise, uma crise que acrisola, que purifica, que permite um salto de qualidade na direção de outra maneira de sustentarmos a vida, porquê o modelo vigente que provocou a crise global, que crucificou a terra, porque ela está crucificada, e nós temos que baixá-la da cruz, temos que revitalizá-la, que ressuscitá-la.

Esse sistema, já a trezentos, quatrocentos anos, se propôs, fundamentalmente, nesse objetivo: quanto posso ganhar com o tempo mínimo e menor, com o investimento menor, no mais curto lapso de tempo, com novas tecnologias, e potência de competência, de concorrência, quanto posso ganhar, desconsiderando o sacrifício que é feito aos bens e serviços da natureza e a totalidade do sistema terra.

Hoje se confrontam duas visões, duas metafísicas, duas visões da terra. Dessas, os pais fundadores do século XVI⁷ e que estão vivos até hoje nos processos produtivos e o que é pior, nos processos onde se reproduz os cientistas e técnicos que levam esse tipo de sociedade avante, imaginam a terra como um imenso baú cheio de recursos que podemos tirar continuamente, a terra como uma coisa morta e sem propósito entregue ao exercício da nossa liberdade e a nossa voracidade.

Esse projeto, que já tem trezentos anos, trouxe muitas comodidades para nós, nos levou até a lua e nos trouxe de volta, inventou antibióticos que nos salvaram. Eu, com 75 anos, sou oficialmente velho, devia estar morto há 10 anos, mas estamos aqui graças a essa ciência, só que essa ciência simultaneamente criou uma máquina de morte que pode

⁴ 19ª Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas realizada em Varsóvia, na Polônia.

⁵ Secretária-executiva do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da ONU (IPCC).

⁶ Organização das Nações Unidas (ONU) estabelecida no ano de 1945 com o intuito de promover a cooperação internacional.

⁷ Referente a política econômica estabelecida na época.

destruir por 25 formas diferentes toda a vida do planeta com armas químicas, biológicas e nucleares, construídas e estocadas e que podem ser deslanchadas dentro de um minuto e meio e, ademais, criou intervenções tão agressivas do sistema vida, do sistema terra, que colocou a terra em um profundo estresse... Ela precisa de um ano e meio para repor aquilo que nós tiramos dela durante um ano.

Então, um planeta pequeno, já velho, com bens e serviços limitados, não suporta um projeto ilimitado, e a forma de mostrar que ela não suporta é entrar em um processo de doença, a doença se manifesta como entre nós, pela febre, a febre que é o aquecimento global.

Talvez o maior filósofo vivo da ecologia, Michel Serres⁸, escreveu seu último livro com o título “A Guerra Mundial”⁹, pensei que era uma descrição da guerra total, conceito inventado por Hitler¹⁰ – matar tudo, envenenar tudo, destruir tudo – e ele diz não, a guerra total é aquilo que é humanidade, como um todo, decidiu atacar Gaia¹¹ nos solos, nos subsolos, no ar, no mar, em todas as frentes, só que há uma diferença, ela não precisa de nós, nós precisamos dela, e não temos nenhuma chance de ganhar essa guerra, ela pode continuar coberta de cadáveres e sem nós, e até melhor sem nós. Não aceitamos isso, mas é um fantasma que pesa sobre a nossa realidade globalizada, ela não é uma fantasia, é efetivamente uma máquina de morte que construímos.

O modelo de civilização, de acumulação de bens materiais à custa da devastação dos bens e serviços da natureza – não gosto dessa palavra recursos, o capitalismo usa isso, melhor seria aquilo que os indígenas falam, as *bondades da natureza*, nós falamos os bens e serviços da natureza – esse é um modelo; o outro modelo que vocês e nós queremos nos apropriar e aprofundar, e coerentemente fazer que ele seja hegemônico e que inspire nossas ações, é o que compreenda a terra como um ente, um suborganismo vivo, que articula o físico, o químico, o ecológico, o biológico de tal maneira que ela sempre produz e reproduz vida... Os antigos chamavam de Magna Mata¹², os indígenas de Pachamama¹³, e os modernos chamam de Gaia.

Esse é o legado que os astronautas nos transmitiram quando em 1982 o The New York Times¹⁴ pediu a Isaac Asimov¹⁵ – grande cientista russo que divulgava ciência, astronomia, astrofísica, física quântica em livrinhos populares, muitos traduzidos em

⁸ Matemático e filósofo nascido em Agen, França, em 1930.

⁹ Livro de Michel Serres, lançado no Brasil em 2011, em que o autor amplia a compreensão do adjetivo “mundial” como de uma guerra contra o mundo (SERRES, 2011).

¹⁰ Adolf Hitler (1889-1945) foi um ditador alemão entre os anos de 1934 a 1945.

¹¹ Na mitologia grega, Gaia significa Mãe-Terra.

¹² Do latim, traduzido como “grande mata”.

¹³ Termo indígena que refere-se a Mãe-Terra.

¹⁴ Jornal americano com sede em Nova Iorque, Estado Unidos

¹⁵ Cientista bioquímico e escritor, nasceu na Rússia(1920-1992), mas naturalizou-se americano.

português – que fizesse um artigo sobre o legado do Sputnik¹⁶, que em 1957 fez a primeira volta ao redor do planeta terra. Ele escreveu um artigo na primeira página do New York Times – que é uma referência para nós –, o Sputnik nos deu o seguinte legado: primeiro, que vendo a terra de fora da terra nos damos conta que terra e humanidade formam uma única entidade, não é que a humanidade está aqui e a terra está ali, terra e humanidade é uma coisa só; segundo, que essa visão desperta em nós a consciência planetária, uma consciência coletiva da única casa comum; e terceiro legado, que vendo a terra de fora da terra, pequeninha, dependurada no fundo negro do universo como uma bola de natal, brilhante, belíssima, mas extremamente frágil e nós precisamos defendê-la porque ela mostra vulnerabilidade.

Entender a terra como algo vivo, e nós seres humanos, não como seres erráticos que vieram de fora e foram colocados sobre a terra, somos aquele momento do processo de evolução da terra em que ela começou a sentir, começou a pensar, começou a amar, começou a cuidar, e aí emergiu o ser humano, por isso que homem vem de humus¹⁷, terra boa, terra fértil, por isso que Adão¹⁸ vem de Adamá¹⁹ em hebraico, que significa o filho e a filha da terra arável, da terra cultivável... Somos terra, e nós nos esquecemos, nós nos afastamos, fomos ao exílio, temos que voltar para a terra, sentirmo-nos terra, amar essa terra como nós nos amamos a nós mesmo, porque não é só a única casa comum que temos, e não temos outra porquê ela nos gerou, e nós somos uma expressão da sua complexidade, da sua inteligência, e agredindo a terra estamos agredindo a nós, e salvando a terra estamos salvando a nós mesmo. Se a terra está doente hoje, é porque nós estamos doentes.

Vivemos um tipo de vida e de relações, seja para com a terra, seja entre nós, que são hostis à vida, não são amigas da vida, mas se nós curarmos as feridas da terra, devolvermos a ela a vitalidade, nós participaremos dessa saúde, dessa vitalidade.

O trabalho que vocês fazem com a Agroecologia²⁰, que é trabalhar com os ritmos da natureza, que é respeitar o alcance e o limite de cada ecossistema, que é sentir-se não sobre a terra como quem a domina com o punho fechado, mas aos pés dela, em sinergia, com a mão que se estende e se entrelaça para fazer essa aliança global de cuidar da terra, de cuidar uns dos outros... Se fizermos isso, teremos feito a ruptura necessária do velho paradigma da dominação, da devastação, para uma novo paradigma, da convivência, do cuidado, paradigma da sustentação de toda a vida, não só a vida humana, porque não queremos ser antropocêntricos, mas de toda a comunidade de vida.

¹⁶ Satélites artificiais da União Soviética.

¹⁷ Termo oriundo do latim.

¹⁸ Segundo a Bíblia, Adão foi o primeiro homem criado por Deus.

¹⁹ Termo com origem no hebraico.

²⁰ Agricultura em uma perspectiva ecológica.

Em 1953, dois grandes cientistas²¹, um norte-americano e um britânico, descobriram, leram o código genético, e se deram conta que todos os seres vivos, Crick²² e Dawson²³, desde a ameba mais originária que surgiu a 3,8 bilhões de anos, passando pelas grandes florestas, pelos dinossauros, pelos cavalos, pelos colibris, chegando a nós, todos nós, temos o mesmo código genético, os mesmos 20 aminoácidos e as mesmas quatro bases fosfatadas que permitem a colagem desses 20 aminoácidos e, a combinação diferente deles faz a diversidade da vida, mas é importante saber que todos somos irmãos e irmãs, somos construídos pelos mesmos tijolinhos que constroem a vida, na nossa galáxia e possivelmente em todo o universo.

Não basta falar em seres humanos, temos que falar como fala a Carta da Terra, da comunidade de vida e o profundo laço de parentesco que une a todos nós seres viventes, aquilo que São Francisco²⁴, há duzentos anos, intuía em uma experiência mística chamando de irmãos e irmãs a todos os seres da natureza, afastando a minhoca do caminho para não ser pisada, enfaixando o galho quebrado para que ele pudesse se refazer... Vivendo essa profunda fraternidade com todos os seres... É isso que ele intuía de uma forma mística.

Hoje sabemos, por um dado empírico da ciência, que somos de fato irmãos e irmãs responsáveis uns pelos outros e interdependentes de tal maneira que, essa interdependência faz que a cooperação seja a lei mais suprema do universo e, como nunca se cansam de dizer os astrofísicos e todos os cosmólogos, não é a sobrevivência do mais apto e do mais forte, segundo Darwin²⁵.

Darwin pegou a evolução num patamar muito alto, a origem das espécies, da seleção natural, mas não viu que as espécies não existem sem sua base física, sem sua base química, sem todo aquele processo da evolução anterior, de complexidade, de troca de informações que permitiu a erupção da vida. Isso pertence ao sistema vida e todos estamos ligados a tudo e por isso que há essa interdependência que garante a subsistência de todos e permite a sustentabilidade, até do mais fraco, porque ele também tem seu lugar no conjunto dos seres, ele também é portador de uma mensagem do universo que nós podemos decifrar, que podemos ouvir, e ele merece viver junto conosco, porque tudo que vive, e tudo que existe merece viver, merece existir, formando essa grande comunidade.

A visão que entende o ser humano junto com o planeta terra formando um todo orgânico, sistêmico, funda as bases, diria filosóficas, em um conjunto de intuições e

²¹ Os cientistas citados foram James Dewey Watson, biólogo, geneticista e zoologista, nasceu no ano de 1928 em Chicago, Estados Unidos e, Francis Harry Compton Crick, biólogo, biofísico e neurocientista, nasceu em 1916 na cidade de Northampton, Reino Unido.

²² Francis Harry Compton Crick.

²³ James Dewey Watson.

²⁴ Em referência ao santo italiano São Francisco de Assis.

²⁵ Charles Robert Darwin (1809-1882), naturalista britânico reconhecido por formular a teoria da evolução.

convicções que estão na base dessa agricultura ligada a biologia, ligada aos processos naturais, e ela supõe uma nova visão das coisas.

Como dizia a carta do Rio de Janeiro²⁶, um dos cientistas daqueles 1.600 portadores de prêmios Nobel estavam ali presentes na Rio, primeiro grande encontro na Rio 1992, dizendo que estimamos que o futuro do nosso planeta e dos povos que nele vivem depende de elaborarmos um novo modelo civilizatório, porque o atual modelo vigente está mostrando que entre natureza e desenvolvimento está se produzindo um choque, e esse choque poderá ser desastroso para todos nós e para a vida.

Somos obrigados a mudar. Há cientistas que dizem, com razão, ou mudamos de rumo ou morremos, porquê criamos as condições, fomos demasiadamente longe nessa guerra total contra a Gaia, quase não temos tempo suficiente para fazer as correções necessárias, mas como somos portadores de inteligência, de criatividade, e temos um horizonte de esperança e de futuro e, ainda, cremos nas próprias virtualidades do processo de evolução, que não é linear, mas vai acumulando energias até o ponto de dar um salto para frente e, assim, inaugurar uma nova forma, novas ordens, novas maneiras de relações, porque cremos nisso, acreditamos que nós podemos evitar a tragédia, que podemos começar de novo, de baixo.

Como diz a Carta da Terra, no final dela, eu gosto de repetir essa frase porque ela é paradigmática, ela diz o seguinte, até foi eu que coloquei esse pequeno inciso pensando em Lula²⁷ – “como nunca antes na história” –, o documento diz: como nunca antes na história o destino comum nos conclama a um novo começo, esse novo começo requer uma nova mente e um novo coração, requer a interdependência de todos com todos, requer ainda, os sentidos de responsabilidade universal, caso contrário não garantiremos um modo sustentável de vida local, regional e global.

Portanto, precisamos de um novo começo, não se trata de uma reforma, não se trata de cobrir o corpo machucado da terra de esparadrapos, nós temos que sanar esse corpo ferido, e doente... Um novo começo. Para isso, precisamos de um outro olhar, olhar a terra não como um objeto qualquer de puro meio de produção, exploração, acumulação, mas ver a terra como nossa mãe, coisa que a ONU, no dia 22 de abril de 2009²⁸, definiu solenemente e, finalmente, depois de anos e anos de discussão, sempre protelado, pois diziam que isso é coisa de indígenas, discurso da mitologia, não o discurso da ciência, mas com os eventos extremos e se deram conta que a terra se mexe, que a terra é vida, que a terra pode irritar-se, que a terra pode criar tufões de grande devastação, e que eventualmente ela pode não nos querer mais sobre sua face, pois somos demasiadamente

²⁶ Carta da Terra.

²⁷ Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República Federativa Brasileira entre os anos de 2003 a 2011.

²⁸ Em referência ao Dia Internacional da Mãe Terra.

agressivos e, como eliminamos uma célula cancerígena, nós também podemos ser eliminados. Isso não é impossível.

O grande biólogo, maior do mundo vivo, Edward Wilson²⁹, criou a palavra biodiversidade³⁰. A última estatística que o grupo dele levantou do nível de extermínio das espécies diz que a cada ano estão desaparecendo definitivamente entre 70 mil a 100 mil espécies de seres vivos. Sabemos que cada ser vivo é uma espécie de livro aberto e que pode ser lido, decifrado, encontrar, quem sabe, a solução para o Alzheimer³¹, para o Parkinson³², para outras doenças... Sequer abrimos, sequer lemos, e já eliminamos esse livro na proporção de 70 a 100 mil por ano, o que é uma verdadeira devastação. Até quando a terra aguentará isso?

Por isso, precisamos ter uma nova mente, um novo olhar da terra, terra como mãe, terra como vida, devemos respeitá-la pois somos filhos e filhas da terra, guardiões dessa herança sagrada como cuidadores, aqueles que foram colocados no parque do Jardim do Éden³³ para proteger, para guardar, para dar sustentabilidade a tudo que lá existe. Isso nós podemos e devemos fazer.

A agroecologia é exatamente esse novo começo, pois produz ouvindo a natureza, respeitando seus recursos... Aquilo que a comunidade europeia³⁴ agora está se dando conta, que ao uniformizar as políticas agrícolas³⁵ para toda a comunidade europeia, com a produção intensiva e altamente tecnologizada, prejudicou todos os países pobres do mundo... Pensaram em tudo, menos na terra, pensaram na tecnologia, pensaram nos preços, nos ganhos, não pensaram na terra, agora se dão conta que essa terra está sendo erodida, está perdendo nutrientes, está sendo super explorada e não sabem encontrar uma saída para essa crise... Não era agroecológica, utilizava-se da terra em função do benefício material, a agroecologia procura sintonizar com os ritmos da natureza.

A última conversa que tive com Fritjof Capra³⁶, no qual ainda trabalhamos juntos acompanhando um grande projeto, “Cultivando Água Boa”³⁷, de Itaipu³⁸, lá há um

²⁹ Edward Osborne Wilson (1929), entomologista nascido na cidade americana de Birmingham.

³⁰ Diversidade de espécies (WILSON, 1997).

³¹ Alzheimer é uma doença degenerativa e progressiva que compromete a integridade física, mental e social do paciente (LUZARDO; GORINI; SILVA, 2006).

³² Parkinson é doença crônica e degenerativa do sistema nervoso central (LANA et al., 2007).

Na Bíblia, no Livro do Gênesis, o Jardim do Éden era o local onde Deus criou Adão e Eva, devendo cultivá-lo e guardar (GÊNESIS, 1980).

³³ Na Bíblia, no Livro do Gênesis, o Jardim do Éden era o local onde Deus criou Adão e Eva, devendo cultivá-lo e guardar (GÊNESIS, 1980).

³⁴ A União Europeia (UE), no texto abordado como comunidade, é uma parceria econômica e política entre 28 países da Europa.

³⁵ A Política Agrícola Comum (PAC) são políticas agrícolas da União Europeia destinadas ao desenvolvimento da agricultura.

³⁶ Fritjof Capra nasceu em Viena, Áustria, no ano de 1939. Capra é um físico e escritor atuando na temática da educação ecológica.

³⁷ Iniciativa socioambiental da Itaipu Binacional.

³⁸ Nome dado a Usina Hidrelétrica de Itaipu, localizada no rio Paraná, abrangendo os territórios brasileiro e paraguaio.

experimento fantástico, não é um experimento, já é uma construção de 10 anos em 29 municípios. Naquela grande região do lago de Itaipu há uma ecologia que integra todos os elementos do ser humano até a produção agrícola, utilizando os dejetos dos suínos, produzindo gás e energia, formando consciências de toda aquela população com mais de 1.600 educadores populares.

Como dizia Capra, se os seres humanos respeitassem as leis da natureza, entendessem a complexidade dos seres todos e a interdependência e a cooperação de todos com todos, não precisaríamos falar de ecologia³⁹, a terra poderia produzir e alimentar 11 bilhões de pessoas... Se não reparamos a natureza, não escutarmos a mensagem que ela nos passa, nós continuamente a atropelamos e a submetemos a nossa vontade e a nossa racionalidade, entretanto ela está mostrando a sua rebelião e a sua irritação e agora a sua doença. Capra fundou uma rede mundial de escolas de alfabetização ecológica, não para alfabetizar crianças, mas para alfabetizar os mais analfabetos que são os grandes empresários, os principais responsáveis pela crise ecológica. A humanidade toda participa porque todos estamos produzindo CO₂, mas eles são os campeões, são os que mais desrespeitam e passam por cima de todos os chamados que é a natureza nos lança.

A primeira coisa a partir dessa visão mais ampla que devemos fazer, e vocês já fazem, é viver fundamentalmente a *ética do cuidado*, mantendo a saúde... Se for permanentemente cuidado não adoece, entretanto hoje quase tudo está descuidado.

A função do cuidado é sanar as feridas, passadas de séculos, que fizemos no planeta terra e antecipar-se e impedir as feridas futuras... Tudo aquilo que nós amamos, nós cuidamos, e tudo aquilo que nós cuidamos, nós amamos. Se tratarmos com cuidado a terra ela responde com grande generosidade.

Anteontem em Itaipu, em uma reunião de mais de 4.300 pessoas do projeto Cultivando Água Boa, sentou-se ao meu lado um camponês e me disse: eu tenho dois hectares, com aquilo que você e outros que passaram por aqui me ensinaram, eu tiro 40 produtos, produzo energia e 900 salários mínimos por ano. Com dois hectares. Eu sinto a terra, que é mãe, eu observo tudo que ela precisa, sigo seus ritmos, e ela me devolve com grande generosidade. Dois hectares de terra. Ai está o cuidado!

O segundo elemento que acho de extrema importância é a *responsabilidade coletiva*, ser responsável significa dar se conta das consequências de nossos atos... Posso saber que tomando algum alimento e um certo tipo de água eu fico doente... Precisamos nos dar conta e fazer como o imperativo categórico, quase campiano, como é a minha ação? Se ela é benévola? Se ela ajuda a vida? Se ela propicia a preservação das espécies?

³⁹ Ciência que estuda a relação entre o meio ambiente e os seres vivos que nele habitam.

Ou se ela é agressiva, destrutiva do sistema e da cadeia da vida? Temos que ter a responsabilidade, hoje, coletiva, porque as consequências podem ser desastrosas.

Os Estados Unidos podem fazer uma guerra de vergonha contra o Iraque e contra o Afeganistão, mas não poderão fazer nem contra a China e nem contra o Paquistão e nem contra a Rússia porque possuem arma de destruição em massa que pode liquidar com toda a humanidade com consequências terríveis.

Não podemos manipular de qualquer maneira o código genético e a nanotecnologia⁴⁰ – que usa as partículas sub atômicas – porque não sabemos as consequências, dramáticas, que poderão advir ao sistema vida, nem sabemos as consequências totais dos transgênicos⁴¹ no qual os elementos vão se depositando dentro de nós... No processo da nossa evolução, de muitos anos, milhões de anos, o nosso organismo não criou as formas de assimilar e de incorporar esses elementos. Inventamos 100 mil elementos sintéticos, artificiais, usados em todos os processos produtivos que entram em nossa composição, e o nosso organismo não sabe como digeri-los e distribuí-los dentro do nosso corpo.

Necessitamos ter responsabilidade coletiva para não comprometer o futuro nosso e o futuro da vida.

Terceiro elemento que me parece fundamental para a saúde da terra é o *princípio da cooperação*. Todo sistema de produção, o sistema de nossa cultura, não se rege pela cooperação, mas pela competição de todos com todos, onde um ganha e todos perdem, por isso a guerra permanente de classes, guerra de mercados, guerra entre países, essa é a lógica do sistema. As pessoas podem ser boas, mas estão dentro de uma engrenagem sistêmica que as torna mobilizadoras de uma concorrência desastrosa que destrói as pequenas empresas, que traz a grande acumulação de algumas e comete duas grandes injustiças: uma injustiça social, os bilhões de pobres de um lado e os poucos ricos de outro; e uma injustiça ecológica que é a depredação, a devastação dessa herança sagrada que é a natureza com seus ecossistemas.

A cooperação entre todos é aquilo que a natureza faz – todos colaboram com todos para que todos possam coevoluir, coexistir, criando sempre esse equilíbrio dinâmico que vem da troca de informações, troca de energias. Quando nossos ancestrais antropóides iam a caça, iam buscar alimentos, eles não comiam cada um para si, eles traziam tudo para um grupo e distribuíam solidária e cooperativamente entre eles, começado pelos mais novos até os mais idosos. Desta forma foi a cooperação, a solidariedade, que nos permitiu o salto da animalidade para a humanidade, aquilo que foi verdadeiro ontem deve ser verdadeiro hoje.

⁴⁰ Ciência com capacidade de criar coisas a partir da manipulação da matéria em escala atômica/molecular.

⁴¹ A transgenia altera o código genético de uma espécie visando a qualidade do produto e, também, maximizando a produção e criando resistência às pragas, doenças, etc.

Aquilo que mais faz falta no mundo é a cooperação, por isso o Papa Francisco⁴², chegando em Lampedusa, naquela ilha do sul da Itália, onde todos os dias centenas de migrados da África vêm e se afogam na travessia, fez a denúncia que a nossa globalização é cruel e sem piedade, perdeu a capacidade de sentir, não sabe mais chorar porque não sente o outro, não coopera com o outro.

A natureza faz essa cooperação, e nós estamos aqui porque todos os elementos se conjugaram de tal maneira que permitiu estarmos aqui, todos juntos, pois essa lei da natureza nós fazemos com a nossa agroecologia, consorciando todas as coisas permitimos que as coisas todas convivam e tenham, então, produtos que sejam saudáveis, porque são saudáveis para uma terra que é feita saudável.

Um outro elemento que considero de suma importância é, também, uma contribuição que nos vem do oriente, é a *compaixão*, que é a virtude pessoal de bondade. Compaixão não é ter peninha do outro, compaixão é colocar-se no lugar do outro e permitir andar com ele.

Vivemos em uma humanidade sofredora, cada um carrega a sua cruz, o sofrimento, o peso da existência... É forte, pesado sobre os ombros de todos nós. O terrível do sofrimento não é o sofrimento, é a solidão do sofrimento pois quando ninguém estende uma mão, ninguém oferece um ombro, ninguém anda junto...

Assistimos a natureza danificada, a natureza devastada, regiões inteiras desmatadas, ecossistemas em decomposição, uma terra com chagas abertas. Sentir isso e resgatar e impedir esse processo de degeneração, contínua, é viver essa forma do cuidado, com compaixão com quem sofre, e poder andar um pouco com ele, participar da sua alegria, alegrar-se pela rejuvenescência da própria natureza.

E por fim, e não é sem importância, todos esses valores valem, mas sob uma condição: que a gente resgate a *razão cordial*, a *razão sensível*. Todos nós somos filhos da modernidade, elaboramos a razão técnico-científica, a razão intelectual com a qual dominamos o mundo... Nós dominamos devastando e recalamos e colocamos ao lado porque dizemos que prejudica a objetividade do conhecimento toda a dimensão do sentimento, da paixão, da sensibilidade, da cordialidade.

Essa dimensão surgiu há 200 milhões de anos com o cérebro límbico, momento em que o processo da evolução irrompeu os dinossauros, irrompeu os mamíferos, e o mamífero traz a cria dentro de si e, quando dá a luz apareceu algo na nossa galáxia que possivelmente nunca existia, apareceu o cuidado, apareceu o amor, apareceu o afeto, apareceu a proteção da cria do filhote. *Nós não somos animais racionais, nós somos mamíferos racionais.*

⁴² Papa da Igreja Católica e Chefe de Estado do Vaticano, Jorge Mario Bergoglio, nasceu em Buenos Aires, Argentina, em 1936.

Só há sete, oito milhões de anos apareceu o cérebro neocortical, o cérebro da nossa comunicação, como essa aqui, verbal, de conceitos, como construímos a arquitetura do mundo, mas nós, fundamentalmente, somos seres de sentimentos, de paixão, de capacidade, de amor, de solidariedade... Por isso que a discussão filosófica na Europa, nos Estados Unidos, mas também aqui entre nós, procura resgatar a razão sensível.

Temos um filósofo brasileiro, André Mance⁴³, temos na Espanha, Adela Cortina⁴⁴, uma grande filósofa! Eu mesmo nos meus livros, até em debate com grupos norte-americanos, de como incorporar, dentro da razão técnico-científica... O que precisamos fazer funcionar o mundo... Incorporar a razão sensível, porque na razão sensível estão os valores, o mundo das excelências, é na paixão que estão nossos sonhos, as nossas utopias, a nossa capacidade de indignação e de compromisso para transformar a realidade.

Precisamos, em conjunto com essa razão, incorporar essa inteligência emocional, que é a inteligência ética, do sentimento, da capacidade, de voltar-se para o outro, de ser um bom samaritano, de não sermos frios, como pode ser fria uma estatística matemática. Se resgataremos essa dimensão, então será muito mais fácil para nós entendermos que a terra é efetivamente mãe, que podemos amá-la, que abraçando as coisas estamos abraçando aquela realidade, misteriosa, que tudo tem um valor e perpassa o que é Deus, Alá⁴⁵, Shiva⁴⁶, Tao⁴⁷... Não importa os nomes daquela energia poderosa que os físicos quânticos chamam de vácuo quântico⁴⁸, mas que de vácuo não tem nada, porque é a plenitude de todas as virtualidades e, por isso, muitos os chamam de a fonte originária de todos os seres.

Essa energia sempre está atuando e nos mantém vivos, empurra o processo da evolução para frente, e nós, seres humanos, podemos senti-la, com entusiasmo, com aquela força interior que nos leva tomar iniciativa, termos novas ideias, novos sonhos, podemos dialogar com ela, e nos damos conta que as coisas não estão jogadas aí de qualquer maneira, mas que elas formam uma totalidade de sentido orgânica e que há um elo que liga e religa as coisas todas e que sem ela não há outra coisa que o espírito do criador, e que nós, seres humanos, podemos dialogar, podemos internalizar, podemos nos espiritualizar em comunhão com essa realidade e o efeito disso é sermos mais solidários, mais cuidadosos, mais sensíveis com o destino dos outros, mais indignados contra as injustiças do mundo, mais amorosos para com a casa comum e a terra.

⁴³ Euclides André Mance, brasileiro nascido no ano de 1963, é um filósofo que discute os conceitos teóricos da economia solidária e da filosofia da libertação.

⁴⁴ Adela Cortina Orts é uma filósofa nascida em Valência, Espanha, no ano de 1947.

⁴⁵ Deus para o islamismo.

⁴⁶ Deus no hinduísmo.

⁴⁷ Deus na religião popular chinesa.

⁴⁸ Espaço no qual há um nível baixo de energia do universo que interagem entre si podendo criar partículas.

É fundamental resgatarmos a razão sensível, a razão simbólica, a razão cordial ligada ao coração. Se fizermos isso teremos mil razões para levar avante a nossa comunhão profunda com a terra, produzindo a partir daqueles recursos, melhor serviços e bens que a terra nos fornece, não tanto numa perspectiva de globalização, porque essa é devastadora, mas valorizando o biorregionalismo⁴⁹.

A parte central do meu livro novo, “O Tao da Libertação”⁵⁰, é dedicada a essa alternativa, ao invés de pensarmos a globalização como fenômeno único, como um único pensamento, uma única alternativa, única forma de produção, uma única forma de consumo, como se a terra fosse homogênea, não tivesse ecossistemas, não fosse complexa, não tivesse a diversidade das suas expressões... Daí a tendência mais importante da reflexão é acentuar o biorregionalismo, aproveitar as regiões que a própria terra traçou, geralmente pelos rios, pelas fontes hídricas, e criar um desenvolvimento sustentável aproveitando o capital social daquela população, suas tradições, sua maneira de realizar a cultura, de preparar a sua culinária, conhecendo todos aqueles elementos que conformam nosso habitat, sabendo extrair da natureza tudo aquilo que precisamos e dando tempo para que ela possa repor aquilo que nós do qual nos beneficiamos.

O desenvolvimento regional engloba os vários saberes, o saber científico com o saber do camponês, que está lá em baixo, o saber do povo. Essa troca de saberes faz com que todos se sintam participantes e criem, sim, espaços de sustentabilidade que são fruto desse cuidado, desse diálogo com essa região, com a sua cultura, suas tradições, suas festas, seus heróis, seus poetas, suas pessoas de referência, até seus santos e seus místicos, suas mulheres, tão importantes na reprodução da vida. Se nós fizermos isso nós vamos devolvendo, lentamente, a saúde da terra, e ela saudável nos tornará, também, saudáveis.

Para terminar, já que vai longe a nossa fala, nunca devemos perder a nossa capacidade de projetar sonhos e utopias, porque se nós nos entregarmos a fatalidade dos fatos, a pior coisa que nos pode acontecer é deixar que as coisas corram assim, como estão, aí sim vamos ao encontro do pior.

Ao se alimentar sonhos podemos dar outro rumo a nossa história, podemos criar uma nova forma de habitar o planeta e com muito confraternização de todos com todos, organizar relações de inclusão, de fraternidade, de convivência pacífica... Se nós sonharmos com essa realidade e não deixar que fique sonho, mas com nossas práticas colocar passo a passo até realizar estágios avançados desse sonho, então nós salvaremos a terra, ela não será condenada pela nossa irresponsabilidade, nós seremos muito mais integrados nessa

⁴⁹ Biorregionalismo parte do princípio de compreensão das pessoas sobre o lugar em que vivem, ou seja, o meio ambiente no qual está inserido, respeitando os limites e capacidades da natureza e, valorizando a cultura local, as estruturas sociais (BOFF, 2015).

⁵⁰ Hathaway e Boff (2011).

biocivilização⁵¹ onde a centralidade não é o desenvolvimento sustentável, mas é a vida na sua diversidade, a vida humana na sua dignidade, a vida do planeta terra, e a economia e a política a serviço desse sistema de vida.

A bioecologia⁵² trabalha com essas categorias, a agroecologia trabalha essa alternativa e na medida em que ela se alarga para os lados e se aprofunda vai criando um tsunami do bem, vai criando uma onda poderosa que vai permitir que a humanidade de um salto, um salto de qualidade, que pode salvar a nós, nossos filhos e netos e todo o sistema vida e o sistema terra.

Um dia nós estávamos todos juntos lá no coração das grandes estrelas vermelhas, onde se formaram todos os elementos que compõe o universo, que compõe a nós e nosso corpos, ao ferro, ao nitrogênio, ao oxigênio, ao ouro, a prata, tudo, elas explodiram, criaram as galáxias, criaram o sol, criaram a terra, criaram cada um de nós... Se nós nascemos do coração das estrelas foi para podermos brilhar, podermos brilhar!

Esse é o sentido maior de nossa existência, não é simplesmente viver, é viver com decência, com qualidade, com brilho, nós somos chamados a viver como estrelas, porque lá está a nossa origem, esse é o projeto do criador e é, também, o sentido de toda a evolução.

Muito obrigado!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOFF, L. **El biorregionalismo como alternativa ecológica**. 2015. Disponível em: <<https://leonardoboff.wordpress.com/2015/12/05/el-biorregionalismo-como-alternativa-ecologica/>>. Acesso em: 16 fev. 2016.

BOFF, L. **Biografia**. Disponível em: <<http://www.leonardoboff.com/site/lboff.htm>>. Acesso em: 19 fev. 2016.

EARTH CHARTER. **Values and principles to foster a sustainable future**. Disponível em: <<http://earthcharter.org/>>. Acesso em: 5 fev. 2016.

GÊNESIS. Português. In: **Bíblia sagrada**. Tradução de Padre Antônio Pereira de Figueredo. Rio de Janeiro: Encyclopædia Britannica, 1980. p. 1-34. Edição Ecumênica. Bíblia.

HATHAWAY, M.; BOFF, L. **O Tao da Libertação**: explorando a ecologia da transformação. 2. ed. Vozes: Petrópolis, 2011.

LANA, R. C. et al. Percepção da qualidade de vida de indivíduos com doença de Parkinson através do PDQ-39. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, São Carlos, v. 11, n. 5, p. 397-402, set./out. 2007.

LUZARDO, A. R.; GORINI, M. I. P. C.; SILVA, A. P. S. S. Características de idosos com doença de Alzheimer e seus cuidadores: uma série de casos em um serviço de neurogeriatria. **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 15, n. 4, p. 587-94, out./dez. 2006.

⁵¹ Novo paradigma civilizatório.

⁵² Ciência que estuda todos os seres vivos.

SERRES, M. **A Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

WILSON, E. O. (Org.). **Biodiversidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

Recebido em 27 de junho de 2016

Aceito para publicação em 30 de junho de 2016

COMPÊNDIO AUTORES

ACOSTA Claudia Yolima Devia. **Orinoquia colombiana, la influencia del agronegocio y la actividad petrolera: territorialidades en disputa.** Ano 18. n. 28. p.68-91. 2015.

ACUÑA, Isaías Tobasura. **De campesinos a empresarios. La retórica neoliberal de la política agraria en Colombia.** Ano 12, n. 15 p. 07– 21, 2009.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. **Cultura, trabalho e lutas sociais entre trabalhadores agro-extrativistas do Rio Valparaíso na Amazônia acreana.** Ano 7, n. 5 p. 13 – 33, 2004.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Reflexões sobre a participação dos assentados nas eleições municipais.** Ano 8, n. 6 p. 59 – 74, 2005.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **O conceito de região e a problemática dos assentamentos rurais.** Ano 1, n. 2 p. 74 – 93, 1998

ALMEIDA, Antônio Alves de. **A mística na luta pela terra.** Ano 8, n. 7 p. 22 – 34, 2005.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Análise preliminar da assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária do Estado de Mato Grosso do Sul.** Ano 3, n. 3 p. 58 – 67, 2000.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; HÉRNANDEZ, David Gallar; COLADO, Ángel Calle. **A “nova” questão agrária em Andalucía: processos de recampesinização em tempos de impérios agroalimentares.** Ano 17. n. 24. p. 09-35.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 13, n. 16 p. 22-32, 2010.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 15, Edição Especial, p. 93 – 102, 2012.

ANDRADE, Patrícia Soares; VIANA, Masilene Rocha. **Entre o avanço do agronegócio e a política de assentamentos rurais: a intervenção pública na questão agrária e fundiária piauiense.** Ano 19, n. 30, p.80-97, 2016.

AQUINO, Maria Lúcia Santos; LIMA, Eduardo Rodrigues Viana de; SILVA, Zenobio Abel Gouvêa Perelli da Gama e. **Manejo madeireiro na floresta estadual do Antimary, estado do Acre, Brasil.** Ano 14. n. 19 p. 104-135, 2011.

ARACH, Omar. **Problemática y febril. Una mirada a la expansión del biodiesel en argentina.** Ano 18. n. 28.p.19-31.2015.

AVILA, Camilo Alejandro Bustos. **O componente social do Plano Colômbia e a territorialidade da comunidade camponesa-indígena Awá do departamento de Putumayo (Colômbia).** Ano 16. n. 22. p. 09-26, 2013.

BAGLI, Priscilla. **O camponês nas análises de Rousseau, Michelet e Marx: diferenças e semelhanças.** Ano 7, n. 5 p. 63 – 72, 2004.

BARBAY, Claire. **Vers de nouvelles relations ville-campagne: les travailleurs ruraux et la création de nouveaux lieux.** Ano 9, n. 9 p. 1 – 27, 2006.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A interdependência entre estado e MST na constituição de um assentamento de reforma agrária.** Ano 15. n. 20 p. 83-98, 2012.

BARRI, Juan. **Renta Agraria em contextos de alta productividad: las contradicciones emergentes en el actual régimen de producción agropecuaria argentino.** Ano 16. n. 22. p. 27-42, 2013.

BASU, Pratyusha. **Scale, place and social movements: strategies of resistance along India's Narmada river.** Ano 13, n. 16 p. 96-113, 2010.

BATISTA, Ândrea Francine. **A formação e a organização política na territorialização contra-hegemônica: a experiência da Via Campesina sudamérica.** Ano 17. n. 24. p. 51-70.

BATISTA, Edimar Eder. **Complexidade das relações entre campo e cidade: perspectivas teóricas.** Ano. 18. n. 29.p.101-132. 2015.

BELLACOSA, Julia Marques. **Os desafios da produção camponesa frente à expansão dos agrocombustíveis, o assentamento Monte Alegre: Araraquara-SP.** Ano 16. n. 22. p. 55-81, 2013.

BELO, Diego Carvalhar; PEDLOWSKI, Marcos Antônio. **Acampamentos do MST e sua importância na formação da identidade do sem terra.** Ano 17. n. 24. p. 71-85.

BEM, Anderson; FABRINI, João Edmilson. **A comercialização informal de leite como componente de resistência camponesa em Marechal Cândido Rondon - PR.** Ano 8, n. 6 p. 14 – 23, 2005.

BENINI Edi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo. **Reforma agrária no contexto da economia solidária.** Ano 11, n. 13 p. 6 – 15, 2008.

BERNARDES, Júlia Adão. **Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica.** Ano 10, n. 10 p. 1 – 10, 2007.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas.** Ano 12, n. 14 p. 112 – 124, 2009.

BINSZTOK, Jacob; CARNEIRO, Mônica. **Integração nacional, desenvolvimento capitalista e projetos modernizantes na Amazônia: retrospectiva e perspectiva de despojos da mineração Rio do Norte – PA.** Ano 18. n.28. p.92-105. 2015.

BÔAS, Rafael Litvin Villas. **Terrorismo à brasileira: a retórica da vez da classe dominante contra o MST.** Ano 11, n. 13 p. 156 – 165, 2008.

BRINGEL, Breno Marqués. **El lugar también importa. Las diferentes relaciones entre Lula y el MST.** Ano 9, n. 9 p. 28 – 48, 2006.

BRUMER, Anita. ANJOS, Gabriele dos. **Gênero e reprodução social na agricultura familiar.** Ano 11, n. 12 p. 6 – 17, 2008.

BRUMER, Anita. SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX).** Ano 9, n. 9 p. 49 - 73, 2006.

BRUSCHI, Rita. **Manifestaciones de la cuestión agraria en Uruguay**. Ano 17. n. 25. p. 10-24, 2014.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Conhecendo os camponeses-estudantes e o seus territórios no município de Paulicéia-SP: trabalho familiar, lazer e escola**. Ano 14, n. 18 p. 47-78, 2011.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; GRISA, Felipe Fontoura; SCHIMITZ, Luiz Antonio. **Considerações sobre a experiência de construção de cisternas em Unidades de Produção e Vida Familiares (UPVFs) do município de Francisco Beltrão – Paraná**. Ano. 18. n. 29.p.174- 193.

CANUTO, Antônio. **Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade**. Ano 7, n. 5 p. 1 – 12, 2004.

CAPOANE, Viviane; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos. **Análise qualitativa do uso e ocupação da terra no assentamento Alvorada, Júlio de Castilhos – Rio Grande do Sul**. Ano 15. n. 20 p. 193-205, 2012.

CARDONA, David Vásquez. **Disputas territoriales con el capital, las subordinaciones, paradigmas y modelos de desarrollo**. Ano 16. n. 23. p. 09-26, 2013.

CARDONA, David Vásquez; SOBREIRO FILHO, J. S. **Os movimentos socioterritoriais: entre as classes e os movimentos populares**. Ano 19, n.30, p.148-168, 2016.

CARDOSO, Antonio Ismael; JOVCHELEVICH, Pedro; MOREIRA, Vladimir. **Produção de sementes e melhoramento de hortaliças para a agricultura familiar em manejo orgânico**. Ano 14. n. 19 p. 162-169, 2011.

CARRASCO, Salvador Ferradás. **Desarrollo Local, Promoción y Publicidad: Criterios de Calidad Medioambiental y Territorial para la mejora de Ciudades Turísticas**. Ano 12, n. 15 p. 22–33, 2009.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Política compensatória de assentamentos rurais como negação da reforma agrária**. Ano 7, n. 5 p. 113 – 122, 2004.

CASTRO, Cloves Alexandre. **Movimento social e geografia: contribuição ao debate**. Ano 16. n. 23. p. 81-108, 2013.

CAVALCANTE, Matuzalem. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Formação territorial, agronegócio e atuais mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso**. Ano 9, n. 8 p. 109 – 121, 2006.

CAVALCANTE, Matuzalem; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Territorialização do agronegócio e concentração fundiária**. Ano 11, n. 13 p. 16 – 25, 2008.

CHENG, TJ. **Overtime in China: law, practice and social exclusion**. Ano 11, n. 13 p. 26 – 46, 2008.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Agrarian reform, food sovereignty and the MST: socio-environmental impacts of agrofuels production in the Pontal do Paranapanema region of São Paulo state, Brazil**. Ano 15. n. 21 p. 08-32, 2012.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Addressing rural poverty and food insecurity through local food purchasing and school lunch programs: PAA Africa, PRONAE and the creation of institutional markets in Mozambique**. Ano 18. n. 26. p. 29-52, 2015.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**

como uma política pública emancipatória no território Cantuquiriguaçu-PR. Ano 18. n. 26. p. 167-184, 2015.

COELHO, Douglas Cristian; FABRINI, João Edmilson. **Produção de subsistência e autoconsumo no contexto de expansão do agronegócio.** Ano 17. n. 25. p. 71-87, 2014.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos. **Os quilombolas e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Vale do Ribeira Paraná: diversidades culturais, enquadramentos burocráticos e ações dos mediadores técnicos e sociopolíticos.** Ano 18. n. 26. p. 125-148, 2015.

CORREIA, Sérgio Roberto Moraes. **O Movimento dos Atingidos por Barragem na Amazônia: um movimento popular nascente de “vidas inundadas”.** Ano 12, n. 15 p. 34–65, 2009.

CORREIA, Sérgio Roberto Moraes; HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **Amazônia: a urgência e necessidade da construção de políticas e práticas educacionais inter/multiculturais.** Ano 14, n. 18 p. 79-105, 2011.

COSCIONE, Marco; PINZÓN, Viviana García. **Paro nacional agrario en Colombia: TLCS y perspectivas del movimiento social y popular.** Ano 17. n. 24. p. 167-19.

CHRISTANCHO GARRIDO, Hellen Charlot. **Abordagem territorial da segurança alimentar: articulação do campo e da cidade no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): considerações sobre o caso colombiano.** Ano 18. n. 26. p. 53-71, 2015.

CUBAS, Tiago Egídio Avanço. **Aspectos da formação da opinião pública paulista: um estudo baseado no Dataluta jornal de 1988 a 2010.** Ano 16. n. 23. p. 60-80, 2013.

CUNHA, Paulo Roberto; MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. **A terra prometida ainda é promessa... desapropriação da fazenda Nova Alegria pelo descumprimento do Código Florestal: conflito, impunidade e imbróglio jurídico.** Ano 15. n. 20 p. 99-130, 2012.

CUTINELLA, César. **La cuestión agraria uruguaya en los manuales escolares de geografía: una aproximación a su evolución histórica.** Ano 17. n. 24. p. 36-50.

DA ROS, César Augusto. **A política fundiária do governo da Frente Popular no Rio Grande do Sul (1999-2002): diretrizes, luta política e resultados atingidos.** Ano 11, n. 13 p. 47 – 82, 2008.

DA ROS, César Augusto; PICCIN, Marcos Botton. **Os serviços de assessoria técnica e social aos assentamentos de reforma agrária: uma análise qualitativa das ações do projeto Lumiar no estado do Rio de Janeiro.** Ano 15. n. 20 p. 131-155, 2012.

DAL POZZO, Clayton Ferreira. **Pelo espaço ou pelo território? Possibilidades de articulação para se compreender a territorialidade e a fragmentação socioespacial.** Ano 15. n. 21 p. 50-68, 2012.

DETTMER, Carlos Alberto; SILVA, Nardel Luiz Soares da. **Agricultura familiar – estudo de caso no assentamento Teijin, município de Nova Andradina, MS.** Ano. 18. n. 29.p.133-150. 2015

DESMARAIS, Annette Aurélie. **La Vía Campesina: Globalização e o poder dos camponeses.** Ano 10, n. 10 p. 165 – 173, 2007.

Direção Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. **As mentiras do governo FHC sobre reforma agrária.** Ano 1, n. 1 p. 72 – 75, 1998.

DROULERS, Martine. **Brésil: l'enjeu des biocarburants.** Ano 11, n. 12 p. 18 – 30, 2008.

DRUMOND, Nathalie. **A guerra da água na Bolívia: a luta do movimento popular contra a privatização de um recurso natural.** Ano 18. n.28. p. 186-205. 2015.

DRUZIAN, Franciele et al. **O estudo do lugar na escola do campo.** Ano 19, n. 30, p. 205-228, 2016.

ECHENIQUE, Sergio Gómez. **Reflexiones sobre la dinámica reciente del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe.** Ano 15. n. 20 p. 08-57, 2012.

EDUARDO, Márcio Freitas. **O conceito de território e o agroartesanato.** Ano 11, n. 13 p. 83 – 101, 2008.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão.** Ano 9, n. 8 p. 29 – 51, 2006.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão.** Ano 15, Edição Especial, p. 103 – 126, 2012.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. **A hierarquização dos espaços agrários na Amazônia Sul-Occidental: os assentados em áreas de preservação e os não assentados.** Ano 8, n. 7 p. 48 – 67, 2005.

ESTRADA, María de. **Geografía de la frontera: mecanismos de territorialización del agronegocio en frontera agropecuaria de Santiago del Estero, Argentina.** Ano 13, n. 17 p. 81-93, 2010.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 10, n. 11 p. 8 – 32, 2007.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 55 – 78, 2012.

FABRINI, João Edmilson; LUZ, Juan Artigas Souza; LACERDA, Celso Lisboa de. **A importância das culturas de milho e feijão para o desenvolvimento econômico de assentamentos de reforma agrária atendidos pelo projeto Lumiar – Paraná.** Ano 3, n. 3 p. 68 – 94, 2000.

FABRINI, João Edmilson; ROOS, Djoní; MARQUES, Erwin Becker; GONÇALVES, Leandro Daneluz. **Lutas e resistências no campo paranaense e o projeto Dataluta-PR.** Ano 15. n. 21 p. 33-49, 2012.

FACCO, Vinícius Antonio Banzano. **Alternativas aos impérios agroalimentares a partir do campesinato agroecológico: as experiências do acampamento agroflorestal José Lutzenberger (MST-Antonina/PR).** Ano. 18. n. 29.p.70- 100. 2015.

FALERO, Alfredo. **La potencialidad heurística del concepto de economía de enclave para repensar el territorio.** Ano 18. n.28. p.223-240. 2015.

FARIAS, Cleilton Sampaio; FARIAS, Cleisson Sampaio de Farias. **Os fundamentos e a expressão da questão agrária no Acre.** Ano 13, n. 17 p. 94-111, 2010.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária.** Ano 10, n. 11 p. 33 – 47, 2007.

- FARIAS, Maria Isabel. **Educação do/no Campo, um território em disputa: avanços e conquistas.** Ano 19, n. 30, p. 188-204, 2016.
- FELICIANO, Carlos Alberto. **“Grilos” jurídicos no Pontal do Paranapanema: administrando os conflitos agrários.** Ano 10, n. 11 p. 48 – 60, 2007.
- FELÍCIO, Munir Jorge. **Ação pastoral e questão agrária no Pontal do Paranapanema.** Ano 8, n. 7 p. 112 – 124, 2005.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **A territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 2 – 44, 1998.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Rural.** Ano 14, n. 18 p. 125-135, 2011.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 8, n. 6 p. 24 – 34, 2005.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 09 – 20, 2012.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de Reforma agrária.** Ano 1, n. 2 p. 1 – 32, 1998.
- FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **Assentamentos rurais no território da cana: controvérsias em cena.** Ano 10, n. 11 p. 61 – 80, 2007.
- FILHO, José dos Reis Santos. **A instituição imaginária da Amazônia brasileira. Registros cognitivos e práticas sociais.** Ano 9, n. 9 p. 113 – 143, 2006.
- FIRMIANO, Frederico Daia. **O novo colonialismo transnacional e a experiência brasileira do agronegócio.** Ano 13, n. 16 p. 48-62, 2010.
- FREITAS, Alair Ferreira de; BOTELHO, Maria Isabel Vieira. **“Campesinato como ordem moral”: (re)visitando clássicos e (re)pensando a economia camponesa.** Ano 14. n. 19 p. 44-58, 2011.
- GALAFASSI, Guido. **Economía regional y emergencia de movimientos agrarios. La región Chaqueña de los años setenta.** Ano 10, n. 10 p. 11 – 36, 2007.
- GALLAR HERNÁNDEZ, David; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Revisitando la agroecología: entrevista a Eduardo Sevilla Guzmán.** Ano 18. n. 27. p. 280-295. 2015.
- GARRIDO, Hellen Charlot Cristancho. **Vivir bien ¿paradigma no capitalista?** Ano 15. n. 21 p. 173-180, 2012.
- GIARRACA, Norma. GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. **Estrategias de vida, estrategias de lucha: apuntes de un trabajo de campo: el MST, São Paulo, Brasil (Reunión del GTDR – CLACSO, agosto/setiembre de 2005).** Ano 8, n. 7 p. 141 – 155, 2005.
- GIL, Izabel Castanha. **Cooperação, competição e resistência nas associações de municípios: a AMNAP e o desenvolvimento regional da Nova Alta Paulista.** Ano 11, n. 12 p. 31 – 56, 2008.

GIL, Izabel Castanha. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Regiões contidas e desenvolvimento territorial: uma reflexão sobre o desenvolvimento contemporâneo da Nova Alta Paulista.** Ano 8, n. 6 p. 75 – 91, 2005.

GIL, Izabel Castanha. **Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo.** Ano 7, n. 4 p. 5 – 19, 2004.

GOLDFARB, Yamila. **Consolidação da hegemonia das corporações, monopolização do território e acumulação por espoliação: o caso da Cargill no Brasil e na Argentina.** Ano 18. n. 27. p. 11-37. 2015.

GOLDFARB, Yamila. **Expansão da soja e financeirização da agricultura como expressões recentes do regime alimentar corporativo no Brasil e na Argentina: o exemplo da Cargill.** Ano 18. n.28. p.32-67. 2015.

GÓMEZ, Sergio. **Las directrices voluntarias sobre gobernanza responsable de la tenencia de los recursos naturales y su aplicación desde américa latin.** Ano 18. n.28. p. 241-264. 2015.

GÓMEZ, Sérgio. Urbanização e Ruralidade. **Os condomínios e os conselhos de desenvolvimento social.** Brasília: MDA, 2009 (resenha). Ano 12, n. 15 p. 136–138, 2009.

GONÇALVES, Renata. **Impactos da reorganização espacial dos novos modelos de assentamentos nas relações de gênero.** Ano 7, n. 5 p. 43 – 55, 2004.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 9, n. 8 p. 1 – 28, 2006.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 15, Edição Especial, p. 127 – 154, 2012.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. **Biofuels: five myths of the agro-fuels transition.** Ano 10, n. 10 p. 151 – 164, 2007.

JARA, Cristian Emanuel; SPERAT, Ramiro Rodríguez; RINCÓN, Luis Felipe. **La agricultura familiar en el desarrollo rural: continuidades y rupturas del paradigma neoliberal en argentina y Colombia.** Ano 17. n. 24. p. 86-106.

JESUS, José Novaes. **A pedagogia da alternância e o debate da Educação do/no campo no estado de Goiás.** Ano 14, n. 18 p. 7-20, 2011.

JÚNIOR, José Arbex. **Você tem fome do que?** Ano 9, n. 8 p. 173 – 185, 2006.

KARRIEM, Abdurazack. **“Marching as to war”: a letter from Brazil to South Africa about landlessness, agrarian reform and social movement struggles against Neoliberalism.** Ano 8, n. 6 p. 1 – 13, 2005.

LARA JÚNIOR, Nadir. **Análise das principais influências ideológicas na constituição do MST.** Ano 15. n. 20 p. 156-174, 2012.

LEAL, Sidney Cássio Todescato. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Pontal do Paranapanema.** Ano 18. n. 26. p. 149-166, 2015.

LEITE, Sérgio. **Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil.** Ano 9, n. 9 p. 144 – 158, 2006.

LEITE, Vinícius Rocha; PEDLOWSKI, Marcos Antonio; HADDAD, Ludimila Neves. **Assentamentos de reforma agrária como agentes de recuperação da cobertura vegetal em paisagens degradadas de Mata Atlântica na região norte fluminense.** Ano 17. n. 25. p. 136-146, 2014.

LERRER, Débora Franco. **Movimentos sociais, mídia e construção de um novo senso comum.** Ano 8, n. 7 p. 125 – 140, 2005.

LOBOS, Damian Andres. **Los territorios de la desposesión: los enclaves y la logística como territorialización del modelo extractivo sudamericano.** Ano 16. n. 22. p. 43-54, 2013.

LOPES, Gabriel Rodrigues. **“¡Ese desarrollo quiere acabar con nosotros/as!”: del horizonte colonial al giro epistémico des-colonizador.** Ano 19, n.30, p. 31-57, 2016.

MACEDO, Giovanni Raimundo de; BINSZTOK, Jacob. **Associações dos agricultores familiares, cafeicultura orgânica e comércio justo na Amazônia: dilemas e perspectivas.** Ano 10, n. 10 p. 37 – 56, 2007.

MACEDO, Magno Roberto Alves; DARNET, Laura Angélica Ferreira; THALÊS, Marcelo Cordeiro; POCCARD-CHAPUÍS, Rene. **Configuração espacial do desflorestamento em fronteira agrícola na Amazônia: um estudo de caso na região de São Félix do Xingu, estado do Pará.** Ano 16. n. 22. p. 96-110, 2013.

MACHADO, Antonio Maciel Botelho; CASALINHO, Helvio Debli. **Crítica à pluriatividade e suas relações com o campesinato e a reforma agrária.** Ano 13, n. 17 p. 65-80, 2010.

MACHADO, Maria Rita Ivo de Melo; ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves de. **Nova lógica na produção de cana-de-açúcar na Zona da Mata pernambucana: transformações fundiárias para a perpetuação das relações de poder.** Ano 16. n. 22. p. 111-126, 2013.

MAGGI, Leonardo Bauer. **Itaipu e a formação do território do capital.** Ano 18. n. 27. p. 53-63. 2015.

MANRIQUE, Luis Felipe Ricón. **(Neo)extrativismo e despojo no sul global: conflitos e resistências nos territórios.** Ano 18. n.28. p.09-18.2015.

MARCOS, Valéria de. **Da luta para entrar na terra à luta para permanecer na terra: a realidade dos assentamentos rurais paraibanos.** Ano 1, n. 2 p. 51 – 73, 1998.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 11, n. 12 p. 57 – 67, 2008.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 15, Edição Especial, p. 43 – 54, 2012.

MARTÍN, Víctor O. Martín. **De cómo se evita hoy la aplicación de la reforma agraria en el Surde España.** Ano 10, n. 11 p. 81 – 108, 2007.

MCMICHAEL, Philip. **Reframing development: global peasant movements and the new agrarian question.** Ano 10, n. 10 p. 57 – 71, 2007.

MELLO, Neli Aparecida de. **E a política agrícola transforma-se em instrumento do desenvolvimento sustentável....** Ano 11, n. 12 p. 68 – 85, 2008.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; VAN TILBEURGH, Veronique. **Da teologia da libertação ao desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira: os mecanismos políticos e sociais de sua interpretação.** Ano 14. n. 19 p. 59-72, 2011.

MENDES, Eduardo Roberto; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Algumas considerações sobre o geógrafo anarquista Piotr Kropotkin e a comunidade rural Yuba em Mirandópolis (SP).** Ano 10, n. 11 p. 109 – 121, 2007.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. ALMEIDA, Maria Geralda de. **Um olhar sobre as redes de sociabilidade construídas do território das fabriquetas de queijo.** Ano 9, n. 8 p. 133 – 150, 2006.

MIGUEZ, Susana Edith Rapp; TORIZ, Rosalia Vázquez; CAPILA, Maristela Amaro; MENDOZA, Xóchilt Formacio. **La disputa por los territorios rurales frente a la nueva cara del extractivismo minero y los procesos de resistencia en Puebla, México.** Ano 18. n.28. p.206-222. 2015.

MIRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje.** Ano 9, n. 8 p. 151 – 172, 2006.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. **Agricultura de beira de estrada ou agropecuária marginal ou, ainda, o campesinato espremido.** Ano 16. n. 23. p. 43-59, 2013.

MONDARDO, Marcos Leandro. **A “territorialização” do agronegócio globalizado em Barreiras- BA: migração sulista, reestruturação produtiva e contradições sócio-territoriais.** Ano 13, n. 17 p. 112-130, 2010.

MORAES, Vitor de; WELCH, Clifford Andrew. **A disputa territorial e o controle das políticas no território Cantuquiriguaçu - estado do Paraná: a participação dos movimentos socioterritoriais e o papel do estado.** Ano 18. n. 27. p. 96-112. 2015.

MORALES, Selene. **La “sojización” y la tierra en disputa: desarrollo del capitalismo agrario en Uruguay.** Ano 16. n. 23. p. 109-130, 2013.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 10, n. 10 p. 72 – 93, 2007.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 15, Edição Especial, p. 155 – 176, 2012.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; IENO NETO, Genaro. **Organização interna dos assentamentos rurais na Paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas.** Ano 3, n. 3 p. 45 – 57, 2000.

MOREIRA, Fabiano Greter; SCHILINDWEIN, Madalena Maria. **Sucessão da gestão na agricultura familiar: um estudo de caso no assentamento Santa Olga no município de Nova Andradina em Mato Grosso do Sul.** Ano. 18. n. 29.p. 151-173. 2015

MOREIRA, Vagner José. **A criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra: mundos dos trabalhadores, questão agrária e o “levante comunista” de 1949 em Fernandópolis-SP.** Ano 13, n. 16 p. 114-129, 2010.

MORENO, Glaucia de Sousa; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O drama da instalação de famílias agricultoras na mesorregião sudeste paraense.** Ano 15. n. 21 p. 79-99, 2012.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Movimento étnico-socioterritorial Guarani e Kaiowa no estado de Mato Grosso do Sul: disputas territoriais nas retomadas pelo Tekoha-Tekoharã.** Ano 15. n. 21 p. 114-134, 2012.

NAHUN, João Santos; PAIXÃO JÚNIOR, Paulo Roberto Carneiro. **Encontros e desencontros: fronteira, agronegócio da soja e campesinato no Planalto Santareno (PA).** Ano 17. n. 25. p. 47-70, 2014.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. **Educação do Campo na encruzilhada entre emancipação versus reino do capital: uma leitura filosófica.** Ano 14, n. 18 p. 106-124, 2011.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN, Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Políticas públicas e comunidades tradicionais: uma análise dos projetos de desenvolvimento local sustentável na Mata Atlântica.** Ano 17. n. 25. p. 147-161, 2014.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN; Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco dos; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Transição alimentar em comunidade quilombola no litoral sul de São Paulo/Brasil.** Ano 18. n. 27. p. 138-155. 2015.

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária. **DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra.** Ano 3, n. 3 p. 7 – 27, 2000.

NETO, Domingos José de Almeida. **O Método do discurso.** Ano 7, n. 5 p. 73 – 85, 2004.

NETO, João Augusto de Andrade. **A teoria e a prática do MST para a cooperação e a organização em assentamentos rurais.** Ano 18. n. 27. p. 156-182. 2015.

NEVES, Achilles Lemos. **Dos movimentos sociais aos sócio-espaciais e socioterritoriais: uma tentativa de compreensão dos “movimentos” pela perspectiva geográfica.** Ano 7, n. 5 p. 35 – 42, 2004.

NEVES, Delma Pessanha. **Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena.** Ano 8, n. 7 p. 68 – 93, 2005.

NORDER, Luis Antônio Cabello. **Controvérsias sobre a reforma agrária no Brasil (1934-1964).** Ano 17. n. 24. p. 133-145.

NUNES, João Osvaldo Rodrigues; SERRANO, José Antonio Segrelles. **Análise agrária da multifuncionalidade da terra na província de Alicante-Espanha.** Ano 12, n. 14 p. 28 – 47, 2009.

OCADA, Fabio Kazuo; MELO, Beatriz Medeiros de. **Entrevista com Maria Aparecida de Moraes Silva.** Ano 11, n. 12 p. 117 – 136, 2008.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Prescrições agroecológicas para a crise atual.** Ano 13, n. 16 p. 33-47, 2010.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Uma descrição agroecológica da crise atual.** Ano 12, n. 15 p. 66– 87, 2009.

OLIVEIRA, Nallígia Tavares de. **Entrevista com Valmir Ulisses Sebastião – Ocupações de terra: mudanças e perspectivas.** Ano 13, n. 17 p.150-156, 2010.

OLIVEIRA, Alyne Maria Sousa et al. **Indicadores de sustentabilidade cultural de assentamentos rurais em Teresina-PI.** Ano 19, n.30, p.98-147, 2016.

OMENA, Maria Luiza Rodrigues de Albuquerque; SOUZA, Roberto Rodrigues de; SOARES, Maria José Nascimento. **Contradições do programa sergipano de biodiesel.** Ano 15. n.

21 p. 162-172, 2012.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **O partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro.** Ano 15. n. 20 p. 206-207, 2012.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Análise do processo de espacialização do MST no estado de São Paulo em diferentes contextos histórico-geográficos.** Ano 18. n. 27. p. 113-137. 2015.

OYAHANTÇABAL, Gabriel. **Los tres campos em la cueston agraria en Uruguay.** Ano 16. n. 22. p. 82-95, 2013.

PASINI, Isabela Leão Ponce; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; SILVA, Douglas Mansur da. **Modernização nas comunidades negras rurais do Sapê do Norte: discursos e práticas de (des)envolvimento e meio ambiente.** Ano 17. n. 24. p. 107-121.

PASQUETTI, Luis Antônio. **O MST como uma empresa social.** Ano 1, n. 2 p. 33 – 50. 1998.

PATÍÑO, Luís Carlos Agudelo. **Campesinos sin tierra, tierra sin campesinos: territorio, conflicto y resistencia campesina en Colômbia.** Ano 13, n. 16 p. 81-95, 2010.

PATRÍCIO, Patrícia Cartes; GOMES, João Carlos Costa. **Desenvolvimento rural sustentável, planejamento e participação.** Ano 15. n. 21 p. 100-113, 2012.

PAULA, Elder Andrade de. **O movimento sindical dos trabalhadores rurais e a luta pela terra no Acre: conquistas e retrocessos.** Ano 7, n. 5 p. 86 – 101, 2004.

PAULA, Elder Andrade de. SILVA, Silvio Simione da. **Floresta, para que te quero? Da territorialização camponesa a nova territorialidade do capital.** Ano 11, n. 12 p. 86 -97, 2008.

PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione da. **Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes.** Ano 11, n. 13 p. 102 – 117, 2008.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais.** Ano 9, n. 8 p. 52 – 73, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais.** Ano 15, Edição Especial, p. 21 – 42, 2012.

PAVAN, Dulcinéia. **O caminho feminino para a reforma agrária.** Ano 3, n. 3 p. 28 – 44, 2000.

PAZ, Raúl; LIPSHITZ, Héctor; ZERDA, Hugo Raúl; TIEDEMAN, José. **Estructura agraria, áreas de concentración de la agricultura familiar y procesos de expansión de la frontera agropecuaria en Santiago del Estero, Argentina.** Ano 18. n. 27. p. 259-279. 2015.

PEIXOTO, Angêla Maria; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues. **Abordagem territorial nas políticas públicas de desenvolvimento rural: uma análise do PAA para a produção camponesa no município de Ipameri-GO.** Ano 18. n. 26. p. 72-94, 2015.

PERCÍNCULA, Analia; JORGE, Andrés; CALVO, Claudia; MARIOTTI, Daniela; DOMÍNGUEZ, Diego; ESTRADA, Maria de; CICOLELLA, Mariana; BARBETTA, Pablo;

SABATINO, Pablo; ASTELARRA, Sofia. **La violencia rural en la Argentina de los agronegocios: crónicas invisibles del despojo**. Ano 14. n. 19 p. 08-23, 2011.

PEREIRA, Lorena Izá. **Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil**. Roma: International Land Coalition (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 182-185, 2014.

PEREIRA, Lorena Izá. **Governança da posse e estrangeirização de terras: apontamentos e perspectivas**. Ano. 18. n. 29.p. 48- 69. 2015.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **A disputa política no Brasil em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1997-2005)**. Ano 8, n. 6 p. 92 – 117, 2005.

PICCIN, Marcos Botton et al. **Análise do processo de constituição e desestruturação da cooperativa de agricultores assentados Terra Vida – COOPERVIDA, RS**. Ano 12, n. 14 p. 72 – 96, 2009.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Aportes metodológicos de la teoría del desarrollo territorial**. Ano 15. n. 21 p. 69-78, 2012.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Discusiones ontológicas sobre una tipología de territorios**. Ano 19, n. 30, p. 10-30, 2016.

PONTE, Karina Furini da. **(Re) Pensando o Conceito do Rural**. Ano 7, n. 4 p. 20 – 28, 2004.

PONTES, Beatriz Maria Soares. **A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx**. Ano 8, n. 7 p. 35 – 47, 2005.

PORTO, José Renato Sant’Anna. **O discurso do agronegócio: modernidade, poder e “verdade”**. Ano 17. n. 25. p. 25-46, 2014.

PFRIMER, Matheus Hoffman; BARBOSA JUNIOR, Ricardo Cesar. **(De)Securitizing collectives of the Brazilian Cerrado and the implementation of an agribusiness complex**. Ano 19, n. 30, p.58-79.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. **A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo**. Ano 14, n. 18 p. 37-46, 2011.

QUIJANO, María Adelaida Farah. CORREA, Edelmira Pérez. **Mujeres rurales y nueva ruralidad en Colombia**. Ano 9, n. 9 p. 73 – 88, 2006.

RAMALHO, Cristiane Barbosa. **Quem são os sem-terra? Uma questão relevante para a compreensão da luta pela terra no Brasil**. Ano 1, n. 1 p. 59 – 72, 1998.

RAMÍREZ, Milena Barrera. **Aproximación histórica al cooperativismo y su relación con la *praxis* desarrollada por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST)**. Ano 10, n. 10 p. 94 – 114, 2007.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do campesinato**. Ano 8, n. 6 p. 46 – 58, 2005.

REITER, Bernd. **A genealogy of Black organizing in Brazil**. Ano 12, n. 14 p. 48 – 62, 2009.

RIBAS, Alexandre Domingues. **MST: reorganização político-territorial dos assentamentos e a consolidação do sistema cooperativista dos assentados**. Ano 1, n.

1 p. 45 – 58, 1998.

RIEIRO, Anabel; POSADA, Valentina. **Megaminería en Uruguay: conflictos estructurantes de un nuevo campo en disputa.** Ano 18. n.28. p.165-185. 2015.

RIBEIRO, Edson Sabatini. **RESENHA: Dinâmicas de classe da mudança agrária.** Ano 18. n. 27. p. 296-300. 2015.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato.** Ano 16. n. 23. p. 167-170, 2013.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno.** São Paulo: Expressão Popular (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 186-191, 2014.

RINCÓN, Luis Felipe. **¡Hombres de maíz! Una mirada a la actualidad organizativa campesina en Guatemala.** Ano 13, n. 17 p. 49-64, 2010.

RODRIGUEZ, Violeta R. Nuñez. **Minería en México en el marco de la acumulación por desposesión.** Ano 18. n.28. p. 132-148. 2015.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **Memória e atualização de sentidos em três atos do discurso jornalístico.** Ano 7, n. 5 p. 56 – 62, 2004.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa; PACÍFICO, Soraya Maria Romano. **Muito além de giz e lousa: análise do litígio discursivo em torno da questão agrária.** Ano 11, n. 12 p. 98 – 107, 2008.

ROOS, Djoni. **Lutas camponesas e diferentes atividades associativas nos assentamentos de sem-terra.** Ano 12, n. 14 p. 97 – 111, 2009.

ROSS, Djoni. **A reprodução contraditória do campesinato frente a territorialidade do agronegócio: subordinações e resistências em assentamentos rurais no Centro-Sul do Paraná.** Ano 19, n. 30, p. 169-187, 2016.

ROS, César Augusto Da; PICCIN, Marcos Botton. **A implantação do programa de assessoria técnica, social e ambiental aos assentamentos de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro nos anos de 2002 a 2008: diretrizes, formatos institucionais e dinâmica de execução.** Ano 18. n. 27. p. 183-213. 2015.

ROSSETTO, Onélia Carmem. **Sustentabilidade Ambiental do Pantanal Mato-Grossense: Interfaces entre Cultura, Economia e Globalização.** Ano 12, n. 15 p. 88–105, 2009.

ROSSETTO, Onélia Carmem; GIRARDI, Eduardo Paulon. **Dinâmica agrária e sustentabilidade socioambiental no Pantanal brasileiro.** Ano 15. n. 21 p. 135-161, 2012.

ROSSI, Virginia. **La producción familiar en la cuestión agraria uruguaya.** Ano 13, n. 16 p. 63-80, 2010.

SANTONJA, Jordi Tormo i. **Hacia una Geografía útil: el papel de la Geografía en el siglo XXI en España.** Ano 12, n. 14 p. 7– 27, 2009.

SANTOS, Anderson Luiz Machados dos; DE DAVID, Cesar. **Luta pela terra e disputas territoriais na região da campanha gaúcha: o processo de formação do assentamento Conquista do Caiboaté em São Gabriel – RS.** Ano 15. n. 20 p. 175-192, 2012.

SANTOS, Maria Edilúzia Leopoldino. **A construção do caminho para a conquista da terra: um espaço de transformação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem- Terra.** Ano 9, n. 9 p. 89 – 112, 2006.

SANTOS, Rafael de Oliveira Coelho dos. **A expansão do agronegócio sobre os assentamentos da reforma agrária: o caso do PA Fazenda Primavera (Andradina-SP).** Ano 17. n. 25. p. 102-135, 2014.

SAQUET, Marcos Aurélio; MONDARDO, Marcos Leandro. **A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais.** Ano 11, n. 13 p. 118 – 127, 2008.

SAUER, Sérgio. TUBINO, Nilton Luis Godoy. **A sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro.** Ano 10, n. 11 p. 131 – 148, 2007.

SEGRELLES, José Antonio. **La ecología y el desarrollo sostenible frente al capitalismo: una contradicción insuperable.** Ano 11, n. 13 p. 128 – 143, 2008.

SHANIN, Teodor. **Definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista.** Ano 8, n. 7 p. 1 – 21, 2005.

SHIMBO, Júlia Zanin; JIMÉNEZ-RUEDA, Jairo Roberto. **Zoneamento geoambiental como subsídio aos projetos de reforma agrária. Estudo de caso: assentamento rural Pirituba II.** Ano 10, n. 10 p. 115 – 133, 2007.

SILVA, Arthur Boscariol; PEDRON, Nelson Rodrigo. **Reprodução do campesinato através de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar: a dinâmica do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Ourinhos-SP.** Ano 18. n. 26. p. 95-112, 2015.

SILVA, Edson Batista; CALAÇA, Manoel. **Disputas pela terra e na terra: possibilidades para produção agroecológica no assentamento Cunha, em Cidade Ocidental, GO.** Ano 18. n. 27. p. 214-239. 2015.

SILVA, Emerson Xavier da. **Entrevista a James Cockcroft.** Ano 10, n. 11 p. 149 – 169, 2007.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações.** Ano 13, n. 16 p. 7-21, 2010.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações.** Ano 15, Edição Especial, p. 79 – 92, 2012.

SILVA, Judson Jorge; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Do sonho à devastação onde tudo se (RE)constrói: experiências e memórias nas lutas por terra da região do Cariri-CE.** Ano 12, n. 14 p. 125 – 141, 2009.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. MARTINS, Rodrigo Constante. OCADA, Fábio Kazuo. GODOI, Stela. MELO, Beatriz Medeiros de. VETTORACCI, Andréia. BUENO, Juliana Dourado. RIBEIRO, Jadir Damião. **Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado.** Ano 9, n. 8 p. 74 – 108, 2006.

SILVA, Mariele de Oliveira; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Reforma agrária nos municípios de Cáceres/MT e Selvíria/MS: agronegócio, subordinação e emancipação camponesa.** Ano 17. n. 25. p. 8-101, 2014.

SILVA, Rafael Navas; SILVA, Ivone da; MARTINS, Cibele Chalita. **Formação de coletores de sementes nativas da mata atlântica.** Ano 17. n. 24. p. 122-132, 2014.

SILVA, Raimundo Pires. **As especificidades da nova ATER para agricultura familiar.** Ano 16. n. 23. p. 150-166, 2013.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 7, n. 4 p. 42 – 49, 2004.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 15, Edição Especial, p. 177 – 184, 2012.

SILVA, Simone Rezende da. **A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola.** Ano 14. n. 19 p. 73-89, 2011.

SILVA, Tânia Paula da. **As redefinições do “rural”: breve abordagem.** Ano 7, n. 4 p. 50 – 55, 2004.

SILVA, Tanise Pedron da; COSTABEBER, José Antônio. **A (re)organização da produção: um estudo da segurança alimentar nos assentamentos de reforma agrária Santa Rita e Sepé Tiaraju, município de Capão do Cipó (RS).** Ano 16. n. 23. p. 131-149, 2013.

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. **A Geografia dos Movimentos Sociais em tempos de Globalização: o MST e o Zapatismo.** Ano 10, n. 11 p. 122 – 130, 2007.

SOARES, Jorge Luís Nascimento. **Assentamentos de reforma agrária na defesa e conservação do cerrado: o caso da região sul do Maranhão.** Ano 11, n. 13 p. 144 – 155, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento; ESPINDOLA, Carlos Roberto. **Geotecnologias no planejamento de assentamentos rurais: premissa para o desenvolvimento rural sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 108 – 116, 2008.

SOARES, Simone Fernandes. **Um processo de capacitação de jovens e adultos remanescentes de quilombolas dos Caetanos de Capuan, Caucaia – Ceará.** Ano 17. n. 25. p. 162-181, 2014.

SOARES, Venozina de Oliveira; ROCHA, Luciana Oliveira. **A evolução da estrutura agrária do município de Barra do Choça-BA.** Ano 13, n. 17 p. 131-149, 2010.

SOBREIRO FILHO, José. **O(s) movimento(s) por trás das dissensões: rupturas, agregação, lideranças e poder nas dissidências do Pontal do Paranapanema.** Ano 18. n. 27. p. 64-95. 2015.

SORZANO, Angelina Herrera; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **O papel e os desafios da organização camponesa em Cuba: entrevista com o dirigente da Associação Nacional dos Agricultores Pequenos (ANAP), Mario La O Sosa.** Ano 14. n. 19 p. 136-151, 2011.

SOUZA, Francilane Eulália de. **Os colégios rurais agrupados na Espanha: lugar de fortalecimento do campesinato?** Ano 14, n. 18 p. 21-36, 2011.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Nota: a permanência na transformação e a transformação da permanência.** Ano 13, n. 17 p. 157-159, 2010.

SUZUKI, Júlio César. **Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação.** Ano 10, n. 10 p. 134 – 150, 2007.

TEIXEIRA, Carine Andrade; NORDER, Luís Antonio Cabello. **Participação indígena no**

Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Ano 18. n. 26. p. 113-124, 2015.

TEUBAL, Miguel. **La renta de la tierra en la economía política clásica: David Ricardo.** Ano 9, n. 8 p. 122 – 132, 2006.

THÉRY, Hervé et al. **Geografias do trabalho escravo contemporâneo no Brasil.** Ano 13, n. 17 p. 7-28, 2010.

TRICHES, Rozana Maria; GRISA, Cátia. **Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência.** Ano 18. n. 26. p. 11-28, 2015.

VANDEN, Harry E. **Novos movimentos sociais, globalização e democratização: a participação do MST.** Ano 12, n. 14 p. 63 – 71, 2009.

VARGAS, Daiane Loreto. **Trabalho dos extensionistas no contexto da ATES: o caso dos assentamentos de Candiota/RS.** Ano 16. n. 22. p. 127-137, 2013.

VASCONCELOS, Joana Salém. **Propriedade coletiva em debate: caminhos da revolução agrária em Cuba (1959-1964).** Ano 18. n. 27. p. 240-258. 2015.

VASSALLO, Miguel; CHAVES, Ethel Ferreira. **Colonización y nuevas formas de acceso a la tierra de productores familiares: enseñanzas de la colonia Maestro Soler en Uruguay.** Ano 17. n. 24. p. 146-166.

VÁSQUEZ CARDONA, David. **La crisis cafetera: elementos para una discusión sobre los análisis de los sistemas alimentarios.** Ano 18. n. 27. p. 38-52. 2015.

VELTMEYER, Henry. **Dynamics of agrarian transformation and resistance.** Ano 13, n. 17 p. 29-49, 2010.

VELTMEYER, Henry. **El itinerario de desarrollo como un idea.** Ano 14. n. 19 p. 24-43, 2011.

VENTURA, Cláudio Barbosa. **Formação continuada de professores das escolas do campo no município de Governador Valadares – MG.** Ano. 18. n. 29.p.220 -232. 2015.

VIDAL, Déa de Lima; ALENCAR, João Vitor de Oliveira. **Diferenciação camponesa na Depressão Sertaneja Semi-Árida do Ceará.** Ano 12, n. 15 p. 106–135, 2009.

VIEIRA, Flávia Braga. **Lutas camponesas na escala internacional: um estudo sobre a Via Campesina.** Ano 15. n. 20 p. 58-82, 2012.

VIEIRA, Noemia Ramos. **O conhecimento geográfico veiculado pelos parâmetros curriculares nacionais de geografia e o espaço agrário brasileiro: reflexões para uma geografia crítica em sala de aula.** Ano 7, n. 4 p. 29 – 41, 2004.

VILLELA, Fábio Fernandes. **Práticas educativas comparadas em educação do campo e os desafios da formação omnilateral na América Latina.** Ano 14. n. 19 p. 90-103, 2011.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. **Território (i)material e Geografia Agrária: Paradigmas em Questão.** Ano 16. n. 23. p. 27-42, 2013.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; SCHIVINATTO, Mônica. **Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Ano 18. n. 26. p. 185-205, 2015.

WAHREN, Juan ;SCHVARTZ, Agustina. **Disputas territoriales en el valle del intag en Ecuador: de la resistencia social contra la mega-minería a la creación de alternativas al desarrollo.** Ano 18. n.28. p.149-164.

WANDSCHEER, Elvis Albert Robe; MACIEL, Carlos Alberto da Rosa; NEVES, Anderson Souto. **A influência dos processos contemporâneos na alimentação: uma proposta de reflexão.** Ano 14. n. 19 p. 152-161, 2011.

WELCH, Clifford Andrew. **Estratégias de resistência do movimento camponês brasileiro em frente das novas táticas de controle do agronegócio transnacional.** Ano 8, n. 6 p. 35 – 45, 2005.

WELCH, Clifford Andrew. **Movement histories: a preliminary historiography of the Brazil's landless laborers' movement (MST).** Ano 9, n. 9 p. 159 – 168, 2006.

WELCH, Clifford Andrew. **Peasants and globalization in Latin America: a survey of recent literature.** Ano 7, n. 5 p. 102 – 112, 2004.

WITTMAN, Hannah. **Agrarian reform and the production of locality: resettlement and community building in Mato Grosso, Brazil.** Ano 8, n. 7 p. 94 – 111, 2000.

ZICARI, Julián. **Neoextractivismo en Sudamérica. El caso del lítio.** Ano. 18. n. 29.p.10-47. 2015.

ZIMERMAN, Artur. **Conhecendo a questão agrária por seus atores.** Ano 17. n. 24. p. 191-200

COMPÊNDIO EDIÇÕES

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A territorialização do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 2 – 44, 1998.

RIBAS, Alexandre Domingues. **MST: reorganização político-territorial dos assentamentos e a consolidação do sistema cooperativista dos assentados.** Ano 1, n. 1 p. 45 – 58, 1998.

RAMALHO, Cristiane Barbosa. **Quem são os sem-terra? Uma questão relevante para a compreensão da luta pela terra no Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 59 – 72, 1998.

Direção Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. **As mentiras do governo FHC sobre reforma agrária.** Ano 1, n. 1 p. 72 – 75, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de Reforma agrária.** Ano 1, n. 2 p. 1 – 32, 1998.

PASQUETTI, Luis Antônio. **O MST como uma empresa social.** Ano 1, n. 2 p. 33 – 50, 1998.

MARCOS, Valéria de. **Da luta para entrar na terra à luta para permanecer na terra: a realidade dos assentamentos rurais paraibanos.** Ano 1, n. 2 p. 51 – 73, 1998.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **O conceito de região e a problemática dos assentamentos rurais.** Ano 1, n. 2 p. 74 – 93, 1998

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária. **DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra.** Ano 3, n. 3 p. 7 – 27, 2000.

PAVAN, Dulcinéia. **O caminho feminino para a reforma agrária.** Ano 3, n. 3 p. 28 – 44, 2000.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; IENO NETO, Genaro. **Organização interna dos assentamentos rurais na Paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas.** Ano 3, n. 3 p. 45 – 57, 2000.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Análise preliminar da assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária do Estado de Mato Grosso do Sul.** Ano 3, n. 3 p. 58 – 67, 2000.

FABRINI, João Edmilson; LUZ, Juan Artigas Souza; LACERDA, Celso Lisboa de. **A importância das culturas de milho e feijão para o desenvolvimento econômico de assentamentos de reforma agrária atendidos pelo projeto Lumiar – Paraná.** Ano 3, n. 3 p. 68 – 94, 2000.

GIL, Izabel Castanha. **Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo.** Ano 7, n. 4 p. 5 – 19, 2004.

PONTE, Karina Furini da. **(Re) Pensando o Conceito do Rural.** Ano 7, n. 4 p. 20 – 28, 2004.

VIEIRA, Noemia Ramos. **O conhecimento geográfico veiculado pelos parâmetros curriculares nacionais de geografia e o espaço agrário brasileiro: reflexões para uma geografia crítica em sala de aula.** Ano 7, n. 4 p. 29 – 41, 2004.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 7, n. 4 p. 42 – 49, 2004.

SILVA, Tânia Paula da. **As redefinições do “rural”: breve abordagem.** Ano 7, n. 4 p. 50 – 55, 2004.

CANUTO, Antônio. **Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade.** Ano 7, n. 5 p. 1 – 12, 2004.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. **Cultura, trabalho e lutas sociais entre trabalhadores agro-extrativistas do Rio Valparaíso na Amazônia acreana.** Ano 7, n. 5 p. 13 – 33, 2004.

NEVES, Achiles Lemos. **Dos movimentos sociais aos sócio-espaciais e socioterritoriais: uma tentativa de compreensão dos “movimentos” pela perspectiva geográfica.** Ano 7, n. 5 p. 35 – 42, 2004.

GONÇALVES, Renata. **Impactos da reorganização espacial dos novos modelos de assentamentos nas relações de gênero.** Ano 7, n. 5 p. 43 – 55, 2004.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **Memória e atualização de sentidos em três atos do discurso jornalístico.** Ano 7, n. 5 p. 56 – 62, 2004.

BAGLI, Priscilla. **O camponês nas análises de Rousseau, Michelet e Marx: diferenças e semelhanças.** Ano 7, n. 5 p. 63 – 72, 2004.

NETO, Domingos José de Almeida. **O Método do discurso.** Ano 7, n. 5 p. 73 – 85, 2004.

PAULA, Elder Andrade de. **O movimento sindical dos trabalhadores rurais e a luta pela terra no Acre: conquistas e retrocessos.** Ano 7, n. 5 p. 86 – 101, 2004.

WELCH, Clifford Andrew. **Peasants and globalization in Latin America: a survey of recent literature.** Ano 7, n. 5 p. 102 – 112, 2004.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Política compensatória de assentamentos rurais como negação da reforma agrária.** Ano 7, n. 5 p. 113 – 122, 2004.

KARRIEM, Abdurazack. **“Marching as to war”: a letter from Brazil to South Africa about landlessness, agrarian reform and social movement struggles against Neoliberalism.** Ano 8, n. 6 p. 1 – 13, 2005.

BEM, Anderson; FABRINI, João Edmilson. **A comercialização informal de leite como componente de resistência camponesa em Marechal Cândido Rondon - PR.** Ano 8, n. 6 p. 14 – 23, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 8, n. 6 p. 24 – 34, 2005.

WELCH, Clifford Andrew. **Estratégias de resistência do movimento camponês brasileiro em frente das novas táticas de controle do agronegócio transnacional.** Ano 8, n. 6 p. 35 – 45, 2005.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do campesinato.** Ano 8, n. 6 p. 46 – 58, 2005.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Reflexões sobre a participação dos assentados nas eleições municipais.** Ano 8, n. 6 p. 59 – 74, 2005.

GIL, Izabel Castanha. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Regiões contidas e desenvolvimento territorial: uma reflexão sobre o desenvolvimento contemporâneo da Nova Alta Paulista.** Ano 8, n. 6 p. 75 – 91, 2005.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **A disputa política no Brasil em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1997-2005).** Ano 8, n. 6 p. 92 – 117, 2005.

SHANIN, Teodor. **Definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista.** Ano 8, n. 7 p. 1 – 21, 2005.

ALMEIDA, Antônio Alves de. **A mística na luta pela terra.** Ano 8, n. 7 p. 22 – 34, 2005.

PONTES, Beatriz Maria Soares. **A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx.** Ano 8, n. 7 p. 35 – 47, 2005.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. **A hierarquização dos espaços agrários na Amazônia Sul-Occidental: os assentados em áreas de preservação e os não assentados.** Ano 8, n. 7 p. 48 – 67, 2005.

NEVES, Delma Pessanha. **Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena.** Ano 8, n. 7 p. 68 – 93, 2005.

WITTMAN, Hannah. **Agrarian reform and the production of locality: resettlement and community building in Mato Grosso, Brazil.** Ano 8, n. 7 p. 94 – 111, 2005.

FELÍCIO, Munir Jorge. **Ação pastoral e questão agrária no Pontal do Paranapanema.** Ano 8, n. 7 p. 112 – 124, 2005.

LERRER, Débora Franco. **Movimentos sociais, mídia e construção de um novo senso comum.** Ano 8, n. 7 p. 125 – 140, 2005.

GIARRACA, Norma. GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. **Estrategias de vida, estrategias de lucha: apuntes de un trabajo de campo: el MST, São Paulo, Brasil (Reunión del GTDR – CLACSO, agosto/setiembre de 2005).** Ano 8, n. 7 p. 141 – 155, 2005.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 9, n. 8 p. 1 – 28, 2006.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão.** Ano 9, n. 8 p. 29 – 51, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais.** Ano 9, n. 8 p. 52 – 73, 2006.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. MARTINS, Rodrigo Constante. OCADA, Fábio Kazuo. GODOI, Stela. MELO, Beatriz Medeiros de. VETTORACCI, Andréia. BUENO, Juliana Dourado. RIBEIRO, Jadir Damião. **Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado.** Ano 9, n. 8 p. 74 – 108, 2006.

CAVALCANTE, Matuzalem. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Formação territorial, agronegócio e atuais mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso.** Ano 9, n. 8 p. 109 – 121, 2006.

TEUBAL, Miguel. **La renta de la tierra en la economía política clásica: David Ricardo.** Ano 9, n. 8 p. 122 – 132, 2006.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. ALMEIDA, Maria Geralda de. **Um olhar sobre as redes de sociabilidade construídas do território das fabriquetas de queijo.** Ano 9, n. 8 p. 133 – 150, 2006.

MIRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje.** Ano 9, n. 8 p. 151 – 172, 2006.

JÚNIOR, José Arbex. **Você tem fome do que?** Ano 9, n. 8 p. 173 – 185, 2006.

BARBAY, Claire. **Vers de nouvelles relations ville-campagne: les travailleurs ruraux et la création de nouveaux lieux.** Ano 9, n. 9 p. 1 – 27, 2006.

BRINGEL, Breno Marqués. **El lugar también importa. Las diferentes relaciones entre Lula y el MST.** Ano 9, n. 9 p. 28 – 48, 2006.

BRUMER, Anita. SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX).** Ano 9, n. 9 p. 49 - 73, 2006.

QUIJANO, María Adelaida Farah. CORREA, Edelmira Pérez. **Mujeres rurales y nueva ruralidad en Colombia.** Ano 9, n. 9 p. 73 – 88, 2006.

SANTOS, Maria Edilúzia Leopoldino. **A construção do caminho para a conquista da terra: um espaço de transformação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem- Terra.** Ano 9, n. 9 p. 89 – 112, 2006.

FILHO, José dos Reis Santos. **A instituição imaginária da Amazônia brasileira. Registros cognitivos e práticas sociais.** Ano 9, n. 9 p. 113 – 143, 2006.

LEITE, Sérgio. **Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil.** Ano 9, n. 9 p. 144 – 158, 2006.

WELCH, Clifford Andrew. **Movement histories: a preliminary historiography of the Brazil's landless laborers' movement (MST).** Ano 9, n. 9 p. 159 – 168, 2006.

BERNARDES, Júlia Adão. **Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica.** Ano 10, n. 10 p. 1 – 10, 2007.

GALAFASSI, Guido. **Economía regional y emergencia de movimientos agrarios. La región Chaqueña de los años setenta.** Ano 10, n. 10 p. 11 – 36, 2007.

MACEDO, Giovanni Raimundo de; BINSZTOK, Jacob. **Associações dos agricultores familiares, cafeicultura orgânica e comércio justo na Amazônia: dilemas e perspectivas.** Ano 10, n. 10 p. 37 – 56, 2007.

MCMICHAEL, Philip. **Reframing development: global peasant movements and the new agrarian question.** Ano 10, n. 10 p. 57 – 71, 2007.

- MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 10, n. 10 p. 72 – 93, 2007.
- RAMÍREZ, Milena Barrera. **Aproximación histórica al cooperativismo y su relación con la praxis desarrollada por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST).** Ano 10, n. 10 p. 94 – 114, 2007.
- SHIMBO, Júlia Zanin; JIMÉNEZ-RUEDA, Jairo Roberto. **Zoneamento geoambiental como subsídio aos projetos de reforma agrária. Estudo de caso: assentamento rural Pirituba II.** Ano 10, n. 10 p. 115 – 133, 2007.
- SUZUKI, Júlio César. **Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação.** Ano 10, n. 10 p. 134 – 150, 2007.
- HOLT-GIMÉNEZ, Eric. **Biofuels: five myths of the agro-fuels transition.** Ano 10, n. 10 p. 151 – 164, 2007.
- DESMARAIS, Annette Aurélie. **La Vía Campesina: Globalização e o poder dos camponeses.** Ano 10, n. 10 p. 165 – 173, 2007.
- FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 10, n. 11 p. 8 – 32, 2007.
- FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária.** Ano 10, n. 11 p. 33 – 47, 2007.
- FELICIANO, Carlos Alberto. **“Grilos” jurídicos no Pontal do Paranapanema: administrando os conflitos agrários.** Ano 10, n. 11 p. 48 – 60, 2007.
- FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **Assentamentos rurais no território da cana: controvérsias em cena.** Ano 10, n. 11 p. 61 – 80, 2007.
- MARTÍN, Víctor O. Martín. **De cómo se evita hoy la aplicación de la reforma agraria en el Surde España.** Ano 10, n. 11 p. 81 – 108, 2007.
- MENDES, Eduardo Roberto; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Algumas considerações sobre o geógrafo anarquista Piotr Kropotkin e a comunidade rural Yuba em Mirandópolis (SP).** Ano 10, n. 11 p. 109 – 121, 2007.
- SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. **A Geografia dos Movimentos Sociais em tempos de Globalização: o MST e o Zapatismo.** Ano 10, n. 11 p. 122 – 130, 2007.
- SAUER, Sérgio. TUBINO, Nilton Luis Godoy. **A sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro.** Ano 10, n. 11 p. 131 – 148, 2007.
- SILVA, Emerson Xavier da. **Entrevista a James Cockcroft.** Ano 10, n. 11 p. 149 – 169, 2007.
- BRUMER, Anita. ANJOS, Gabriele dos. **Gênero e reprodução social na agricultura familiar.** Ano 11, n. 12 p. 6 – 17, 2008.
- DROULERS, Martine. **Brésil: l'enjeu des biocarburants.** Ano 11, n. 12 p. 18 – 30, 2008.

GIL, Izabel Castanha. **Cooperação, competição e resistência nas associações de municípios: a AMNAP e o desenvolvimento regional da Nova Alta Paulista.** Ano 11, n. 12 p. 31 – 56, 2008.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 11, n. 12 p. 57 – 67, 2008.

MELLO, Neli Aparecida de. **E a política agrícola transforma-se em instrumento do desenvolvimento sustentável....** Ano 11, n. 12 p. 68 – 85, 2008.

PAULA, Elder Andrade de. SILVA, Silvio Simione da. **Floresta, para que te quero? Da territorialização camponesa a nova territorialidade do capital.** Ano 11, n. 12 p. 86 -97, 2008.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa; PACÍFICO, Soraya Maria Romano. **Muito além de giz e lousa: análise do litígio discursivo em torno da questão agrária.** Ano 11, n. 12 p. 98 – 107, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento; ESPINDOLA, Carlos Roberto. **Geotecnologias no planejamento de assentamentos rurais: premissa para o desenvolvimento rural sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 108 – 116, 2008.

OCADA, Fabio Kazuo; MELO, Beatriz Medeiros de. **Entrevista com Maria Aparecida de Moraes Silva.** Ano 11, n. 12 p. 117 – 136, 2008.

BENINI Edi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo. **Reforma agrária no contexto da economia solidária.** Ano 11, n. 13 p. 6 – 15, 2008.

CAVALCANTE, Matuzalem; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Territorialização do agronegócio e concentração fundiária.** Ano 11, n. 13 p. 16 – 25, 2008.

CHENG, TJ. **Overtime in China: law, practice and social exclusion.** Ano 11, n. 13 p. 26 – 46, 2008.

DA ROS, César Augusto. **A política fundiária do governo da Frente Popular no Rio Grande do Sul (1999-2002): diretrizes, luta política e resultados atingidos.** Ano 11, n. 13 p. 47 – 82, 2008.

EDUARDO, Márcio Freitas. **O conceito de território e o agroartesanato.** Ano 11, n. 13 p. 83 – 101, 2008.

PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione da. **Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes.** Ano 11, n. 13 p. 102 – 117, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio; MONDARDO, Marcos Leandro. **A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais.** Ano 11, n. 13 p. 118 – 127, 2008.

SEGRELLES, José Antonio. **La ecología y el desarrollo sostenible frente al capitalismo: una contradicción insuperable.** Ano 11, n. 13 p. 128 – 143, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento. **Assentamentos de reforma agrária na defesa e conservação do cerrado: o caso da região sul do Maranhão.** Ano 11, n. 13 p. 144 – 155, 2008.

BÔAS, Rafael Litvin Villas. **Terrorismo à brasileira: a retórica da vez da classe dominante contra o MST.** Ano 11, n. 13 p. 156 – 165, 2008.

SANTONJA, Jordi Tormo i. **Hacia uma Geografia útil: el papel de la Geografía en el siglo XXI en España.** Ano 12, n. 14 p. 7– 27, 2009.

NUNES, João Osvaldo Rodrigues; SERRANO, José Antonio Segrelles. **Análise agrária da multifuncionalidade da terra na província de Alicante-Espanha.** Ano 12, n. 14 p. 28 – 47, 2009.

REITER, Bernd. **A genealogy of Black organizing in Brazil.** Ano 12, n. 14 p. 48 – 62, 2009.

VANDEN, Harry E. **Novos movimentos sociais, globalização e democratização: a participação do MST.** Ano 12, n. 14 p. 63 – 71, 2009.

PICCIN, Marcos Botton et al. **Análise do processo de constituição e desestruturação da cooperativa de agricultores assentados Terra Vida – COOPERVIDA, RS.** Ano 12, n. 14 p. 72 – 96, 2009.

ROOS, Djoní. **Lutas camponesas e diferentes atividades associativas nos assentamentos de sem-terra.** Ano 12, n. 14 p. 97 – 111, 2009.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas.** Ano 12, n. 14 p. 112 – 124, 2009.

SILVA, Judson Jorge; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Do sonho à devastação onde tudo se (RE)constrói: experiências e memórias nas lutas por terra da região do Cariri-CE.** Ano 12, n. 14 p. 125 – 141, 2009.

ACUÑA, Isaías Tobasura. **De campesinos a empresarios. La retórica neoliberal de la política agraria en Colombia.** Ano 12, n. 15 p. 07– 21, 2009.

CARRASCO, Salvador Ferradás. **Desarrollo Local, Promoción y Publicidad: Criterios de Calidad Medioambiental y Territorial para la mejora de Ciudades Turísticas.** Ano 12, n. 15 p. 22–33, 2009.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. **O Movimento dos Atingidos por Barragem na Amazônia: um movimento popular nascente de “vidas inundadas”.** Ano 12, n. 15 p. 34– 65, 2009.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Uma descrição agroecológica da crise atual.** Ano 12, n. 15 p. 66– 87, 2009.

ROSSETTO, Onélia Carmem. **Sustentabilidade Ambiental do Pantanal Mato-Grossense: Interfaces entre Cultura, Economia e Globalização.** Ano 12, n. 15 p. 88–105, 2009.

VIDAL, Déa de Lima; ALENCAR, João Vitor de Oliveira. **Diferenciação camponesa na Depressão Sertaneja Semi-Árida do Ceará.** Ano 12, n. 15 p. 106–135, 2009.

GÓMEZ, Sérgio. **Urbanização e Ruralidade. Os condomínios e os conselhos de desenvolvimento social.** Brasília: MDA, 2009 (resenha). Ano 12, n. 15 p. 136–138, 2009.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações.** Ano 13, n. 16 p. 7– 21, 2010.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 13, n. 16 p. 22–32, 2010.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Prescrições agroecológicas para a crise atual.** Ano 13, n. 16 p. 33-47, 2010.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O novo colonialismo transnacional e a experiência brasileira do agronegócio.** Ano 13, n. 16 p. 48-62, 2010.

ROSSI, Virginia. **La producción familiar en la cuestión agraria uruguaya.** Ano 13, n. 16 p. 63-80, 2010.

PATÍÑO, Luís Carlos Agudelo. **Campesinos sin tierra, tierra sin campesinos: territorio, conflicto y resistencia campesina en Colômbia.** Ano 13, n. 16 p. 81-95, 2010.

BASU, Pratyusha. **Scale, place and social movements: strategies of resistance along India's Narmada river.** Ano 13, n. 16 p. 96-113, 2010.

MOREIRA, Vagner José. **A criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra: mundos dos trabalhadores, questão agrária e o “levante comunista” de 1949 em Fernandópolis-SP.** Ano 13, n. 16 p. 114-129, 2010.

THÉRY, Hervé et al. **Geografias do trabalho escravo contemporâneo no Brasil.** Ano 13, n. 17 p. 7-28, 2010.

VELTMEYER, Henry. **Dynamics of agrarian transformation and resistance.** Ano 13, n. 17 p. 29-49, 2010.

RINCÓN, Luis Felipe. **¡Hombres de maíz! Una mirada a la actualidad organizativa campesina en Guatemala.** Ano 13, n. 17 p. 49-64, 2010.

MACHADO, Antonio Maciel Botelho; CASALINHO, Helvio Debli. **Crítica à pluriatividade e suas relações com o campesinato e a reforma agrária.** Ano 13, n. 17 p. 65-80, 2010.

ESTRADA, María de. **Geografía de la frontera: mecanismos de territorialización del agronegocio en frontera agropecuaria de Santiago del Estero, Argentina.** Ano 13, n. 17 p. 81-93, 2010.

FARIAS, Cleilton Sampaio; FARIAS, Cleisson Sampaio de Farias. **Os fundamentos e a expressão da questão agrária no Acre.** Ano 13, n. 17 p. 94-111, 2010.

MONDARDO, Marcos Leandro. **A “territorialização” do agronegócio globalizado em Barreiras- BA: migração sulista, reestruturação produtiva e contradições sócio-territoriais.** Ano 13, n. 17 p. 112-130, 2010.

SOARES, Venozina de Oliveira; ROCHA, Luciana Oliveira. **A evolução da estrutura agrária do município de Barra do Choça-BA.** Ano 13, n. 17 p. 131-149, 2010.

OLIVEIRA, Nallígia Tavares de. **Entrevista com Valmir Ulisses Sebastião – Ocupações de terra: mudanças e perspectivas.** Ano 13, n. 17 p.150-156, 2010.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Nota: a permanência na transformação e a transformação da permanência.** Ano 13, n. 17 p. 157-159, 2010.

JESUS, José Novaes. **A pedagogia da alternância e o debate da Educação do/no campo no estado de Goiás.** Ano 14, n. 18 p. 7-20, 2011.

SOUZA, Francilane Eulália de. **Os colégios rurais agrupados na Espanha: lugar de fortalecimento do campesinato?** Ano 14, n. 18 p. 21-36, 2011.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. **A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo.** Ano 14, n. 18 p. 37-46, 2011.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Conhecendo os camponeses-estudantes e o seus territórios no município de Paulicéia-SP: trabalho familiar, lazer e escola.** Ano 14, n. 18 p. 47-78, 2011.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes; HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **Amazônia: a urgência e necessidade da construção de políticas e práticas educacionais inter/multiculturais.** Ano 14, n. 18 p. 79-105, 2011.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. **Educação do Campo na encruzilhada entre emancipação *versus* reino do capital: uma leitura filosófica.** Ano 14, n. 18 p. 106-124, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Rural.** Ano 14, n. 18 p. 125-135, 2011.

PERCÍNCULA, Analia; JORGE, Andrés; CALVO, Claudia; MARIOTTI, Daniela; DOMÍNGUEZ, Diego; ESTRADA, Maria de; CICCOLELLA, Mariana; BARBETTA, Pablo; SABATINO, Pablo; ASTELARRA, Sofia. **La violencia rural en la Argentina de los agronegocios: crónicas invisibles del despojo.** Ano 14. n. 19 p. 08-23, 2011.

VELTMAYER, Henry. **El itinerario de desarrollo como un idea.** Ano 14. n. 19 p. 24-43, 2011.

FREITAS, Alair Ferreira de; BOTELHO, Maria Isabel Vieira. **“Campesinato como ordem moral”: (re)visitando clássicos e (re)pensando a economia camponesa.** Ano 14. n. 19 p. 44-58, 2011.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; VAN TILBEURGH, Veronique. **Da teologia da libertação ao desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira: os mecanismos políticos e sociais de sua interpretação.** Ano 14. n. 19 p. 59-72, 2011.

SILVA, Simone Rezende da. **A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola.** Ano 14. n. 19 p. 73-89, 2011.

VILLELA, Fábio Fernandes. **Práticas educativas comparadas em educação do campo e os desafios da formação omnilateral na América Latina.** Ano 14. n. 19 p. 90-103, 2011.

AQUINO, Maria Lúcia Santos; LIMA, Eduardo Rodrigues Viana de; SILVA, Zenobio Abel Gouvêa Perelli da Gama e. **Manejo madeireiro na floresta estadual do Antimary, estado do Acre, Brasil.** Ano 14. n. 19 p. 104-135, 2011.

SORZANO, Angelina Herrera; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **O papel e os desafios da organização camponesa em Cuba: entrevista com o dirigente da Associação Nacional dos Agricultores Pequenos (ANAP), Mario La O Sosa.** Ano 14. n. 19 p. 136-151, 2011.

WANDSCHEER, Elvis Albert Robe; MACIEL, Carlos Alberto da Rosa; NEVES, Anderson Souto. **A influência dos processos contemporâneos na alimentação: uma proposta de reflexão.** Ano 14. n. 19 p. 152-161, 2011.

CARDOSO, Antonio Ismael; JOVCHELEVICH, Pedro; MOREIRA, Vladimir. **Produção de sementes e melhoramento de hortaliças para a agricultura familiar em manejo orgânico.** Ano 14. n. 19 p. 162-169, 2011.

ECHENIQUE, Sergio Gómez. **Reflexiones sobre la dinámica reciente del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe.** Ano 15. n. 20 p. 08-57, 2012.

VIEIRA, Flávia Braga. **Lutas camponesas na escala internacional: um estudo sobre a Via Campesina.** Ano 15. n. 20 p. 58-82, 2012.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A interdependência entre estado e MST na constituição de um assentamento de reforma agrária.** Ano 15. n. 20 p. 83-98, 2012.

CUNHA, Paulo Roberto; MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. **A terra prometida ainda é promessa... desapropriação da fazenda Nova Alegria pelo descumprimento do Código Florestal: conflito, impunidade e imbróglio jurídico.** Ano 15. n. 20 p. 99-130, 2012.

DA ROS, César Augusto; PICCIN, Marcos Botton. **Os serviços de assessoria técnica e social aos assentamentos de reforma agrária: uma análise qualitativa das ações do projeto Lumiar no estado do Rio de Janeiro.** Ano 15. n. 20 p. 131-155, 2012.

LARA JÚNIOR, Nadir. **Análise das principais influências ideológicas na constituição do MST.** Ano 15. n. 20 p. 156-174, 2012.

SANTOS, Anderson Luiz Machados dos; DE DAVID, Cesar. **Luta pela terra e disputas territoriais na região da campanha gaúcha: o processo de formação do assentamento Conquista do Caiboaté em São Gabriel – RS.** Ano 15. n. 20 p. 175-192, 2012.

CAPOANE, Viviane; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos. **Análise qualitativa do uso e ocupação da terra no assentamento Alvorada, Júlio de Castilhos – Rio Grande do Sul.** Ano 15. n. 20 p. 193-205, 2012.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **O partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro.** Ano 15. n. 20 p. 206-207, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 09 – 20, 2012.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais.** Ano 15, Edição Especial, p. 21 – 42, 2012.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 15, Edição Especial, p. 43 – 54, 2012.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 55 – 78, 2012.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações.** Ano 15, Edição Especial, p. 79 – 92, 2012.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 15, Edição Especial, p. 93 – 102, 2012.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão.** Ano 15, Edição Especial, p. 103 – 126, 2012.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 15, Edição Especial, p. 127 – 154, 2012.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 15, Edição Especial, p. 155 – 176, 2012.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 15, Edição Especial, p. 177 – 184, 2012.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Agrarian reform, food sovereignty and the MST: socio-environmental impacts of agrofuels production in the Pontal do Paranapanema region of São Paulo state, Brazil.** Ano 15. n. 21 p. 08-32, 2012.

FABRINI, João Edmilson; ROOS, Djoni; MARQUES, Erwin Becker; GONÇALVES, Leandro Daneluz. **Lutas e resistências no campo paranaense e o projeto Dataluta-PR.** Ano 15. n. 21 p. 33-49, 2012.

DAL POZZO, Clayton Ferreira. **Pelo espaço ou pelo território? Possibilidades de articulação para se compreender a territorialidade e a fragmentação socioespacial.** Ano 15. n. 21 p. 50-68, 2012.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Aportes metodológicos de la teoría del desarrollo territorial.** Ano 15. n. 21 p. 69-78, 2012.

MORENO, Glaucia de Sousa; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O drama da instalação de famílias agricultoras na mesorregião sudeste paraense.** Ano 15. n. 21 p. 79-99, 2012.

PATRÍCIO, Patrícia Cartes; GOMES, João Carlos Costa. **Desenvolvimento rural sustentável, planejamento e participação.** Ano 15. n. 21 p. 100-113, 2012.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Movimento étnico-socioterritorial Guarani e Kaiowa no estado de Mato Grosso do Sul: disputas territoriais nas retomadas pelo Tekoha-Tekoharã.** Ano 15. n. 21 p. 114-134, 2012.

ROSSETTO, Onélia Carmem; GIRARDI, Eduardo Paulon. **Dinâmica agrária e sustentabilidade socioambiental no Pantanal brasileiro.** Ano 15. n. 21 p. 135-161, 2012.

OMENA, Maria Luiza Rodrigues de Albuquerque; SOUZA, Roberto Rodrigues de; SOARES, Maria José Nascimento. **Contradições do programa sergipano de biodiesel.** Ano 15. n. 21 p. 162-172, 2012.

GARRIDO, Hellen Charlot Cristancho. **Vivir bien ¿paradigma no capitalista?** Ano 15. n. 21 p. 173-180, 2012.

AVILA, Camilo Alejandro Bustos. **O componente social do Plano Colômbia e a territorialidade da comunidade camponesa-indígena Awá do departamento de Putumayo (Colômbia).** Ano 16. n. 22. p. 09-26.

BARRI, Juan. **Renta Agraria em contextos de alta productividad: las contradicciones emergentes en el actual régimen de producción agropecuaria argentino.** Ano 16. n. 22. p. 27-42.

LOBOS, Damian Andres. **Los territorios de la desposesión: los enclaves y la logística como territorialización del modelo extractivo sudamericano.** Ano 16. n. 22. p. 43-54.

BELLACOSA, Julia Marques. **Os desafios da produção camponesa frente à expansão dos agrocombustíveis, o assentamento Monte Alegre: Araraquara-SP.** Ano 16. n. 22. p. 55-81.

OYAHANTÇABAL, Gabriel. **Los tres campos em la cueston agraria en Uruguay.** Ano 16. n. 22. p. 82-95.

MACEDO, Magno Roberto Alves; DARNET, Laura Angélica Ferreira; THALÊS, Marcelo Cordeiro; POCCARD-CHAPUÍS, Rene. **Configuração espacial do desflorestamento em fronteira agrícola na Amazônia: um estudo de caso na região de São Félix do Xingu, estado do Pará.** Ano 16. n. 22. p. 96-110.

MACHADO, Maria Rita Ivo de Melo; ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves de. **Nova lógica na produção de cana-de-açúcar na Zona da Mata pernambucana: transformações fundiárias para a perpetuação das relações de poder.** Ano 16. n. 22. p. 111-126.

VARGAS, Daiane Loreto. **Trabalho dos extensionistas no contexto da ATES: o caso dos assentamentos de Candiota/RS.** Ano 16. n. 22. p. 127-137.

CARDONA, David Vásquez. **Disputas territoriales con el capital, las subordinaciones, paradigmas y modelos de desarrollo.** Ano 16. n. 23. p. 09-26.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. **Território (i)material e Geografia Agrária: Paradigmas em Questão.** Ano 16. n. 23. p. 27-42.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. **Agricultura de beira de estrada ou agropecuária marginal ou, ainda, o campesinato espremido.** Ano 16. n. 23. p. 43-59.

CUBAS, Tiago Egídio Avanço. **Aspectos da formação da opinião pública paulista: um estudo baseado no Dataluta jornal de 1988 a 2010.** Ano 16. n. 23. p. 60-80.

CASTRO, Cloves Alexandre. **Movimento social e geografia: contribuição ao debate.** Ano 16. n. 23. p. 81-108.

MORALES, Selene. **La “sojización” y la tierra en disputa: desarrollo del capitalismo agrario en Uruguay.** Ano 16. n. 23. p. 109-130.

SILVA, Tanise Pedron da; COSTABEBER, José Antônio. **A (re)organização da produção: um estudo da segurança alimentar nos assentamentos de reforma agrária Santa Rita e Sepé Tiaraju, município de Capão do Cipó (RS).** Ano 16. n. 23. p. 131-149.

SILVA, Raimundo Pires. **As especificidades da nova ATER para agricultura familiar.** Ano 16. n. 23. p. 150-166.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato.** Ano 16. n. 23. p. 167-170.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; HÉRNANDEZ, David Gallar; COLADO, Ángel Calle. **A “nova” questão agrária em Andalucía: processos de recampesinização em tempos de impérios agroalimentares.** Ano 17. n. 24. p. 09-35.

CUTINELLA, César. **La cuestión agraria uruguaya en los manuales escolares de geografía: una aproximación a su evolución histórica.** Ano 17. n. 24. p. 36-50.

BATISTA, Ândrea Francine. **A formação e a organização política na territorialização contra-hegemônica: a experiência da Via Campesina sudamérica.** Ano 17. n. 24. p. 51-70.

BELO, Diego Carvalhar; PEDLOWSKI, Marcos Antônio. **Acampamentos do MST e sua importância na formação da identidade do sem terra.** Ano 17. n. 24. p. 71-85.

JARA, Cristian Emanuel; SPERAT, Ramiro Rodríguez; RINCÓN, Luis Felipe. **La agricultura familiar en el desarrollo rural: continuidades y rupturas del paradigma neoliberal en argentina y Colombia.** Ano 17. n. 24. p. 86-106.

PASINI, Isabela Leão Ponce; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; SILVA, Douglas Mansur da. **Modernização nas comunidades negras rurais do Sapê do Norte: discursos e práticas de (des)envolvimento e meio ambiente.** Ano 17. n. 24. p. 107-121.

SILVA, Rafael Navas; SILVA, Ivone da; MARTINS, Cibele Chalita. **Formação de coletores de sementes nativas da mata atlântica.** Ano 17. n. 24. p. 122-132.

NORDER, Luis Antônio Cabello. **Controvérsias sobre a reforma agrária no Brasil (1934-1964).** Ano 17. n. 24. p. 133-145.

VASSALLO, Miguel; CHAVES, Ethel Ferreira. **Colonización y nuevas formas de acceso a la tierra de productores familiares: enseñanzas de la colonia Maestro Soler en Uruguay.** Ano 17. n. 24. p. 146-166.

COSCIONE, Marco; PINZÓN, Viviana García. **Paro nacional agrario en Colombia: TLCs y perspectivas del movimiento social y popular.** Ano 17. n. 24. p. 167-190.

ZIMERMAN, Artur. **Conhecendo a questão agrária por seus atores.** Ano 17. n. 24. p. 191-200.

BRUSCHI, Rita. **Manifestaciones de la cuestión agraria en Uruguay.** Ano 17. n. 25. p. 10-24.

PORTO, José Renato Sant'Anna. **O discurso do agronegócio: modernidade, poder e “verdade”.** Ano 17. n. 25. p. 25-46.

NAHUN, João Santos; PAIXÃO JÚNIOR, Paulo Roberto Carneiro. **Encontros e desencontros: fronteira, agronegócio da soja e campesinato no Planalto Santareno (PA).** Ano 17. n. 25. p. 47-70.

COELHO, Douglas Cristian; FABRINI, João Edmilson. **Produção de subsistência e autoconsumo no contexto de expansão do agronegócio.** Ano 17. n. 25. p. 71-87.

SILVA, Mariele de Oliveira; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Reforma agrária nos municípios de Cáceres/MT e Selvíria/MS: agronegócio, subordinação e emancipação camponesa.** Ano 17. n. 25. p. 8-101.

SANTOS, Rafael de Oliveira Coelho dos. **A expansão do agronegócio sobre os assentamentos da reforma agrária: o caso do PA Fazenda Primavera (Andradina-SP).** Ano 17. n. 25. p. 102-135.

LEITE, Vinícius Rocha; PEDLOWSKI, Marcos Antonio; HADDAD, Ludimila Neves. **Assentamentos de reforma agrária como agentes de recuperação da cobertura vegetal em paisagens degradadas de Mata Atlântica na região norte fluminense.** Ano 17. n. 25. p. 136-146.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN, Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Políticas públicas e comunidades tradicionais: uma análise dos projetos de desenvolvimento local sustentável na Mata Atlântica.** Ano 17. n. 25. p. 147-161.

SOARES, Simone Fernandes. **Um processo de capacitação de jovens e adultos remanescentes de quilombolas dos Caetanos de Capuan, Caucaia – Ceará.** Ano 17. n. 25. p. 162-181.

PEREIRA, Lorena Izá. **Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil.** Roma: International Land Coalition (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 182-185.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno.** São Paulo: Expressão Popular (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 186-191.

TRICHES, Rozana Maria; GRISA, Cátia. **Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência.** Ano 18. n. 26. p. 11-28.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Addressing rural poverty and food insecurity through local food purchasing and school lunch programs: PAA Africa, PRONAE and the creation of institutional markets in Mozambique.** Ano 18. n. 26. p. 29-52.

CHRISTANCHO GARRIDO, Hellen Charlot. **Abordagem territorial da segurança alimentar: articulação do campo e da cidade no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): considerações sobre o caso colombiano.** Ano 18. n. 26. p. 53-71.

PEIXOTO, Angêla Maria; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues. **Abordagem territorial nas políticas públicas de desenvolvimento rural: uma análise do PAA para a produção camponesa no município de Ipameri-GO.** Ano 18. n. 26. p. 72-94.

SILVA, Arthur Boscariol; PEDRON, Nelson Rodrigo. **Reprodução do campesinato através de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar: a dinâmica do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Ourinhos-SP.** Ano 18. n. 26. p. 95-112.

TEIXEIRA, Carine Andrade; NORDER, Luís Antonio Cabello. **Participação indígena no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Ano 18. n. 26. p. 113-124.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos. **Os quilombolas e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Vale do Ribeira Paraná: diversidades culturais, enquadramentos burocráticos e ações dos mediadores técnicos e sociopolíticos.** Ano 18. n. 26. p. 125-148.

LEAL, Sidney Cássio Todescato. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Pontal do Paranapanema.** Ano 18. n. 26. p. 149-166.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como uma política pública emancipatória no território Cantuquiriguaçu-PR.** Ano 18. n. 26. p. 167-184.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; SCHIVINATTO, Mônica. **Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Ano 18. n. 26. p. 185-205.

GOLDFARB, Yamila. **Consolidação da hegemonia das corporações, monopolização do território e acumulação por espoliação: o caso da Cargill no Brasil e na Argentina.** Ano

18. n. 27. p. 11-37.

VÁSQUEZ CARDONA, David. **La crisis cafetera: elementos para una discusión sobre los análisis de los sistemas alimentarios.** Ano 18. n. 27. p. 38-52.

MAGGI, Leonardo Bauer. **Itaipu e a formação do território do capital.** Ano 18. n. 27. p. 53-63.

SOBREIRO FILHO, José. **O(s) movimento(s) por trás das dissensões: rupturas, agregação, lideranças e poder nas dissidências do Pontal do Paranapanema.** Ano 18. n. 27. p. 64-95.

MORAES, Vitor de; WELCH, Clifford Andrew. **A disputa territorial e o controle das políticas no território Cantuquiriguaçu - estado do Paraná: a participação dos movimentos socioterritoriais e o papel do estado.** Ano 18. n. 27. p. 96-112.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Análise do processo de espacialização do MST no estado de São Paulo em diferentes contextos histórico-geográficos.** Ano 18. n. 27. p. 113-137.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN; Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco dos; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Transição alimentar em comunidade quilombola no litoral sul de São Paulo/Brasil.** Ano 18. n. 27. p. 138-155.

NETO, João Augusto de Andrade. **A teoria e a prática do MST para a cooperação e a organização em assentamentos rurais.** Ano 18. n. 27. p. 156-182.

ROS, César Augusto Da; PICCIN, Marcos Botton. **A implantação do programa de assessoria técnica, social e ambiental aos assentamentos de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro nos anos de 2002 a 2008: diretrizes, formatos institucionais e dinâmica de execução.** Ano 18. n. 27. p. 183-213.

SILVA, Edson Batista; CALAÇA, Manoel. **Disputas pela terra e na terra: possibilidades para produção agroecológica no assentamento Cunha, em Cidade Ocidental, GO.** Ano 18. n. 27. p. 214-239.

VASCONCELOS, Joana Salém. **Propriedade coletiva em debate: caminhos da revolução agrária em Cuba (1959-1964).** Ano 18. n. 27. p. 240-258.

PAZ, Raúl; LIPSHITZ, Héctor; ZERDA, Hugo Raúl; TIEDEMAN, José. **Estructura agraria, áreas de concentración de la agricultura familiar y procesos de expansión de la frontera agropecuaria en Santiago del Estero, Argentina.** Ano 18. n. 27. p. 259-279.

GALLAR HERNÁNDEZ, David; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Revisitando la agroecología: entrevista a Eduardo Sevilla Guzmán.** Ano 18. n. 27. p. 280-295.

RIBEIRO, Edson Sabatini. **RESENHA: Dinâmicas de classe da mudança agrária.** Ano 18. n. 27. p. 296-300.

MANRIQUE, Luis Felipe Ricón. **(Neo)extrativismo e despojo no sul global: conflitos e resistências nos territórios.** Ano 18. n.28. p.09-18.

ARACH, Omar. **Problemática y febril. Una mirada a la expansión del biodiesel en argentina.** Ano 18. n. 28.p.19-31.

GOLDFARB, Yamila. **Expansão da soja e financeirização da agricultura como expressões recentes do regime alimentar corporativo no Brasil e na Argentina: o exemplo da Cargill.** Ano 18. n.28. p.32-67.

ACOSTA Claudia Yolima Devia. **Orinoquia colombiana, la influencia del agronegocio y la actividad petrolera: territorialidades en disputa.** Ano 18. n. 28. p.68-91.

BINSZTOK, Jacob; CARNEIRO, Mônica. **Integração nacional, desenvolvimento capitalista e projetos modernizantes na Amazônia: retrospectiva e perspectiva de despojos da mineração Rio do Norte – PA.** Ano 18. n.28. p.92-105.

MATO, Elmer Agostinho Carlos de; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Exploração do carvão mineral de Benga em Moçambique e a expropriação da terra dos nativos: alguns apontamentos referentes à acumulação por espoliação.** Ano 18. n.28. p.106-131.

RODRIGUEZ, Violeta R. Nuñez. **Minería en México en el marco de la acumulación por desposesión.** Ano 18. n.28. p. 132-148.

WAHREN, Juan ;SCHVARTZ, Agustina. **Disputas territoriales en el valle del intag en Ecuador: de la resistencia social contra la mega-minería a la creación de alternativas al desarrollo.** Ano 18. n.28. p.149-164.

RIEIRO, Anabel; POSADA, Valentina. **Megaminería en Uruguay:conflictos estructurantes de un nuevo campo en disputa.** Ano 18. n.28. p.165-185.

DRUMOND, Nathalie. **A guerra da água na Bolívia: a luta do movimento popular contra a privatização de um recurso natural.** Ano 18. n.28. p. 186-205.

MIGUEZ, Susana Edith Rapp; TORIZ, Rosalia Vázquez; CAPILA, Maristela Amaro; MENDOZA, Xóchilt Formacio. **La disputa por los territorios rurales frente a la nueva cara del extractivismo minero y los procesos de resistencia en puebla, México.** Ano 18. n.28. p.206-222.

FALERO, Alfredo. **La potencialidad heurística del concepto de economía de enclave para repensar el territorio.** Ano 18. n.28. p.223-240.

GÓMEZ, Sergio. **Las directrices voluntarias sobre gobernanza responsable de la tenencia de los recursos naturalesy su aplicación desde américa latin.** Ano 18. n.28. p. 241-264.

ZICARI, Julián. **Neoextractivismo en Sudamérica. El caso del lítio.** Ano. 18. n. 29.p.10-47

PEREIRA, Lorena Izá. **Governança da posse e estrangeirização de terras: apontamentos e perspectivas.** Ano. 18. n. 29.p. 48- 69.

FACCO, Vinícius Antonio Banzano. **Alternativas aos impérios agroalimentares a partir do campesinato agroecológico: as experiências do acampamento agroflorestal José Lutzenberger (MST-Antonina/PR.** Ano. 18. n. 29.p.70- 100.

BATISTA, Edimar Eder. **Complexidade das relações entre campo e cidade: perspectivas teóricas.** Ano. 18. n. 29.p.101-132.

DETTMER, Carlos Alberto; SILVA, Nardel Luiz Soares da. **Agricultura familiar – estudo de caso no assentamento Teijin, município de Nova Andradina, MS.** Ano. 18. n. 29.p.133-150.

MOREIRA, Fabiano Greter; SCHILINDWEIN, Madalena Maria. **Sucessão da gestão na agricultura familiar: um estudo de caso no assentamento Santa Olga no município de Nova Andradina em Mato Grosso do Sul.** Ano. 18. n. 29.p. 151-173.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; GRISA, Felipe Fontoura; SCHIMITZ, Luiz Antonio. **Considerações sobre a experiência de construção de cisternas em Unidades de Produção e Vida Familiares (UPVFs) do município de Francisco Beltrão – Paraná.** Ano. 18. n. 29.p.174- 193.

VENTURA, Cláudio Barbosa. **Formação continuada de professores das escolas do campo no município de Governador Valadares – MG.** Ano. 18. n. 29.p.220 -232.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Discusiones ontológicas sobre una tipología de territorios.** Ano 19, n. 30, p. 10-30, 2016.

LOPES, Gabriel Rodrigues. **“¡Ese desarrollo quiere acabar con nosotros/as!”: del horizonte colonial al giro epistémico des-colonizador.** Ano 19, n.30, p. 31-57, 2016.

PFRIMER, Matheus Hoffman; BARBOSA JUNIOR, Ricardo Cesar. **(De)Securitizing collectives of the Brazilian Cerrado and the implementation of an agribusiness complex.** Ano 19, n. 30, p.58-79.

ANDRADE, Patrícia Soares; VIANA, Masilene Rocha. **Entre o avanço do agronegócio e a política de assentamentos rurais: a intervenção pública na questão agrária e fundiária piauiense.** Ano 19, n. 30, p.80-97, 2016.

OLIVEIRA, Alyne Maria Sousa et al. **Indicadores de sustentabilidade cultural de assentamentos rurais em Teresina-PI.** Ano 19, n.30, p.98-147, 2016.

CARDONA, David Vásquez; SOBREIRO FILHO, J. S. **Os movimentos socioterritoriais: entre as classes e os movimentos populares.** Ano 19, n.30, p.148-168, 2016.

FARIAS, Maria Isabel. **Educação do/no Campo, um território em disputa: avanços e conquistas.** Ano 19, n. 30, p. 188-204, 2016.

ROSS, Djoni. **A reprodução contraditória do campesinato frente a territorialidade do agronegócio: subordinações e resistências em assentamentos rurais no Centro-Sul do Paraná.** Ano 19, n. 30, p. 169-187, 2016.

DRUZIAN, Franciele et al. **O estudo do lugar na escola do campo.** Ano 19, n. 30, p. 205-228, 2016.